

A decorative graphic on the left side of the page consists of a grid of squares with rounded corners. The squares are arranged in a pattern that roughly forms the shape of a staircase or a series of steps. Some squares are filled with a solid blue color, while others are white. The blue squares are located at the top-left, middle-left, and bottom-right positions, while the white squares are in the middle-right and bottom-left positions.

Cadernos de Ciências humanas



Volume 1, Número 1 – março de 2013

Organizadoras:
Glaucia Torres Aragon
Mirian Araujo Carlos Crapez



**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador

Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia

Gustavo Reis Ferreira

Fundação Cecierj / Extensão

Presidente

Carlos Eduardo Bielschowsky

Vice-Presidente

Masako Oya Masuda

Diretoria de Extensão

Elizabeth Soares Bastos

Material Didático

Organizadoras

Glaucia Torres Aragon

Mirian Araujo Carlos Crapez

Elaboração de conteúdo

Alcidésio de Oliveira Junior

Eduardo Ferraz Felipe

Érika do Nascimento Pinheiro

Glaucia Torres Aragon

Jaqueline Andrade Botelho

Luiza Aragon Ovalle

Mirian Araujo Carlos Crapez

Paulo César dos Reis

Diagramação

Paulo César dos Reis

Eduardo Ferraz Felipe

Capa

Paulo César dos Reis

Revisão

Alexandre Rodrigues Alves

Copyright © 2013, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

A659c

Aragon, Glaucia Torres.

Cadernos de Ciências Humanas. v.1. / Glaucia Torres Aragon, Mirian Araújo Carlos Crapez (Org.). - Rio de Janeiro : Fundação CECIERJ, 2013.

356p.

ISBN: 978-85-7648-910-8

1. Geografia. 2. Terra e bactéria. 3. Natureza e cultura. 4. História geral. 5. África-diáspora. I. Crapez, Mirian Araujo. Título.

CDD: 300

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2.
Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Autores

Alcidésio de Oliveira Junior – Doutor em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, mestre em História das Ciências pela Fundação Oswaldo Cruz, especialista em História do Brasil pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro e graduado em História pela Universidade Federal Fluminense.

Eduardo Ferraz Felipe – Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo, mestre em História Social da Cultura pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e graduado em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Érika do Nascimento Pinheiro – Mestre em História Social do Território pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro, especialista em História da África e do Negro no Brasil pela Universidade Cândido Mendes e graduada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Glauca Torres Aragon – Doutora em Geociências e Mestre em Geoquímica Ambiental pela Universidade Federal Fluminense e graduada em Geologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Jaqueline Andrade Botelho Lima – Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e graduada em Estudos Sociais/Licenciatura em Geografia pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora.

Luiza Aragon Ovalle – Mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro.

Mirian Araujo Carlos Crapez – Pós doutorado e doutorado em Ciências Biológicas pela Université DAix-Marseille II e graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais.

Paulo César dos Reis – Mestrado em História Social pela Universidade Federal Fluminense e graduação em História (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade Federal Fluminense.

Prefácio

Os Cadernos de Ciências Humanas destinam-se a reunir o material didático utilizado nos cursos de atualização oferecidos pela Diretoria de Extensão da Fundação Cecierj. Esses cursos são gratuitos e voltados para a atualização de docentes que atuam nos Ensinos Médio e Fundamental. O corpo docente da Fundação Cecierj é formado por profissionais qualificados, com larga experiência na modalidade de ensino a distância adotada.

Os cursos de atualização são agrupados por área do conhecimento nos seguintes segmentos: Ciências da Natureza; Ciências Humanas; Linguagens e Códigos; Matemática; Tecnologia Educacional; e Prática Docente.

Diante da grande procura pelos cursos de atualização e do interesse pelos professores em adquirir o material didático, a área de Ciências Humanas constatou a necessidade de disponibilizar esse material. Iniciamos a série Cadernos em Ciências Humanas com um número que reúne duas disciplinas do Curso de Geografia e duas do Curso de História.

Os cursos da área de Ciências Humanas buscam oferecer conteúdo sobre temas de interesse dos professores, sugerindo abordagens pedagógicas diferentes e incentivando o desenvolvimento de projetos interdisciplinares.

Assim, é com satisfação que colocamos à disposição o material didático-pedagógico de Ciências Humanas oferecido nos cursos de atualização pela Diretoria de Extensão da Fundação Cecierj, com o objetivo de criar mecanismos que incentivem e promovam a participação dos profissionais da Educação na sociedade do conhecimento, contribuindo para a prática da coesão social da cidadania ativa, do diálogo intercultural e da igualdade de oportunidades.

Elizabeth Soares Bastos

Apresentação

Esta série de cadernos reúne material didático preparado para as disciplinas dos cursos de atualização em Ciências Humanas oferecidos pela Diretoria de Extensão da Fundação CECIERJ. Os cursos são voltados para a atualização de professores do Ensino Básico, tendo como público alvo principal os professores da rede pública do Estado do Rio de Janeiro.

As disciplinas dos cursos de atualização em Ciências Humanas objetivam criar mecanismos que incentivem e promovam a participação dos profissionais da Educação na sociedade do conhecimento, contribuindo para a prática da coesão social da cidadania ativa, do diálogo intercultural e da igualdade de oportunidades.

Também oferecemos ao professor espaço para aprofundamento dos conteúdos trabalhados em sala de aula, sempre apontando alternativas e novas práticas pedagógicas. Assim sendo, trabalhamos com disciplinas que oferecem novos olhares sobre temas tradicionalmente trabalhados, como a Educação Ambiental, e disciplinas com conteúdos que desafiam o professor pela carência de materiais de referência, como é o caso da história da África.

Os cursos são oferecidos inteiramente na modalidade a distância, proporcionando flexibilização de horários e viabilizando, assim, a participação de professores do Ensino Básico, sempre carentes de tempo para investir em seu aprimoramento profissional.

A área de Ciências Humanas inclui cursos de atualização em Geografia, História, Sociologia, Antropologia e Filosofia. Iniciamos a série Cadernos em Ciências Humanas com um número que reúne duas disciplinas do curso de Geografia e duas do curso de História.

As duas disciplinas do Curso de Geografia – Natureza e Cultura e Terra e Bactérias: Ciclos Biogeoquímicos – possuem caráter interdisciplinar, apontando para interações entre disciplinas do Ensino Básico que podem ser traduzidas em projetos escolares interdisciplinares.

A disciplina Natureza e Cultura aposta na interação entre a Geografia e a Sociologia, discutindo o conceito de natureza presente nas diversas propostas em Educação Ambiental; a diversidade cultural, o determinismo biológico, o culturalismo e as relações entre o homem e o ambiente; e o determinismo geográfico e a influência do ambiente sobre a cultura, bem como as marcas de diferentes culturas sobre o ambiente, num contexto da discussão sobre o desenvolvimento sustentável.

A disciplina Terra e Bactérias: Ciclos Biogeoquímicos, por sua vez, trabalha a interação entre a Geografia e a Biologia. O objetivo é demonstrar que as duas histórias estão entrelaçadas desde o início do nosso planeta, onde os eventos periódicos da dinâmica da Terra influenciaram e/ou modificaram a vida bacteriana e vice-versa, como o surgimento dos ciclos biogeoquímicos. Também é enfatizada a modificação da dinâmica da Terra e da vida bacteriana pela atividade humana, gerando desequilíbrio nas duas histórias, provocando crises ambientais, sociais e econômicas que tiram a saúde e o bem-estar dos seres vivos.

As duas disciplinas do Curso de História, O Nazismo na Europa nas Décadas de 1930 e 1940 e A Diáspora Africana e a Construção do Mundo Atlântico aprofundam temas de grande interesse dos professores de História, para os quais existem poucos recursos disponíveis para o enriquecimento das aulas do Ensino Médio.

A disciplina A Diáspora Africana e a Construção do Mundo Atlântico traça um painel do processo de constituição dos principais reinos da África Ocidental a partir do século XII até a organização do tráfico negreiro ibérico no século XVI. O Brasil era o principal entreposto escravista desse mundo atlântico, que se estruturou utilizando os braços africanos. Para além da questão mercantil, os usos e costumes dos africanos foram absorvidos e devidamente adaptados por essa sociedade nova que se formava. A disciplina discute ainda como o conceito de África e cultura africana se estruturou em nossa sociedade a partir de visões estereotipadas daquele continente e seus povos.

Encerrando o primeiro número dos Cadernos de Ciências Humanas, a disciplina O Nazismo na Europa nas Décadas de 1930 e 1940, dividida em dez aulas, traça as transformações socioculturais e político-econômicas da Europa entre 1918 e 1945, contexto histórico que propiciou condições materiais e ideológicas para a ascensão dos regimes de caráter totalitário, como o fascismo. A ênfase recai no estudo do nazismo, nas bases de seu discurso estético-biológico e nas condições para seu desenvolvimento na Alemanha entre as décadas de 1930 e 1940.

Glauca Torres Aragon & Mirian Araujo Carlos Crapez

Sumário

Autores.....	iv
Prefácio.....	v
Apresentação.....	vi

1. Natureza e Cultura – Luiza Aragon Ovalle & Glaucia Torres Aragon.....10

- Aula 1 – Educação ambiental e o conceito de natureza
- Aula 2 – Etnocentrismo e diversidade cultural
- Aula 3 – O determinismo biológico de Morgan e o culturalismo de Boas
- Aula 4 – Determinismo geográfico: podemos realizar escolhas culturais ou apenas sobreviver nas condições extremas do ambiente?
- Aula 5 – Desenvolvimento sustentável e cultura

2. Terra e Bactérias: histórias imbricadas - Mirian Araujo Carlos Crapez & Jaqueline Andrade Botelho Lima.....50

- Aula 1 – Primeira parte – Quem são as bactérias
- Aula 1 – Segunda parte – Padrões de vida das bactérias
- Aula 2 – Ferramentas para a viagem no tempo
- Aula 3 – Ciclo das rochas
- Aula 4 – Eras geológicas
- Aula 5 – E a viagem começou
- Aula 6 – Ciclo do carbono
- Aula 7 – Ciclo do nitrogênio
- Aula 8 – Ciclo do oxigênio

3. A diáspora africana e a construção do mundo atlântico - Paulo César dos Reis e Érika do Nascimento Pinheiro.....123

- Aula 1 – Para começo de conversa...
- Aula 2 – A África inventada – desafios
- Aula 3 – Formações políticas e sociais da África Ocidental: Gana, Mali e Songai
- Aula 4 – Formações políticas e sociais da África Ocidental: Iorubás e Haussas
- Aula 5 – A África em movimento: A expansão Banto
- Aula 6 – Formações políticas da África Central
- Aula 7 – Escravidões na África: da escravidão à comercialização de escravos
- Aula 8 – Desvendando o outro: africanos e europeus – o encontro
- Aula 9 – A formação do Mundo Atlântico
- Aula 10 – A travessia da Kalunga Grande: os africanos no Brasil

**4. O nazismo na Europa nas décadas de 1930 e 1940 – Alcidésio de
Oliveira Junior e Eduardo Ferraz Felipe.....235**

Aula 1 – Apresentação

Aula 2 - O século XIX europeu e as condições para a Primeira Guerra
Mundial

Aula 3 - A *Belle Époque* e a Primeira Guerra Mundial

Aula 4 - O Período entre guerras e a crise do liberalismo

Aula 5 - A Alemanha nos anos vinte e trinta

Aula 6 - Totalitarismo, fascismo e o partido nazista

Aula 7 - Eugenia e cientificismo

Aula 8 - A estética do nazismo

Aula 9 - A Segunda Guerra Mundial

Aula 10 - A *solução final* e os diversos holocaustos

CAPÍTULO 1:

Natureza e Cultura

Autoras: Luiza Aragon Ovalle & Glaucia Torres Aragon

Natureza e Cultura

AULA 01 – EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O CONCEITO DE NATUREZA

A Educação Ambiental para o século XXI deverá responder ao desafio ambiental contemporâneo por meio da compreensão de uma mudança radical dos valores da sociedade atual e da necessidade de sua urgente transformação para assegurar a própria sobrevivência da espécie humana e da vida em todos seus aspectos.

N. M. Medina

Introdução

Neste início do século XXI, deparamo-nos com grave crise ambiental, resultante da evolução histórica da relação entre o homem e a natureza. O homem, ao produzir seus meios de existência, produz profundas alterações no meio em que vive. Nas palavras de Charlot & Silva (2005) “o homem não vive mais em uma natureza original – que não existe mais –; vive em uma natureza transformada por sua ação, ‘modificada pela história’.” O nosso legado para as próximas gerações será condicionado pela nossa capacidade de refletir sobre a indissociabilidade entre natureza e organização social e modificar as relações existentes, avançando rumo a um desenvolvimento ambientalmente sustentável.

A Educação Ambiental (EA) surge como um fator de grande relevância nesse contexto; entretanto, ela não poderá sozinha resolver os graves problemas socioambientais existentes, embora, de acordo com Tamaio (2002) constitua “uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para construção das transformações almejadas”.

Medina (1997) define EA como um processo capaz de propiciar uma visão crítica e global do meio ambiente, com o objetivo de elucidar valores e desenvolver atitudes para a tomada de posição crítica e participativa a respeito das questões relacionadas à conservação do ambiente e utilização sustentável dos recursos naturais.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) inserem a questão ambiental como tema transversal para o Ensino Fundamental. Ali é enfatizado que a intensificação da exploração dos recursos naturais para atender às demandas das revoluções industriais e do desenvolvimento de novas tecnologias está associada à formação de novas relações internacionais de mercado. A demanda global dos recursos naturais deriva de uma formação

econômica cuja base é a produção e o consumo em larga escala; sendo assim, a questão ambiental está inserida em seu contexto socioeconômico, do qual não pode ser dissociada.

Essa visão é reforçada nas Orientações Curriculares Nacionais (BRASIL, 2006), que estabelecem as questões ambientais, sociais e econômicas resultantes dos processos de apropriação dos recursos naturais em diferentes escalas e os grandes quadros ambientais do mundo e sua conotação geopolítica como um dos eixos temáticos para a Geografia.

Entretanto, ainda persistem descompassos entre as diretrizes filosóficas e a prática pedagógica cotidiana, e as concepções de Educação Ambiental subjacentes às metodologias utilizadas muitas vezes ainda se encontram atreladas a uma visão romântica ou utilitarista da natureza, dissociada de seu contexto histórico e social.

As múltiplas concepções de natureza

Em sua pesquisa, Tamaio (2002) identificou diferentes concepções de natureza. Essas concepções mostram profundas diferenças em relação a posturas e valores, estando, portanto, inseridas em diferentes contextos socioculturais. A essas concepções do conceito natureza estão associadas diferentes concepções pedagógicas de Educação Ambiental.

A visão romântica da natureza enaltece seus aspectos belos e grandiosos, considerando a natureza como harmônica e sempre em equilíbrio, calcada na dualidade homem \times natureza e muito associada ao conceito de mãe-natureza, provedora, acolhedora e bucólica. Trata-se de uma visão ingênua que enfatiza o resgate da beleza ética e estética da natureza. Diferencia-se da visão naturalista, pois esta última considera natureza tudo o que não sofreu alteração pelo homem, sem, entretanto, enaltecê-la.



F Figura 1: Montanha e floresta. Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1116832>

Tamaio (2002) descreve também a concepção utilitarista da natureza. Esta também é dualista e compreende a natureza como uma fonte de recursos para o homem, que é visto como um agente externo que depende e se beneficia da natureza, devendo, para isso, preservá-la. Em um contexto histórico, essa concepção foi desenvolvida a partir do século XVIII, com o advento da Revolução Industrial e da sociedade capitalista, embutindo a visão de fornecedora de grande quantidade de recursos e matérias-primas que não podem faltar ao homem.



Figura 2: Campo cultivado. Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/1190512>

Na visão científica identificada por Tamaio (2002), a natureza é vista como uma “máquina inteligente e infalível”. O ciclo hidrológico regido pelo sol teria funcionamento preciso, e seu mau funcionamento seria uma resposta às agressões do homem, estabelecendo também uma dualidade homem x natureza.

A natureza pode ainda ser definida de forma vaga e muito ampla, na concepção generalizante, a qual não elabora muito o conceito, concebendo “tudo” como natureza.

A visão socioambiental reintegra o homem à natureza em uma concepção mais elaborada, por desenvolver uma abordagem histórica e cultural, analisando as inter-relações entre sociedade e natureza. Apresenta o homem e a paisagem construída como elementos constitutivos da natureza em um contexto histórico, no qual muitas vezes o homem se apresenta como responsável pela degradação ambiental.

Práticas pedagógicas em Educação Ambiental (EA)

A discussão a seguir está baseada nas correntes de EA descritas por Sauvé (2005). Muitas vezes podemos identificar sobreposições das correntes definidas por essa autora em diferentes estratégias pedagógicas. Ela mesma destaca a existência de zonas de convergência entre as diversas correntes e que a análise de proposições específicas (programas, atividades etc.) em geral leva à constatação de que eles integram características de duas ou três correntes. Sendo assim, tomaremos as diversas correntes apresentadas na discussão que se segue como uma tentativa de sistematização e um instrumento para conduzir à reflexão sobre as diversas práticas em EA.

De acordo com Sauvé (2005), a EA começou a se estabelecer nas décadas de 1970 e 1980; a **corrente naturalista**    uma das mais antigas e tradicionais. Esta corrente busca reconstruir uma ligação entre o homem e a natureza, com enfoques que podem ser sensoriais, experienciais, afetivos, cognitivos e criativos, usando estratégias como imersão, interpretação e outras. Dessa forma,

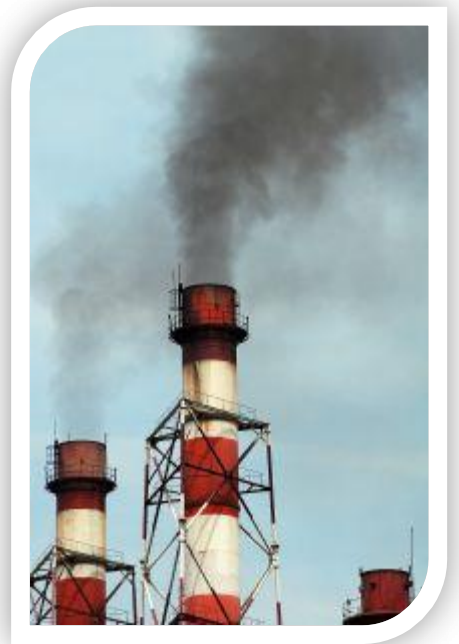


Figura 3: Poluição. Fonte: <http://www.sxc.hu/photo/965350>

procura reconhecer o valor intrínseco da natureza, sem se basear nos recursos ou conhecimentos que dela podemos obter, explorando nossa relação simbólica com a natureza e tratando de compreender que somos parte dela. Procura, portanto, alterar a visão romântica de natureza descrita por Tamaio (2002), conservando algumas de suas características de contemplação e enaltecimento mas buscando superar a dualidade homem \times natureza.

Nesse contexto se inserem atividades escolares de observação de áreas consideradas “naturais”, tais como hortos e parques, com o objetivo de realizar caracterizações físicas, da flora e da fauna, considerando que o contato direto é um fator de transformação pela sensibilização e conscientização. Podem também estar inseridas nesse contexto atividades vinculadas a uma data ou a um evento relativo ao meio ambiente, envolvendo a mobilização da escola ou parte dela em torno de temas amplos como meio ambiente, preservação, extinção de espécies etc.

Outra corrente tradicional em EA é a **conservacionista**, ocupada da conservação de recursos naturais, tais como a água, o solo e o meio biótico, de acordo com Sauvé (2005). Esta corrente está afinada com a visão utilitarista da natureza descrita em Tamaio (2002), tendo como principais objetivos a adoção de comportamentos de conservação e o desenvolvimento de habilidades de gestão ambiental.

A corrente conservacionista está muito vinculada    chamada corrente **resolutiva**, que agrupa proposições em que o meio ambiente é visto como um conjunto de problemas e propõe mudanças de comportamento ou projetos coletivos como ações para solucioná-los. Programas de redução, reutilização e reciclagem (os 3 **R**) e outros de gestão ambiental estão associados a esta corrente. As duas últimas correntes (**conservacionista** e **resolutiva**) podem ser traduzidas nas escolas em estratégias como coleta seletiva de lixo, plantio de árvores e jardinagem, entre outras, buscando vincular a Educação Ambiental a atividades práticas para solução de problemas concretos. De acordo com Guimarães (2000), as ações de EA voltadas para a resolução de problemas são muitas vezes direcionadas para soluções tecnicistas, em que não é discutido de forma mais ampla o fato de que apenas uma pequena parcela da população é beneficiada por esses processos. São práticas que buscam a resolução de problemas locais sem contextualizar as causas desses problemas em uma análise histórico-estrutural, permanecendo fora de um contexto social e político.

Essas estratégias de estabelecer ações também podem estar vinculadas à corrente **prática** de EA, a qual é definida por Sauvé (2005) como aquela que estabelece a aprendizagem na ação, pela ação e para a melhoria dela. O objetivo essencial dessa corrente é operar uma mudança nas pessoas e no ambiente, refletindo sobre o processo durante a ação e reajustando-a. Nesse processo o trabalho e a reflexão em grupo são praticados, aproximando esta corrente de uma prática pedagógica sociointeracionista.

As mesmas ações descritas anteriormente (coleta seletiva de lixo, plantio de árvores, jardinagem e outras) podem ser desenvolvidas dentro dessa   tica. A corrente **prática** muitas vezes está associada à corrente de **crítica social**, que reúne teoria e a  o em uma perspectiva crítica, tendo por base a análise das

dinâmicas sociais que fundamentam problemáticas ambientais. Para isso, parte da análise de diferentes materiais diversificados, tais como textos científicos, artigos de jornais, poemas etc. Pela análise desses materiais é elaborada a problematização, passando-se então a relacionar a problemática em questão com as realidades locais, seguindo-se a busca de soluções mediante a proposição de projetos.

A corrente **sistêmica** descrita por Sauvé (2005) busca compreender as realidades ambientais identificando os diferentes componentes de um sistema ambiental e estudando suas relações. Aproxima-se bastante da corrente **científica**, centrada na indução de hipóteses a partir da observação e na verificação dessas hipóteses, com enfoque acentuadamente cognitivo. Nessas duas correntes (que se sobrepõem muitas vezes) podem ser incluídas ações pontuais e localizadas, como as descritas por Guimarães:

Uma Educação Ambiental voltada especificamente para um indivíduo fora de um contexto social e político; para a preservação de uma espécie de fauna ou flora; de um ecossistema específico numa concepção biofísica, não superando o localismo de uma unidade de conservação ou de qualquer um desses elementos do meio ambiente em suas inter-relações com os eixos sociocultural, político e econômico. Sem desconsiderar a importância da preservação dessas espécies e desses ambientes específicos, essas ações educativas sem caráter crítico reproduzem a lógica dominante da exclusão, separando segmentos do ambiente para preservação do “seu” equilíbrio ecológico (2000).

Já a corrente **humanista** descrita por Sauvé (2005) enfatiza a dimensão humana do meio ambiente, construída na interseção entre natureza e cultura. Tem por objetivo desenvolver a noção de pertencimento do homem em relação ao seu meio ambiente, de compreensão de que a paisagem modelada pela atividade humana é um registro histórico da evolução dos sistemas naturais que a compõem e das trajetórias das populações humanas. Enfoca, assim, a concepção socioambiental da natureza descrita por Tamaio (2002), e tem na corrente **biorregionalista** uma vertente que centra a EA no desenvolvimento de uma relação preferencial com o local ou o regional. Esta vertente se expressa nas atividades escolares pelo estudo de realidades locais, buscando entender os problemas ambientais próximos e encontrar soluções através de estudos de longa duração envolvendo aspectos econômicos e sociais, reconstruções históricas, relação homem-ambiente e qualidade de vida. Tamaio (2002) destaca:

Com essa perspectiva, a prática pedagógica em Educação Ambiental pode contribuir para desvendar a realidade local, evidenciando a compreensão dos movimentos que criam e modificam o espaço local para, no plano pedagógico, realizar a construção do conhecimento

elaborado pela escola no/com lugar vivido concretamente pelos alunos (Tamaio, 2002).

Dessa forma, difere da corrente **holística**, a qual, segundo Sauvé (2005), acredita que o enfoque exclusivamente analítico e racional das realidades ambientais encontra-se na origem de muitos problemas atuais, preferindo levar em conta não apenas as realidades socioambientais, mas também as diversas dimensões das pessoas que entram em contato com essas realidades e as rela es entre os seres e entre os seres e o ambiente. Permite, assim, analisar a forma como diferentes segmentos da sociedade percebem os impactos ambientais, como explica Guimarães:

A percepção da crise ambiental pelos segmentos populares da sociedade se dá pela vivência imediata e intensa dessa população sobre os diversos problemas ambientais que se atrelam intimamente com a produção da miséria por esse modelo de sociedade.

Para grupos dominantes, a percepção dessa crise não se dá tanto pela convivência imediata dos problemas – já que estes têm a possibilidade de amenizá-los –, mas sim pela influência que a crise ambiental vem exercendo sobre o processo de acumulação do capital, pela queda de produtividade, direta ou indiretamente, pelo desvio de recursos do processo produtivo para o enfrentamento de problemas ambientais ou pela necessidade de conquista do mercado “verde” (2000).

A corrente **moral tica** descrita por Sauvé (2005) fundamenta sua atuação no desenvolvimento de um conjunto de valores ambientais, apontando para o desenvolvimento moral dos alunos vinculado ao desenvolvimento do raciocínio sociocient fico. Em muitos casos, ressalta apenas a perspectiva individual de participação, sem considerar a importância da ação coletiva para os desafios de mudança social na construção de uma sociedade sustentável. Essas visões românticas centradas na transformação de algumas atitudes dos indivíduos não analisam de modo crítico as rela es de poder engendradas pelo atual modelo de sociedade e acabam contribuindo para a manutenção desse modelo, como exemplifica Guimarães (2000) ao falar sobre uma coleção didática que analisa o lixo tóxico e conclui com a seguinte proposta: “S  compre produtos tóxicos... se for realmente necessário. Divulgue esta ideia”. O autor destaca que não são questionados os motivos que resultam na venda de produtos tóxicos e o papel da sociedade de consumo na criação dessas necessidades ou as rela es de poder econômico e político que levam à contínuo produção de tecnologia “suja”, causadora de impactos ambientais.

A corrente **etnográfica** identificada por Sauvé (2005) valoriza a relação cultural com o ambiente, propondo o estudo e a agregação de valores inspirados nas rela es de outras culturas com o ambiente. Podemos citar como exemplo o caso extremo descrito por Cavalcanti (2009) ao comparar os

paradigmas de estilo de vida das sociedades dos índios brasileiros em áreas remotas da Amazônia, para os quais a relação com a natureza é harmoniosa e reverente, e os padrões de consumo de recursos dos Estados Unidos da América. No primeiro caso não existe acumulação de capital nem destruição visível do meio ambiente, enquanto no segundo prevalece a ideia de contínua ampliação das dimensões da economia, com o consumo acentuado de recursos naturais, o que gera forte crise ambiental.

O desenvolvimento econômico que se encontra na base do desenvolvimento humano é (ou deveria ser) um elemento indissociável da conservação dos recursos naturais e de um compartilhamento equitativo desses recursos, de acordo com a corrente da **sustentabilidade** descrita por Sauvé (2005).

Bonotto & Semprebone (2010), analisando o tratamento dado à dimensão valorativa da temática ambiental em coleções de Ciências Naturais voltadas para o segundo segmento do Ensino Fundamental, verificaram a predominância da visão antropocêntrica, vinculada a uma visão utilitarista da natureza.

Na ética antropocêntrica, o homem é visto como separado da natureza, a qual existe para servi-lo. De acordo com Grün (2001 *apud* BONOTTO & SEMPREBONE, 2010), a ética antropocêntrica é um sistema de valores que concebe o ser humano como o centro de todas as coisas e no qual tudo que há no mundo existe em função dele (o homem). Esta é uma das principais causas da crise ambiental.

Essa crise reflete a crise de todo um modelo de sociedade urbano-industrial, com seus valores individualistas, consumistas e antropocêntricos, tendo ainda como componente relações de poder que provocam dominação e exclusão tanto nas relações sociais como nas relações sociedade-natureza (Guimarães, 2000).

Segundo Bonotto & Semprebone (2010), os livros didáticos analisados apresentam tratamento inadequado da questão ambiental, com antropocentrismo e cientificismo exagerados, com noções sobre o ambiente fragmentadas, incompletas e desarticuladas no tempo e no espaço.

Uma abordagem superficial e segmentada da EA corresponde a uma postura política conservadora, comprometida com a manutenção do atual modelo de sociedade individualista, consumista e antropocêntrica. A EA crítica, em contrapartida, envolve propostas para a transformação da sociedade em direção à igualdade e à justiça social, no sentido definido por Guimarães (2000): “Entende-se por caráter crítico (...) o que aponta a opressão do homem e da natureza, desnudando as relações de poder na sociedade, em um processo de politização das ações humanas”.

Referências bibliográficas

BONOTTO, D. M. B.; SEMPREBONE, A. Educação Ambiental e educação em valores em livros didáticos de Ciências Naturais. **Ciência & Educação**, v. 16, n. 1, p. 131-148, 2010.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/ Meio Ambiente**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>; acesso em 25 de maio de 2011.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Orientações curriculares para o Ensino Médio. Vol 3. Ciências Humanas e suas Tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf acesso em 15 de maio de 2011.

CAVALCANTI, C. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. *In*: CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**, Cap. 9. São Paulo: Cortez, 2009.

CHARLOT, B. & SILVA, V. A. Relação com a natureza e educação ambiental. *In*: SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Cap. 4. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUIMARÃES, M. **Educação Ambiental: no consenso um embate?** São Paulo: Papirus, 2000.

MEDINA, N. M. **Educação Ambiental para o século XXI & a construção do conhecimento: suas implicações na educação ambiental**. Série Meio Ambiente em Debate, IBAMA. Brasília, 1997. Disponível em: <http://ibama2.ibama.gov.br/cnia2/download/publicacoes/t0113.pdf> acesso em 03/06/2011.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. *In*: SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Cap. 1. Porto Alegre: Artmed, 2005.

TAMAIIO, I. **O professor na construção do conceito de natureza: uma experiência de educação ambiental**. São Paulo: Annablume, 2002.

AULA 02 - ETNOCENTRISMO E DIVERSIDADE CULTURAL

APENAS O SER HUMANO APRENDE UMA LINGUAGEM. APENAS O SER HUMANO CONHECE SUA CULTURA.

O filme *O milagre de Anne Sullivan* conta a história de uma educadora que tenta se comunicar e ensinar a linguagem dos sinais para uma menina cega, surda e muda. Seus pais acreditavam que ela nunca conseguiria sentar-se civilizadamente à mesa, usar talheres, cumprimentar as pessoas ou respeitar outras pessoas que lhe diziam não. O trabalho da jovem tutora começa com um jogo em que a menina recebia aquilo que conseguia pedir. Não era nada fácil, porém, tomar uma boneca de uma criança de sete anos, especialmente uma que se tornava violenta ao ser contrariada. Com o tempo, a tutora conseguia fazer seus jogos terem resultados impressionantes: a menina conseguiu comer com uma colher, sentada à mesa, dobrando seu guardanapo. Conseguiu fazê-la memorizar várias palavras, que repetia quando lhe era pedido. Mas havia uma crítica contra a qual essa tutora não tinha argumentos: aquele jogo se parecia demais com o adestramento feito a um animal, e isso significava que Anne não havia aprendido o que era linguagem. Ela não atribuía significado às sequências de letras que aprendia a desenhar com as mãos. Não associava o conjunto de símbolos ao que eles estavam simbolizando. Não aprendia, portanto, conceitos. Como transpor essa barreira? A tutora sempre respondia que essa passagem viria “naturalmente”, mas no fundo tinha suas dúvidas. A moça demorava a dar esse passo, e, como em todo bom filme, perto do momento em que todos estavam desistindo, a menina aprendeu e, na frase final e mais dramática da trama, todos repetiam: “Ela aprende! Ela aprende!”.

Ora, o que a menina aprendeu, afinal? Aprendeu que existem nomes para coisas, que as representam. A dificuldade da menina de transpor a barreira chamada aprendizado é justamente o salto que diferencia os seres humanos dos animais: as coisas existem em nossas mentes e são entendidas e reconhecidas apenas através das estruturas do pensamento que são os conceitos. Tudo aquilo que nomeamos formam esses guias de significado para o nosso pensamento. O que aconteceu à menina que começou a aprender foi o tipo de desenvolvimento individual que o meio social proporciona: nós atribuímos significado a todas as nossas atitudes e às atitudes dos outros. Não ficamos de pé e ou nos sentamos “de qualquer jeito”. Existem comportamentos que são confortáveis, adequados, esperados, desejados e habituais. Nós construímos narrativas do nosso passado, do presente e as expectativas sobre o futuro – nosso e dos outros – por meio da linguagem. Nossos comportamentos são performances ininterruptas numa existência preenchida por sentido. Se existe um mundo sem a humanidade, não é este que percebemos e certamente não é este a que chamamos “natureza”.

A separação entre natureza e cultura é uma separação conceitual; cada conceito é uma representação, uma construção de sentido feita através de nossa interpretação do mundo sensível, possível apenas através da mediação da linguagem. Nossa linguagem é conceitual, e por isso estrutura nosso

pensamento: uma flor não é o nome dado a algo que existe na natureza, algo externo a nós e independente de nós. A flor representa uma ideia que temos sobre o que percebemos do mundo, e a própria flor já é uma representação criada em nossa mente, como fica mais evidente quando falamos de flores específicas, como o buquê da noiva. Não há buquês de noiva externamente ao ser humano que o faz, que o leva até o altar ou que o pega no momento em que a noiva o joga por cima da cabeça. Nesse momento, quem pega o buquê pode pensar que será a próxima pessoa do grupo a casar, pode achar que agora vai descobrir se esta história é de verdade mesmo ou pode achar tudo isso uma grande bobagem. O que todos esses pensamentos têm em comum é que todos fazem referência a uma mesma crença, uma mesma brincadeira, uma mesma superstição. Essas crenças, brincadeiras, superstições são representações sobre o buquê da noiva.

As representações sobre o buquê, embora tomem sentidos diferentes para cada indivíduo, têm uma referência comum, que é formada apenas no meio social. Esse conceito compartilhado não é entendido fora do contexto social onde o aprendemos, pois todos os conceitos existem dentro de uma rede de significados, entretecidos uns com os outros. Essa teia de significados é o que a Antropologia moderna chama de cultura.

Essas ideias podem parecer estranhas a muitos leitores, que certamente já ouviram outras representações da natureza e da cultura (veja mais na aula 1). Como todo ser humano, o leitor também é um animal que vive e entende o mundo a partir da sua cultura. É de acordo com a nossa visão cultural que definimos o que é um comportamento útil, necessário, normal, ou tranquilizador. Em uma palavra: os comportamentos esperados, as nossas motivações para agir, as nossas expectativas são vistas por nós como *naturais*. O ser humano naturaliza a própria cultura, e essa naturalização é o que os antropólogos chamam de visão etnocêntrica.

É por causa de nossa visão cultural que *ficamos surpresos* ao ver uma pessoa agindo diferente do *normal* e se vestindo fora dos padrões da *moda*. Nossas expectativas sobre os outros são construídas a partir dos conceitos que aprendemos em nosso contexto social, conceitos construídos a partir das teias de significado que compõem a nossa cultura. Um dos principais objetivos desta disciplina é mostrar ao aluno o sentido do trabalho antropológico: nós procuramos entender a diversidade cultural a partir do estranhamento da nossa visão naturalizada da cultura. É um processo mental que busca

- 1) *estranhar* nossa própria realidade;
- 2) nos *entranhar* em outra teia de significados, com o objetivo de entender um contexto cultural diferente;
- 3) *estranhar* finalmente o outro, para poder escrever sobre duas formas culturais (e não naturais) de viver.

Este é um método científico que busca o entendimento do outro. Nas próximas aulas, veremos algumas tentativas feitas pelas Ciências Humanas durante os séculos XIX e XX para entender outros contextos sociais. Isso significa buscar entender como algum povo naturaliza a sua opção – entre muitas – de formar relações com outras pessoas, com o ambiente onde vivem e

com o pensamento. São tentativas de entender a riqueza da diversidade cultural humana, e vamos começar, nesta aula, desenvolvendo justamente a ideia de diversidade.

A CULTURA FAZ DO HOMEM UM ANIMAL DIFERENTE DOS OUTROS

A diversidade cultural em questão

Por que falamos tantas línguas diferentes enquanto cães e gatos latem e miam em toda parte? Por que os esquimós e os lapões agem de forma tão diferente para combater o frio? Por que todos os povos têm suas próprias canções, seus mitos e suas festas?

Responder a essas perguntas por meio dos estudos sobre o ser humano e sua vida em sociedade passa por uma história da ciência. Vamos discutir nas próximas aulas as razões pelas quais as diferenças de comportamento entre os homens não podem mais ser explicadas pelas diversidades biológicas ou ecológicas. Isso significa que o determinismo geográfico e o determinismo biológico foram incapazes de resolver o seguinte dilema: *a conciliação da unidade biológica e a grande diversidade cultural da espécie humana* (LARAIA, 2006).

O historiador grego Heródoto (484-424 a. C.), como conta Laraia, já se preocupava com a diversidade dos modos de comportamento entre os diferentes povos. Já observava o que viríamos a chamar hoje de tendência **etnocêntrica** do ser humano:

Se oferecêssemos aos homens a escolha de todos os costumes do mundo, aqueles que lhes parecessem melhor, eles examinariam a totalidade e acabariam preferindo os seus próprios costumes, tão convencidos estão de que eles são melhores do que todos os outros (Heródoto apud LARAIA, p. 11).

Montaigne (1533-1572), ao estudar os Tupinambás, fez uma interpretação muito diferente, demonstrando um **relativismo cultural** pioneiro ao falar sobre a antropofagia praticada por esses índios:

Não me parece excessivo julgar bárbaros tais atos de crueldade, mas que o fato de condenar tais efeitos não nos leve à cegueira dos nossos. Estimo que seja mais bárbaro comer um homem vivo do que comer depois de morto; e é pior esquartejar um homem entre suplícios e tormentos e o queimar aos poucos, ou entregá-lo a cães e porcos, a pretexto de devoção e fé, como não somente o lemos mas vimos ocorrer entre vizinhos nossos conterrâneos (MONTAIGNE apud LARAIA, p. 13).

Ao deixar de considerar bárbaro apenas aquilo que é estrangeiro, como no hábito que apelidou os muçulmanos imigrantes ou invasores da Europa medieval¹, o ensaísta francês faz um esforço singular: **estranha e critica** não apenas os hábitos indígenas como também as sanções europeias comuns durante a Inquisição e em outros contextos que mostramos aos nossos alunos a partir de filmes como *Coração Valente* (1995) e *O nome da Rosa* (1986).

O olhar de Montaigne **desnaturaliza** as ações normais em sua cultura, por meio da contemplação de outras concepções sobre a vida e a ordem social como humanamente possíveis. Pela busca desse **olhar distanciado** de si mesmo e de suas próprias explicações para o mundo, Montaigne pode conceber a ideia de que a ordem que dá sentido ao nosso entorno não é a única possível, ou seja, não é uma consequência óbvia e inevitável da natureza humana. Trata-se apenas de *uma* possível visão de mundo, culturalmente condicionada.

A partir desse ponto, *o outro* pode ser visto como um ser humano dotado da mesma capacidade que nós de crescer se adaptando aos hábitos de nosso grupo, construindo, assim, um sentido muito particular para a sua realidade. O sentido da vida e das nossas ações é, assim, guiado pela cultura dos grupos em que nos inserimos.

UM EXEMPLO DE CHOQUE CULTURAL

Ryszard Kapuscinski, jornalista internacional e autor de *Minhas viagens com Heródoto: entre a história e o jornalismo*, ajuda a levantar questões sobre a diversidade cultural humana e de como pode ser surpreendente nos depararmos com uma realidade diferente. Nascido em Pinsk (antiga Polônia), foi educado num período marcado pela 2ª Guerra Mundial, quando os livros considerados perigosos eram queimados pela censura:

A bem da verdade, não sabíamos exatamente onde ficava a Grécia, tampouco que seu passado foi tão extraordinário e fascinante a ponto de valer a pena estudá-lo na universidade. Éramos filhos da guerra, durante a qual as escolas estiveram fechadas, ainda que, nas grandes cidades houvesse a possibilidade de encontrar estabelecimentos clandestinos de ensino. Mas ali, naquela sala de aula, havia rapazes e moças provenientes de vilarejos ou cidades periféricas, desprovidos de instrução. Estávamos em 1951 e não havia exames de admissão para estudos superiores, uma vez que a seleção se baseava na origem social dos candidatos: para os filhos de trabalhadores e

¹ As invasões bárbaras ficaram conhecidas assim diante do estranhamento dos hábitos dos muçulmanos, no momento em que estes conquistavam as terras européias. Este, porém, não foi seu único contato: as rotas comerciais que ligavam o Oriente aos países do Mediterrâneo eram conhecidas há séculos, e os comerciantes, ocasionalmente, estabeleciam residência permanente nas terras européias. Nada disso anulou o estranhamento das diferenças culturais.

camponeses eram maiores as chances de obter uma vaga na escola (p. 12).

O livro do grego Heródoto, *História*, tinha sua versão em polonês censurada. Foi anunciado que o livro estaria disponível em 1952, mas só chegou às livrarias em 1955. Neste período, marcado pela morte de Stálin, uma onda de terror era temida, e a atitude de publicar um livro como aquele tinha um significado muito específico:

Mas censurar Heródoto? Seu livro não tinha sido escrito havia mais de 2.500 anos? Sim, mas assim mesmo era melhor não correr riscos. Sim, porque naqueles dias nossas mentes, nossas formas de ver as coisas e ler eram tomadas por uma obsessão pelas alusões. Cada palavra estava associada a algo, tinha duplo sentido, um fundo falso, uma crítica oculta; em cada uma delas havia uma coisa codificada e habilmente encoberta. Nada era o que parecia ser, literal e com um significado claro. Por trás de cada gesto ou palavra emergiam um sinal alusivo, uma piscadela cúmplice. Um autor tinha dificuldade para chegar ao leitor não somente por causa da censura, que podia confiscar o seu texto no meio do processo, mas também porque, quando o destinatário afinal tinha o livro em mãos, lia algo diferente do que estava escrito; ele lia, formulando o tempo todo a mesma pergunta: “O que este autor quis dizer realmente?” (p. 14-15).

Após a morte de Stálin, na época que Erenburg chamou de “o degelo”, a literatura parecia uma coisa da maior importância. Diz Ryszard: “Era nela [na literatura] que as pessoas procuravam encontrar forças para viver, indicadores de caminhos e revelações” (p. 17).

Ryszard terminou os estudos e foi trabalhar no jornal *Sztandar Młdych* (Estandarte de Jovens), onde encaminhava cartas dos leitores para a redação. Reclamações sobre injustiças e pobreza não podiam ser publicadas, em sua maioria: “A censura havia amainado e já se podia escrever, por exemplo, que no vilarejo de Chodow havia uma loja, mas que suas prateleiras estavam vazias e não havia o que comprar. O avanço consistia em que, enquanto Stálin era vivo, não era permitido escrever que uma loja estava vazia – todas tinham que estar plenamente abastecidas e cheias de mercadorias” (p. 18).

Das viagens que fazia então aos vilarejos e cidadezinhas mais distantes, surgiu uma obsessão que o acompanhou a vida inteira, pelo “ato místico e quase transcendental de atravessar a fronteira”.

Sua primeira viagem foi para a Índia, motivada pela visita inédita de uma representante desse país que não pertencia ao bloco soviético, Jawaharlal

Nehru. Foi então que sua chefe, Irena Tarlowska, o presenteou com um exemplar de *História*.

O primeiro momento de contraste experimentado pelo autor foi quando seu avião fez escala em Roma, Itália, fora da “Cortina de Ferro”:

Pela primeira vez na vida vi uma cidade iluminada. As cidades e cidadelas que eu conhecera eram escuras e depressivas, sem vitrines iluminadas e anúncios coloridos, e os poucos postes de iluminação, quando existiam, tinham lâmpadas fracas. Afinal de contas, quem precisava de luz? À noite, as ruas estavam desertas, e era raro ver um automóvel.(...)

Chegamos. O aeroporto de Roma era uma gigantesca construção envidraçada e apinhada de gente. Seguimos para a cidade por ruas engarrafadas, numa noite quente. O tumulto, a movimentação, as luzes e os sons tiveram sobre mim o efeito de um narcótico. Houve momentos em que perdi completamente o senso de orientação e não sabia onde estava. Devia parecer um animal da floresta: estupefato, um tanto assustado e com os olhos arregalados, que tentavam enxergar, absorver, diferenciar (p. 21-22).

O segundo contraste veio na manhã seguinte, quando o guia discutia com sua mulher sobre como vesti-lo como uma pessoa normal: “estava trajado segundo a moda do Pacto de Varsóvia em 1956: um terno com largas listras azul-acinzentadas, paletó com ombreiras e calças longas e largas, com enormes bainhas. A camisa, de náilon, era amarelo-clara; a gravata, verde brilhante. Para completar o quadro, um par de sapatos tipo mocassim, com bordas grossas e duras”.

O confronto Leste-Oeste não se limitava a aspectos militares – ele incluía todos os demais campos. Se no Leste se trajavam roupas leves, no Oeste, pelo direito de oposição, usavam-se as pesadas; se no Leste as roupas eram ajustadas ao corpo, o Oeste adotava a postura contrária – tudo tinha que parecer estar a quilômetros de distância. Os passaportes não eram necessários – de longe, podia-se reconhecer quem pertencia a que lado da Cortina de Ferro (p. 22).

As lojas eram cheias de mercadorias, e as vendedoras que não conversavam entre si, dando uma atenção cortês aos clientes – “Grazie!” – também foram, para Ryszard, um contraste surpreendente. Após suas compras, no final da tarde, resolveu arriscar-se sozinho pelas ruas, fascinado com os bares e cafés, cujo movimento achou muito interessante:

Num daqueles cafés, encontrei uma mesinha livre. Sentei-me e pedi um café. Em pouco tempo, notei que olhavam para mim, muito embora eu já estivesse de terno novo, uma camisa italiana branca como a neve e uma gravata moderna, com bolinhas. Devia haver alguma coisa na minha aparência e nos meus gestos, no meu jeito de sentar e me mover que traía a minha origem e indicava que eu provinha de um mundo totalmente diferente. Senti que me consideravam um estranho e, a despeito de toda a minha alegria por estar sentado ali, debaixo do maravilhoso céu de Roma, tive uma sensação desagradável de não pertencer àquele meio. Embora tivesse trocado de terno, não consegui esconder por baixo dele aquilo que me formara e me marcara. Estava num mundo maravilhoso, que, no entanto, fazia questão de me lembrar que eu não fazia parte dele (p. 24).

Referências bibliográficas

[DUMONT, Louis. O Individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. Tradução: Álvaro Cabral. Rocco, Rio de Janeiro, 1985.](#)

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1989.

KAPUSCINSKI, Ryszard. **Minhas viagens com Heródoto: entre a história e o jornalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: um conceito antropológico*. 21^o edição. Zahar: Rio de Janeiro, 2007.

AULA 03 - O DETERMINISMO BIOLÓGICO DE MORGAN E O CULTURALISMO DE BOAS

Introdução

Esta aula procura discutir uma visão ainda hoje presente em muitas explicações cotidianas sobre os hábitos, os conhecimentos e o desenvolvimento das sociedades. A proposta é olhar com seriedade para a elaboração de nossos próprios argumentos, e nos perguntar: consideramos a natureza humana como a fonte que inspira e determina nossas relações com o ambiente e com as pessoas? Conhecer o diálogo entre os evolucionistas culturais e os culturalistas é uma etapa importante para pensar criticamente sobre as formas de interpretar a realidade social e de conceber as relações entre o homem e a natureza.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O DETERMINISMO BIOLÓGICO: A DESIGUALDADE DAS RAÇAS HUMANAS

As diferenças entre povos eram explicadas como deficiências raciais. As diferenças eram vistas como desigualdades inelutáveis. Os europeus hierarquizaram as sociedades desta forma, tomando a sua como o ápice do desenvolvimento humano.

A idéia de que existiam **raças biologicamente inferiores** não deve ser vista como um simples preconceito ou artifício ideológico. Durante a expansão marítima e comercial, a superioridade dos brancos e de sua civilização era a base do pensamento intelectual europeu. Naquela época, era preciso lidar com realidades inéditas e inconcebíveis para a forma de pensar típica da Europa ocidental. Para estes colonizadores, a dificuldade de entender as diferenças levou a interpretações que hoje consideramos absurdas: jesuítas como Agostinho diziam que os índios não tinham alma, e as opiniões sobre os negros eram expressas em termos de inferioridade racial. O discurso de vários pensadores que seguiam esta linha tinha um uso político perverso: os inferiores devem ser civilizados e levados, assim, a uma existência mais digna. Ora, mais digna pra quem, cara pálida?

O que é difícil de entender neste contexto é a diferença entre a construção destas teorias racialistas como uma verdade, e o seu uso político. Imaginar o que aconteceria se desde o princípio a Igreja dissesse que todos os índios e negros são nossos irmãos, com direito à propriedade como nós, pode não nos levar a entender as justificativas para a colonização, como esta de fato aconteceu, mas é preciso, para buscar entender o papel do discurso científico, pensar que estas teorias não foram a razão e a única motivação para a colonização. Max Weber é adepto de uma análise de eventos históricos envolvendo inevitavelmente múltiplas motivações, cuja conjuntura levou, naquele momento da história, a um determinado desfecho. Isto significa pensar que, mesmo se os europeus tivessem a certeza íntima de que subjugar outros

povos é errado (ou seja, contra regras morais conhecidas e reconhecidas publicamente) isto não leva a uma reação automática, intuitiva ou instintiva de interromper a expansão marítima e comercial, simplesmente porque nossas *escolhas* não são guiadas por um condicionamento natural, ou mesmo cultural, como algumas leituras de Pierre Bourdieu podem nos levar a pensar.

Um dos primeiros expoentes científicos a defender a superioridade de uma raça sobre outra foi o Conde de Gobineau², em seu *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855). É importante estabelecer uma diferença entre o **conceito biológico de raça**, que permanece em terreno firme quando usado para descrever animais, e o uso desta categoria para dividir **povos e sociedades**. Foram muitas as tentativas de entender diferenças entre negros, índios e brancos através de estudos da fisiologia, em especial, do tamanho e do formato do crânio.

Embora hoje saibamos que procurar respostas sobre a psique humana através destas medidas físicas não traz nenhum resultado válido, os cientistas da época buscavam entender e avançar numa discussão presente no senso comum. Não havia ainda, no século XIX, estudos que mostrassem claramente a influência das sociedades e suas culturas sobre as pessoas. Foi neste contexto que Lewis Henry Morgan se destacou ao discordar desta perspectiva, no seu *Ancient Society*, livro que o colocou entre os fundadores da corrente de pensamento que viria a ser chamada de **evolucionismo cultural**.

O EVOLUCIONISMO CULTURAL EM LEWIS MORGAN: IGUALDADE BIOLÓGICA E HIERARQUIZAÇÃO CULTURAL

A raça humana é uma só em toda parte. Toda sociedade progride de forma linear: passa pelos estágios de selvageria, barbárie e chega à civilização. O desenvolvimento cultural varia de acordo com as condições ambientais.

As relações entre o homem e a natureza no trabalho de Morgan são desenvolvidas numa seqüência lógica e cronológica. Ele procurou formular uma classificação teórica de instituições, usos, invenções e descobertas humanas. Assim, uma sociedade tribal sem Estado se classifica num estágio de desenvolvimento inferior a uma sociedade regida por esta instituição. Uma sociedade que descobriu e domina as técnicas de uso da cerâmica atravessou um marco que a coloca num estágio de desenvolvimento superior às sociedades que não a conhecem. As instituições e tecnologias de cada povo estão, assim, organizadas numa única hierarquia, que classifica as sociedades como mais ou menos desenvolvidas. Infelizmente, até pouquíssimo tempo atrás ainda era possível encontrar nos livros escolares explicações evolucionistas, dizendo que os seres humanos em toda parte já passaram pelos estágios da selvageria,

² Para saber mais sobre o Conde de Gobineau, acesse <http://www.cobra.pages.nom.br/fcp-gobineau.html>

depois da barbárie e que, apesar dos atrasos, todas as sociedades humanas chegarão à civilização.

Para Morgan, a mente codifica uma realidade externa, que existe independente de nós, e é desta forma apropriada pela linguagem. Uma flor é uma parte da natureza, mas o buquê de noiva é um vestígio *irracional* da nossa mente sobre a nossa existência social e, neste sentido, é uma *sobrevivência* fadada a desaparecer. Segundo sua teoria, nossa mente nos conduz a um desenvolvimento *lógico* de nossos hábitos e da nossa cultura.

Esta explicação se baseia na idéia de que existe uma unidade na cultura humana, pois todos nós somos capazes de chegar às mesmas conclusões lógicas, necessárias para uma evolução tecnológica e um entendimento melhor do mundo. Neste sentido, dizem que existe uma Cultura humana, e não várias culturas humanas. As conseqüências disso são profundas: todas as diferenças tecnológicas e todas as diferentes formas de conhecimento precisam ser hierarquizadas. As diferenças são, portanto, sinais de inferioridade ou superioridade de um povo. Povos diferentes são inferiores e fadado a desaparecer, pois 'o diferente' precisa se ajustar ao sentido da vida social civilizada. O objetivo desta aula é mostrar como esta é uma visão etnocêntrica do outro.

O CULTURALISMO DE FRANZ BOAS: IGUALDADE BIOLÓGICA COM DIVERSIDADE CULTURAL ENTRE AS SOCIEDADES

Nossa linguagem é cultural, assim como nossa percepção e interpretação da realidade. Existem culturas humanas, que se desenvolvem sem uma determinação lógica universal. Não há determinação natural de uma sociedade mais ou menos desenvolvida. Cada sociedade organiza suas práticas sociais de acordo com seu conjunto particular de instituições, crenças e tradições. O sentido das práticas só pode ser entendido através do contexto onde foi gerado.

Franz Uri Boas foi um dos fundadores da antropologia moderna. Nascido em 1858, dedicou-se inicialmente aos estudos de física, área em que concluiu sua dissertação de mestrado em 1881, e sua primeira mudança de carreira, para a geografia, teve influência do renomado profissional da área Theobald Fischer. Fez então seu primeiro trabalho de campo: a expedição à Ilha de Baffin, em 1883, para estudar os esquimós. As observações que trazia desta época já mostravam sua tendência ao rompimento com as correntes então dominantes no pensamento social, dentre as quais nos interessa a corrente **evolucionista**:

"Freqüentemente me pergunto que vantagens nossa 'boa sociedade' possui sobre aquela dos 'selvagens' e

descubro, quanto mais vejo os seus costumes, que não temos o direito de olhá-los de cima para baixo. Onde, em nosso povo, poder-se-ia encontrar hospitalidade tão verdadeira quanto aqui?... Nós, 'pessoas altamente educadas', somos muito piores, relativamente falando. ... Creio que, se esta viagem tem para mim (como ser pensante) uma influência valiosa, ela reside no fortalecimento do ponto de vista da relatividade de toda formação [Bildung], e que a maldade, bem como o valor de uma pessoa, residem na formação do coração [Herzensbildung], que eu encontro, ou não, tanto aqui quanto em nós."
(p.107, Boas, 2004)

Este trecho demonstra um exercício de **relativismo cultural** do autor, já nas primeiras décadas do século XX. Esta forma de pensar começa a tomar importância nesta época para o entendimento do ser humano. Em seu trabalho fica clara a preocupação com os problemas para o entendimento do outro. Para Boas, nossa compreensão do mundo é moldada por idéias e códigos, sentimentos morais, éticos e religiosos e, também, pela aversão a certos hábitos, tipos de comida e técnicas do corpo. A pergunta, afinal, é: como entender o outro e todo o sentido de sua vida, de suas ações, pensamentos e sentimentos?

Os métodos desenvolvidos pela antropologia não são apenas formas de ouvir e registrar a fala do outro. É necessário entender a sua formação cultural, e viver, na prática, o respeito pelas diferenças e pelos valores destes povos. Experiências pioneiras da antropologia levaram pesquisadores a viver por muitos meses ou mesmo alguns anos entre os povos que desejavam conhecer, não apenas entendendo o que seria respeito em todas as situações enfrentadas, mas também vivendo através destes códigos. Este trabalho de campo, chamado de **observação participante**, não teria efeito sem o uso do **relativismo cultural** para organizar os pensamentos e guiar a análise. Apesar do entusiasmo de Boas com sua convivência entre os esquimó, esta modalidade de trabalho de campo seria desenvolvida e viria a ser conhecida através do trabalho do polonês Bronislaw Malinowski, no clássico *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*.

Nossa linguagem é cultural, e com ela, nossas percepções e interpretações sobre a vida. Só podemos entender o sentido da existência social percebendo a totalidade do seu contexto³.

Talvez a marca mais importante da transição dos estudos de Boas para a antropologia seja o artigo *Sobre sons alternantes*, publicado em 1889. Estudos de lingüística apontavam algumas particularidades da pronúncia de certas palavras da língua inglesa em povos nativos dos Estados Unidos. Os índios não distinguiram alguns sons nesta língua estrangeira, o que foi rapidamente

³ Para saber mais sobre a importância do contexto social como uma totalidade, ver a obra de Louis Dumond, sociólogo francês.

considerado uma característica biológica destes povos, herdada geração após geração (de acordo com as teorias racialistas). Franz Boas discordou desta perspectiva. Disse que, assim como algumas línguas não tem uma palavra para a cor verde, ou para a saudade, nenhuma língua atribui sentido a todos os sons que o ser humano pode emitir. Assim, em todas as línguas, há sons que não são usados, os quais não aprendemos a pronunciar, e que não esperamos, em momento algum, escutar e identificar. Exatamente por isso, quando estes sons são emitidos, nós não os percebemos.

Nossa pronúncia não é, também, tão precisa assim: existem variações do mesmo som e da mesma palavra que continuam a fazer sentido, e que não temos problema de identificar. Desta forma, de acordo com os resultados deste estudo, quando um adulto procura aprender sons inéditos, ele escuta alternadamente dois sons diferentes, estes sim, presentes e previstos na sua própria língua. Veja:

Vamos aplicar esta teoria aos fenômenos dos erros de audição. O falante pronuncia a palavra fan. O f vai ser aproximadamente o f médio. O ouvinte percebe um complexo de sons. Pode haver duas causas para que o ouvinte ouça erroneamente a palavra falada. Primeiro, os elementos fonéticos que ele escuta são semelhantes a outros elementos fonéticos. Circunstâncias fortuitas podem fazer com que a sensação se desvie um pouco da média, na direção de outro elemento fonético. Assim, pode acontecer que, em vez de ser classificado no seu próprio escaninho, ele seja classificado num similar. A classificação é feita de acordo com os sons que sabemos existir na nossa língua. (p. 102, Boas, 2004)

Com esta argumentação, Boas sustenta que a facilidade ou dificuldade de ouvir determinados sons, por pessoas de diferentes sociedades, é causada pelo costume (ao invés de uma deficiência auditiva física específica destes povos). Uma pessoa pode entender palavras mal pronunciadas em sua língua nativa e, no entanto, não conseguir identificar algum som perfeitamente pronunciado e de uso comum em outra língua, justamente porque este som não é conhecido na sua sociedade. O ser humano, segundo Boas, tem a tendência a, nestas situações, identificar dois sons diferentes do que foi dito, mas que se aproximam de expressões com as quais o ouvinte está habituado a identificar como parte da sua linguagem. O ouvinte estrangeiro tem, portanto, dificuldade de perceber e pronunciar algo tão distante da sua gama de expectativas. Isto não está, de forma alguma, associado a uma particularidade biológica. É o nosso **aprendizado cultural** que determina como ordenamos o entendimento

do mundo, quais as categorias que articulamos e que ensinamos aos nossos filhos.

Assim, mesmo algo tão simples quanto escutar e identificar o som de uma palavra não é um processo puramente natural. É claro que precisamos de uma capacidade biológica de audição para conseguir realizar este processo físico, mas a descoberta deste início de século XX foi a influência da nossa experiência social, inserida num contexto cultural, reproduzida e percebida na forma de tradições e instituições sociais. O fato de esperarmos alguns sons e não outros, de esperarmos certas atitudes e não outras, guiam a nossa consciência, e desta forma nos fazem perceber sentido nos acontecimentos ao nosso redor. Não é, portanto, a inteligência humana e a sua capacidade de raciocinar logicamente que nos fazem capazes de viver em sociedade. Boas foi o primeiro a atribuir isto à força dos hábitos e tradições de cada povo. Foi também o primeiro a dizer que esta percepção diferenciada é resultado de uma diversidade cultural, existente entre povos que compartilham o mesmo potencial biológico.

Diante deste reconhecimento da existência de uma diversidade cultural, nossas tradições e relações com o ambiente não são mais entendidos como estágios de acumulação de conhecimento, e de desenvolvimento biológico da mente, de acordo com a visão aceita hoje e que foi inaugurada por Boas nesta época.

Boas defendeu posições progressistas, como a criação de um *African Institute*, cujo objetivo era demonstrar como a inferioridade do negro se devia a causas puramente sociais, ao invés de raciais. Infelizmente, não havia milionários interessados em financiá-lo em 1906. Os afro-americanos eram, então, considerados cidadãos de segunda classe, aos quais eram negados direitos políticos e civis básicos, como o direito ao voto, e viviam numa situação de segregação cotidiana em escolas, bancos de ônibus, banheiros públicos e templos religiosos.

O texto de maior disseminação e importância histórica é *As limitações do método comparativo da antropologia*, publicado em 1896. Nele, Boas faz a sua crítica ao evolucionismo cultural, chamado, à época, de “método comparativo”, e que consistia, então, na doutrina dominante da antropologia. Celso Castro descreve sua importância ao redigir a apresentação do livro “Antropologia Cultural”:

Impulsionado pela analogia com a teoria da evolução biológica (Darwin publicara *A origem das espécies* em 1859), essa linha buscava descobrir as leis uniformes da evolução, partindo do pressuposto fundamental de uma igualdade geral da natureza humana. Em função disso, todos os diferentes povos deveriam progredir segundo os mesmos estágios sucessivos, únicos e obrigatórios - daí o uso que os evolucionistas fazem de “cultura humana” e “sociedade humana”, sempre no singular. Esse substrato comum de toda a

humanidade explicaria a ocorrência de elementos semelhantes em diferentes épocas e lugares do mundo. A comparação entre tais elementos permitiria esclarecer, não só esse caminho único da evolução da humanidade, como também o estágio no tempo em que cada povo se encontra. Obviamente esses autores colocavam no ápice do processo de evolução a própria sociedade em que viviam. (p.15, Boas, 2005)

UM EXEMPLO DE VISÃO CULTURALISTA DA LINGUAGEM

O escritor brasileiro Manuel de Barros nos presenteou com seu livro *Memórias Inventadas: A infância*. Em pequenos capítulos, ele interpreta o seu descobrimento do mundo nesta fase da vida e, para os objetivos desta aula, nos interessa particularmente reparar na maneira como ele descreve uma descoberta fundamental. Ele descobre que as palavras têm significado e, como acontece com escritores, se apaixona pelo que elas revelam sobre o nosso entendimento do mundo. Não se trata apenas de um mecanismo para interpretar a realidade de hoje, pois as palavras em nossa língua são, em sua maioria, antigas e geradas por um meio social que precisava expressar o sentido da sua existência. Ao descobrir os seres humanos por trás da existência das palavras, Manuel de Barros estava descobrindo a qualidade simbólica da cultura.

Como todo ser humano organiza seus pensamentos e suas ações através de sentidos compartilhados, podemos pensar na língua como uma ligação entre pessoas que coabitam um mesmo ambiente social.

Leia, abaixo, o capítulo “Escova”, do livro de Manuel de Barros:

“Eu tinha vontade de fazer como os dois homens que vi sentados na terra escovando osso. No começo achei que aqueles homens não batiam bem. Porque ficavam sentados na terra o dia inteiro escovando osso. Depois aprendi que aqueles homens eram arqueólogos. E que eles faziam o serviço de escovar osso por amor. E que eles queriam encontrar nos ossos vestígios de antigas civilizações que estariam enterrados por séculos naquele chão. Logo pensei de escovar palavras. Porque eu havia lido em algum lugar que as palavras eram conchas de clamores antigos. Eu queria ir atrás dos clamores antigos que estariam guardados dentro das palavras. Eu já sabia também que as palavras possuem no corpo muitas oralidades remontadas e muitas significâncias remontadas. Eu queria então escovar as palavras para escutar o primeiro esgar de cada uma. Pra

*escutar os primeiros sons, mesmo que ainda bígrafos.
Comecei a fazer isso sentado em minha escrivaninha.
Passava horas inteiras, dias inteiros fechado no
quarto, trancado, a escovar palavras. Logo a turma
perguntou: o que eu fazia o dia inteiro trancado
naquele quarto? Eu respondi a eles, meio
entresonhado, que eu estava escovando palavras.
Eles acharam que eu não batia bem. Então eu joguei
a escova fora.”*

Baseado neste exemplo de visão culturalista da linguagem, responda à Tarefa 3. Veja, na página principal, o link para o envio da mesma. Abaixo você encontra uma cópia do exercício.

Referências bibliográficas

- CASTRO, Celso (Org.). **Evolucionismo Cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CASTRO, Celso (Org.). **Franz Boas. Antropologia Cultural.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 231pp.
- STOCKING JR., George W. (org.) **Franz Boas: a formação da antropologia americana 1883-1911.** RJ Contraponto Editora/ UFRJ, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. Livro disponível online: “Evolucionismo cultural”, que contém textos de Lewis Morgan, James Frazer e Edward Tylor.

<http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=aF2-kt8ETHQC&oi=fnd&pg=PA5&dq=evolucionismo+cultural&ots=ArGVxOTSCi&sig=Yk4HcbKbAikMDXGtItgyIy2gmk#v=onepage&q&f=false>

2. Resenha, publicada na revista Horizontes Antropológicos, da apresentação de Celso Castro para o livro *Antropologia Cultural*, que contém traduções de textos importantes na obra de Franz Boas:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832004000200015&script=sci_arttext

3. Resenha, publicada na Revista Mana, do livro de Marshall Sahlins *Cultura e Razão Prática*:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000100013&script=sci_arttext

4. Resenha de Celso Castro para o livro *A formação da Antropologia Americana (1883-1911)*:

<http://www.antropologia.com.br/res/res23.htm>

AULA 04 - DETERMINISMO GEOGRÁFICO: PODEMOS REALIZAR ESCOLHAS CULTURAIS OU APENAS SOBREVIVER NAS CONDIÇÕES EXTREMAS DO AMBIENTE?

Introdução

Chegou um momento em que os estudos sobre o ser humano deixaram de ter um caráter apenas biológico. O interesse mais amplo pelas relações entre o ser humano e a natureza levanta questões sobre a imensa diversidade cultural de que somos capazes. Vimos na aula 3 uma tentativa, hoje descartada, de dar conta desta análise: o *evolucionismo cultural* limita a idéia de esfera cultural, como se todos os seres humanos (e todas as sociedades humanas) se adaptassem exatamente da mesma forma ao ambiente. Mesmo que sua história mostrasse um caminho diferente, as adaptações de uma sociedade às condições ecológicas, com o objetivo de servir às necessidades humanas gerariam, depois de passadas várias etapas, um resultado semelhante e inevitável. Este resultado seria a evolução das atrasadas sociedades tribais, para reproduzir o modelo de sociedade ocidental como a conhecemos, considerado o ápice da evolução social. Mesmo que uma dada sociedade passasse por tentativas frustradas e insatisfatórias de lidar com suas necessidades, todos os seres humanos teriam a capacidade de evoluir para uma forma mais adequada e prática de organização social.

Nesta aula, vamos nos perguntar até que ponto os Nuer, pastores que vivem nas áreas alagáveis às margens do Rio Nilo, na África Oriental, são controlados pelo ambiente, em termos de suas necessidades de sobrevivência e produção, e até que ponto podemos pensar numa diferença entre subsistência e existência cultural.

1. O ser humano dentro de seu ambiente, de seu corpo, de sua cultura

Evans-Pritchard publicou em 1940 o clássico *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. O autor os analisa após viver por cerca de dois anos entre estes pastores. Procura descrever suas instituições sociais, mais do que a visão de mundo deste povo, e o interesse principal deste estudo é a influência das relações ecológicas sobre estas instituições. Diante disto, se percebe também a influência da estrutura social sobre a conceituação das relações ecológicas. A passagem a seguir é sobre o que pensam os Nuer da qualidade de suas terras:

Do ponto de vista europeu, a terra dos Nuer não possui qualidades favoráveis, a menos que se considere como tal sua severidade, pois seus

pântanos intermináveis e amplas savanas têm um encanto austero, monótono. É muito duro viver nela tanto para homens, quanto para animais, sendo a maior parte do ano seca ou um pântano. Os Nuer, porém, acham que vivem na melhor região do mundo e, deve-se reconhecer, para criadores de gado, a região tem muitas características admiráveis. Eu logo desisti de convencer os Nuer de que existem regiões mais adequadas para a criação de gado que a deles, tentativa que se tornou mais inútil ainda desde que alguns deles foram levados a Karthum – que é considerada por eles como o lar de todos os homens brancos – e, tendo visto a vegetação desértica daquela latitude, viram confirmar-se a opinião de que a terra deles é superior à nossa. (p.61, Evans-Pritchard, 1940)

Como vimos na aula 2, todas as pessoas tendem a achar a sua cultura e a sua sociedade melhor do que as outras, o que faz parte de uma **visão etnocêntrica**. Não há nada de errado em gostar da própria vida, em achar normal e natural sua forma de viver. Porém, para estudar outros contextos (e talvez para pensar também em como tratar pessoas tão diferentes de nós mesmos), os antropólogos desenvolveram um método: primeiro, estranham o que existe de familiar na sua própria cultura e, depois, familiarizam o exótico. Se consideram, depois destas duas etapas, prontos para escrever sobre o que as pessoas pensam e fazem fora dos contextos que consideramos normais⁴.

No caso dos Nuer, eles acreditam ser a sua terra a melhor do mundo para a criação de gado. A água das chuvas e enchentes dos rios que atravessam suas terras é bastante apropriada para formar grama durante todo o ciclo ecológico, com duração de um ano, que inclui uma estação seca e uma estação de chuvas. Diante dos movimentos do nível do rio eles se mudam para acampamentos ou aldeias. Não é possível manter acampamentos em áreas alagadas - os cascos dos bois apodrecem se ficarem na água tanto tempo. Por outro lado, também não é possível viver muito longe delas, ou não haveria fonte de água. Assim, enquanto o rio recua, os jovens vão montando acampamentos de modo a se aproximar do seu leite, e os mais velhos seguem para estes acampamentos uma vez que eles estejam montados. São montados alguns acampamentos todos os anos, distantes da aldeia onde todos se concentram na época de chuvas.

A vasta planície está cortada por depressões que correm em todas as direções, que se cruzam e assim se ligam aos rios principais, que durante as chuvas transbordam para estas depressões formando uma rede de aquedutos que impede a drenagem pela terra saturada, de modo que a água de chuva

⁴ Gostaria de reforçar que estranhar a própria cultura não nos faz cidadãos do mundo. Continuamos a chorar em casamentos, a torcer fervorosamente para nosso time de futebol e a abominar a ideia de escovar os dentes com cinzas de estrume (independente dos nativos o acharem normal).

empoça profundamente por toda parte e estende-se vagarosamente até que quase toda a região fique inundada. A terra dos Nuer tem uma aparência de um grande pântano coberto de relva. Em poucos meses sem chuva e com sol forte, grande parte da relva já sofreu queimadas⁵ e está rachada em profundas fissuras. As estações de chuva e seca são, portanto, muito marcadas e a transição de uma pra outra, muito repentina.

A escassez de chuva chega a causar escassez de alimentos entre os Nuer: as camadas de argila podem não reter água o suficiente para que a relva se recupere da queimada; os recursos de água podem secar mais rapidamente do que se deseja, antecipando a mudança para os acampamentos; pode haver falta de pastagem de charco no final da estação seca, que é o principal alimento do gado nesta época; além disto, a chuva insuficiente também pode destruir o sorgo.

De maneira geral, as tendências do ambiente coincidem com as preferências dos Nuer, e não encorajam uma mudança de equilíbrio para uma economia baseada na horticultura. Eles não podem viver no mesmo lugar durante todo o ano, diante das mudanças que marcam as estações. Além de precisar se mudar para proteger o gado de problemas de saúde nas áreas alagadas, também plantam e pescam para se alimentar. Precisam, assim, procurar condições boas para o plantio de sorgo no interior, onde há solo ligeiramente mais elevado, e buscar em outros períodos os peixes, que por sua vez, se encontram distantes destas áreas.

Usos e produtos corporais do gado

A ecologia dá à economia mista dos Nuer uma inclinação para o gado, o que está de acordo com o superlativo que o gado ocupa na sua escala de valores. Eles vivem em intimidade e nudez entre os animais, que cuidam, limpam, adornam e tatuam. Conhecem nos mínimos detalhes seus animais e os dos seus vizinhos, e a língua dos Nuer está repleta de referências ao gado, além de ter um vocabulário extenso para defini-lo. Observando a diversidade de usos do gado e de seus produtos corporais, podemos perceber como suas atividades dependem do gado. Por outro lado, os cuidados minuciosos e cotidianos são necessários à sua sobrevivência. Pode-se dizer que os Nuer não viveriam ali sem o gado, e que, igualmente, o gado não poderia habitar aquela região sem eles. Veja alguns exemplos desta forte presença:

- **Peles:** camas, bandejas, cordas (para prender animais e outras finalidades), manguais (para malhar cereais), cangas de couro para bois, membranas de tambores.
- **Escrotos de bois:** sacolas para carregar tabaco, colheres e outros objetos pequenos.

⁵ Algumas espécies de relva possuem raízes bastante longas e uma formação de moita que protege seu centro das chamas, o que as faz brotar dias depois da queimada. Sem as queimadas, provavelmente não haveria pasto suficiente para os bois no final da estação seca.

- **Pêlos da cauda:** borlas usadas pelas meninas como ornamento de dança, ou enfeite para chifres de bois preferidos.
- **Ossos:** braceletes e instrumentos para bater, esmagar e raspar.
- **Chifres:** colheres e arpões.
- **Esterco:** usado como combustível e como revestimento de paredes, assoalhos e exterior de choupanas de palha de pequenos acampamentos, usado como gesso e proteção de feridas.
- **Cinzas de esterco queimado:** esfregadas nos corpos dos homens e usadas para tingir e alisar o cabelo, ingrediente de bochechos e de pó para os dentes, usado na preparação de peles e para camas e sacolas de pele, e para várias finalidades rituais.
- **Urina:** usada na batadura do leite e na preparação do queijo, preparação de utensílios feitos com cabaças, curtimento do couro e lavagem do rosto e das mãos.
- **Sangue:** apesar de não ter valor culinário, dizem que o sangue coagulado num bloco sólido e assado na fogueira é delicioso. Também serve para temperar o mingau e a carne. A sangria, porém, tem como função principal curar a vaca de uma doença qualquer, tirando o sangue ruim.
- **Carne:** apesar de não manter um rebanho para obter alimentos, todos os animais eventualmente são comidos em rituais festivos, que têm grande significação para a vida deste povo.

Um dia com os Nuer

Os homens despertam de madrugada no acampamento em meio a seu gado e ficam sentados, contentes, olhando-o, até que a ordenha seja terminada. Aí eles o levam para o pasto e passam o dia vendo-o pastar, levando-o até a água, compondo canções sobre ele e trazendo-o de volta ao acampamento, ou permanecem no kraal⁶ para beber seu leite, fazer cordas para bezerros e ornamentos para eles, dar água e cuidar dos bezerros, limpar o kraal e secar o esterco para servir de combustível. Os Nuer lavam suas mãos e rosto na urina do gado, especialmente quando as vacas urinam durante a ordenha, bebem seu leite e seu sangue, e dormem sobre suas peles ao lado do esterco fumegante. Cobrem o corpo, cuidam do cabelo e limpam os dentes com as cinzas do esterco, e comem os alimentos com

⁶ O kraal é um estábulo circular em torno do qual os nuer dormem. Dentro dele, as fogueiras de esterco não deixam os insetos perturbarem as pessoas e o gado. Dormindo fora dos kraals, provavelmente as constantes picadas não os deixariam descansar, trazendo, além disso, doenças.

colheres feitas de chifres. Quando o gado volta, ao anoitecer, eles amarram cada animal a sua cavilha com cordas feitas da pele de seus companheiros mortos e sentam-se nos abrigos contra o vento para contemplá-lo sendo ordenhado. Um homem conhece cada animal de seu rebanho e dos rebanhos de seus vizinhos e conterrâneos: a cor, o formato dos chifres, as peculiaridades, o número de tetas, a quantidade de leite que fornece, sua história, seus ancestrais e sua progênie. (p.46-47, Evans-Pritchard)

O sistema social dos Nuer existe em conformidade com as possibilidades do sistema ecológico: sua economia, suas migrações, seu cotidiano são influenciados pelo ambiente, com o qual vivem em equilíbrio, independentemente de passarem por períodos de escassez de alimentos. Nestes períodos, devido às características de sua tecnologia e à ausência de comércio, não dependem apenas do pequeno grupo familiar, mas de extensos grupos econômicos. Podem deixar um parente distante cuidar do seu gado, caso não tenham condições de mantê-lo, dar leite ou mesmo emprestar uma vaca para garantir a alimentação dos vizinhos.

2. Cultura e ambiente não definem um povo: guerra, orgulho e gado

O livro de Evans-Pritchard *Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota* faz uma descrição que é um esforço de colocar o ser humano dentro do seu ambiente, do seu corpo e da sua cultura. Dentro das condições de sobrevivência da espécie humana, no ambiente onde nasceram, os Nuer fazem a sua cultura, que representa um conjunto de valores entre os muitos possíveis de se cultivar e alcançar ali.

Quando um nuer nasce, ele não entra apenas num meio ambiente natural, como também num meio ambiente domesticado, que é o produto do trabalho humano; e esse mundo fechado é construído a partir do mundo exterior, sendo sua forma e conteúdo estritamente limitados pelos recursos naturais. (p.99, Evans-Pritchard)

O primeiro objetivo desta aula é questionar até que ponto estas interações com o ambiente são determinadas pelas oportunidades oferecidas na natureza de construir lares, produzir alimentos e conviver. Evans-Pritchard faz

parte da escola estrutural-funcionalista inglesa, e como tal, está preocupado em entender a passagem das pessoas pela estrutura social, da qual seleciona como centrais as instituições políticas e a existência biológica do homem inserido no meio ambiente onde sua sociedade se estabelece, a que chamou, numa linguagem já antiquada, de subsistência.

Eles criam bois, ovelhas e cabras. Cultivam milho e sorgo, e pescam na seca. Não obstante, é para os bois (e para as mulheres, é claro) que eles cantam e compõem seus versos, é com o gado que medem a riqueza, e através de seu sacrifício são celebradas as maiores cerimônias. Odeiam a horticultura e nutrem desdém pelos nuer que não possuem gado e dependem do peixe. Apesar de apreciarem uma dieta mais leve, anseiam e sentem saudades de tempos mais ricos, quando podem tomar leite e servir queijo aos convidados, e quando muitos sacrifícios (únicos momentos em que se come carne) podiam ser realizados, e o autor instiga nossa imaginação ao descrever a regularidade destas cerimônias a ponto de transmitir a idéia de que sua proporção é semelhante a dos feriados brasileiros.

A tecnologia, sob um ponto de vista, é um processo ecológico: uma adaptação do comportamento humano às circunstâncias naturais. Sob outro ponto de vista, a cultura material pode ser considerada como parte das relações sociais, pois os objetos materiais são correntes ao longo das quais correm os relacionamentos sociais (...) Um único artefato pequeno pode ser um vínculo entre pessoas; por exemplo, uma lança que passa de pai a filho como presente ou legado é um símbolo de seu relacionamento e dos vínculos pelos quais este relacionamento é mantido. Assim, as pessoas não apenas criam sua cultura material e vinculam-se a ela, como também constroem seus relacionamentos em torno dela e vêm-nos em termos daquela.”(p.101, Evans-Pritchard)

Eles entram em brigas por seus bois, mas não pelas hortas. Nunca deixam de plantar, e cultivam a terra à exaustão, por cinco ou dez anos, antes de migrarem por algum tempo. A horticultura, porém, é uma atividade infeliz: são boiadeiros, não camponeses. Podemos reconhecer traços indicativos de uma identidade bem demarcada através do que faz estas pessoas felizes e do que sentem orgulho, o que não corresponde diretamente ao que elas fazem. Descrever *o que acontece* não é a mesma coisa que falar sobre a importância das coisas desejadas e não desejadas, nem daquilo que os nativos *pensam que deveriam desejar* (mas nem sempre, de fato, desejam). Este *dever ser* é o que melhor descreve os valores que estruturam o pensamento de um grupo. As representações que estes povos fazem sobre suas vidas, no texto de Evans-

Pritchard, têm como referência seus valores, e por isso dizem respeito ao padrão de vida ideal dos nuer, que pode nunca ser alcançado e mesmo assim conduzir julgamentos sobre a realidade vivida. Um bom exemplo disso é o fato de odiarem a pobreza, mas, devido aos dotes de casamento, às pragas e mesmo às pilhagens que ocorrem entre seções tribais (suas divisões políticas internas), eles passam, ao longo da vida, por vários períodos de relativa pobreza e riqueza.

O segundo objetivo desta seção é discutir como se dividem dois grupos étnicos que habitam a mesma região: os Nuer e os Dinka. São povos que vivem em guerra e, embora não saibam a razão que deu início às suas disputas, continuam a reunir suas famílias e seções tribais para saquear o gado alheio. Essa iniciativa parte principalmente dos Nuer, um povo que se define como guerreiro e cujo orgulho está ligado às demonstrações de suas habilidades como pastores. O ser humano, segundo dizem os cientistas, é o único animal que tem consciência da própria mortalidade, e a certeza, ao mesmo tempo, de que o contexto social onde foi acolhido e passou sua vida integrado continuará a existir sem ele. Se a morte de uma criança rompe com expectativas naturalizadas sobre sua vida, um povo que vê ameaçada a existência de seu meio social experimenta frustrações que ferem certezas das mais básicas. A guerra, porém, não representa necessariamente um rompimento com a realidade esperada e, na verdade, o que Evans-Pritchard propõe é justamente a hipótese contrária: a guerra é uma relação estrutural entre os Nuer e os Dinka, relação esta que define sua identidade política.

Não devemos, porém, prosseguir antes de resolver uma questão, que se mostra essencial para definir quem são os Nuer: as características culturais descritas acima são compartilhadas pelos Dinka. Por que, então, eles se consideram diferentes? Por que não podem viver em paz? Porque se estes dois grupos não compartilhassem os mesmos valores e buscassem a riqueza em lugares diferentes não haveria o que pilhar. Não haveria motivo para brigas. Sem a possibilidade de levar o gado roubado até a sua aldeia, nada poderia trazer prestígio à guerra. Além disso, se os Nuer passassem tanto tempo lutando entre si, pilhando o gado uns dos outros ao invés de lutar contra os Dinka, não manteriam uma unidade entre seus grupos políticos menores (as seções tribais).

A guerra entre Dinka e Nuer não é meramente um conflito de interesses, mas é também um relacionamento estrutural entre dois povos; e tal relacionamento requer um certo reconhecimento, por ambos os lados, de cada um, até determinado ponto, a partilha dos sentimentos e hábitos do outro. (...) A diferenciação cultural está fortemente influenciada pelas divergências ecológicas, particularmente pelo grau em que povos vizinhos são pastoris, o que depende dos solos, reservas de água, insetos e assim por diante. Mas é também, numa extensão considerável, independente das circunstâncias

ecológicas, sendo autônoma e histórica. (p.144, Evans-Pritchard)

As estratégias coloniais⁷ deixam claro como pode ser desarticulada esta identidade política: quando o governo intervém sobre estes povos e declara que os Dinka e os Nuer são agora um único povo do Sudão, que não deve mais lutar entre si, mas agir em conjunto e pacificamente para criar um Estado para negociar os termos da exploração colonial, os europeus estão intencionalmente rompendo os laços estruturais que definem a identidade daqueles povos. Quem são os Nuer senão aqueles que lutam contra os Dinka, e que desta forma a eles se opõem?

Ao dismantelar as relações estruturais que definem a sua unidade em grupos maiores do que aqueles que convivem num mesmo estábulo e compartilham relações de vizinhança, a identidade que define o povo Nuer e a sua unidade começa a perder um referencial que, apesar de tudo, tem uma importância conhecida: a vida que, de fato, acontece. Deixar de poder concretizar aquilo que os definiu através da história destrói a sua identidade?

Esta ameaça nos ajuda a perceber que não está no amor pelo gado ou na descendência genética a identidade destes povos, mas que esta reside nas relações de hostilidade e de assimilação do gado que definem os grupos políticos, que articulam ligações entre grupos menores, e que, num contexto onde não há Estado, demonstram as suas ligações apenas nos momentos onde a ação é necessária. Quando a necessidade da guerra deixa de existir, este é o momento no qual grupos menores deixam de se reunir, articular, de identificar-se e relacionar-se estruturalmente. Isto não significa, por outro lado, que estas pessoas deixem de saber a quem recorrer nos momentos de necessidade.

Referências bibliográficas

EVANS-PRITCHARD, E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.

RADCLIFFE-BROWN, A. **Sistemas Políticos Africanos de Parentesco e Casamento**. In: Radcliffe-Brown; Coleção Grandes Cientistas Sociais, São Paulo, Ática, 1978.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. **Conflitos recentes, estruturas persistentes: notícias do Sudão**. Rev. Antropol. vol.44, no.2, São Paulo, 2001.

⁷ E também do governo muçulmano após a declarada a independência do domínio inglês, em 1956. Para mais informações, ver artigo de Beatriz Perrone-Moisés, que usa termos ocidentais como 'guerra civil' para descrever, com a conotação negativa implícita ao termo, os conflitos entre Nuer e Dinka.

AULA 05 - DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E CULTURA

Introdução

Nas aulas anteriores você viu que o ser humano possui diferentes culturas, com os mais diversos sistemas políticos, estruturas sociais, costumes e relações com a natureza.

Viu que o ambiente não determina a cultura de um povo, embora deixe profundas marcas nessa cultura. Da mesma forma, as diferentes culturas deixam marcas no ambiente.

Para discutir o caráter mais ou menos “sustentável” da relação de diferentes culturas humanas com a natureza, precisamos primeiro entender o significado que é atribuído ao termo “desenvolvimento sustentável”.

Esse termo teve origem na percepção de diferentes e graves problemas ambientais que geraram preocupação com a sobrevivência das gerações futuras.

Alguns problemas ambientais originados das relações das diversas culturas humanas com a natureza

O lançamento das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, no Japão, ao final da Segunda Guerra Mundial, causou enorme destruição e contaminação ambiental persistente por gerações. Esse fato demonstrou com clareza que o ser humano possui potencial de destruição de recursos naturais que supera em muitas vezes o potencial de impacto sobre o ambiente que possuem as outras espécies presentes em nosso planeta.

Somos diferentes também porque somos capazes de conhecer nossa cultura e porque podemos perceber as consequências de nossos atos. A preocupação com a energia nuclear e seu uso para fins pacíficos ou não pacíficos gerou uma série de tratados regulando e depois proibindo os testes de armas atômicas, tratados estes que não foram assinados por todos os países. O uso pacífico da energia nuclear também tem elevados riscos ambientais associados, como vimos no caso da usina de Fukushima, no Japão, afetada pelo terremoto seguido de tsunami em março de 2011. Mesmo o risco causado pelo uso de equipamentos nucleares não pode ser ignorado, como no acidente com o Césio-137 em Goiânia, em 1987.

Nosso crescimento populacional gerou, na década de 1960, grande preocupação com outro tipo de bomba: a demográfica. A pressão exercida sobre o ambiente por uma população estimada hoje em cerca de 6 bilhões de pessoas pode ser quantificada por indicadores como os criados pelo WWF (World Wildlife Fund - <http://www.wwf.org.br/>). O índice *Pegada ecológica* (Ecological Footprint) representa o número de hectares de terra e mar produtivos de que uma pessoa necessita anualmente para a produção do que consome e assimilação de seu lixo. De acordo com o *Almanaque Brasil Socioambiental* 2008, a pegada ecológica média para o planeta é de 1,8 hectare por pessoa.

A influência da diversidade cultural sobre a relação entre as sociedades e a natureza pode ser avaliada quando comparamos o valor da pegada para diferentes países. O índice para os Estados Unidos (9,6) supera em mais de cinco vezes a média mundial, enquanto a Índia tem uma pegada de 0,8 e o Brasil, de 2,1. Se todos os habitantes da Terra tivessem o mesmo padrão de consumo dos norte-americanos, seriam necessários cerca de cinco planetas iguais ao nosso para sustentar todo mundo! Fica claro que, se as populações de todos os países pobres atingissem o padrão de consumo e conforto da sociedade norte-americana, a vida em nosso planeta seria inviável.



Em um país com a diversidade cultural do Brasil, podemos esperar muitas variações para o valor da pegada. Para saber qual é a sua pegada ecológica, visite o endereço <http://files.earthday.net/footprint/index.html>.

A relação das diversas culturas com a natureza não depende apenas do grau de desenvolvimento atingido por um país, como a princípio se poderia imaginar. As profundas desigualdades entre as nações e entre diferentes grupos sociais em uma mesma nação refletem um modelo civilizatório que apresenta profundas repercussões tanto na qualidade de vida das populações (na medida em que a pobreza reduz a qualidade de vida de grande parte da população mundial) quanto na dilapidação dos recursos naturais e em diferentes formas de poluição.

Questões ambientais relevantes como a da água apontam para uma gritante desigualdade no acesso à água potável entre países ricos e pobres. Já existem previsões de que a água será a principal causa de conflitos entre nações (já existem sinais de conflito por esse motivo na África e no Oriente Médio). Enquanto nos Estados Unidos o consumo anual *per capita* atinge 2 mil m³ de água, no Haiti esse índice é de apenas 7 m³ (Veiga e Zatz, 2008). O Brasil, apesar de contar com 12% da água doce disponível no mundo, possui uma distribuição desigual desse recurso no território nacional, e em regiões mais densamente povoadas e com menos recursos hídricos, como o Sudeste, grande parte dessas

águas é consumida de modo irresponsável (desperdício), além de sofrer contaminação pelo lançamento de esgotos. De acordo com o *Almanaque Brasil Socioambiental*, 80% dos esgotos domésticos e 70% dos efluentes industriais são lançados sem tratamento em rios, açudes e águas litorâneas, gerando alto nível de degradação.

Também na questão do aquecimento global, diferentes modelos de desenvolvimento representam contribuições diferenciadas na emissão de gases causadores da intensificação do efeito estufa. Embora discutido por alguns pesquisadores, que acusam os que acreditam na relevância da contribuição antrópica para o aquecimento global de ganância na obtenção de recursos para pesquisas, a maioria das publicações em revistas especializadas defende que a queima de combustíveis fósseis, que constitui a base do crescimento econômico da maioria dos países, é a principal causa de mudanças climáticas.

A controvérsia acusa os que atribuem as alterações climáticas a causas naturais, como as atividades vulcânicas e variações na atividade solar, de receber recursos das indústrias petrolíferas. Controvérsias a parte, ainda existem muitas incertezas sobre a questão, que ainda demanda grande quantidade de pesquisas científicas. De ambos os lados existem cientistas sérios envolvidos no debate. Entretanto, é inegável o potencial de dano, que levou a uma postura de garantia contra os riscos potenciais desde a Conferência Rio-92, levando ao estabelecimento de políticas de prevenção.

Desenvolvimento e crescimento econômico – diferentes paradigmas socioambientais

O relatório da World Commission on Environment and Development (ONU, 1987), *Our Common World*, também conhecido como relatório da Comissão Brundtland por causa de Gro Harlem Brundtland, que a presidiu, estabelece que o desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem também suas necessidades.

Viabilizar essa meta é uma questão bem complicada quando consideramos que, do ponto de vista histórico, o crescimento econômico se dá de modo pouco compatível com a conservação da natureza. As sociedades primitivas que viviam da coleta e da caça eram em número muito menor, causando impacto muito menor sobre o ambiente. O crescimento populacional e o aparecimento da agricultura, por volta de 10000 a.C., aumentaram esse impacto. A população mundial manteve lento crescimento até o século XVIII, quando o controle de doenças mediante métodos de higiene reduziu as taxas de mortalidade e as inovações tecnológicas como máquinas a vapor e eletricidade marcaram o surgimento de grandes indústrias. Foi a partir daí que o impacto ambiental causado por nós começou a se tornar mais acentuado.

De acordo com Veiga & Zatz (2008), algumas correntes de pensamento afirmam que as sociedades só causam destruição da natureza enquanto estão em níveis iniciais de crescimento econômico; quando se tornam ricas, começam

a tomar medidas para recuperar o que foi destruído, despoluindo rios, entre outras ações. Os autores citam o exemplo do Japão, que, a partir do século XVII, observando o rápido crescimento da população urbana, tomou medidas como controle de natalidade, redução de consumo, incentivo ao uso de fogões mais eficientes etc.

Entretanto, as diferentes culturas, com suas diferentes relações com a natureza, desenvolvem-se de formas variadas, e o que foi adotado como solução em um país pode não ser culturalmente aceitável em outro. Para estar de acordo com a hipótese de um progresso linear das sociedades, teríamos que estar de acordo com a ideia do evolucionismo cultural de Morgan, que estudamos na Aula 3. Como vimos na concepção de culturalismo de Boas, existe igualdade biológica e diversidade cultural entre as sociedades, cada uma organizando suas práticas sociais de acordo com seu conjunto particular de instituições, crenças e tradições.

Dessa forma, a corrente de pensamento mais pessimista, que afirma que as sociedades transformam energia utilizável em energia não utilizável e que esse fato em algum momento do futuro tornará inviável a vida na Terra, parece não estar desprovida de bons argumentos. O prolongamento da permanência da humanidade no planeta dependeria de desvincular desenvolvimento e crescimento econômico. Um importante representante dessa linha de pensamento foi Nicholas Georgescu-Roegen. Segundo ele, para que o desenvolvimento seja sustentável e menos vulnerável a crises, princípios mínimos de sobriedade, de simplicidade e de não consumo de bens suntuários tem que prevalecer (Georgescu-Roegen, *apud* Cavalcanti, 2009).

Uma profunda mudança cultural se faz necessária. Hoje somos 6 milhões de habitantes no planeta, com alarmantes projeções de crescimento demográfico em médio prazo. Esse crescimento trará maiores necessidades de alimentos, espaço, água, energia e muitos outros recursos. Os padrões de consumo e produção de lixo entre as diversas culturas é muito variado, e hoje se estima que os habitantes dos países ricos (América do Norte, Europa Ocidental e Japão) consomem 32 vezes mais e geram 32 vezes mais lixo que os cidadãos da maioria dos países pobres.

Para mudar essa concepção de consumo predatório dos recursos naturais, é importante ter em conta que não podemos tomar o Produto Interno Bruto (PIB) como principal indicador de desenvolvimento de um país. Outros indicadores, como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), são mais abrangentes, por levarem em conta não só a renda por habitante mas também o acesso a saúde e educação. Deve ser levada em conta ainda a necessidade de desenvolvimento compatível com a preservação da natureza, de modo a não tornar inviável a sobrevivência das gerações futuras.

Em seu artigo *Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica*, Clóvis Cavalcanti (2009) apresenta uma interessante comparação entre os paradigmas de sustentabilidade de sociedades indígenas da Amazônia e a sociedade dos Estados Unidos da América.

O paradigma dos índios brasileiros corresponde a uma situação de máxima preservação da natureza, vista com reverência e humildade. Nessas

sociedades quase não há formação de capital, com uso de habilitações e ferramentas simples e uso apenas de fontes renováveis de energia. O conhecimento é transmitido oralmente, e o uso da matéria e da energia necessário para atender aos objetivos econômicos de satisfação das necessidades básicas e bem-estar comunitário tem proporção muito menor do que aquela encontrada nas sociedades industriais. Esse padrão, que se apresenta sustentável a longo prazo, não foi compreendido pelos europeus, que acreditaram ser necessário afastar os índios de sua “preguiça” e “ignorância” e conduzi-los a padrões sociais “civilizados”.



Índios Araweté, Pará. Foto de Eduardo Viveiros de Castro, 1991.

O paradigma da sociedade norte-americana se encontra no extremo oposto, mostrando-se altamente insustentável a longo prazo, com uma visão de mundo na qual o homem é possuidor da natureza, podendo, portanto, dispor dela. A acumulação de capital resulta na necessidade de volumes crescentes de investimento, com o uso em grande proporção de fontes não renováveis de energia, como os combustíveis fósseis. O conhecimento é transmitido na forma escrita (bibliotecas e meios digitais), e o progresso técnico leva ao uso da matéria e da energia de modo irresponsável, com esbanjamento e desperdício. A economia tem por objetivo o crescimento e o lucro imediato. Esse padrão contraria a adoção de estilos de vida menos consumistas, cada vez mais afastando a sociedade moderna de um desenvolvimento sustentável. A produção e o consumo de bens desnecessários estão atrelados a um sistema de marketing que favorece a aquisição desses bens de consumo.



Nova York, EUA.

São muitos os exemplos de sociedades com estilos de vida mais sustentáveis. Cavalcanti dá como exemplos aqui no Brasil algumas formações sociais camponesas e habitantes do sertão nordestino. Mesmo no primeiro mundo temos o exemplo do Japão, com padrões de consumo muito mais austeros do que a sociedade americana.

Não se trata, portanto, de pregar austeridade desmedida, mas de adotar uma ética que reduza a sede de acumulação de bens materiais. O trecho a seguir, de Veiga e Zatz (2008), resume um programa de oito pontos proposto por Georgescu-Roegen:

“Primeiro: proibir totalmente a guerra e todos os instrumentos de guerra.

Segundo: ajudar os países subdesenvolvidos a atingir o mais rápido possível uma existência digna de ser vivida, mesmo que sem luxos.

Terceiro: diminuir progressivamente a população até um nível no qual uma agricultura orgânica bastasse à sua conveniente nutrição.

Quarto: evitar todo e qualquer desperdício de energia, enquanto se aguarda que a utilização da energia solar se torne viável ou que se consiga controlar os riscos da energia nuclear.

Quinto: parar com o desejo de ter objetos completamente supérfluos e desnecessários, como os gadgets, fazendo com que cesse sua produção.

Sexto: acabar com a moda – uma doença do espírito humano, segundo ele –, fazendo os produtores só fabricarem bens duráveis.

Sétimo: estimular o conserto das mercadorias duráveis, que seriam concebidas justamente para durar e não para serem descartadas tão rapidamente como acontece.

Oitavo: reduzir o tempo de trabalho e redescobrir a importância do lazer para uma existência digna.”

Seria a proposta de Georgescu-Roegen utópica, considerando a realidade da economia e o modo de vida ocidentais? Com quais desses objetivos você concorda?

A contribuição da educação ambiental

De acordo com Guimarães (2000), podemos perceber que a crise ambiental é um reflexo da crise do modelo de sociedade urbano-industrial. Essa sociedade desenvolve valores individualistas, consumistas, antropocêntricos, e suas relações de poder promovem dominação e exclusão tanto nas relações sociais quanto nas relações da sociedade com a natureza.

Os impactos causados pela sociedade sobre o ambiente são percebidos de diferentes formas pelos diversos segmentos da sociedade. Ao contrário das elites, segmentos populares vivenciam diretamente muitos problemas ambientais, atrelados à produção da miséria. Nas palavras de Guimarães (2000):

Para os grupos dominantes, a percepção dessa crise não se dá tanto pela convivência imediata dos problemas – já que estes têm a possibilidade de amenizá-los –, mas sim pela influência que a crise ambiental vem exercendo sobre o processo de acumulação do capital, seja pela queda de produtividade, direta ou indiretamente, pelo desvio de recursos do processo produtivo para o enfrentamento dos problemas ambientais ou pela necessidade de conquista do mercado “verde”.

Podemos entender que a crise ambiental é ampla e vai muito além dos impactos pontualmente observados sobre os ecossistemas. Trata-se de uma crise de um modelo de desenvolvimento.

Nesse contexto, a concepção romântica da educação ambiental e mesmo a visão utilitarista (se trabalhada sem incluir uma análise crítica do ponto de vista socioambiental) possuem uma esfera muito limitada de ação, com propostas tecnicistas e/ou de mudanças de atitudes individuais.

Referências bibliográficas

CAVALCANTI, Clóvis. Sustentabilidade da economia: paradigmas alternativos de realização econômica. In: CAVALCANTI, Clóvis (org.). *Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. Recife: Cortez, 2009.

GUIMARÃES, M. *Educação Ambiental – no consenso um embate?* Campinas: Papirus, 2000.

Instituto Socioambiental. *Almanaque Brasil Socioambiental 2008*. Disponível em: http://books.google.com/books?id=ggD3In5t_FIC&lpg=PA1&dq=almanaque%20brasil&pg=PA2#v=onepage&q&f=false. Acesso em maio de 2011.

ONU - World Commission on Environment and Development, WCED. *Our common future*. 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/wced-ocf.htm>. Acesso em maio de 2011.

VEIGA, José Eli; ZATZ, Lia. *Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?* Campinas: Autores Associados, 2008.

CAPÍTULO 2:

Terra e Bactérias: histórias imbricadas

Autoras: Mirian Araujo Carlos Crapez & Jaqueline Andrade Botelho Lima

Terra e bactéria: histórias imbricadas

AULA 01: DECIFRANDO AS BACTÉRIAS

1. Quem são as bactérias?

A menor unidade funcional dos seres vivos é a célula. Dependendo das características celulares, podemos dividir os seres vivos em:

- ✓ **Procariotas:** a célula não contém um núcleo envolto por uma membrana; o DNA se encontra disperso no citoplasma. Todas as bactérias são procariotas;
- ✓ **Eucariotas:** o núcleo da célula, onde se encontra o DNA, é envolvido por membrana. Os vegetais, animais e fungos são eucariotas. (<http://www.mundoeducacao.com.br>)

1.1. Características das bactérias:

- organismos microscópicos, cujo tamanho varia de 0,2 a 1 micrômetro de comprimento (micrômetro ou μm = 0,001 milímetro);
- vivem em todos os ambientes – água doce e salgada, solo, fontes hidrotermais, vulcões, salinas e minas, fundo do oceano ou dentro de rochas;
- possuem relações de simbiose ou mutualismo com os seres vivos;
- algumas são patogênicas;
- são cruciais para a saúde dos sistemas digestivos, manutenção do solo e para a existência do ar que respiramos;
- podem fixar o carbono – bactérias fotossintéticas ou consomem a matéria orgânica – bactérias heterótrofas;

Como classificar as bactérias?

As principais tentativas de taxonomia dos procariotas foram realizadas por Pasteur e Kock, usando a morfologia celular, fisiologia e patogenicidade.

Em 1958, Crick estabeleceu a sequência de aminoácidos como ferramenta da filogenia.

Em 1993, Olsen & Woese usaram os seguintes argumentos para propor a base genética: (1) ADN, ARN e proteínas são moléculas com funções homólogas; (2) a transferência lateral de genes é o fator de evolução desse grupo, sabendo-se que 20-30% de genes são obtidos a partir de infecção viral ou incorporação direta de ADN, formando um mosaico genético; (3) a transferência lateral de genes está ligada ao poder reprodutivo e aquisição de novas funções metabólicas nos procariotas.

O ARN foi escolhido por ser componente essencial no processo de auto-replicação celular, possui sequências conservadas com taxas variadas, é abundante e facilmente isolado. A árvore filogenética dividiu os procariotas em arqueas e eubactérias

- aceleram a incorporação de metais em rochas e na matéria orgânica do fundo de lagos e dos oceanos;
- são os únicos organismos capazes de fixarem o nitrogênio atmosférico;
- largamente utilizadas em processos biotecnológicos: produção de fármacos (antibióticos, esteroides, insulina, enzimas), de suplementos alimentares (vitaminas), de bebidas e alimentos, de vacinas e de biofertilizantes;
- produzem substâncias para controle biológico de pragas (bioinseticidas) e doenças;
- participam ativamente dos processos biogeoquímicos.

1.2. Subdivisões das bactérias

Genericamente chamamos de bactérias ao grupo descrito acima. Entretanto, as bactérias englobam as eubactérias e as arqueas, identificadas através da análise do material genético (Figura 1).

Pensava-se que as **arqueas** estavam ligadas apenas ao Arqueano, com idade de 3 bilhões de anos atrás, isto é, a sua existência estaria ligada apenas à Terra primitiva ou lugares inóspitos como o fundo dos oceanos, fontes hidrotermais....etc.

Hoje se sabe que as arqueas estão distribuídas em todos os ambientes, fazendo parceira metabólica com as eubactérias. Entre as arqueas podemos citar as Euryarchaeota metanogênicas, as halófilas extremas e as termoacidófilas.

As metanogênicas vivem em locais ricos em matéria orgânica e sem oxigênio como sedimentos de mangue, sistemas de tratamento de esgoto e aterros sanitários. Elas produzem metano.

As halófilas vivem em salinas ou lagoas com 50-300 g/L de cloreto de sódio. Araruama e Lagoa Salgada, RJ, são exemplos de locais preferidos das arqueas halófilas. Mas também bactérias halófilas viáveis como *Halobacterium salinarum* foram encontradas em depósitos subterrâneos de halita datados de 250 milhões de anos do Permo-Triássico.

As arqueas termoacidófilas vivem em fontes hidrotermais, minas ou no chorume de aterros sanitários, isto é, lugares ácidos.

Nas Crenarchaeota são encontradas as arqueas hipertermófilas. Elas vivem em locais ácidos e na total ausência de oxigênio. O crescimento ótimo começa a 50°C, chegando a 105°C. São abundantes em ambientes geotermiais, lamas ferventes ou vulcões. Também são encontradas na drenagem ácida de minas e processam rochas para extração de minerais (biomineração).

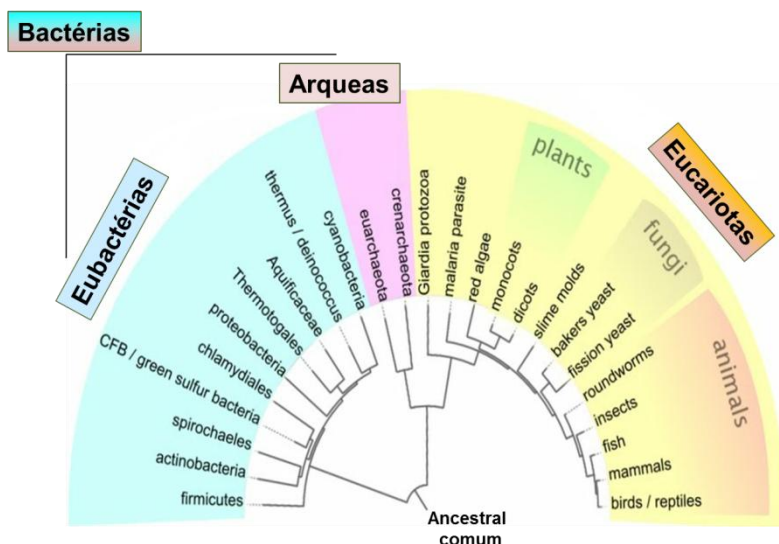


Figura 1: Árvore filogenética mostrando a relação das bactérias (procariotas) e dos eucariotas com o ancestral comum

(<http://knowledgeispowerquiumento.wordpress.com>)

As **eubactérias** são mais cosmopolitas, diversificadas e mais numerosas que as arqueas. Elas fixam o nitrogênio atmosférico e o carbono, com produção de oxigênio (cianobactérias) e compostos nitrogenados, que serão incorporados às proteínas.

Eubactérias também fixam o carbono com produção de enxofre (bactérias verdes sulfurosas e proteobactérias). Elas também produzem nitrato, que é um ótimo fertilizante.

Elas produzem e consomem o metano (proteobactérias). O metano é um dos gases responsáveis pelo efeito estufa e, normalmente, a produção ocorre no intestino dos seres vivos, solos de manguezais, fontes hidrotermais, vulcões e fossas submarinas. Entretanto, o homem pode aumentar essa produção quando usa o ambiente como depósito de seus rejeitos sem se preocupar com medidas de reciclagem ou tratamento: aterros sanitários, por exemplo.

Os dois grupos mais antigos pertencem às famílias Aquificaceae e Thermotogales. As curiosidades ficam para as proteobactérias que predam outras células bacterianas (*Bdellovibrio*), o agente da gastroenterite (*Campylobacter*) e da gastrite (*Helicobacter*).

Para o deleite dos olhos:

Qual é a imagem das bactérias e arqueas no microscópio eletrônico? E das células sanguíneas? E das algas, pássaros, répteis, minerais e rochas? Assista tudo em:

<http://www.psmicrographs.co.uk/science-images/micro-organisms>

Convido você a participar de uma viagem do mundo microscópico ao nosso mundo macroscópico, e você verá que a história da Terra e das bactérias estão imbricadas.

Deixo você em companhia de alguns vídeos que escolhi, denominados Microbiologia com Arte:

<http://www.youtube.com/watch?v=8FqdWScrzo8&feature=related>

http://www.youtube.com/watch?v=RO_MuzLxjUE&feature=related

<http://www.brasilecola.com/biologia/importancia-bacterias-2.htm>

<http://www.brasilecola.com/biologia/importancia-bacterias.htm>

<http://www.infoescola.com/biologia/reino-monera-bacterias-cianobacterias/>

Referências bibliográficas

Crapez, M.A.C. 2009. Bactérias marinhas. In *Biologia Marinha*. Editora Interciência cap. 8, pp. 183-211.

Fotos de microscopia eletrônica de bactérias de sedimento de mangue no início do texto, pertencem ao Laboratório de Ecologia Bacteriana, Universidade Federal Fluminense, sob a coordenação de Mirian Crapez.

2. Padrões de vida das bactérias

Bactérias têm padrões de vida? É o que veremos a seguir, lembrando que: por definição, bactérias englobam as arqueas e as eubactérias, como foi mostrado no capítulo anterior.

Vejamos algumas características das bactérias:

- habitantes mais antigos da Terra, atravessaram todas as modificações que ocorreram no planeta e sobreviveram;
- vivem em todos os ambientes terrestres;
- cobrem a superfície de animais, vegetais e rochas; inclusive o homem;
- apesar do tamanho microscópico, participam ativamente dos ciclos de carbono, nitrogênio, oxigênio, ferro e tantos outros;
- estabelecem relações entre si e com os outros seres vivos;
- produzem biominerais.

As características enumeradas acima demonstram diversidade de espécies e desempenho de inúmeras atividades. Como fazem o controle de todos esses processos? Como ocorre a seleção dos diversos habitats? Possuem estratégias de defesa? A organização bacteriana é sistema complexo? Estes temas serão abordados a seguir.

2.1. Atividade social das bactérias:

As características enumeradas acima nos mostram grande versatilidade ecológica, genética e biogeoquímica desses seres microscópicos.

Assim, pode-se afirmar que as bactérias possuem padrões e estratégias de vida. Vamos começar a desvendar essa história de padrões de vida bacteriana, partindo do princípio abaixo citado:

a atividade social entre as bactérias garantiu o sucesso ecológico,
isto é, a defesa favoreceu o desenvolvimento da simbiose,
que facilitou a ocupação de habitat favorável para viver em comunidade,
produzindo o biofilme.

As atividades sociais das bactérias que garantem o sucesso ecológico, desde o início da Terra, serão detalhadas a seguir.

2.2. Simbiose bacteriana:

A simbiose, definida como a uma relação que ocorre entre dois ou mais organismos de espécies diferentes, de forma mutuamente vantajosa, é o primeiro ponto da sociedade bacteriana. O processo de simbiose também facilita o estabelecimento de habitats favoráveis ao crescimento e reprodução. Exemplos podem ser citados:

- líquens – associação entre bactérias e fungos. A simbiose é mutuamente vantajosa: as bactérias fixam o carbono pela fotossíntese e os fungos são os fornecedores de minerais;
- leguminosas e bactérias fixadoras de nitrogênio – favorecimento do crescimento vegetal utilizando os biofertilizantes produzidos pelas bactérias;
- bactérias do rúmen de mamíferos e as nossas bactérias intestinais. As primeiras, entre outras funções, degradam a celulose. As nossas bactérias intestinais produzem várias vitaminas, que são essenciais para a manutenção de um bom metabolismo;
- *Vibrio fischeri* é uma bactéria marinha que vive em simbiose com a lula *Euprymna scolopes* de 35 mm, endêmica do Havaí. Essas bactérias produzem luz, mascarando a escuridão do mar e protegendo a lula da predação;
- Conheça a lula havaiana que é iluminada pela bactéria *Vibrio fischeri* no vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=5PxW9L1KTp8>
- Siga o crescimento das bactérias que produzem luz no vídeo: <http://www.youtube.com/watch?v=aliN-856Cqw&feature=related>

2.3. Comunicação bacteriana por sinalização química:

As bactérias, como todo ser vivo, respondem às modificações ambientais (aporte de esgoto, de nutrientes, de metais, de pesticidas, derrames de óleo...etc) e também à presença de predadores (como os protozoários).

As modificações são inúmeras (Figura 1). A mais importante é a comunicação química, que norteia a vida bacteriana em comunidade. Como elas se comunicam por sinalização química?

À medida que as bactérias crescem, elas sintetizam moléculas que funcionam como sentinelas para as mudanças externas. Quando as mudanças são detectadas, novas moléculas são produzidas e se ligam ao material genético (DNA), que coordenará o processo de mudanças celulares descritos abaixo:

- ✓ redução do tamanho celular. Normalmente, as bactérias têm 0,2 a 1 μm de comprimento e biovolume de 5,94 μm^3 . Em situações de estresse ambiental ou predação, elas passam a ter 0,1 μm^3 , perdendo o estoque de carboidratos e de gordura;
- ✓ aumento da motilidade que facilitará a procura de hábitat favorável ou fugir dos predadores;
- ✓ a produção de toxinas, como os antibióticos, usadas para eliminar populações que utilizam o mesmo hábitat ou a mesma fonte de alimento, por exemplo;
- ✓ a mudança de estrutura externa celular e o crescimento em filamentos tem por objetivo o não reconhecimento pelos predadores;
- ✓ a produção de exopolímeros extracelulares (estrutura mucoide - EPS) e o crescimento em filamentos, aumentam a superfície bacteriana, facilitando a captação de alimentos. Esse aumento de área dificulta o consumo pelos predadores, que não poderá ingerir a presa.

2.4. Produção de biofilme:

As bactérias produzem um muco extracelular (exopolímeros - EPS). Ao conjunto formado pelas bactérias e os exopolímeros denominamos biofilme, esquematizado na Figura 2. Para exemplificar a sensação macroscópica de um biofilme, usarei a superfície escorregadia de pedras de rios ou costões rochosos em praias.

A Figura 2 também mostra um biofilme de bactérias que vivem sobre a alga marinha *Caulerpa* (A) e em (B), biofilme englobando gotículas de petróleo, que é usado como alimento.

As etapas para a formação do biofilme são (Figura 2):

- as bactérias planctônicas fazem a adesão a um substrato, que pode ser o interior ou exterior de um ser vivo, uma rocha ou solo;
- após a fixação, começa o crescimento das bactérias e formação das colônias;
- as cores diferenciadas mostram a diversidade bacteriana de um biofilme, que chega à maturação;
- nesse estágio, as bactérias se acham unidas umas as outras, facilitando a comunicação por sinalização química (Figura 1);

- após a fase de crescimento acelerado das bactérias, o alimento se torna escasso e parte do biofilme dispersa, buscando habitats mais favoráveis.

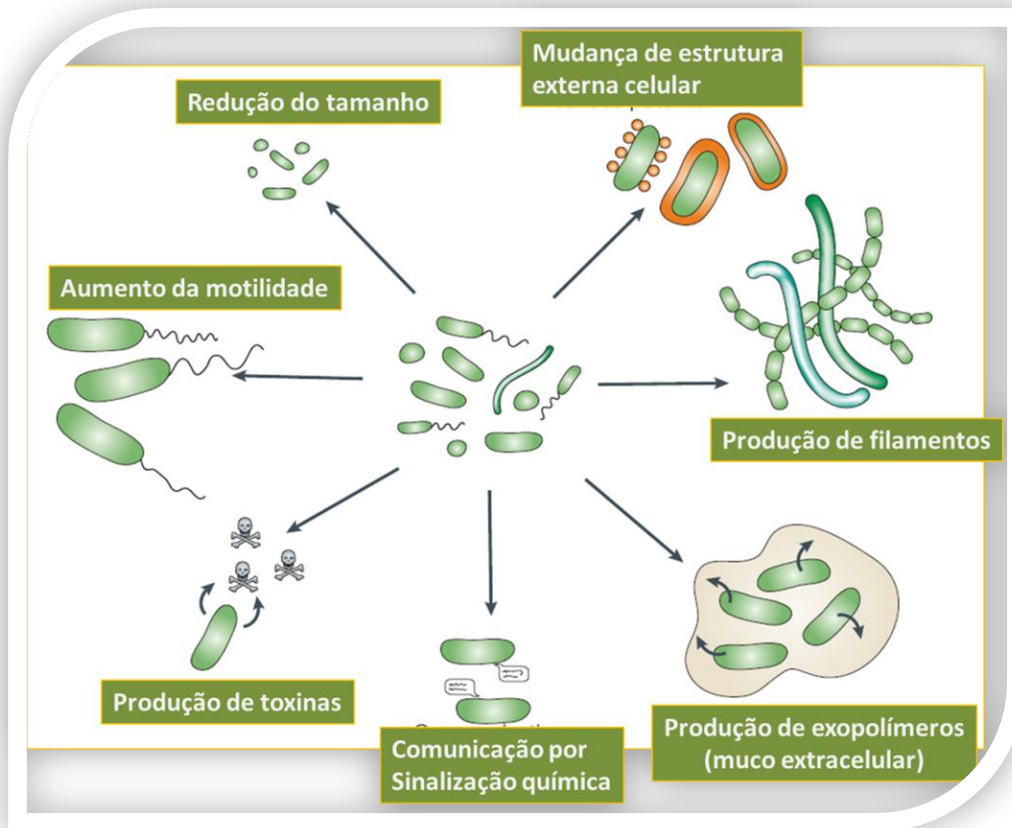


Figura 1: Esquema simplificado das adaptações bacterianas às mudanças ambientais e presença de predadores (Pernthaler, 2005).

A importância da estrutura do biofilme para o mundo bacteriano pode ser visto na Tabela 1. O biofilme, estrutura formada por bactérias e seus exopolímeros (EPS), ocupa a maior área da coluna d'água do mar (69,0%), com uma biomassa de apenas 4,6%. Os físicos estudam os biofilmes oceânicos como modelos de fractais.

Após a plataforma continental de 200 m, os oceanos são pobres em nutrientes. Os biofilmes, películas de alguns metros na superfície da água, são considerados os "oásis de vida", pois abrigam toda uma cadeia trófica microscópica (Tabela 1), servindo de comedouro para os peixes, por exemplo.

O macrozooplâncton, que detém a maior biomassa (37,0%), ocupa uma área de apenas 0,9%. A produção de biofilme assegura a presença das bactérias em toda a coluna d'água, participando de processos importantes para a manutenção da vida.

Tabela 1: Comparação da biomassa e área ocupada pelos organismos planctônicos na coluna d'água do mar. Os organismos planctônicos e microscópicos estão representados pelas bactérias, protozoários, fitoplâncton e macrozooplâncton.

Plâncton	Biomassa em $\mu\text{g/L}$ ou (%)	Área em cm^2/L ou (%)
Bactéria	26,0 (4,6)	24,6 (69)
Protozoário	9,2 (1,7)	0,3 (0,7)
Fitoplâncton	310,0 (56)	10,7 (30)
Macrozooplâncton	206,0 (37)	0,3 (0,9)

Para saber mais sobre os protozoários, fitoplâncton e macrozooplâncton - organismos eucarióticos:

Veja o vídeo em que um protozoário está fazendo a sua refeição de bactérias (pequenos pontos brilhantes). Os protozoários são predadores das bactérias:

<http://www.youtube.com/watch?v=Fc70Uk1fjTw&feature=related>

No texto da InfoEscola você saberá a definição de fitoplâncton e seus principais componente: <http://www.infoescola.com/biologia/fitoplancton/>

Em outro texto da InfoEscola você conhecerá as diatomáceas, um dos principais componentes do fitoplâncton:

<http://www.infoescola.com/biologia/divisao-bacillariophyta-diatomaceas/>

Por que o copepode é considerado um exemplar do macrozooplâncton mais rápido do mundo? Visite: <http://naturezaecologica.com/o-animal-mais-forte-e-mais-rapido-do-mundo-e-o-copepode/>

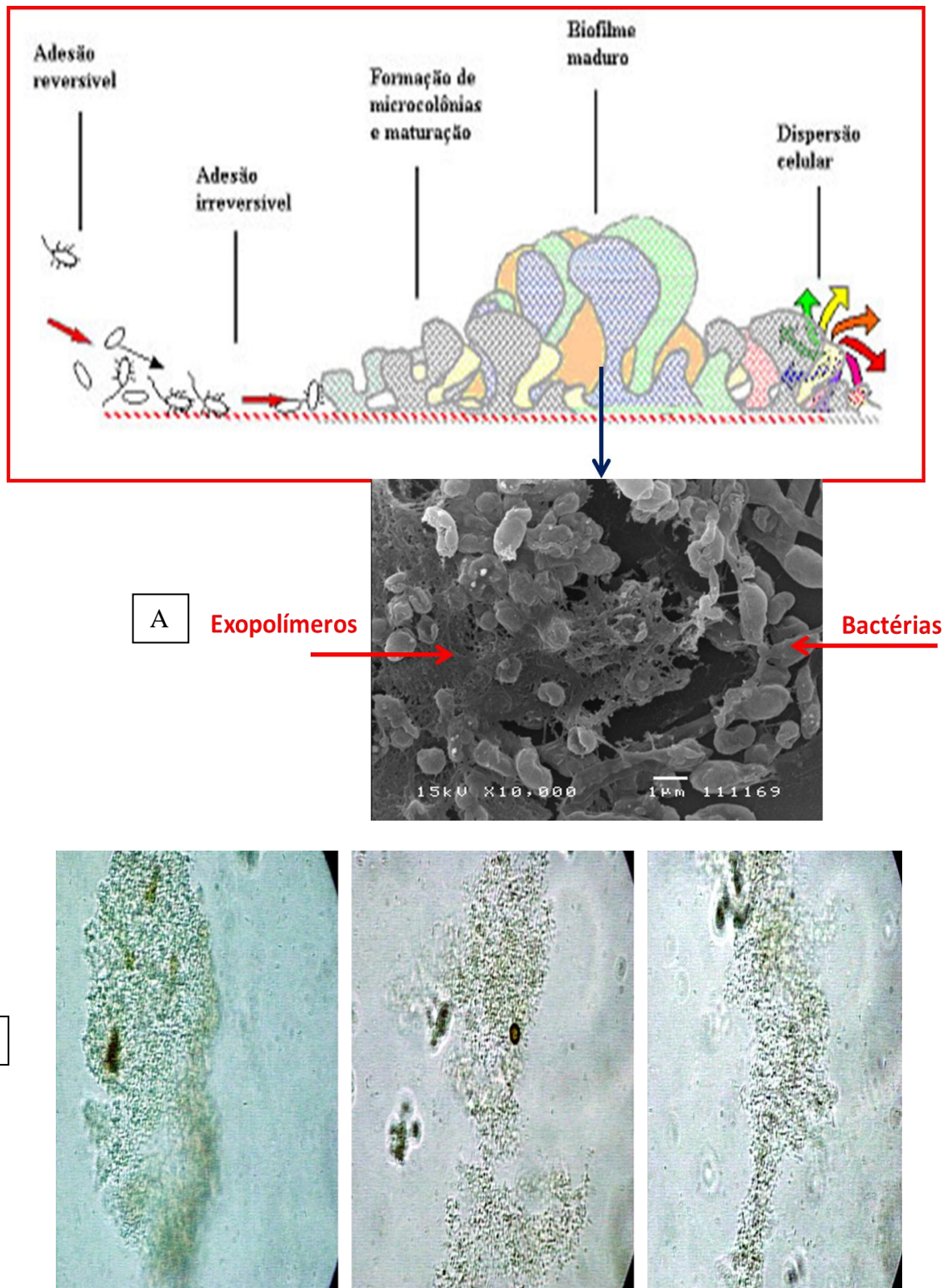


Figura 2: Esquema da formação de biofilme. A- Biofilme de bactérias da alga marinha *Caulerpa* (Microscopia eletrônica 10.000X). B- Biofilme englobando micro-gotas de petróleo (Microscopia óptica 1.000X). Fotos pertencem ao Laboratório de Ecologia Bacteriana da Universidade Federal Fluminense, sob a responsabilidade da prof. Mirian Crapez.

Para saber mais sobre a comunicação entre as bactérias e a formação do biofilme, você poderá ver:

No Science blog você poderá conferir informações sobre:

“Os laços de união e comunicação das bactérias”
(<http://scienceblogs.com.br/meiodecultura/2010/04/comunicacao-bacteriana/>) (acesso em 6/7/2012)

Proponho que veja e aprenda com belas imagens:

Para visualizar a formação do biofilme, isto é, a chegada das bactérias em um substrato, a adesão e a produção de exopolímeros (EPS), consulte:

<http://www.youtube.com/watch?v=BiY8zK8MtD0&feature=related>

Para acompanhar o processo de crescimento bacteriano e a formação do biofilme, consulte o site abaixo:

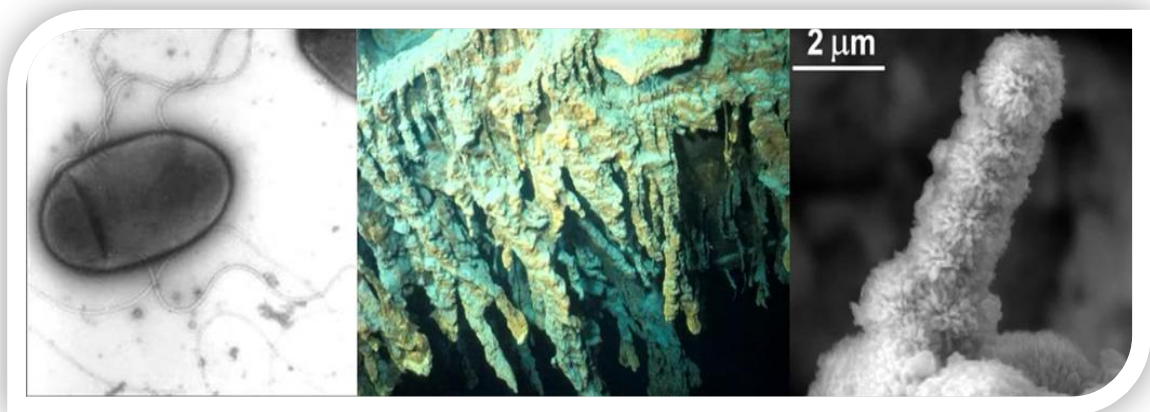
<http://www.youtube.com/watch?v=q26YhisTg7U&feature=related>

Chamo atenção para o fato de que as bactérias possuem movimentação (por flagelos) e procuram se agrupar a um biofilme já estruturado.

2.5. Terra e bactérias vivem imbricadas: exemplos para os cursistas geógrafos

Para uma imersão no mundo da geografia, nada melhor que exemplificar a atuação das bactérias em rochas ou em substratos construídos pelo homem, como a carcaça de um navio naufragado ou a vida em fontes hidrotermais e o uso de minerais para produção de energia celular.

Halomonas titanicae



A bactéria é a *Halomonas titanicae*. Leia de novo o nome... qualquer semelhança com o navio naufragado em 14 de abril de 1912, não é mera coincidência. Essa espécie de bactéria, capaz de obter energia a partir da oxidação do ferro foi descoberta no RMS Titanic.

Estudos mostraram que a *H. titanicae* adere às superfícies do aço, criando pontos de corrosão que contribuíram para a deterioração do metal do navio. O resultado disso é que esse processo acabará levando ao desaparecimento do Titanic. A primeira foto é uma micrografia eletrônica da bactéria. A segunda é a aparência da ferrugem - estruturas semelhantes às “estalactites”, formadas debaixo da água, devido à oxidação do ferro. E por fim, mais uma micrografia eletrônica, mas desta vez in loco, mostrando as bactérias envolvidas pelo biofilme.

<http://scienceblogs.com.br/meiodecultura/2012/02/sobre-o-fungo-do-mar-alem-da-bacteria-do-navio-e-do-fungo-que-brilha-e-claro/> (acesso em 7/7/2012)

Vida bacteriana nas fontes termais com temperaturas de 87° C



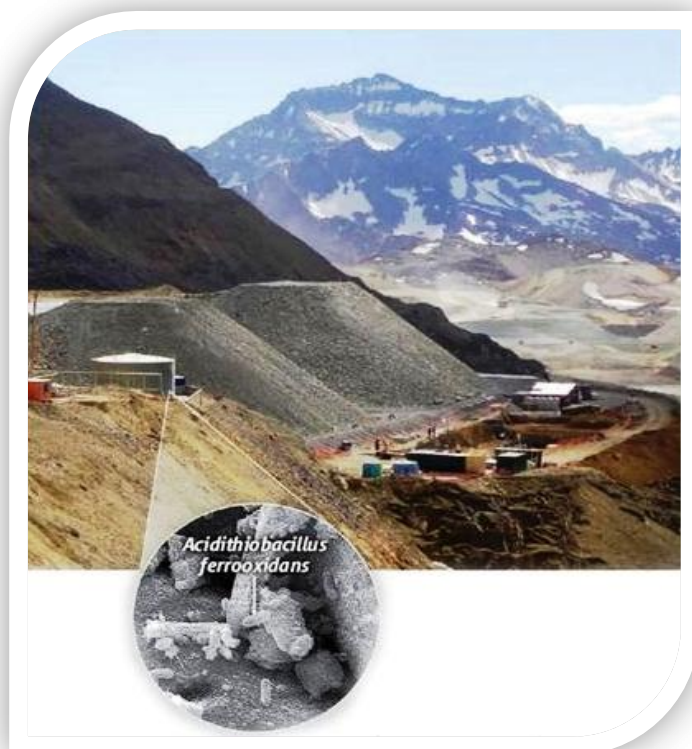
Por que essa fonte termal possui faixas de cores tão diferentes? Vou explicar, mas antes alguns dados: A “Grand Prismatic Spring” possui cerca de 90 m de diâmetro e 50 m de profundidade, com vazão estimada em cerca de 2100 L/min. A água no centro dessa grande fonte tem cerca de 87° C. Essa temperatura de 87° C é tão elevada que se torna quase inviável para suportar a vida – ou seja, ali parece ser estéril (!) – por isso o azul profundo tão bonito no centro da imagem.

Na verdade, existem algumas arqueas que sobrevivem em temperaturas até mais altas que essa. A grande campeã é uma espécie de *Pyrodictium* que cresce a 121° C.

Ao longo das bordas desse lago a água é um pouco mais fria, isto é, a temperatura é menor que 87° C. Muitas bactérias termofílicas crescem... e muito bem! Pigmentos coloridos são produzidos por essas bactérias como protetores solares naturais. E como existem muitas bactérias fotossintéticas, pigmentos como clorofila ou carotenoides também são abundantes... O resultado é a formação de um espectro de cores na lagoa, indo do azul claro no centro do lago e laranja nas bordas.

<http://scienceblogs.com.br/meiodecultura/2010/07/maravilhas-microbianas/>
(acesso em 6/7/2012)

Dê-me pedras...e farei um banquete



A biomineração é um método de extração de minerais e metais de rochas, utilizando as bactérias. A prática não exige nenhum dos procedimentos ambientalmente nocivos, encontrados em métodos convencionais de refino, mas depende inteiramente da interação da bactéria e os minerais. O processo também tem provado ser eficaz na forma viável de extrair minerais de minério de baixo grau e rejeitos anteriormente considerados inutilizáveis.

A biomineração está baseada em duas técnicas de refinamento: lixiviação ou bio-oxidação. Embora o refinamento biológico de minerais se mostre uma grande promessa no tratamento de uma variedade de elementos, a maioria das atividades de mineração biológica está centrada na extração de cobre e ouro.

Métodos convencionais de extração de minerais dependem da aplicação de produtos químicos tóxicos na presença de temperaturas extremamente altas, processos esses que, muitas vezes, deixam para trás muita destruição ambiental, enfermidade e morte. Esses fatores levaram à busca por métodos de refinamento mais limpos e seguros, que estivessem em linha com a crescente movimentação global em direção às soluções verdes.

<http://scienceblogs.com.br/meiodecultura/tag/biomineracao/> (acesso em 6/7/2012)

Biomineração: nanopartículas de paládio e ouro



Células bacterianas podem acumular grandes quantidades de paládio: alternativa eficiente e verde para os métodos tradicionais de reciclagem. Nesta micrografia, as células de *E. coli* são cercadas por nanopartículas de paládio e ouro (depósitos escuros). [Imagem: Kevin Deplanche]

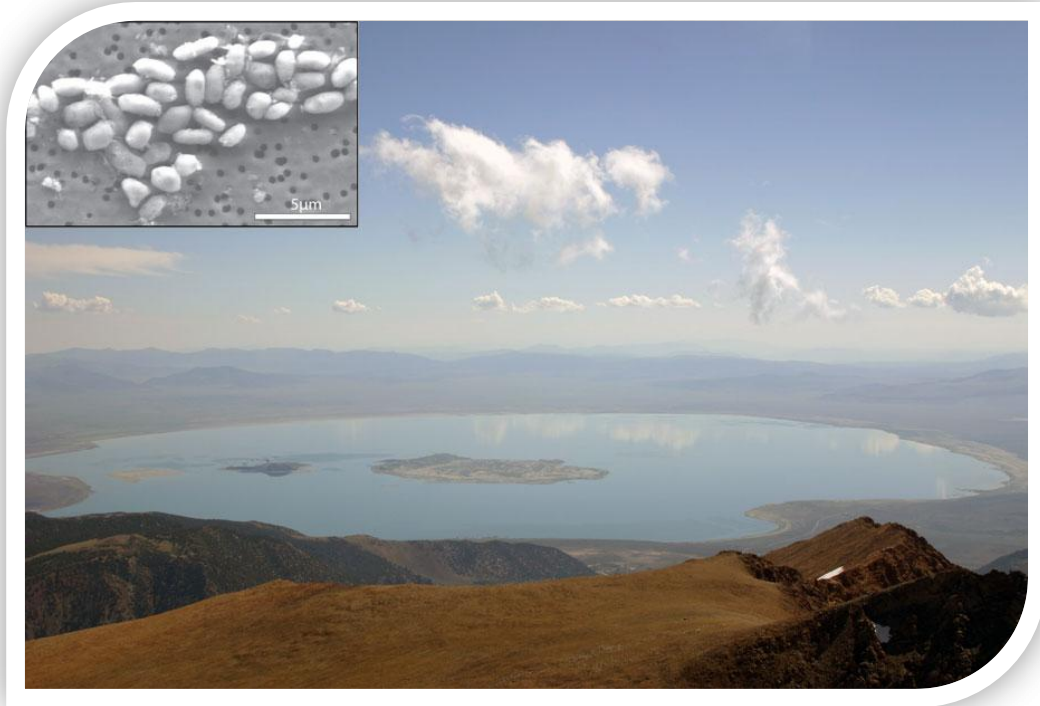
Pesquisadores da Universidade de Birmingham, no Reino Unido, desvendaram os mecanismos de recuperação do paládio de resíduos industriais utilizando uma bactéria encontrada em solos, *Desulfovibrio desulfuricans*.

O paládio é um dos metais do grupo da platina, de alto valor e com uma grande variedade de aplicações, devido às suas propriedades químicas excepcionais: não se oxida no ar, é macio e dúctil quando aquecido.

Na indústria elétrica, é usado na fabricação de contatos em sistemas eletromecânicos, como por exemplo relays. Na indústria química e farmacêutica, é catalisador de reações de hidrogenação. Na indústria petrolífera, é catalisador na destilação do petróleo. O elemento também se aplica em algumas ligas usadas em medicina dentária ou odontologia. Em joalheria, o paládio é endurecido com uma pequena fração de rutênio ou ródio, ou pode ser usado para descolorir o ouro, dando origem ao chamado "ouro branco".

<http://www.inovacaotecnologica.com.br/noticias/noticia.php?artigo=biomineracao&id=010160110223> (acesso em 6/7/2012)

Bactérias consomem arsênio em lago hipersalino



A Nasa descobriu uma bactéria que se comporta como um ser extraterrestre – ou como os cientistas imaginam que um organismo assim se comportaria. Mas o achado foi feito em solo terrestre, ou melhor, em um lago da Califórnia onde a concentração de arsênio é altíssima.

O lago Mono é conhecido pela hipersalinidade e pela alta concentração de arsênio. Em grandes quantidades, este elemento químico é tóxico para a maioria dos seres vivos. Mas o microrganismo descoberto pela Nasa conseguiu se adaptar ao ambiente hostil, substituindo o fósforo – um dos seis elementos considerados essenciais à vida – pelo arsênio.

O que isso pode nos dizer sobre a vida fora da Terra? Um parâmetro importante para considerar outros planetas e luas mais ou menos favoráveis ao surgimento da vida são as concentrações dos elementos químicos considerados fundamentais. A bem sucedida substituição do fósforo por arsênio indica haver chances para a vida sob condições consideradas adversas. Isso aumenta as perspectivas de desenvolvimento da vida e [amplia o escopo das buscas por formas extraterrestres](#).

A base da vida - Cerca de 98% do corpo humano é formado por apenas seis elementos: carbono, hidrogênio, nitrogênio, oxigênio, enxofre e fósforo. São os elementos-chave da vida. Combinados, formam os principais grupos de compostos orgânicos: as proteínas, os carboidratos (como a glicose), os lipídios (como as gorduras) e os ácidos nucleicos (o DNA e o RNA). Em tese, é possível que uma combinação diferente de elementos na tabela periódica exerça as mesmas funções vitais. Como o arsênio possui propriedades químicas semelhantes ao fósforo, cientistas já haviam teorizado que seria possível trocar um elemento pelo outro e ainda manter a estrutura física das moléculas. Mas isso não havia sido observado na natureza.

Partindo dessa ideia, a equipe de pesquisadores liderados pela bioquímica Felisa Wolfe-Simon isolou uma cultura de bactérias da família *Halomonadaceae* do Lago Mono. Esse lago hipersalino é considerado inóspito para a maioria dos seres vivos. Os cientistas cultivaram as bactérias em uma solução salina de fósforo e foram alterando a concentração gradativamente, substituindo o elemento por arsênio. As bactérias conseguiram se adaptar à solução e passaram a integrar o arsênio na sua estrutura celular. Em vez de fósforo, os pesquisadores passaram a encontrar arsênio nas moléculas.

Por causa dessa descoberta a ciência terá que fazer um “busca mais profunda do conceito da arquitetura da vida”, diz Vera Solferini, bióloga do Departamento de microbiologia do Instituto de Biologia da Unicamp. Ela destaca que as pesquisas que buscam a origem da vida terão o horizonte ampliado. De acordo com os autores da pesquisa, a vida como conhecemos exclui alguns elementos e inclui outros. “Tudo leva a crer que essas não são as únicas opções”, destaca o artigo. Mas Felisa acredita que a maior descoberta não está no Lago Mono. “Se um organismo pode realizar algo tão inesperado na Terra, o que mais a vida pode fazer que não vimos ainda?”, pergunta. “É hora de descobrirmos”.

<http://veja.abril.com.br/noticia/ciencia/nasa-descobre-bacteria-que-se-alimenta-de-arsenio> (acesso em 9/8/2012)

Referências bibliográficas

Crapez, M.A.C. 2009. Bactérias marinhas. In Biologia Marinha. Editora Interciência cap. 8, pp. 183-211.

Infoescola - <http://www.infoescola.com/relacoes-ecologicas/simbiose/>
(consultado em 5/7/2012)

Pernthaler, J. 2005. Nature 3: 537-546

AULA 02: FERRAMENTAS PARA A VIAGEM NO TEMPO

O Universo possui cerca de 10,7 bilhões de anos, a Via Láctea, 5,7 bilhões de anos e a Terra tem 4,6 bilhões de anos! Entretanto, nem sempre a idade da Terra foi contada em bilhões de anos. Em menos de 200 anos, a idade da Terra passou de alguns milhares de anos para cerca de 4,6 bilhões de anos.

Como os vários estudiosos da Terra conseguiram avançar a idade do nosso planeta?

O entendimento de fenômenos que aconteceram há milhares, milhões e até bilhões de anos é feito através do exame do registro geológico das rochas, fósseis e estruturas geológicas, usando como máxima:

“O presente é a chave do passado” (James Hutton)

A história geológica de uma região é interpretada de acordo com a ordem de deposição das sequências sedimentares (unidades litoestratigráficas), como poderão observar no Grupo Itararé na região de Itu, SP e na Formação Cercadinho do Grupo Piracicaba, MG (Figuras 1 e 2).

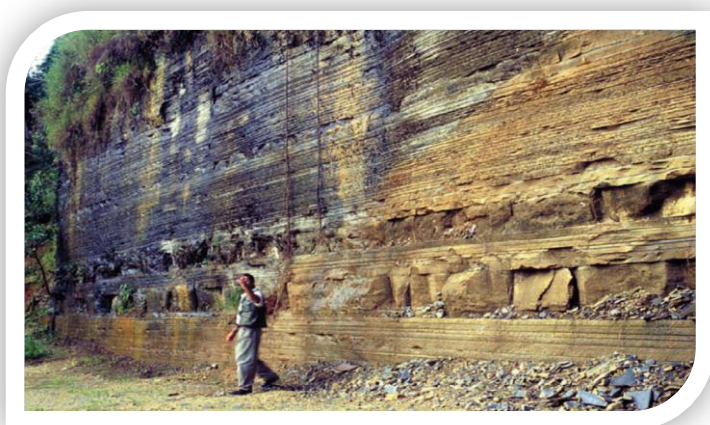


Figura 1 – Camadas sedimentares horizontais do Grupo Itararé na região de Itu (SP) (Carneiro e colaboradores, 2005).

Litologia:

é o estudo da origem e natureza das rochas.

Unidade

litoestratigráfica:

é a determinação da sucessão estratigráfica vertical das unidades litológicas (rochas) e a continuação lateral dessas unidades.

Litofácies:

são unidades litológicas que caracterizam o ambiente de formação e aspectos composicionais das rochas.

<http://www.cprm.gov.br>



Figura 2: Estratigrafia de afloramentos de dolomito da Formação Cercadinho, Grupo Piracicaba (CPRM-Serviço Geológico do Brasil, http://www.cprm.gov.br/estrada_real/06.html).

Para melhor visualizar a estratigrafia de uma região, escolhi o Quadrilátero Ferrífero de Minas Gerais. O Serviço Geológico do Brasil (CPRM), no endereço http://www.cprm.gov.br/estrada_real/geologia_estratigrafia.html, preparou para você uma excursão virtual pela Estrada Real. Você poderá conhecer a história das cidades do Circuito do Ouro, com mapas e roteiros. Além disso, aprenderá sobre as unidades litoestratigráficas e os tempos geológicos desse pedaço das Minas Gerais (Figura 3).

De acordo com o Serviço Geológico do Brasil, o Quadrilátero Ferrífero ocupa uma área de 7.200 km², na porção central do Estado de Minas Gerais e é considerado uma das mais importantes províncias minerais do Brasil devido as suas jazidas de ouro, ferro, manganês, topázio imperial e bauxita.

Datam do século XIX trabalhos publicados sobre o Quadrilátero Ferrífero por precursores como Eschwege, Gorceix e Derby. Através de convênio entre os governos dos EUA e do Brasil (USGS-DNPM), em meados do século XX, levantamentos geológicos sistemáticos tiveram início, em escala 1:25.000. A estratigrafia do Quadrilátero Ferrífero consiste, na escala regional, dos seguintes conjuntos maiores (Tabela 1): terrenos granito-gnáissicos arqueanos; sequências vulcanossedimentares arqueanas; sequências sedimentares e vulcanossedimentares proterozóicas e coberturas sedimentares recentes.

Os terrenos granito-gnáissicos arqueanos compõem vários complexos de rochas cristalinas arqueanas como [migmatitos e gnaisses](#), datados de 2,9 a 3,2 bilhões de anos (Figura 3).

As sequências vulcanossedimentares arqueanas estão associadas às rochas metassedimentares que compõem o Supergrupo Rio das Velhas. Este supergrupo é constituído pelos seguintes grupos: Quebra Osso, Nova Lima, Maquiné. Neste supergrupo são encontradas rochas metavulcânicas, basalto, formação ferrífera bandada, carbonatos e quartzitos (Figura 3).

Tabela 1: Coluna estratigráfica simplificada do Quadrilátero Ferrífero

COBERTURAS SEDIMENTARES RECENTES			
PROTEROZÓICO	SUPERGRUPO ESPINHAÇO	Grupo Conselheiro Mata	Formação Cambotas
	Grupo Itacolomi		
	SUPERGRUPO MINAS	Grupo Sabará	
		Grupo Piracicaba	Formação Barreiro
			Formação Taboões
			Formação Fecho do Funil
			Formação Cercadinho
		Grupo Itabira	Formação Gandarela
		Grupo Caraça	Formação Cauê
			Formação Batatal
ARQUEANO	SUPERGRUPO RIO DAS VELHAS	Grupo Maquiné	Formação Casa Forte
			Formação Palmital
		Grupo Nova Lima	Xisto metassedimentar e metavulcânico
		Grupo Quebra-Osso	Associação metavulcânica máfica-ultramáfica
	TERRENOS GRANITO-GNÁISSICOS-ARQUEANOS		

As sequências sedimentares e vulcanossedimentares proterozóicas compreendem o Supergrupo Minas e o do Espinhaço. O Supergrupo Minas possui vários grupos constituídos de quartzito, quartzito feldspático e quartzito ferruginoso, dolomito e xisto. O Supergrupo Espinhaço é formado por quartzitos e formação ferrífera (Figura 3).

As coberturas sedimentares recentes compreendem sedimentos cenozóicos, comuns na região do Quadrilátero Ferrífero. Estas coberturas sedimentares preenchem pequenas bacias tectonicamente controladas, de ampla distribuição geográfica (Figura 3).

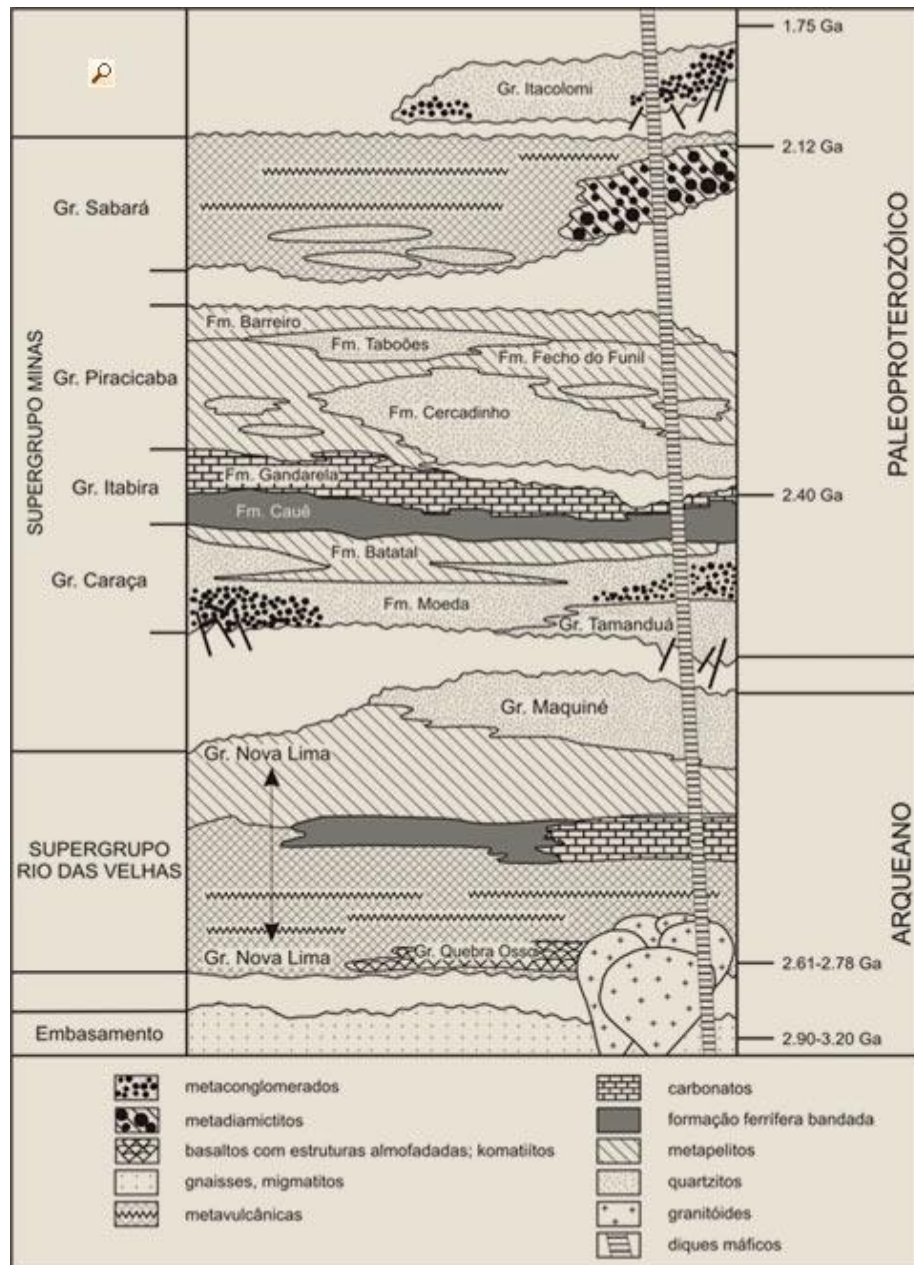


Figura 3: Tempo geológico e coluna estratigráfica detalhada do Quadrilátero Ferrífero.

(Alkimin & Marshak, 1998) (<http://www.cprm.gov.br>)

1.3. FÓSSEIS E IDADES RELATIVAS

No final do século XVIII e início do XIX, épocas do Iluminismo e Revolução Industrial, os naturalistas europeus aplicaram o princípio de que os mesmos conjuntos de fósseis aparecem sempre na mesma ordem.

Fósseis:

restos e vestígios de animais e plantas, preservados nas rochas.

Como se aplica o princípio de que o mesmo conjunto de fósseis aparece na mesma ordem, independente da sua localização geográfica?

Até o início do século XIX, profissionais ingleses e franceses (topógrafo, mineralogista e anatomista) constataram que era possível estabelecer a equivalência temporal, isto é, a **correlação fossilífera ou bioestratigráfica** entre fósseis de exemplares da fauna e flora iguais, mesmo que contidas em litologias diferentes e em sequências distantes entre si.

A correlação fossilífera ou bioestratigráfica estabelece o **princípio da sucessão biótica** (fauna e flora).

O princípio da sucessão biótica é a ordenação das rochas fossilíferas em ordem cronológica, pois cada período, época ou subdivisão do tempo geológico possui um conjunto particular de fósseis.

Bioestratigrafia:

a idade da camada geológica é definida pelo tipo ou espécies de fósseis que são encontrados nesta camada.

Vamos examinar a Figura 4 e estudar a correlação fossilífera ou bioestratigráfica em 3 rochas:

- as 3 rochas apresentam várias unidades litoestratigráficas, com e sem correlação fossilífera;
- da esquerda para a direita, pode-se verificar a primeira correlação fossilífera: a unidade litoestratigráfica C corresponde às unidades litoestratigráficas F e ao M das duas outras rochas. A unidade litoestratigráfica J corresponde à do P;
- as unidades litoestratigráficas I e H não possuem correlação fossilífera ou bioestratigráfica.

Os fósseis são conservados em sedimentos minerais, principalmente a sílica. O processo de fossilização consiste na transformação de um animal ou vegetal em um composto mineral, sem a perda de suas características físicas, isto é, o ser vivo que originou o fóssil poderá ser identificado pelo paleontólogo, que colocará em evidência fatos que aconteceram há milhões de anos.

O elemento arqueológico em questão revela, além de restos de animais e plantas, pegadas e restos de comida. Esses registros podem ter diferentes tamanhos, variando desde dinossauros e ancestrais humanos, até seres microscópicos.

O conhecimento da biologia e ecologia dos fósseis permitirá a caracterização dos processos físicos, químicos e biogeoquímicos que ocorreram naquele tempo geológico e efetuar uma datação relativa – é a paleoecologia.

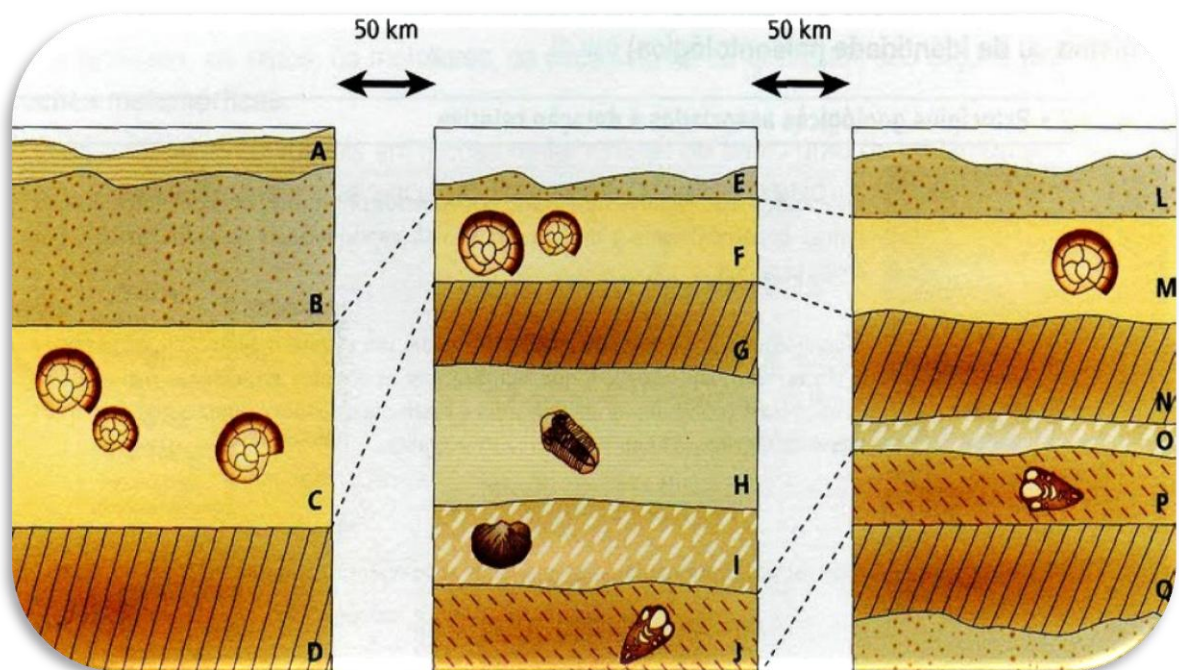


Figura 4: Correlação fossilífera ou bioestratigráfica em várias rochas que apresentam várias unidades litoestratigráficas (<http://estratipaleon.blogspot.com.br/>)

1.4. PRINCÍPIOS E MÉTODOS DA DATAÇÃO ABSOLUTA OU ISOTÓPICA

A descoberta da radioatividade permitiu o nascimento da Geocronologia, ou seja, técnicas de datação para avaliar a idade de vestígios, peças ou objetos pertencentes a épocas passadas, como rochas, minerais e fósseis.

A datação de toda sorte de matéria permitiu tratar numericamente o tempo, aprimorando o conceito sobre a idade total da Terra e tornando possível a datação de amostras de rochas da Lua e fragmentos de meteoritos. A radioatividade tornou-se assim o relógio geológico, ou seja, possibilitou conhecer processos governados pelo tempo, a uma taxa conhecida.

Na arqueologia, a análise de compostos emissores de radiação tornou-se uma ferramenta muito importante na determinação de dados sobre a idade tanto de matéria viva ou não. O método proposto por Willard F. Libby para usar a radiação do carbono 14 na datação foi muito importante para a arqueologia melhor conhecer o passado.

O Núcleo de Apoio ao Ensino da Química (NAEQ) da Universidade Caxias do Sul disponibilizou um texto de Emiliano Chemello sobre radioatividade:

na natureza existem alguns elementos fisicamente instáveis, cujos átomos, ao se desintegrarem, emitem energia sob forma de radiação, fenômeno denominado radioatividade.

(http://ucsnews.ucs.br/ccet/defq/naeq/material_didatico/textos_interativos_16.htm)

Na natureza, os átomos podem ser estáveis ou instáveis. Os átomos estáveis possuem o mesmo número de prótons (6) e de nêutrons (6). O número de elétrons também é 6. O exemplo é $^{12}\text{C}_6$, com ocorrência de 98,9% na natureza.

Entretanto, o carbono possui mais dois isótopos, isto é, o número de prótons permanece constante, mas o número de nêutrons varia em $^{13}\text{C}_6$ (7 nêutrons) e $^{14}\text{C}_6$ (8 nêutrons). A ocorrência de $^{13}\text{C}_6$ e $^{14}\text{C}_6$ é de 1,1% e 0,000001% na natureza, respectivamente. Os dois são exemplos de átomos instáveis, sendo o segundo, um átomo radioativo (Figura 5).

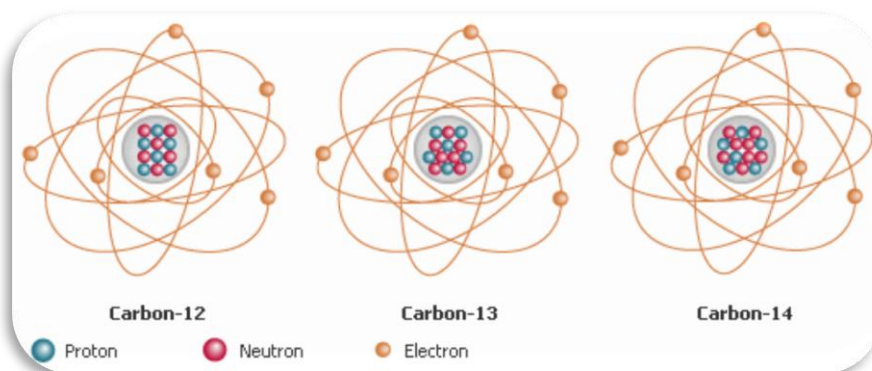


Figura 5: Desenho esquemático dos isótopos de carbono.

O carbono é um dos elementos essenciais para a formação das moléculas que compõem os seres vivos. Enquanto o ser vivo cresce, ele incorpora uma pequena quantidade de carbono-14 junto aos outros isótopos estáveis de carbono em suas moléculas, podendo fazer parte de ossos, dentes, conchas....etc. Quando ocorre a morte, nenhum carbono é adicionado ao tecido. A quantidade de carbono-14 no tecido morto, que é incorporada como material orgânico fóssil decresce à medida que os átomos radioativos se desintegram. A quantidade de carbono-14 encontrada no fóssil fornecerá o tempo que transcorreu desde que aquele ser vivo morreu.

Que são prótons e nêutrons?

A descoberta da radiação revelou a existência de partículas menores que o átomo: os prótons e os nêutrons, que compõem o núcleo do átomo e os elétrons, que giram em torno do núcleo. Essas partículas movimentam-se em altíssimas velocidades.

Assim chega-se ao princípio da radioatividade empregado para a datação de rochas, minerais e fósseis:

- ✓ os isótopos instáveis ou radioativos são importantes na geologia porque a sua taxa de decaimento é usada para determinar idades absolutas da formação de minerais e rochas, por exemplo;
- ✓ decaimento radioativo é uma reação espontânea que ocorre no núcleo do átomo instável, transformando-o em um átomo estável;
- ✓ o elemento com o núcleo atômico instável, em decaimento radioativo, é conhecido como elemento-pai; o novo elemento formado com núcleo atômico estável é o elemento-filho.

- ✓ o urânio-235, o cézio-137, o cobalto-60 e o tório-232 são exemplos de elementos instáveis ou radioativos. Eles estão em constante e lenta desintegração, liberando energia através de ondas eletromagnéticas (raios gama e X) ou partículas subatômicas com altas velocidades (partículas alfa, beta e nêutrons) (Figura 6).

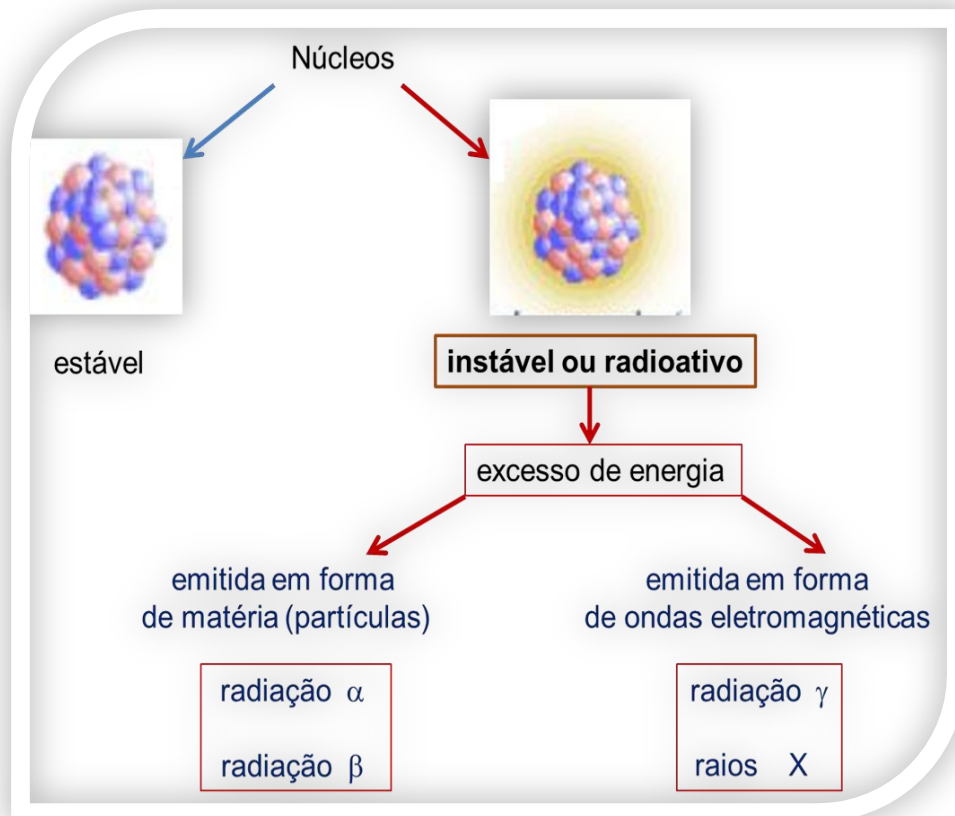


Figura 6: Os tipos de decaimento radioativo: produção de partículas alfa, beta e gama e raios X.

Vamos acompanhar pela Figura 6, a emissão de partículas, isto é, a desintegração/decaimento do núcleo radioativo:

- ✓ Partículas alfa (α): possuem massa e carga elétrica maior que as outras partículas e podem ser detidas facilmente por uma camada de 7 cm de ar, uma folha de papel ou uma folha de alumínio de 0,06 mm de espessura (Figura 8). Não conseguem ultrapassar as camadas externas de células da pele de uma pessoa, sendo assim praticamente inofensivas. Entretanto podem penetrar no organismo através da inalação ou por ferimentos. A velocidade média é de 20 000 km/s ou 5% da velocidade da luz.

- ✓ Partículas beta (β): são 50 a 100 vezes mais penetrantes que as partículas alfa. Atravessam alguns metros de ar e até 16 mm de madeira (Figura 8). São detidas por lâminas de alumínio com 1cm de espessura ou por lâminas de chumbo com espessura maior que 2mm. Ao incidirem sobre o corpo humano, podem penetrar até 2cm e causar sérios danos. Velocidade inicial varia entre 100 000 e 290 000 km/s, ou seja, até 95% da velocidade da luz.
- ✓ Raios gama (γ) e raios X têm alto poder de penetração, sendo que os primeiros são mais penetrantes. Atravessam milhares de metros do ar, até 25 cm de madeira ou 15 cm de espessura de aço (Figura 8). São detidos por placas de chumbo com mais de 5 cm de espessura ou por grossas paredes de concreto. Podem atravessar completamente o corpo humano causando danos irreparáveis. A velocidade é igual à velocidade da luz, aproximadamente 300 000 km/s.

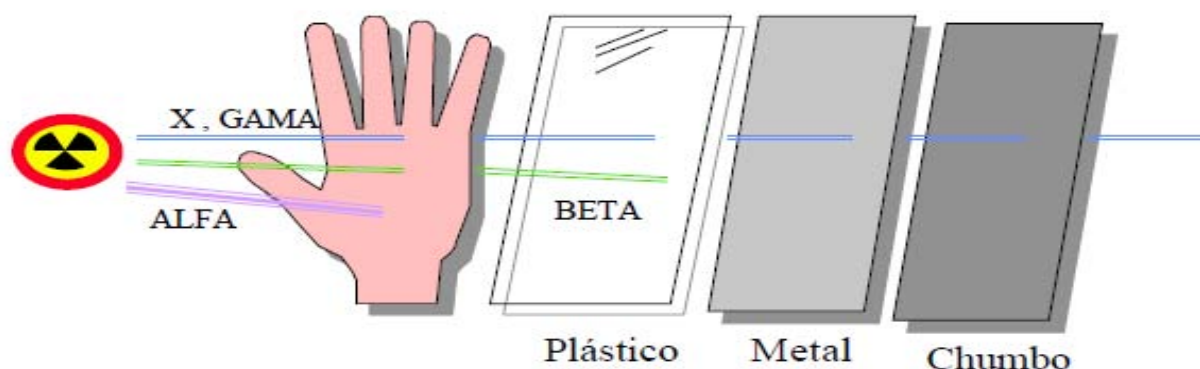


Figura 8: Esquema simplificado mostrando a penetração das partículas alfa, beta e gama e raios X em diversas superfícies (<http://www.cetre.com.br>)

De acordo com Roberto R. Cordero Otero, do Instituto de Geocronologia e Geologia Isotópica da Universidade de Buenos Aires, para que o tempo obtido através das análises coincida com o tempo realmente transcorrido após a morte de um ser vivo, é preciso aceitar algumas suposições:

- ✓ a concentração de $^{14}\text{C}_6$ permanece constante ao longo do tempo e em todos os reservatórios de carbono (atmosfera, biosfera, oceanos, rios e lagos);
- ✓ a concentração dos 3 isótopos de carbono se mantêm constantes no ciclo biogeoquímico do carbono;
- ✓ com a morte do organismo, cessa o intercâmbio de $^{14}\text{C}_6$ com o meio (Pezzo, 2002).

Entretanto, Roberto R. Cordero Otero acrescenta que, nem sempre essas suposições ocorrem na realidade. É por isso que quando falamos do conteúdo de ^{14}C em uma amostra e o expressamos em anos, dizemos que é uma idade radiocarbônica, que pode estar mais ou menos próxima da idade real, dependendo da situação e do peso de cada uma das variáveis (Pezzo, 2002).

Outro problema é a falta de calibração para as datas superiores há 40 mil anos, cuja datação apresenta margens de erro importantes, porque as concentrações de ^{14}C ainda existentes são baixíssimas e há riscos de contaminação das amostras pela poluição, salienta Jean Bocquentin, pesquisador do Laboratório de Paleontologia da Universidade Federal do Acre (Pezzo, 2002). Levando-se em conta as precauções ressaltadas acima pelos pesquisadores, a datação de elementos arqueológicos por ^{14}C é uma boa ferramenta de estudos.

Assim, conhecendo-se a meia-vida ou constante de desintegração do isótopo-pai, necessita-se medir no sistema a proporção de isótopos-filhos e isótopos-pais, de modo a calcular o tempo em que o sistema se originou (Figura 7). Tomemos como exemplo o tempo de meia vida do carbono-14 ($^{14}\text{C}_6$) que é de 5.730 anos. Isto significa que se um organismo morreu há 5.730 anos terá a metade do conteúdo de $^{14}\text{C}_6$.

O tempo de meia vida de um elemento radioisótopo é o tempo necessário para que se desintegre a metade de sua massa, que pode ocorrer em segundos ou em bilhões de anos, dependendo do grau de intensidade do radioisótopo. Ou seja, se tivermos 200 g de massa de um elemento radioativo, cujo tempo de meia vida é de 10 anos, após esses 10 anos o elemento terá 100 g de massa. Assim sendo, a idade radiocarbono da amostra fóssil pode ser obtida comparando a radioatividade específica $^{14}\text{C}/^{12}\text{C}$ desta amostra. Nesse caso, quanto menor é a quantidade de carbono-14 encontrada na amostra mais antiga ela será. Alguns exemplos de isótopos utilizados em geocronologia e datações já consagradas em vários estudos estão nas Tabelas 2 e 3.

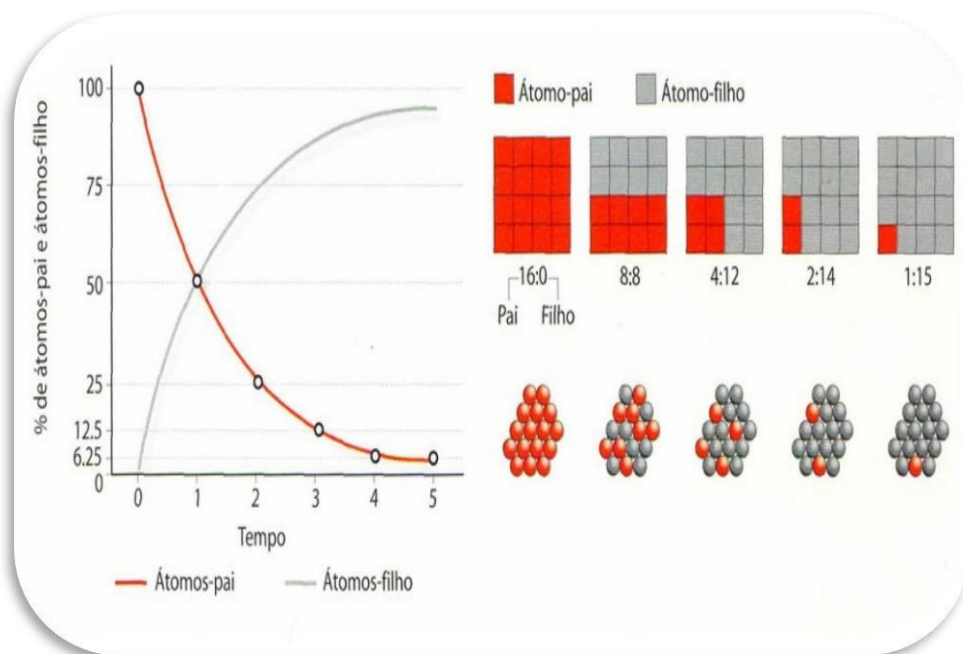


Figura 7A: Decaimento de isótopo radioativo-pai em isótopo-filho, em função do tempo.

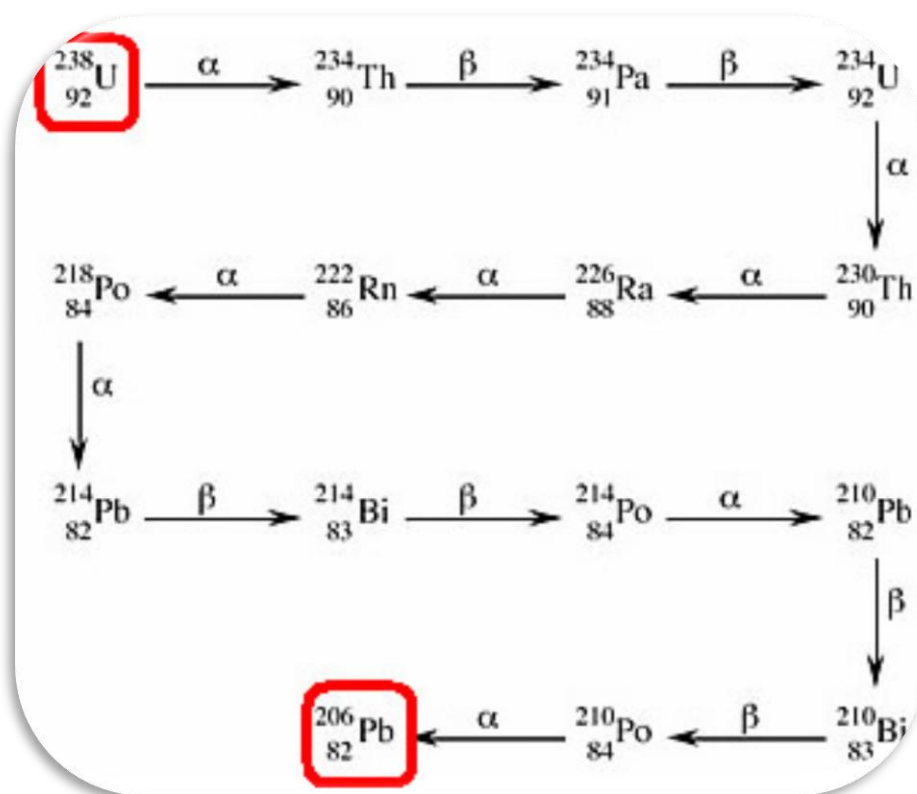


Figura 7B: Exemplo de decaimento radioativo do urânio ($^{238}\text{U}_{92}$) até chumbo ($^{206}\text{Pb}_{82}$) e respectivas emissões α (alfa) e β (beta). (<http://www.mundoeducacao.com.br>)

Tabela 2: Exemplos de isótopo-pai, isótopo-filho e respectivas meia-vida.

Isótopo-pai	Isótopo-filho	Meia-vida (Bilhões de anos)
(Rb) Rubídio	(Sr) Estrôncio	48,8
(Th) Tório	(Pb) Chumbo	14,0
(U) Urânio	(Pb) Chumbo	4,5
(K) Potássio	(Ar) Argônio	1,25
(U) Urânio	(Pb) Chumbo	0,70
(C) Carbono	(N) Nitrogênio	0 - 50 000 anos

Tabela 3: Datações importantes já consagradas em vários estudos de geocronologia.

Material	Idade (Milhões de anos)
Meteoritos	4.300 - 4.600
Rochas lunares	3.500 - 4.200
Idade da Terra (mineral)	4.600 - 4.700
Rochas mais antigas	3.900 - 4.200

Para saber mais sobre arqueologia e os métodos paleontológicos visite:

<http://www.brasilecola.com/geografia/arqueologia.htm>

Para conhecer o Museu de Arqueologia de Itaipu e os Sambaquis nas Dunas de Itaipu, em Niterói, RJ, acesse:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_de_Arqueologia_de_Itaipu

A Secretaria de Estado de Cultura realizou um inventário dos sítios arqueológicos em nosso Estado. Para conferir, acesse:

http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/sal/03_OsSitosArqueologicos.pdf

Referências bibliográficas

Alkmim, F. F. & Marshak, S., 1998. Transamazonian orogeny in the southern São Francisco cráton region, Minas Gerais: evidence for Paleoproterozoic collision and collapse in the Quadrilátero Ferrífero. **Precambrian Research** 90: 29-58.

Carneiro, C.D.R.; Mizusaki, A.M.P.; Almeida, F.F.M. 2005. A determinação da idade das rochas. **Terra e Didática** 1:6-35.

- Chemello, E. 2004. Radioatividade http://ucsnews.ucs.br/ccet/defq/naeq/material_didatico/textos_interativos_16.htm (acesso 27/09/2011)
- Fairchild, T.R., Teixeira, W., Babinski, M. 2000. Em busca do passado do planeta: tempo geológico. In: Decifrando a Terra. Teixeira, W., Toledo, M.C.M., Fairchild, T.R., Taioli, F. (Orgs.) Oficina de Textos, SP.
- Pezzo, M. 2002. O assunto é: Datação por carbono-14. **Univerciência** 2: 4-6. (http://www.univerciencia.ufscar.br/numero_2_a1.htm) (acesso 27/09/2011)
- Press, F; Siever, R.; Grotzinger, J.; Jordan, T.H. 2006. Para entender a Terra. 4ª Edição. Artmed Editora S.A. São Paulo.

AULA 03: CICLO DAS ROCHAS

Já sabemos que a história da Terra pode ser contada por meio da datação das rochas. Mas... O que são rochas? Se as rochas têm ciclo, podemos afirmar que elas também sofrem modificações?

Para responder a estas e outras questões, vamos estudar inicialmente a litosfera, um corpo dinâmico, e em seguida, o ciclo das rochas.

1. A LITOSFERA

Em 1970, o cientista inglês *James Lovelock* participou de estudos da NASA, que buscava vida em outros planetas. Analisando a composição química das atmosferas de Marte e Vênus, concluiu que nesses planetas não há vida como a terrestre, porque os gases atmosféricos estão muito próximos do equilíbrio químico. Ao contrário, a atmosfera atual da nossa Terra permite o povoamento de milhares de formas diferentes de vida. Veja na tabela abaixo:

Atmosfera	Dióxido de carbono (CO ₂)	Nitrogênio (N ₂)	Oxigênio (O ₂)
Marte	>95%	pouco	pouco
Vênus	>95%	pouco	pouco
TERRA	0,003%	78%	21%

Essas diferenças entre os planetas Marte, Vênus e a Terra levou **Lovelock** a propor uma teoria – a de *Gaia*. Nessa teoria, ele fala da existência de sistemas de controle e de interações nas esferas terrestres, a saber: atmosfera, litosfera, hidrosfera e biosfera para manutenção da vida (Figura 1).

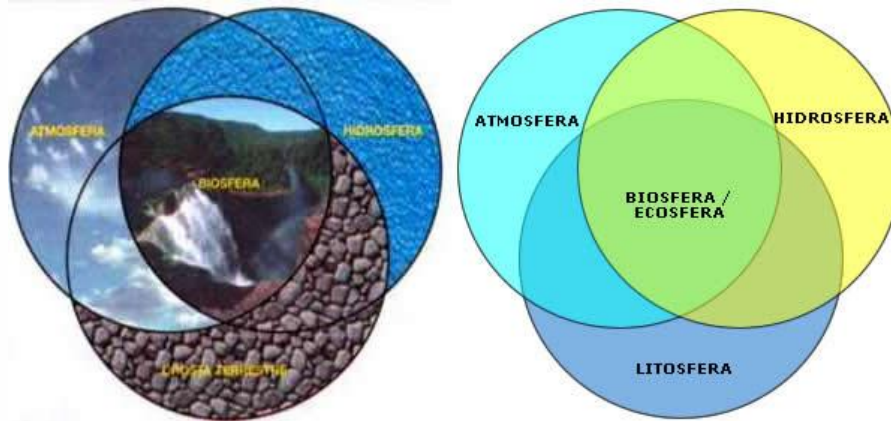


Figura 1: Esferas da Terra: atmosfera, litosfera, hidrosfera e biosfera

1.1. REVISANDO OS CONCEITOS SOBRE AS ESFERAS TERRESTRES (FIGURA 2):

- ✓ **Atmosfera** é a camada de ar, que possui cerca de 700km de espessura. Ela age como uma barreira contra a radiação, como receptor e distribuidor do calor solar e da umidade. Também nos protege dos meteoros: a maioria se queima antes de poder atingir a superfície terrestre.
- ✓ **Hidrosfera:** envolve toda a água do planeta e os fenômenos relacionados à sua circulação, nas formas líquida, gasosa e sólida.
- ✓ **Litosfera ou crosta terrestre** é a camada menos densa da Terra e a mais consistente. Ela é constituída de várias placas tectônicas, divididas em três seções: continentes, plataformas continentais (extensões das planícies costeiras que declinam suavemente abaixo do nível do mar) e os assoalhos oceânicos (nas profundidades abissais dos oceanos). A variação de temperatura vai de 15°C até 1.200°C. Na parte mais externa, também chamada camada granítica, encontramos os elementos químicos que concentram 90% dos minerais formadores das rochas do subsolo da crosta, como silício, alumínio, oxigênio e ferro, o ponto de partida para a indústria extrativa mineral. Em seguida, a parte mais interna da crosta terrestre é chamada de camada basáltica, onde predomina a rocha vulcânica denominada basalto; seus elementos químicos dominantes são o silício e o magnésio (Figura 2).
- ✓ **Manto** constitui 83% do volume e 65% da massa interna de nosso planeta. Situa-se abaixo da crosta terrestre, entre 60 km e 3.000 km de profundidade; sua temperatura varia entre 1.200°C e 3.700°C (Figura 2).
- ✓ **Núcleo** é a parte interna mais densa e quente (de 4 a 5.000°C) da Terra, com pressões altíssimas (cerca de 3 milhões de vezes maior que ao nível do mar). Apresenta duas divisões: núcleo externo, em estado fluido, e

núcleo interno, em estado sólido. Ambos são formados por níquel e ferro, além de oxigênio e enxofre (Figura 2).

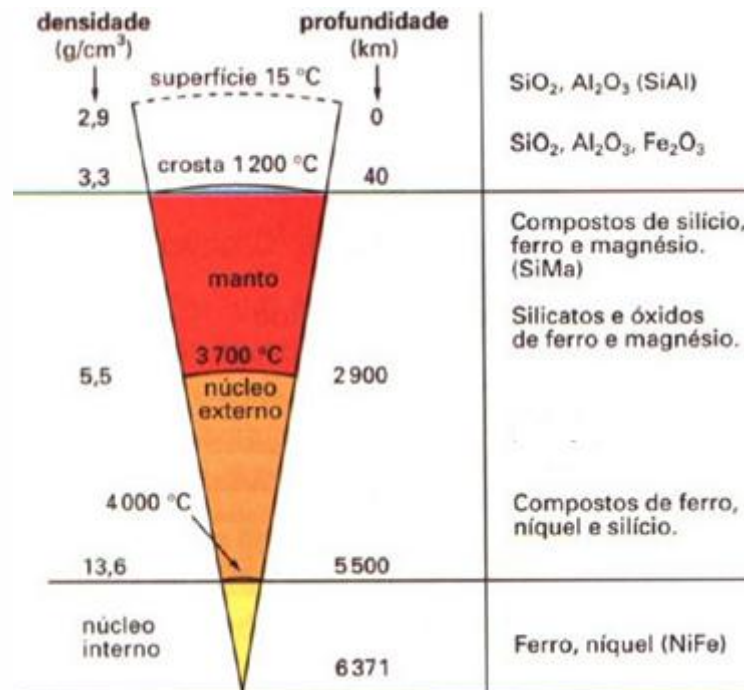


Figura 2: Desenho esquemático das esferas terrestres: litosfera, manto e núcleo.

2. CORPO DINÂMICO - LITOSFERA

É na Litosfera que ocorre a atuação antagônica de duas forças, que exercem grande influência na dinâmica da crosta terrestre:

- ✓ as endógenas ou internas, responsáveis pelas formas estruturais do relevo
- ✓ e as exógenas ou externas, responsáveis pelas formas esculturais do relevo.

2.1. AS PRINCIPAIS FORÇAS ENDÓGENAS ATUANDO NA ESTRUTURAÇÃO DO RELEVO SÃO:

- ✓ **Epirogênese:** movimento vertical de algumas áreas do continente. Teremos o *levantamento* ou soerguimento (epirogênese positiva) e o *rebaixamento* (epirogênese negativa). No Brasil, as grandes bacias sedimentares do Paraná e a Amazônica são exemplos de epirogênese.
- ✓ **Orogênese:** dobramentos da crosta terrestre, no contato de placas tectônicas. Devido a esse contato de placas encontramos os dobramentos

modernos, ocasionados pela orogênese como as Cordilheiras dos Andes, os Alpes e o Himalaia.

- ✓ **Falhamento e Fraturas:** os choques e pressões exercidas sobre uma placa durante a movimentação ocasionam trincas, que acabam resultando em falhas no terreno. São induzidos tanto pela epirogênese quanto pela orogênese. No Brasil, pode-se citar como exemplo a Fossa Tectônica do Vale do Paraíba.

O contínuo trabalho das forças endógenas resulta nas seguintes formas estruturais do relevo:

- ✓ Plataformas ou crátons, relevos mais rebaixados por diversas e longas fases erosivas, apresentando predominância de rochas metamórficas e magmáticas (Pré-Cambriano). No Brasil, o Escudo das Guianas, o Escudo Sul-amazônico e o de São Francisco são exemplos de plataformas.
- ✓ Cadeias orogênicas ou cinturões orogênicos: correspondem aos terrenos mais elevados e mais recentes da superfície terrestre (fim do Mesozóico e Cenozóico). São formados por dobramentos, acompanhados por intrusões, vulcanismo, abalos sísmicos e falhamentos. No Brasil há faixas de cinturões orogênicos antigos, o do Atlântico, englobando a serra do Espinhaço, em Minas Gerais; o cinturão orogênico de Brasília (Goiás-Minas) e o cinturão orogênico Paraguai-Araguaia (Mato Grosso-Goiás).
- ✓ Bacias Sedimentares: formaram-se em regiões que recebiam sedimentos das áreas do entorno. No Brasil, podem ser citadas as bacias sedimentares da Amazônica, do Paraíba e a do Paraná. São chamadas de bacias fanerozóicas, ou seja, formaram-se ao longo do Paleozóico, do Mesozóico e do Cenozóico.

2.2. AS PRINCIPAIS FORÇAS EXÓGENAS ATUANDO NA ESCULTURAÇÃO DO RELEVO SÃO:

- ✓ **Intemperismo físico:** as oscilações nas temperaturas ocasionam a contração e a expansão dos constituintes da rocha, resultando em grãos de minerais. Com o tempo aparecem as fissuras e ocorre a fragmentação da rocha (Figura 3).

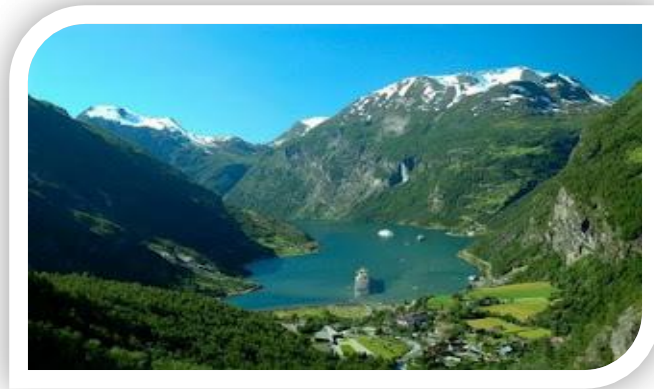


Figura 3: Os fiordes são formações geológicas caracterizadas pelo intemperismo físico (Crioclastia) - o relevo é desgastado pelo gelo e, posteriormente, preenchido em parte pela água (<http://valhalladomus2.blogspot.com.br/2008/11/crioclastia.html>)

- ✓ **Intemperismo químico:** ocorre entre os componentes da rocha e a água da chuva, agente de infiltração. Junto com a água, o oxigênio e o dióxido de carbono e outros elementos químicos percolam pela rocha, causando danos químicos.

3. MINERAIS E ROCHAS

Mudanças cíclicas lentas ou rápidas acontecem permanentemente em nosso planeta, tanto na superfície como no interior. Ou seja, nem mesmo as rochas fogem à regra, assim como todos os minerais que as constituem.

O *Ciclo das Rochas* é uma teia complexa de transformações que, em conjunto com a tectônica de placas, determina modificações no reino mineral. Tais transformações participam dos demais ciclos naturais e, evidentemente, interferem na vida humana.

Estudando as rochas pode-se, por exemplo, prever acontecimentos na agricultura, no solo, no

Mineral:
corpo natural sólido e cristalino formado em resultado da interação de processos físico-químicos em ambientes geológicos.

Para classificar e nomear um mineral leva-se em conta a composição química e a estrutura cristalina dos materiais que o compõem.

Assim, materiais com a mesma composição química podem constituir minerais totalmente distintos, como resultado de diferenças na estrutura de seus átomos ou moléculas, como no grafite e no diamante.

clima, nos oceanos e na disponibilidade de recursos *minerais*.

Para entendermos o Ciclo das **Rochas**, vamos começar estudando a própria destruição das rochas, causada pela ação de agentes externos, como a ação física e química da água, da temperatura, do vento e de microrganismos. Este conjunto de agentes provoca o fenômeno do **intemperismo** (Figura 5).

As partículas intemperizadas vão se desprendendo de grandes massas rochosas das montanhas e são transportadas pelas águas, vento, gelo e gravidade. Ao serem transportadas, as partículas são depositadas em regiões mais baixas. Essa deposição é chamada de **sedimentação** (Figura 5).

Rochas: produtos consolidados, resultantes da união natural de minerais. As rochas possuem seus cristais ou grãos constituintes muito bem unidos, como o granito (Figura 4).

Isso não acontece com os sedimentos. Um exemplo é a areia da praia, formada por um conjunto de minerais soltos.

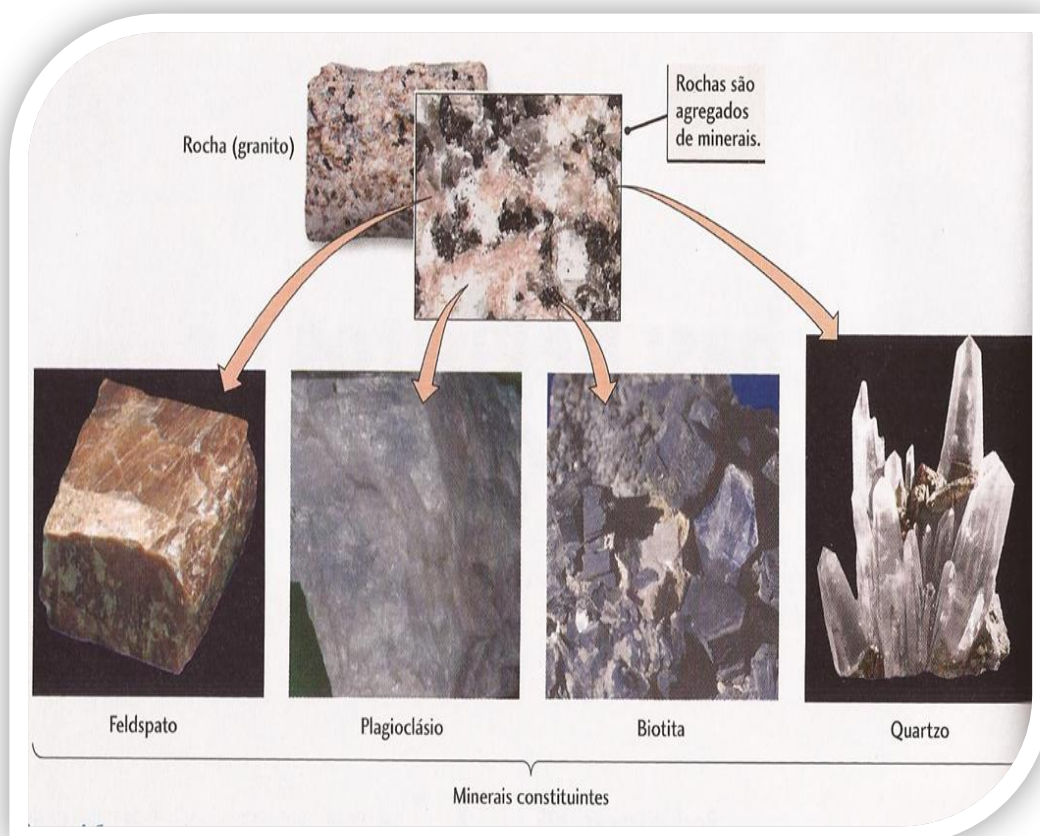


Figura 4: A rocha granito é formada pelo agregado de minerais como o feldspato, plagioclásio, biotita e quartzo (Press *et al.*, 2006).

Os processos de intemperismo e sedimentação contribuem para gerar registros nas rochas, deixando informações do que aconteceu no passado e também podem contribuir para possíveis respostas sobre o mistério da origem do Planeta.

Assim, podemos descrever a história geológica da crosta terrestre com estudos:

- ✓ de processos que geraram as rochas e os minerais;
- ✓ da dinâmica terrestre, pois as alterações nas rochas mostram uma série de acontecimentos naturais, inseridos no tempo geológico da história do nosso Planeta.

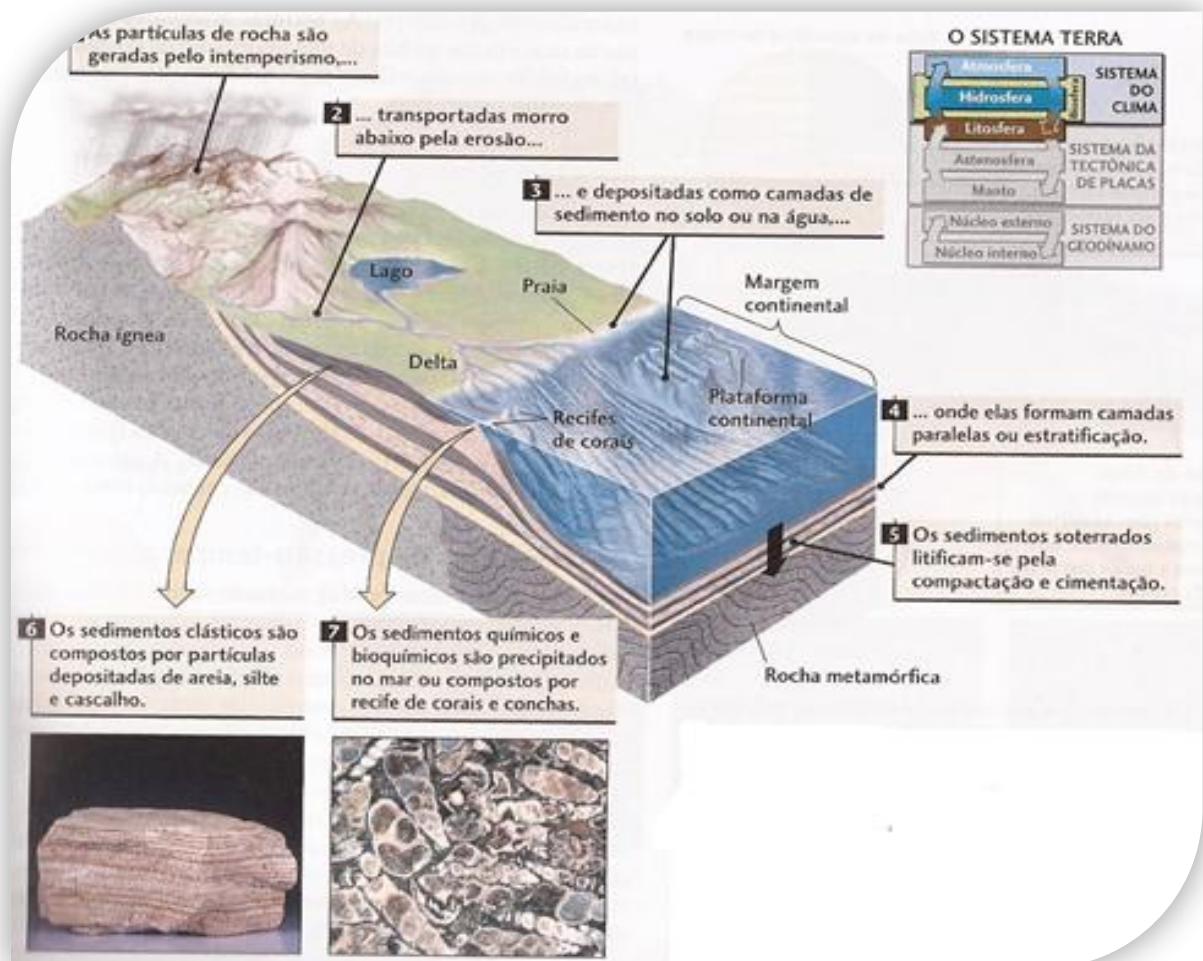


Figura 5: O intemperismo desintegra a rocha em partículas. Estas são carregadas morro e rio abaixo pela erosão e depositadas em camadas de sedimento nas margens continentais. Gradualmente, os sedimentos são soterrados, litificados, gerando a rocha sedimentar. (Press *et al.*, 2006)

4. O CICLO DAS ROCHAS

As rochas não constituem massas estáticas. Elas fazem parte de um planeta cheio de energia, que promove, através das altas temperaturas e pressão interna, todos os processos de abalos sísmicos, movimentos tectônicos de placas e atividades vulcânicas.

Um aluno do Ensino Médio poderia perguntar ao professor:

Então o ciclo das rochas inicia-se com a destruição das rochas e seu sepultamento no interior da Terra, sofrendo alterações devido à pressão e calor existentes?

A resposta poderia ser positiva, ressaltando que todo esse processo foi de forma gradual e lenta e, que o nosso planeta é um organismo vivo em constante modificação (Figura 5).

Vejamos:

Quando os sedimentos, resultantes do intemperismo, são distribuídos e depositados na superfície, transformam-se em rochas sedimentares (Figura 6).



Figura 6: Rocha sedimentar na Serra da Capivara, Raimundo Nonato, PI. A seta indica que material mais plástico (argila) sofreu deformação, quando foi submetido à pressão do pacote sedimentar. (<http://gmariano.com.br/i-sed-esturura.htm>, Prof. Gorki Mariano, UFPE).

As rochas sedimentares, devido aos aumentos de temperatura e pressão, gerarão as rochas metamórficas. Ao aumentar a pressão e principalmente a temperatura, ocorrerá a fusão parcial e novamente a possibilidade de formação de uma nova rocha ígnea caracterizando um novo ciclo das Rochas (Figura 7).

Há três tipos de rochas:

1)**Rochas ígneas** ou magmáticas ou eruptivas (do [latim](#) *ignis* = fogo): resultam do processo de consolidação que se segue ao resfriamento do [magma](#) derretido. Quando o resfriamento ocorrer no interior da Terra, a rocha resultante será ígnea intrusiva, como o granito. Quando o magma atingir a superfície e for resfriado, a rocha será ígnea extrusiva, também chamada de vulcânica. A rocha vulcânica mais abundante é o basalto (Figura 7).

2)**Rochas metamórficas**: resultam de processo de transformação de qualquer tipo de rocha em ambiente distinto de onde foram geradas. Para que isso aconteça, as condições como pressão e temperatura deverão ser bastante diferentes do ambiente onde a rocha foi gerada. Todas as rochas podem sofrer metamorfismo. Nesses ambientes, os minerais podem se tornar instáveis e reagir formando outros minerais. Exemplo: no mármore, o mineral dominante é a calcita, mas poderá conter, em menor quantidade, quartzo e pirita (Figura 7).

Outro exemplo é o itabirito, rocha metamórfica, finamente estratificada, que é um importante minério de ferro (50 a 55%). Foi gerada em estrutura bandada de sílica e ferro. Devido ao enriquecimento de oxigênio na atmosfera pelas bactérias fotossintéticas no arqueano, o ferro foi oxidado, formando hematita e magnetita e as grandes reservas minerais.

3)**Rochas sedimentares** são compostas por [sedimentos](#) carregados pela [água](#) e pelo [vento](#) e depositados em rios, lagos, praias e deltas. Correspondem a 80% da área dos [continentes](#) e contêm a maior parte dos materiais [fósseis](#). Exemplo: o arenito, cujo mineral dominante é o quartzo, mas também podem ocorrer quantidades apreciáveis de feldspato e micas (Figura 7).

As rochas sedimentares ainda podem ser classificadas em:

- ✓ **clásticas** - formadas por detritos de outras rochas antigas como o arenito
- ✓ e as **orgânicas** – geradas pelo retrabalhamento de restos de animais e vegetais a altas temperaturas, originando o calcário, o carvão mineral e o petróleo.

Então, podemos afirmar que as rochas magmáticas, sedimentares e metamórficas transformam-se continuamente na natureza, num conjunto de processos geológicos denominado Ciclo das Rochas. O ciclo das rochas existe desde os primórdios da história geológica da Terra e, através dele, a crosta de nosso planeta está em constante transformação e evolução (Figura 7):

- ✓ 1 a 3) a subducção de uma placa oceânica em uma placa continental, soergue uma cadeia de montanhas e possibilita a subida do magma, que chega até a crosta. Na crosta terrestre, o magma esfria e origina as rochas ígneas ou vulcânicas. As rochas magmáticas podem se formar na superfície, devido a processos vulcânicos, ou no interior da crosta terrestre. A taxa de soerguimento do arquipélago de São Pedro e São Paulo é de 1,5mm/ano, o que sugere formação tectônica recente. O arquipélago está situado no Oceano Atlântico equatorial, com 100 km de comprimento, 20 km de largura e 3.800 m de altura (Figura 7);
- ❖ 4) as rochas ígneas são intemperizadas pela ação das chuvas (Figura 7);
- ❖ 5) e, em seguida, as condições ambientais como precipitação, dessecação, congelamento e degelo, geram um material solto – o sedimento (Figura 7);
- ❖ 6 a 8) o sedimento é transportado para o oceano, rios, lagos, estuários e deltas, gerando camadas de areia e silte. À medida que mais sedimentos são transportados, as camadas são soterradas, sofrem litificação, gerando as rochas sedimentares (Figura 7);
- ❖ 9) à medida que as rochas sedimentares e as ígneas são soterradas a grandes profundidades e altas temperaturas, elas podem metamorfizarem-se. As rochas metamórficas podem ser caracterizadas por transformações mineralógicas e texturais, que as diferenciam das rochas-origem (Figura 7);
- ❖ 10) fusões subsequentes ou a subducção de outra placa oceânica, pode recomençar o ciclo. Condições intensas de alta pressão e de temperatura podem provocar a fusão das rochas metamórficas, gerando o magma (Figura 7).

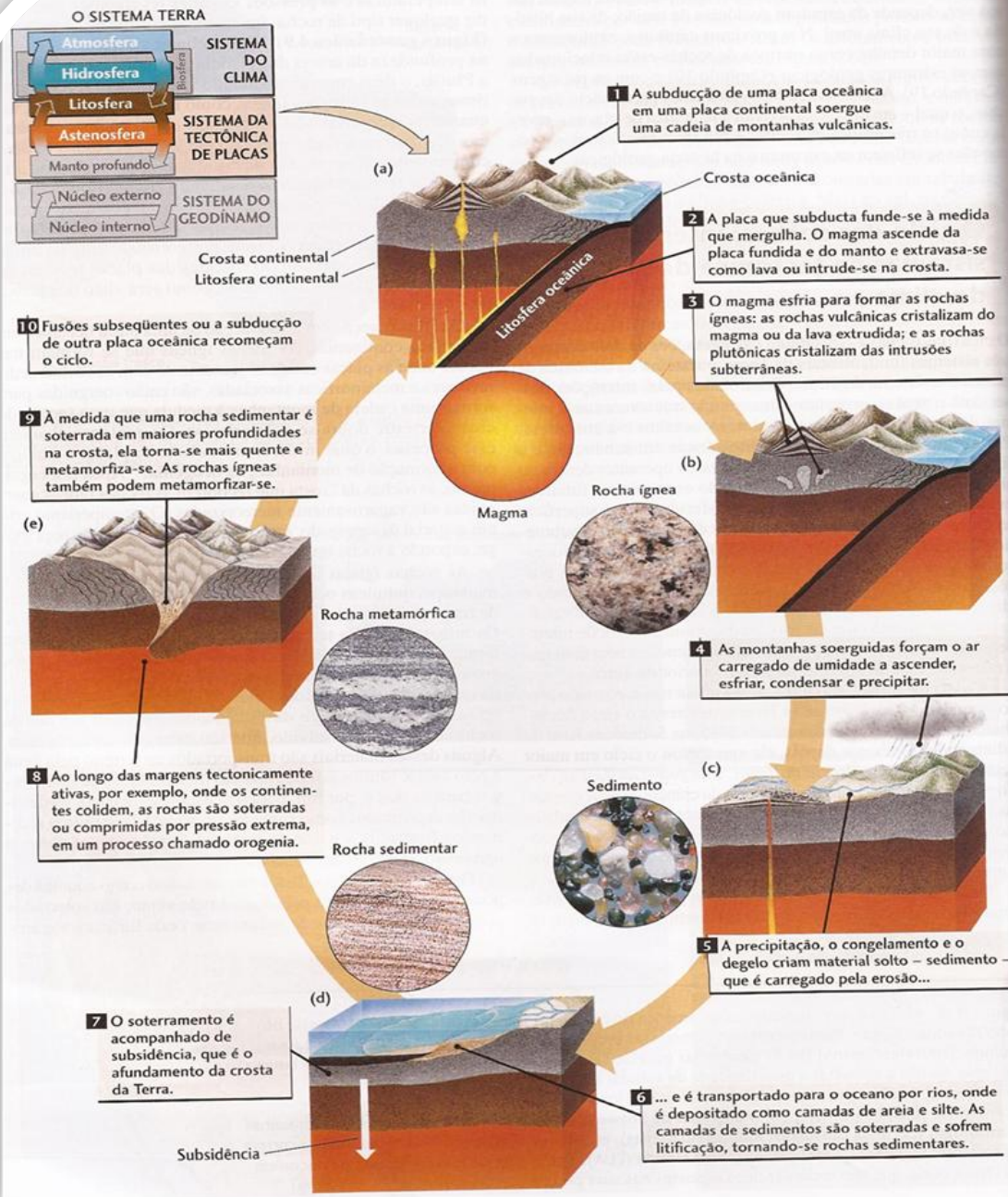


Figura 7: Ciclo esquemático das Rochas (Press *et al.*, 2006)

PARA O NOSSO DELEITE INTELECTUAL:

... um geógrafo também pode se tornar um poeta, ao contemplar as maravilhas do Ciclo das Rochas:

Poesia sobre o Ciclo das Rochas

Leandro Caetano de Magalhães ()*

*Pra quem vive neste Planeta
E que pisa nesse chão,
O ciclo das rochas
Eu trago com admiração,
Nesse texto resumido
Do magma ao metamorfismo
Passará por minha mão...
O material rochoso
Quando vem a se fundir,
Transforma-se em magma
Que no vulcão vai fluir.
De lava é chamado
E quando cristalizado
Rochas Ígneas faz surgir!
Nas áreas vulcânicas
Há de se observar
Que as rochas mais comuns,
Os Basaltos (até o Vesicular),
Têm arranjo aleatório
O que não é notório
Pois os minerais,
não dá pra se enxergar!
Se a Ígnea Vulcânica
Vira Rocha na superfície,
A Ígnea Plutônica
Não chega aqui na planície,
Gerando o Gabro e o Granito
Pois o Diabásio é um tipo
Mais próximo da superfície!*

*Pra continuar o Ciclo
Eu trago detalhes,
Sobre outra classe de Rochas
Que são as Sedimentares.
Frutos da erosão
Percorrem vários lugares
Antes de se depositarem
E em rocha se tornarem!
Conglomerados e Brechas
Não tem estratificação,
Mesmo assim são detríticas
O que os Calcários não são
São Calcita e Dolomita
As classes desse tipo
São químicas, com razão!
A Pressão e a Temperatura
Agindo prolongadamente
Sobre um corpo rochoso
Nas profundezas do chão
Causam a transformação
Do material em questão !
O metamorfismo pode ser
De Contato ou Regional
Mudando as estruturas
Daquele material
É a recristalização
Dobra, foliação...
A Ardósia é a primeira
No grau de metamorfismo
Depois vem o Filito,
Que é anterior ao Xisto.
O Gnaiss é bandado
E o migmatito, ondulado...
Qualquer das rochas
Está sujeita à alteração.
Em se tratando de um ciclo
Aberto à ocasião
Pois a natureza não erra
Quando compõe a Terra,
É pura imaginação!*

(*) Aluno do Curso de Geografia, UFG, cursando a disciplina Geologia/2004
(http://vsites.unb.br/ig/causos/poesia_sobre_o_ciclo_das_rochas.htm)

Para saber mais sobre o ciclo das rochas, visite:

1-Minerais e rochas – Parte 1

<http://www.youtube.com/watch?v=r4B6-ivvisU&feature=related> (acesso em 26/10/2011)

2-Rochas e minerais – Parte 2

http://www.youtube.com/watch?v=D2ga--UQ_B8&feature=related (acesso em 26/10/2011)

3-Tipos de rochas

<http://www.youtube.com/watch?v=-Gvq548K5Q4&feature=related> (acesso em 26/10/2011)

4-Minérios do Brasil

<http://www.youtube.com/watch?v=zz6ELF69x8g&feature=related> (acesso em 26/10/2011)

5-Camadas da Terra

<http://www.youtube.com/watch?v=5UKsahUiVbA&feature=related> (acesso em 02/11/2011)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

Press, F.; Siever, R.; Grotzinger, J.; Jordan, T.H. 2006. Para entender a Terra. Menegat, R. (Coord.), 4ª Ed., Artmed Editora, S.P. 656p.

Wikipedia ([http://pt.wikipedia.org/wiki/Itabirito_\(geologia\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Itabirito_(geologia))) (acesso em 27/7/2012)

AULA 04: ERAS GEOLÓGICAS

O Planeta Terra, o terceiro do Sistema Solar, assume coloração azulada quando vista do espaço.

Essa foi a imagem descrita por Yuri Gagarin, o primeiro astronauta que participou de uma missão aeroespacial:

“A Terra é azul”!



<http://resenha-on.blogspot.com.br/2011/04/50-anos-da-1-viagem-do-homem-ao-espaco.html>

INTRODUÇÃO

A Terra possui características únicas que a difere de outros planetas, favorecendo a existência de formas de vida, com evidências de vida bacteriana abundante em rochas com idade de 3.500 milhões de ano. Acredita-se que a superfície terrestre foi bombardeada por sobras de matérias advindas da formação do Sol e de outros planetas resultando em crateras enormes de rochas em ebulição e enxofre líquido.

Porém, a maioria dos especialistas acredita que a Terra formou-se pela interação entre a atmosfera, hidrosfera, litosfera e o calor existente, através de processos muito lentos, que contribuíram para a formação atual da superfície de nosso planeta. Uma verdadeira “sopa primordial”, rica em compostos orgânicos bem diferenciados, é uma das teorias elaboradas para explicar o surgimento dos primeiros seres vivos. No próximo módulo estudaremos melhor o significado da sopa primordial.

É nesse contexto que a Geologia nos auxilia nessa viagem fascinante através do estudo do **registro geológico das rochas, estruturas geológicas e fósseis** buscando decifrar o nosso planeta ao longo da história geológica.

James Hutton foi um dos pesquisadores que contribuíram para a Geologia tornar-se uma ciência, mostrando que a história do nosso planeta era mais antiga do que se pensava. Em sua obra, *Theory of the Earth* de 1788, observou

que encontrava rochas sempre mais antigas que as outras, não tendo como afirmar qual seria o suposto início de uma delas. A sua frase mais conhecida é: “O resultado, portanto, de nossa presente investigação é que não encontramos nenhum vestígio de um começo, nenhuma perspectiva do fim”, explicando a ação dos processos geológicos.

Para entendermos o que aconteceu em nosso planeta, alguns estudiosos elaboraram o **tempo geológico**, para facilitar a explicação dos diferentes eventos dentro de uma escala de tempo. Observaremos que as rochas acompanharam os diferentes acontecimentos dentro dessa escala de tempo (veremos na próxima Unidade). Esse tempo foi dividido em intervalos menores, para o entendimento da evolução da Terra, chamados unidades cronoestratigráficas: éons, eras, períodos, épocas e idades (Figura 1).

Ressaltamos que o tempo geológico tornou-se peça-chave, pois através dele podemos explicar diversos acontecimentos que ocorreram em tempos remotos até os dias atuais. Iniciaremos, no próximo item, a explicação das unidades cronoestratigráficas.

2- O TEMPO GEOLÓGICO

A palavra **éon** significa um intervalo de tempo indeterminado (Figura 1).

Uma **era** geológica é caracterizada pelo modo de distribuição dos continentes, dos oceanos e dos seres vivos (Figura 1).

O **período** é a unidade fundamental na escala do tempo geológico e é a divisão de uma era. Somente as eras do Éon Arqueano não são divididas em períodos (Figura 1).

A **época** é um intervalo menor dentro de um período. Somente os períodos das eras do Éon Proterozóico não são divididos em épocas (Figura 1).

A **idade**, por fim, é a menor divisão do tempo geológico. Ela tem duração máxima de 6 milhões de anos, podendo ter menos de 1 milhão. Somente as épocas mais recentes são divididas em idades (Figura 1).



Figura 1: Modelo das principais subdivisões da escala geológica de tempo.

Há 4,6 Ba (bilhões de anos) começou a formação dos planetas do sistema solar e a história da Terra com o *Éon Hadeano* ou fase cósmica. Ele terminou há 3,85 bilhões de anos, quando aparecem as primeiras rochas. Até 2,5 Ba ocorreram mais dois éons, o Arqueano e o Proterozóico (Tabela 1).

Em seguida vem o *Éon Fanerozoico*, que conta a história da Terra até os dias de hoje. Nele ocorrem três eras: *Paleozoica*, *Mesozoica* e *Cenozoica* (Tabela 1).

A *Era Paleozoica* comporta os *Períodos Cambriano* até *Permiano*, indo de 570 Ma a 290 Ma (milhões de anos) (Tabela 1).

A *Era Mesozoica* comporta os *Períodos Triássico* até *Cretáceo*, indo de 248 Ma a 144 Ma (Tabela 1).

Por último, a *Era Cenozoica* comporta os *Períodos Terciário* e *Quaternário*, indo de 65 Ma até 11.000 A (anos) (Tabela 1).

Somente a Era Cenozoica possui sete épocas, iniciando-se no *Paleoceno* e indo até o *Holoceno* (Tabela 1).

Na Tabela 1 está representada a passagem do tempo no sentido de baixo para cima, começando do Hadeano até o Fanerozoico. *Por que?*

Esta é a forma como as rochas normalmente se apresentam na natureza: a mais nova acima da mais velha. Por exemplo, a Era Arqueana é mais velha que a Proterozoica e é mais nova que a Hadeana. Para maiores detalhes, veja a Tabela 1.

Tabela 1: Detalhamento da escala geológica de tempo

ÉON	ERA	PERÍODO	ÉPOCA	TEMPO
Fanerozoico	Cenozoica	Quaternário	Holoceno	11.000 A
			Pleistoceno	1,6 Ma
		Terciário	Plioceno	5 Ma
			Mioceno	23 Ma
			Oligoceno	35 Ma
			Eoceno	56 Ma
			Paleoceno	65 Ma
	Mesozoica	Cretáceo		144 Ma
		Jurássico		206 Ma
		Triássico		248 Ma
	Paleozoica	Permiano		290 Ma
		Carbonífero		362 Ma
		Devoniano		408 Ma
		Siluriano		439 Ma
		Ordoviciano		510 Ma
		Cambriano		570 Ma
Proterozoico				2,5 Ba
Arqueano				3,8 Ba
Hadeano				4,6 Ba

Uma metáfora para explicar a evolução da Terra em um ano:

"Imagine os 4,5 bilhões de anos da Terra comprimidos em um só ano. Nesta escala de tempo, as rochas mais antigas surgiram apenas em março (~3,6 bilhões de anos). Os primeiros seres vivos apareceram nos mares em maio (~3,4 bilhões de anos). As plantas e os animais terrestres surgiram no final de novembro (~ 400 milhões de anos). Os dinossauros dominaram os continentes e os mares em meados de dezembro, mas desapareceram no dia 26/12 (190-65 milhões de anos), época em que as Montanhas Rochosas começaram a se elevar. Os humanoides apareceram na noite de 31 de dezembro (~ 11 milhões de anos). Roma governou o mundo durante 5 segundos, das 23h:59m:45s até 23h:59:50s. Três segundos antes da meia noite, Colombo descobriu a América (1492). A Geologia Moderna nasceu com James Hutton (1795) um segundo antes do final desse movimentado ano dos anos" (extraído de Eicher, 1968).

3- UMA VISÃO DO QUE ACONTECEU EM NOSSO PLANETA: da origem do homem até os tempos mais remotos da terra

3.1-Éon: **Fanerozoico**

Era: **Cenozoica** (65 Ma - 11.000 a)

Período: **Quaternário**

Épocas: **Holoceno**: Homem

Pleistoceno: glaciações e domínio de grandes mamíferos. Fragmentação da Pangea: a América do Sul separou-se da África, surgindo o Oceano Atlântico Sul; a Austrália separou-se da Antártica e a América do Norte separou-se da Europa (Figura 2). Grandes cadeias de montanhas foram formadas nessa deriva continental e novos ecossistemas foram formados e isolados dos demais, permitindo a especialização de algumas

3.2-Eon: **Fanerozoico**

Era: **Cenozoica** (65 Ma - 11.000 a)

Período **Terciário**

Épocas **Plioceno**: avanço das geleiras, domínio de campos e savanas, e dos mamíferos ruminantes.

Mioceno: formação de grandes campos e da calota polar da Antártica

Oligoceno: aparecimento de gramíneas, elefantes e cavalos

Eoceno: mamíferos conhecidos já existem desde essa época

Paleoceno: domínio de mamíferos pequenos e médios

3.3-Éon: **Fanerozoico**

Era: **Mesozoica** (248 Ma – 144 Ma)

Período **Cretáceo**: plantas com flores, grupos de insetos, pássaros e mamíferos dominam esse período

Jurássico: domínio dos dinossauros e primeiros pássaros

Triássico: primeiros dinossauros

3.4-Éon: **Fanerozoico**

Era: **Paleozoica** (570 Ma – 290 Ma)

Período **Permiano**: formação do supercontinente Pangea, que foi depois dividido em dois grandes continentes que passaram a ser conhecidos como Laurásia, ao norte, e Gondwana, ao sul (Figura 2).

A “Grande Extinção do Permiano”: um meteoro de pelo menos 15km de diâmetro atingiu a Terra, jogando bilhões de toneladas de poeira na atmosfera. Ele matou 90% de todas as espécies marinhas e 70% dos vertebrados terrestres. Uma grande noite se abateu sobre o planeta, impedindo a fotossíntese das plantas: os herbívoros não tiveram o que comer e, por isso, os carnívoros não sobreviveram. Essa catástrofe extinguiu todos os grandes dinossauros, abrindo espaço para que os mamíferos iniciassem o seu reinado, que perdura até os dias atuais.

Carbonífero: domínio de florestas de samambaias (Pteridófitas) e de vegetais com sementes (Gimnospermas).

Devoniano: vertebrados e artrópodes terrestres, expansão dos corais e diversificação dos peixes.

Siluriano: estabilização do clima, derretimento do gelo glacial e elevação dos níveis dos oceanos. Aparecimento dos peixes com mandíbulas e primeiras evidências de vida no meio terrestre, incluindo alguns parentes das aranhas e das centopeias, além das primeiras plantas vasculares.

Ordoviciano: ocorrência de invertebrados marinhos diversos.

Cambriano: aparecimento da maioria dos grupos principais de animais.

3.5-Éon **Proterozoico** (2,5 Ba) e seus principais eventos:

- ✓ estabilização das terras continentais;
- ✓ acumulação de oxigênio livre na atmosfera;
- ✓ aumento da camada de ozônio, que absorve a radiação ultravioleta;
- ✓ formações de ferro estriado visíveis e abundantes, isto é, 90% dos depósitos terrestres de ferro passíveis de mineração na África meridional, Brasil, América Central e do Norte foram formados entre 2,4 e 1,8 Ba atrás;
- ✓ lagos e oceanos imensos;
- ✓ plataformas de carbonato, indicando estruturas de origem biogênica semelhantes aos recifes;
- ✓ aparecimento dos primeiros eucariotas, indicando evolução celular dos microrganismos procariotas.

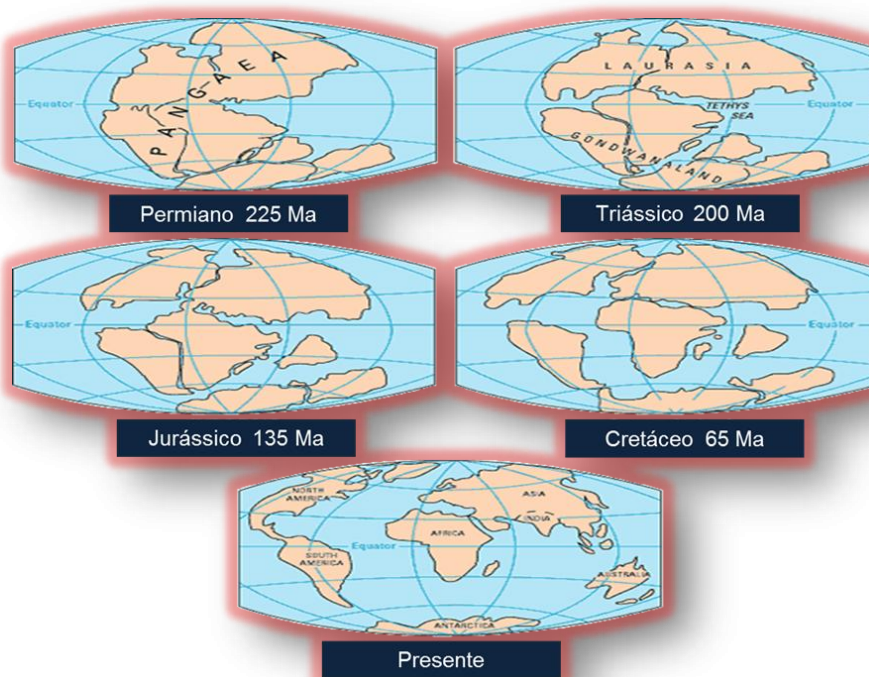


Figura 2: Desenho esquemático Pangea
(<http://geology.com/pangea.html>) (acessado em 5/8/2012)

3.6-Éon **Arqueano** (3,8 Ba) ou dos estágios iniciais da vida. Principais eventos:



Figura 3: Desenho esquemático do Éon Arqueano proposto pela NASA
(<http://cmex.ihmc.us/data/puzzle/Prebiot.html>)

- ✓ erupções vulcânicas eram lançadas através de rachaduras, formando nuvens negras de gases de carbono e de enxofre;
- ✓ atividade tectônica intensa na superfície da Terra;
- ✓ ausência de oxigênio livre na atmosfera;
- ✓ início do resfriamento da Terra;
- ✓ o resfriamento provocou condensação do vapor d'água e chuvas torrenciais lavaram as encostas das montanhas, trazendo minerais e sais para o oceano;
- ✓ uma nova atmosfera se formou: vapor d'água, nitrogênio, argônio, neônio e dióxido de carbono;
- ✓ entretanto, amônia, metano e outros elementos ricos em hidrogênio da atmosfera do Éon Hadeano foram perdidos para o espaço;
- ✓ a Terra possuía ciclos de dias e noites de 5 horas cada um;
- ✓ bombardeavam a Terra cometas congelados e meteoritos contendo carbono, maiores que as montanhas e mais explosivos que bombas nucleares, abrindo grandes crateras e trazendo rico material extraterrestre;
- ✓ os elementos água e carbono, chegados à Terra com os meteoritos, completaram a evolução química que aqui ocorria, fornecendo a primeira etapa para o início da vida;
- ✓ são detectadas as primeiras formações de ferro estriado, sugerindo fontes de oxigênio produzido pelos microrganismos na interface sedimento-água;
- ✓ nas montanhas Barberton (África do Sul) e Pilbara (Austrália) foram encontrados fósseis de comunidades de microrganismos;
- ✓ nos grupos Onverwacht e Warrawoona (África do Sul) foram encontradas grandes quantidades de carbono reduzido em argilas xistosas e estromatólitos, o que implica ocorrência de comunidades bacterianas fotossintéticas;
- ✓ entre 3,0 e 2,7 Ba, na América do Norte e do Sul, África, Austrália e Ásia foram encontrados estromatólitos abundantes e disseminados, indicando diversificação de bactérias nas modalidades metabólicas aeróbia e anaeróbia.

3.7 Éon **Hadeano** (4,6 Ba) ou o Éon prebiótico. Principais eventos:



Figura 4: Desenho esquemático do Éon Hadeano (<http://www.ufrgs.br/>)

- ✓ origem do sistema Terra-Lua e de outros planetas do Sistema Solar;
- ✓ usando a datação por radioatividade, foram determinadas as rochas mais antigas de meteorito que colidiu na cratera do *Cânion Diablo*, no Arizona;

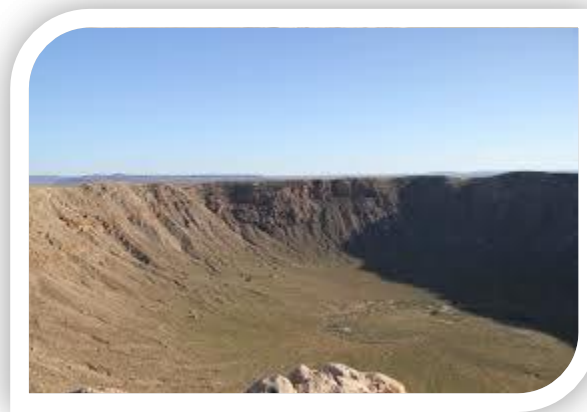


Figura 5: Imagem do Cânion Diablo

(<http://novaexpedicao.blogspot.com.br/2011/09/um-dia-para-o-grand-canyon.html>)

- ✓ os mais antigos cristais minerais na Austrália, indicando possível existência dos primeiros continentes;
- ✓ continuação do vulcanismo e formação de crateras por meteoros;



Figura 6: Vulcanismo próximo ao mar

- ✓ manutenção da alta temperatura, formando uma bola incandescente de lava fluida num turbilhão de metais;
- ✓ no espaço, a síntese química formava gases de formaldeído e cianureto;
- ✓ outros gases, como nitrogênio, amônia, hidrogênio, monóxido de carbono, dióxido de carbono, metano e vapor de água eram expelidos dos vulcões;
- ✓ a crosta superficial fervilhava de radioatividade pelo decaimento dos elementos radioativos urânio, tório e potássio;
- ✓ meteoros de dimensões que variavam de grãos de areia a grandes planetoides bombardeavam a Terra, trazendo água e carbono, elementos fundamentais para iniciar a vida na Terra;
- ✓ todas as substâncias existentes reagiram quimicamente umas com as outras, sintetizando açúcares, aminoácidos e nucleotídeos. A síntese de nucleotídeos possibilitou o surgimento das moléculas que preservam as informações da vida: o código genético - ARN e ADN.

4-ENQUANTO ISSO FOI REGISTRADO NO BRASIL...

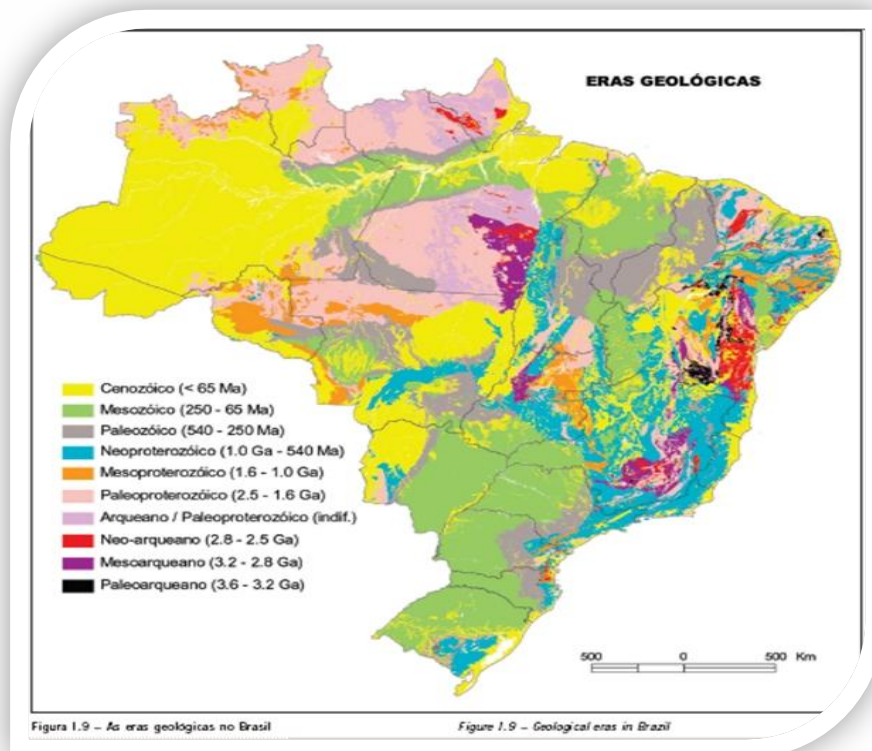
Quando foram formadas as rochas sedimentares, como os arenitos róseos e amarelados das regiões Sul e Sudeste do Brasil?

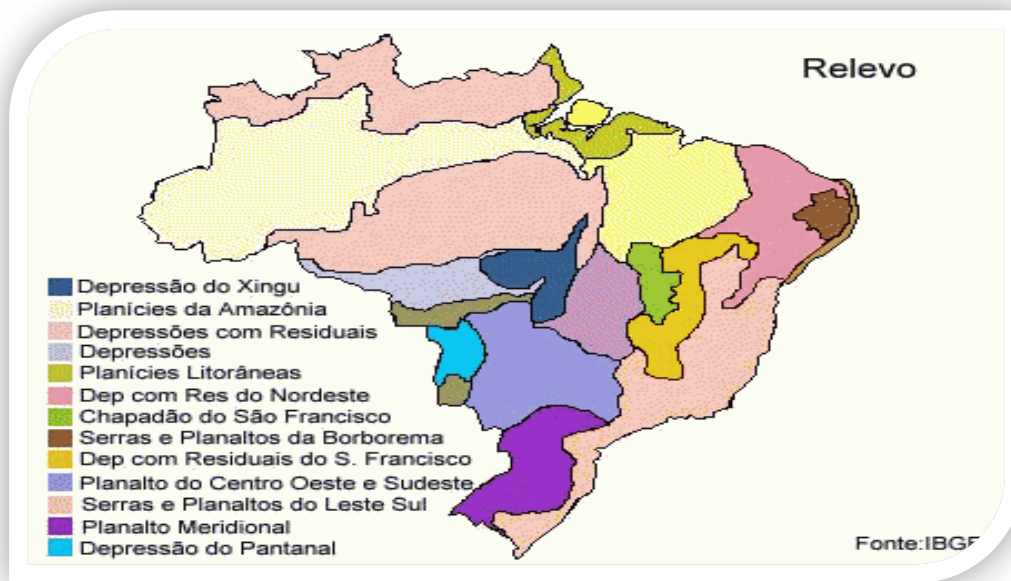
Esta e outras curiosidades poderão ser analisadas a seguir...

Quando estudamos o tempo geológico observamos uma infinidade de mudanças ocorridas ao longo do tempo. Essas mudanças contribuíram para a formação de diferentes rochas em nossa superfície.

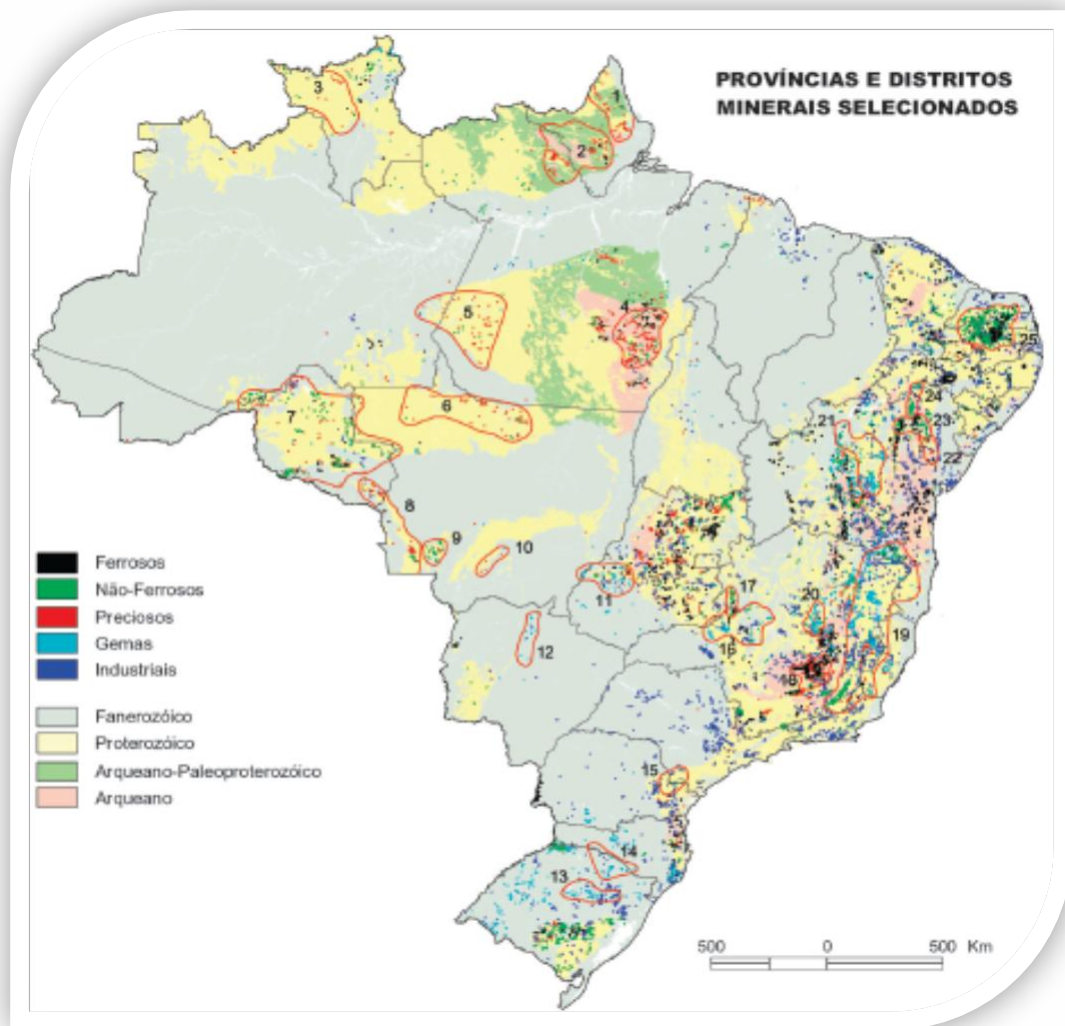
Enquanto a Terra passava por grandes alterações observávamos a formação de grandes depósitos de minerais formados em diferentes Eras. Entre eles, podemos citar: os depósitos de minérios de ferro do Quadrilátero Ferrífero datados do paleoproterozoico.

Observemos os mapas abaixo. O primeiro traz a divisão do Brasil segundo as eras geológicas (Bizzi *et al.*, 2001). O segundo traz o relevo, segundo o IBGE. *Imagine a sobreposição dos dois.....quais são as conclusões que você pode tirar?*





O mapa abaixo nos mostra os principais recursos minerais do nosso país. *Qual é a relação entre eras geológicas, relevo e recursos minerais do Brasil?*



Províncias e distritos minerais seleccionados do Brasil.

Fonte do mapa-base: Mapa de Recursos Minerais e Associações Metalogenéticas do Brasil, 1:2.500.000 (Bizzi *et al.* 2001)

Na história geológica brasileira, ainda pode-se observar que nas Eras:

- ⇒ Cenozoica: formação das bacias sedimentares do Pantanal e a Amazônica.
- ⇒ Mesozoica: a maioria dos hidrocarbonetos explorados no mundo inteiro provém de rochas sedimentares. No Brasil, a maior parte da produção está ligada a sedimentos mesozoicos. O Brasil possui 6.430.000 km² de bacias sedimentares, dos quais 4.880.000 km² em terra e 1.550.000 km² em plataforma continental. No entanto, para a formação de petróleo é necessário que as bacias tenham sido formadas em condições muito específicas. Normalmente, são áreas em que sucessões espessas de sedimentos marinhos foram soterrados à grandes profundidades.

Formação de bacias sedimentares (ex.: Bacia Paranaíba, Sanfranciscana, do Meio-Norte etc.).

- ⇒ Paleozoica: formação de bacias sedimentares antigas em Itu (SP), do, do carvão mineral no sul do Brasil. Início da formação da Bacia Sedimentar Paranaíba e Sanfranciscana.
- ⇒ Pré-Cambriano: formação da Serra do Mar e da Mantiqueira e dos Escudos Cristalinos.

Para complementar o texto, sugerimos:

<http://www.algosobre.com.br/geografia/tempo-geologico.html>
<http://br.geocities.com/geologo98/espiral.html>
http://www.unb.br/ig/glossario/verbete/escala_de_tempo_geologico.htm
<http://www2.igc.usp.br/replicas/tempo.htm>
<http://www.rc.unesp.br/igce/aplicada/DIDATICOS/M%20RITA/aula13r.pdf>
http://www.ofitexto.com.br/conteudo/deg_231046.pdf
<http://www.educador.brasilecola.com/estrategias-ensino/evolucao.htm>
<http://lablogatorios.com.br/marcoevolutivo>
<http://lablogatorios.com.br/rainha/category/evolucao>
<http://charlesmorphology.blogspot.com>
<http://evolution.berkeley.edu>

Referências bibliográficas

- Bizzi, L.A., Schobbenhaus, C., Gonçalves, J.H., Baars, F.J., Delgado, I.M., Abram, M.B., Leão Neto, R., Gerson M.M.M., Santos, J.O.S. 2001. Geologia, Tectônica e Recursos Minerais do Brasil: Sistema de Informações Geográficas – SIG e Mapas na Escala 1:2 500 000 Brasília, CPRM, 4 CD-ROM.
- Eicher, D.L. 1969. Tempo Geológico. Ed. Edgar Blücher Ltda., São Paulo.
- Figura de abertura da aula: <http://geobarreiros.blogspot.com.br> (acessado em 5/8/2012)
- Hutton, J. 1788. Theory of the Earth. Classic Books International, New York.
- IBGE. Unidades de Relevo (<http://www.ibge.gov.br>) (acesso em 12/8/2012)
- Kipnis, B. 2003. Elementos do Processo de Pesquisa. Brasiliis: SESI/UNB e UNESCO.

AULA 05: E A VIDA COMEÇOU ... A HISTÓRIA DOS PRIMEIROS HABITANTES DO NOSSO PLANETA TERRA

Introdução

Terra e vida evoluíram paralelamente, desde o começo da história do nosso planeta. Embora os organismos multicelulares como fungos, algas, plantas, animais e homem sejam facilmente reconhecidos como agentes modificadores da geoquímica da terra, há evidências que os mais importantes na evolução da Terra foram os seres unicelulares – os microrganismos.

Uma das grandes contribuições dos microrganismos, que possibilitou a diversidade da vida em nosso planeta, foi a produção do oxigênio que respiramos, juntamente com a fixação de carbono, há 2,5 bilhões de anos atrás. Os microrganismos encarregados deste processo são os fotossintéticos ou produtores primários, pois fazem a síntese da matéria orgânica, que servirá de alimento para outros seres vivos, como aves, peixes e o homem, denominados consumidores. Outros microrganismos que também participaram de processos importantes na geoquímica da Terra foram os fixadores de nitrogênio.

Atualmente, a fotossíntese é realizada pelos vegetais nas florestas e campos dos continentes. Entretanto, somente uma parcela não significativa de oxigênio fica disponível para a atmosfera terrestre, pois a produção e a respiração pelas plantas são equivalentes.

Em contrapartida, a fotossíntese no ambiente marinho é responsável pela produção líquida de oxigênio para a atmosfera.

Nos oceanos, os seres unicelulares responsáveis por 99% da produção fotossintética são as diatomáceas e os coccolitoforídeos.

Como a Terra evoluiu do Éon Hadeano para o Arqueano, permitindo a expansão da vida dos microrganismos, primeiros habitantes da Terra?

Esta é a pergunta que começaremos a responder daqui em diante, utilizando os trabalhos de pesquisadores do século XX, que postularam várias teorias sobre a evolução química da Terra.

Nesta aula não temos a pretensão de responder sobre a origem da primeira célula, pois isso ocuparia uma disciplina específica para darmos conta das inúmeras teorias a esse respeito.

O nosso intuito é levar até vocês a importância dos microrganismos para a instalação dos ciclos biogeoquímicos na Terra e, principalmente a produção de oxigênio, que propiciou a explosão da vida dos macrorganismos, como os mamíferos.

O restante da produção (1%) fotossintética fica por conta das cianobactérias, seres unicelulares, que produzem oxigênio e também são responsáveis pela fixação de nitrogênio. De fato, podemos dizer que o pulmão do planeta se encontra nos oceanos.

É interessante notar que no Éon Arqueano e graças ao trabalho de fotossíntese das bactérias marinhas, o oxigênio ganhou a atmosfera e possibilitou a vida aeróbia, há 3,8 bilhões de anos atrás.

Somente há 439 milhões de anos atrás, na Era Paleozóica, período Siluriano, os continentes foram colonizados pelas plantas vasculares.

No capítulo Eras Geológicas, vimos que no Éon Hadeano (4,6 Ba) o planeta era inóspito à vida, tal qual a conhecemos. Entretanto no Éon Arqueano já existiam fósseis de seres vivos em rochas sedimentares.

2. TERRA PREBIÓTICA E EVOLUÇÃO QUÍMICA

Em 1871, Darwin escreveu que se “*poderia conceber, num pequeno tanque morno, com toda a sorte de sais de amônia e fósforo, luz, calor, eletricidade etc..., um composto proteico, pronto para sofrer mudanças ainda mais complexas*”.

Darwin sempre postulou que se as espécies tinham evoluído de um ancestral comum, sendo assim, a matéria também poderia evoluir para a vida.

Foi nessa direção que o bioquímico russo, Alexander Ivanovich Oparin concentrou esforços buscando como as substâncias químicas reagiriam, organizando-se em direção à vida.

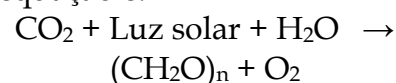
Em 1929, Oparin publicou que a atmosfera primitiva era rica em hidrogênio, metano e amônia. Estes gases, associados a uma fonte solar de energia,

Relembrando conceitos:

Fotossíntese:

processo de fixação do gás carbônico para produção de matéria orgânica e oxigênio, em presença da luz solar e água. Os seres que realizam a fotossíntese possuem clorofila e são denominados produtores primários ou seres autotróficos.

A equação é:



Microrganismos fotossintéticos: Cocolitoforídeos: unicelulares, medem de 0,25 a 50 µm e possuem envoltório calcáreo denominado cocosfera



Figura 2: Cocosferas de nanofósseis calcários
<http://ina.tmsoc.org/galleries/3Dcoccos/index.htm>

geraria novas substâncias que, associadas à géis coloidais semilíquidos formariam os *coacervados*.

Os coacervados continuariam a crescer na *sopa primeva*, pela absorção de outras novas substâncias. Além disso, no mesmo ano, o fisiologista britânico J. B. S. Haldane publicou um artigo postulando que a vida deveria ter surgido em um ambiente sem oxigênio.

Os trabalhos de Oparin e Haldane serviram de inspiração para os experimentos dos pesquisadores americanos Stanley L. Miller, Sidney Fox e Cyril Ponnamperuma.

Em 1953, Stanley L. Miller, aluno de pós-graduação de Harold Urey (prêmio Nobel de Química), construiu um sistema que julgava corresponder à atmosfera primitiva.

A Figura 4 mostra o desenho esquemático do sistema construído por Miller, para estudar a produção abiótica de aminoácidos, que são os precursores das proteínas encontradas nos seres vivos.

De um lado do sistema, ele dispôs água esterilizada, mantida aquecida, representando os oceanos. Durante uma semana ele bombardeou, com descarga elétrica, o lado dos gases hidrogênio (H_2), dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), nitrogênio (N_2), amônia (NH_3) e vapor d'água (H_2O) (Figura 4).

Após o prazo de uma semana, ele coletou e analisou a água, encontrando dois aminoácidos: alanina e glicina. Estes dois aminoácidos são os mais simples, que associados a outros vinte diferentes aminoácidos constituem as proteínas de todos os seres vivos.

Em 1959, Sidney Fox, químico, criou “microesferas protenóides”, resfriando uma mistura de aminoácidos isenta de água. O resfriamento foi feito sob pressão, e ele obteve a divisão dessas microesferas.

Principais microrganismos fotossintéticos

Cianobactérias:

organismos unicelulares, vivem na água doce e salgada, solos úmidos e lagos hipersalinos, com temperaturas que variam entre 0 e 74°C. Além de realizarem a fotossíntese, também são fixadoras de nitrogênio atmosférico, elemento químico importante na síntese de proteínas e de material genético dos seres vivos.



Figura 3: Cianobactéria, cujas células não se separaram após a divisão, formando uma longa cadeia (<http://www.enq.ufsc.br/labs/probio>)

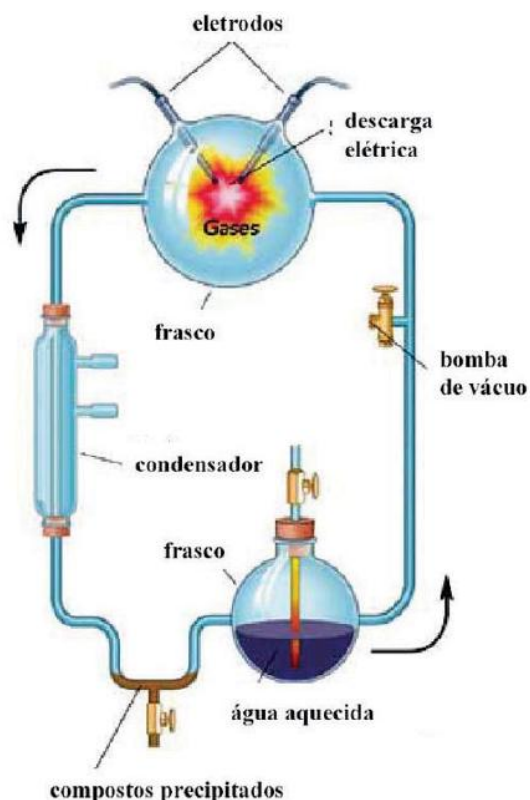


Figura 4: Sistema proposto por Stanley L. Miller para estudar a produção abiótica de aminoácidos na atmosfera primitiva da Terra.

Cinco anos mais tarde, a molécula de ATP (adenosina trifosfato) foi sintetizada em laboratório por Carl Sagan, Ruth Mariner e Cyril Ponnamperna, usando uma mistura de gases contendo fósforo, semelhante à atmosfera primitiva da Terra. O ATP é uma molécula produzida por todos os seres vivos para armazenar energia.

Todos os pesquisadores citados acima pesquisaram a evolução química da atmosfera, teorizando que, através dessas mudanças o surgimento da vida seria possível na Terra prebiótica.

Os experimentos de Miller foram repetidos e modificados por muitos pesquisadores. A adenina, citosina, guanina, timina e uracil – as cinco bases que compõem o código genético do ADN e do ARN, foram sintetizados em laboratório.

Principais microrganismos fotossintéticos

Diatomáceas:

são unicelulares de 2 a 200 μm , possuem carapaça de sílica, como se fossem “caixinhas microscópicas de vidro”. Vivem na água doce e salgada.

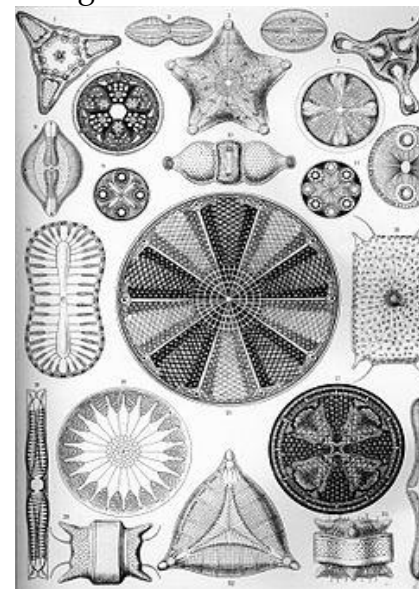


Figura 1: Desenho de diatomáceas por Haeckel, liberado pelo [Wikimedia Commons](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Haeckel_Diatomeen.jpg)

É interessante notar que todos os elementos químicos mais importantes na composição dos seres vivos estão disponíveis na Terra e no espaço sideral.

O hidrogênio, elemento químico importantíssimo e mais comum em todos os seres vivos, também é o mais abundante no espaço terrestre e no sideral.

A amônia (NH_3) foi descoberta no espaço interestelar, bem como água, acetileno, formaldeído, cianeto, metano e ácido fórmico. O álcool ($\text{CH}_3\text{CH}_2\text{OH}$) existe em abundância na Constelação de Órion.

Todos os elementos fundamentais para a vida na Terra também foram detectados no espaço sideral: carbono, nitrogênio, hidrogênio, oxigênio, enxofre e fósforo. Estes elementos representam 99% do peso seco de todo ser vivo.

Entretanto o abismo entre a síntese de substâncias orgânicas essenciais à vida, durante a evolução química da Terra e as primeiras células continua intransponível. Parafraseando o próprio Miller, *“convém admitir desde logo que não sabemos como a vida começou”*.

3. PRINCIPAIS EVENTOS QUE TESTEMUNHARAM O NASCIMENTO DA VIDA

3.1) ATMOSFERA PRIMITIVA

Em torno da Terra no Éon Hadeano, a atmosfera era constituída por vapor d'água (H_2O), dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), hidrogênio (H_2), nitrogênio (N_2), amônia (NH_3) e ácido sulfídrico (H_2S) expelidos de vulcões. Na própria atmosfera ocorria a síntese química de gases como formaldeído e cianeto. O oxigênio livre estava ausente, o que condicionava o

Coacervado

Oparin elaborou a hipótese de que moléculas orgânicas foram sintetizadas a partir dos gases que existiam na atmosfera, por bombardeamento de radiação ultravioleta do Sol. Essas moléculas foram reagindo com outras tantas sintetizadas, estabelecendo ligações químicas entre elas.

Durante a experiência de Miller, os aminoácidos foram as primeiras substâncias sintetizadas e combinações químicas entre eles, originaram substâncias mais complexas, as proteínas.

Ao longo de milhões de anos, as proteínas foram se acumulando nos mares primitivos, reagindo com a água e formando minúsculos aglomerados em forma de géis, os coacervados.

(<http://pt.wikipedia.org/wiki/Coacervado>)

Sopa primeva:

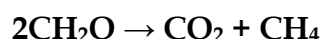
O conceito de sopa primeva ou primordial, que teria servido como uma incubadora para a vida, é a mistura de substâncias orgânicas que foram sintetizadas durante o Éon Hadeano, há 4,6 bilhões de anos atrás.

ambiente terrestre como anaeróbico ou anóxico. Somente os microrganismos capazes de viverem na ausência do oxigênio podiam sobreviver.

Nesse ambiente anóxico, onde o oxigênio existia apenas como vapor d'água (H₂O) ou ligado ao carbono (CO₂), os primeiros microrganismos eram anaeróbios e viviam na água.

Para a sobrevivência, eles tinham que buscar uma fonte de matéria orgânica, que chamaremos de fonte de carbono, utilizada na produção de energia (ATP). Com essa energia eles desempenhavam o seu ciclo vital (crescimento e reprodução).

Como muita matéria orgânica (açúcares, aminoácidos, ácidos, etc.) já haviam sido sintetizadas na evolução química do Éon Hadeano, os microrganismos anaeróbios começaram a utilizá-las no processo de fermentação, produzindo mais metano e **dióxido de carbono**:

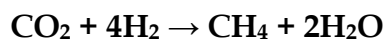


O estoque de dióxido de carbono foi consumido por outros microrganismos, as bactérias metanogênicas termófilas.

As bactérias metanogênicas termófilas viviam em condições anaeróbias e extremamente quentes e foram os primeiros produtores primários da terra, pois transformavam o dióxido de carbono em matéria orgânica (açúcar).

3.2) PRIMEIRO EFEITO ESTUFA

As bactérias metanogênicas termófilas, ao consumirem o dióxido de carbono para produzirem matéria orgânica (açúcar), produziam mais **metano**. O resultado foi a promoção do 1º efeito estufa da Terra:



O aumento progressivo da concentração de metano alterou a relação CH₄/CO₂. Quando esta relação se tornou maior que 1 na atmosfera, foi criada uma névoa de efeito anti-estufa, propiciando abaixamento considerável da temperatura, o suficiente para formar uma fina crosta sobre o manto ainda fluido.

3.3) EFEITO ANTI-ESTUFA

O resfriamento provocado pela relação CH₄/CO₂>1, ocasionou a condensação do vapor d'água atmosférico e a formação dos oceanos. Deu-se

início então ao ciclo da água que compreende a evaporação, transporte, chuva, escoamento superficial em direção ao oceano e, novamente, evaporação.

Com o ciclo da água, os ciclos geoquímicos começam a funcionar na superfície da Terra, originando os primeiros solos; erosão, transporte, depósitos marinhos ou lacustres e formação dos primeiros sedimentos.

3.4) FORMAÇÃO DA HIDROSFERA

Com a condensação do vapor d'água, forma-se a hidrosfera. A atmosfera, a hidrosfera e a litosfera interagiram e transferências químicas foram produzidas, estabelecendo os ciclos geoquímicos de dissolução e/ou alteração do carbono, enxofre, fósforo, silício, cálcio, magnésio, sódio, alumínio, ferro etc.

3.5) GASES ATMOSFÉRICOS SÃO DISSOLVIDOS NO OCEANO PRIMITIVO

A dissolução dos gases atmosféricos nas águas conduz à formação dos ácidos clorídrico (HCl), sulfídrico (H₂S) e carbônico (H₂CO₃). Progressivamente, estes ácidos são neutralizados nas águas do oceano primitivo, isto é, eles deixam de ser ácidos, como veremos a seguir:

- ácido clorídrico transforma-se em cloreto de sódio (NaCl ou sal de cozinha), acumulado em solução no oceano (Cl vem da atmosfera; Na da litosfera);
- o ácido sulfídrico é fixado nos solos ou sedimentos sob forma de sulfeto de ferro (FeS) (S vem da atmosfera e Fe da litosfera);
- o gás carbônico é também fixado sob a forma de carbonato de cálcio ou de magnésio (CaCO₃, MgCO₃) (C vem da atmosfera ou do oceano; Ca e Mg da litosfera).

O intemperismo, definido como alterações físicas, mecânicas ou químicas, atuou nas rochas, modificando-as e expondo os minerais. As alterações dos silicatos na crosta terrestre forneceram sílica e elementos químicos com carga positiva (cátions) que, uma vez em solução, chegaram ao oceano. Forneceu também argilas, que permaneceram temporariamente nos solos. Por sua vez, a rocha alterada formará posteriormente o solo (pedogênese). O resultado da alteração é duplo: neutralização do oceano e da atmosfera e formação das argilas nos solos e nos sedimentos.

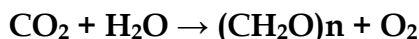
As argilas, a sílica, os carbonatos de cálcio e de magnésio foram os primeiros testemunhos do nascimento da vida no oceano durante o Éon Arqueano.

3.6) COMO OCORREU O GRANDE EVENTO DE OXIDAÇÃO

O primeiro efeito estufa, ligado à produção de metano pelas bactérias metanogênicas termófilas, propiciou o desenvolvimento dos microrganismos consumidores de metano, as bactérias metanotróficas – efeito anti-estufa.

Com isso, a relação $\text{CH}_4/\text{CO}_2 < 1$, isto é, a concentração de dióxido de carbono voltou a ficar mais alta na atmosfera primitiva – efeito anti-estufa.

O efeito anti-estufa facilitou a propagação e o aumento do número de bactérias fotossintéticas, como as cianobactérias. Elas são capazes de utilizar o dióxido de carbono e água para produção de **matéria orgânica** (açúcar). Além disso, também produzem **oxigênio**. O fenômeno de produção bacteriana de oxigênio se chamou “GRANDE EVENTO DE OXIDAÇÃO” e aconteceu entre 2,4 a 2,3 bilhões de anos atrás, durante o Éon Proterozóico:

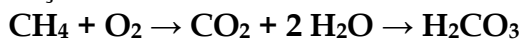


A evolução e a propagação das bactérias produtoras de oxigênio alterou o balanço de gases na atmosfera, hidrosfera e litosfera. A produção de oxigênio no Arqueano foi consumida nos processos de oxidação dos minerais das rochas e dos gases vulcânicos e atmosféricos como metano, amônia, ácido sulfúrico e sulfeto de ferro.

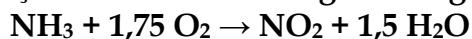
3.7) O OXIGÊNIO FOI CONSUMIDO INICIALMENTE PARA OXIDAÇÃO DAS ROCHAS E DOS GASES ATMOSFÉRICOS

As reações de oxidação dos gases atmosféricos estão esquematizadas abaixo:

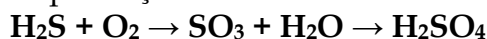
- do **metano**, com produção de **ácido carbônico**:



- da **amônia**, com produção de **óxido de nitrogênio e água**:



-do **ácido sulfídrico**, com produção de **ácido sulfúrico**:



- do **sulfeto de ferro**, com produção de **ácido sulfúrico**



Todas estas reações foram realizadas por microrganismos denominados bactérias quimiolitotróficas. Elas são capazes de viverem em presença do

oxigênio, i.e., são aeróbias, e produzem a matéria orgânica (açúcar) retirando a energia do metano, da amônia, do ácido sulfídrico e do sulfeto de ferro.

A oxidação do metano e produção de matéria orgânica ficou ao encargo das bactérias metanotróficas; a da amônia, pelas bactérias nitrificantes; do ácido sulfídrico, pelas bactérias fotossintéticas anaeróbias e do sulfeto de ferro, pelas bactérias que oxidam o ferro. Assim, todos os gases reduzidos da atmosfera foram pouco a pouco sendo oxidados e consumindo o oxigênio produzido pelas bactérias fotossintéticas.

Até hoje estas bactérias quimiolitotróficas desempenham um papel importante nos ciclos do carbono, nitrogênio, enxofre e ferro, como também podem ser usadas em processos de biorremediação para recuperação ambiental. Por outro lado, os japoneses utilizam estas bactérias que oxidam metais, como as que oxidam ouro, para separá-lo do minério de ferro exportado do Brasil.

3.8) INVASÃO DA ATMOSFERA PELO OXIGÊNIO

Entre 2 Bilhões a 500 Milhões de anos atrás, no Éon Proterozóico, a concentração de oxigênio variou de 1 a 10%, com a maior produção ligada às cianobactérias, que foram evidenciadas nos fósseis - “GRANDE EVENTO DE OXIGENAÇÃO”. Os níveis atuais de oxigênio atmosférico (21%) foram atingidos mais tarde, no Éon Fanerozóico, há ~ 400 Milhões de anos.

A produção bacteriana e o consumo do oxigênio para oxidar os elementos químicos na atmosfera, hidrosfera e litosfera se equilibraram, e ele começou a invadir a atmosfera. Digamos que o aumento da concentração de oxigênio livre causou uma revolução na Terra. Ao mesmo tempo em que o oxigênio obrigou os microrganismos anaeróbios a estabelecerem estratégias de vida para conviverem com esse novo *veneno* atmosférico, possibilitou que a vida dos seres aeróbios microscópicos e macroscópicos se proliferasse.

3.9) PROVAS GEOQUÍMICAS DA OXIDAÇÃO DAS ROCHAS PELO OXIGÊNIO PRODUZIDO PELAS BACTÉRIAS FOTOSSINTÉTICAS

As provas geoquímicas do aparecimento da vida bacteriana fotossintética na Terra são:

- 4.1 -oxigênio dos sulfatos nos oceanos são encontrados como gipso ou anidrita (CaSO_4);
- 4.2 -oxidação do ferro pelo oxigênio produziu a hematita, formando as grandes reservas minerais (Fe_2O_3).
- 4.3- os solos lateríticos são intemperizados e são encontrados, principalmente, nas regiões tropicais do mundo. Eles são ricos em óxidos de alumínio e de ferro. Graças aos óxidos de ferro, o solo é geralmente vermelho.

A PARTIR DO SURGIMENTO DO OXIGÊNIO E A DIVERSIFICAÇÃO METABÓLICA DAS BACTÉRIAS, PODE-SE INFERIR QUE OS CICLOS PASSARAM A SER BIOGEOQUÍMICOS.

Assim, a partir da produção do oxigênio e sua posterior liberação para a atmosfera, as bactérias puderam explorar inúmeras outras fontes de carbono e de energia. Isto favoreceu o crescimento das populações bacterianas e a explosão de sua diversidade metabólica. Pode-se inferir que, a partir desse momento da história da Terra, os ciclos podem ser chamados de biogeoquímicos.

Referências bibliográficas

Damineli, A. & Damineli, D. S. C. 2007. Origens da Vida. Estudos Avançados 21:263-284.

InfoEscola <http://www.infoescola.com/biologia/cianobacterias/> (acessado em 8/1/2012)

Kasting, J.F. & Siefert, J. L. 2002. Life and the Evolution of Earth's Atmosphere. Science 296: 1066-1068

UNICAMP - Laboratório de Química do Estado Sólido - http://lqes.iqm.unicamp.br/canal_cientifico/lqes_responde/lqes_responde_sopa_primordial.html (acessado em 12/1/2012)

Margulis, L. & Sagan, D. 2000. O que é vida? Editor Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 289 pp.

Margulis, L. & Sagan, D. 2002. Microcosmos: quarto bilhões de anos de evolução microbiana. Editora Cultrix, São Paulo, 248 pp.

NASA - Center for Mars Exploration <http://cmex.ihmc.us/data/puzzle/whatsthis.html> (acessado em 8/1/2012)

Portal Brasil http://www.portalbrasil.net/educacao_seresvivos_origem.htm (acessado em 12/1/2012)

Tardy, Y. 1997. Geoquímica Global: oscilações climáticas e evolução do meio ambiente desde quatro bilhões de anos. Estudos Avançados 11: 149-173.

The International Nannoplankton Association <http://ina.tmsoc.org/> (acessado em 8/1/2012)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul <http://www.ufrgs.br/paleodigital/Cocolitoforideos.html> (acessado em 8/1/2012)

Universidade Federal de São Carlos <http://www.enq.ufsc.br/labs/probio> (acessado em 8/1/2012)

YouTube <http://www.youtube.com/watch?v=M094ImDSIVs> (acessado em 8/1/2012)

Zaia, D. A. M.; Zaia, C. T. B. V. 2008. Algumas controvérsias sobre a origem da vida. Química Nova

Capítulo 3:

A diáspora africana e a construção do Mundo Atlântico

Autores: Érika do Nascimento Pinheiro e Paulo César dos Reis

A diáspora africana e a construção do Mundo Atlântico

AULA 01: Para começo de conversa....

Introdução

Iniciamos esta aula com a seguinte indagação: qual a origem, qual a composição étnica e social do povo brasileiro?

Tradicionalmente trabalha-se a partir dos três pilares formadores: o **natural da terra** (índio), o **europeu** e o **africano**. Os livros didáticos, de maneira geral, trabalham mais com o elemento europeu, secundarizando o natural da terra e o africano.

Tendo em vista essa secundarização, a partir dos anos de 1980 a chamada **Nova História** buscou, no Brasil, resgatar esses “marginalizados” a partir de uma História mais inclusiva e democrática, com um forte referencial marxista.

A conjuntura política e social do Brasil desses tempos contribuiu diretamente para uma série de trabalhos que buscaram resgatar a importância da formação multiétnica do Brasil; esta é considerada a marca mais importante do nosso país, como argumentou Darcy Ribeiro em obra clássica sobre a formação do *povo brasileiro*.

Contudo, essas produções pouco circularam, influenciando basicamente os extratos mais intelectualizados da sociedade brasileira. Os livros didáticos,

Saiba que...

Nova História. Movimento historiográfico dos anos 1970, iniciado na França pela chamada terceira geração dos Annales. Caracteriza-se por uma história das formas de representações coletivas e das estruturas mentais da sociedade.

Para mais detalhes, ver Wikipédia, verbete *Nova História*.

por exemplo, demoraram quase 20 anos para se adequar a essa **Nova História**, e ainda estão se adequando.

Os movimentos sociais tiveram papel muito importante nesse processo,

Saiba que....

A partir da Lei 10.639/2003, tornou-se obrigatório o estudo da cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar, contribuindo assim para a produção de estudos mais críticos acerca da História da África e da cultura afro-brasileira.

cada qual tencionando escrever uma História que privilegiasse sua contribuição para a sociedade. Daí a história do movimento operário, dos escravizados, dos pobres, das mulheres etc. Enfim, buscou-se dar voz aos *excluídos da História*.

Assim, cabe salientar a atuação do movimento negro organizado em fundações, terreiros, ONGs e demais espaços de ação política, cultural e religiosa, jogando um papel fundamental no processo de inclusão do estudo mais reflexivo acerca da cultura e sociedade africana e afro-brasileira no currículo escolar. Essa

“pressão” ficou evidente nos fóruns de discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/1996). A disputa travada é uma luta política por reconhecimento e participação social.

Isso quer dizer que o africano e os afrodescendentes não apareciam nas salas de aula antes da LDBN/96? Apareciam, sim; entretanto, apareciam basicamente quando se falava sobre o sistema escravista, isto é, a partir dos fenômenos econômicos inerentes ao processo de organização da sociedade luso-brasileira (XVI-XIX). Pouco se falava em cultura, herança cultural, troca de conhecimentos, enfim, usos e costumes que foram trazidos e devidamente adaptados pela sociedade brasileira. Quando esses temas eram relacionados, se fazia uma descrição básica, uma narrativa de fatos, com quase nenhuma crítica. Afinal, não havia material disponível nem preparação do profissional para a realização de aulas mais críticas acerca das problemáticas que envolvem a cultura africana e afro-brasileira, outro problema que está sendo sanado aos poucos a partir da demanda criada pela legislação.

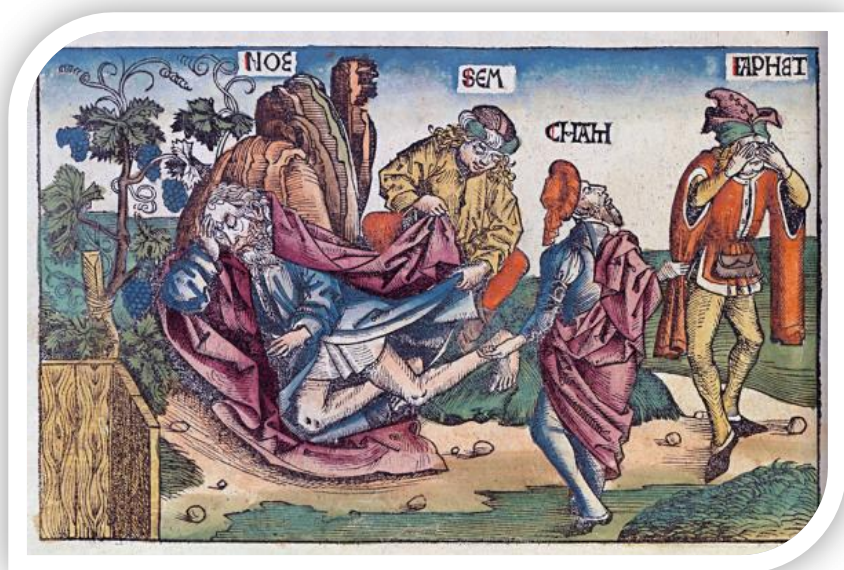
Quando se falava sobre África ou africanos, havia muito “afro” no âmbito particular e pouca “África” nos espaços coletivos e sociais (LOPES; ARNAUT,

2005, p. 7). As coisas se restringiam muito às datas comemorativas, como o Dia da “Consciência Negra”. Para o caso escolar, esse era o momento privilegiado, praticamente único, para falar sobre África, africanos, afrodescendentes e racismo. Tarefa nada fácil, concorda?

Afinal, qual é a visão que possuímos de África e de seus povos? Qual é a contribuição da cultura africana para a América, especialmente para o Brasil? Qual ou quais as relações entre a diáspora africana e a constituição do mundo atlântico? São muitas perguntas, cujas respostas iremos ponderar ao longo desta disciplina.

1. Mitos e estereótipos

Quem nunca ouviu falar da maldição de Cã? Na Bíblia, em Gênesis (9:18 – 10:32), há uma narrativa interessante e reveladora sobre



Noé e seus três filhos: Sem, Cã e Jafet. Cabe frisar que, segundo a tradição bíblica, a Terra fora povoada por esses três descendentes diretos de Noé. Certo dia, Noé teria se embriagado e Cã viu seu corpo nu. Ao contar o fato aos irmãos, estes tomaram uma capa e cobriram o corpo do pai com os rostos voltados, para não ver sua nudez. Quando Noé despertou, soube o que fez seu filho mais novo e o amaldiçoou, tornando toda a sua descendência escrava de

seus irmãos. Esta foi, por muito tempo, a justificativa ideológica dos europeus para a escravidão dos africanos – ou camitas (descendentes de Cã).

1.1 Imagens forjadas de forma estereotipada

Qualquer pessoa que frequente salas de cinema ou assista à televisão já se deparou com representações do continente africano que o definem, de maneira geral, como o avesso da civilização. Partem de uma associação direta entre a África e o mundo da natureza. Produzidas a partir dos primeiros contatos dos europeus com a África, tais imagens ganharam traduções mais claras entre o final do século XIX e o início do XX – ao longo do processo de **partilha da África**, no bojo da **disputa imperialista** que marcou a Europa no período.



Em 1912, **Edgar Rice** criou *Tarzan, o rei dos macacos*. Ele trazia a representação da supremacia europeia sobre o mundo africano a partir do herói Tarzan. O fato de Tarzan ser filho de um lorde inglês foi suficiente para que se destacasse entre os africanos. Esse personagem fez e faz grande sucesso, consagrando a imagem de um continente definido como espaço da natureza, do exótico, incivilizado e imóvel.

Fonte: <http://caurosa.wordpress.com>,
acesso em 13/03/2011, 18h.

Outras imagens juntaram-se a essa para definir o continente: aquelas que o ligam à miséria, à corrupção e à guerra. Imagens que insistem em mostrar a África como lugar da **barbárie**, avessa a qualquer forma de civilização. A filmografia ocidental, especialmente a estadunidense, por muito tempo vem trabalhando com essa lógica, apesar de alguns filmes críticos.

Além de filmes, propagandas televisivas veiculam imagens do continente que ligam seus habitantes ao canibalismo, ao atraso e ao exótico. Muitas vezes são ridicularizados de forma aberta.



Fonte: http://www.janela.com.br/antiores/Janela_2006-03-31.html; acesso em 13/03/2011, 18h.

Essas imagens estão longe de mostrar a grande diversidade de povos e culturas existentes no território africano, continente que possui cerca de 30 milhões de quilômetros quadrados, onde se encontram diversas paisagens que vão desde as

florestas e savanas, popularizadas

nos filmes, até desertos, zonas de clima

mediterrâneo e regiões de altas montanhas cobertas de neve (caso do monte Kilimanjaro, no Quênia). Nessas diversas paisagens habitam mais de 800 milhões de pessoas, que fazem da África o segundo continente em termos populacionais. Como resultado, o continente tornou-se berço das mais diferentes culturas e tradições, que se expressam nas distintas identidades de seus habitantes: são faladas aproximadamente duas mil línguas, há diversas opções religiosas, políticas, sociais e econômicas.

2. Para concluir

Podemos constatar que é muito difícil definir, para a África, um perfil homogêneo como aquele que aparece nos filmes. A África deve ser vista como um continente multifacetado e complexo. Este é o grande desafio desta disciplina: propor uma reflexão sobre como o conhecimento de África foi construído a partir de uma ideia de homogeneidade que encobriu a diversidade de experiências do continente. Para isso, utilizaremos como recorte o processo

de constituição dos reinos da África Ocidental entre os séculos XII e XVI e suas relações com o processo da expansão mercantil ibérica.

Na próxima aula veremos a constituição dos reinos centro-africanos e magrebinos a partir do século XII. Até mais e ótima reflexão!!!

AULA 02: A África inventada – desafios

Introdução

São muitos os obstáculos que se apresentam para o estudo da História da África, principalmente os mitos e preconceitos que foram criados ao longo do tempo a partir de visões distorcidas deste vasto e complexo continente.

Durante muito tempo estes povos não foram vistos como construtores de História. Assim sendo, nosso primeiro desafio é mostrar a importância da contribuição deste continente no processo constitutivo da História da Humanidade.

Pode parecer meio enciclopédico, contudo de muita utilidade para os devidos recortes de tempo e espaço que serão privilegiados nesta jornada que se inicia. Logo vamos refletir um pouco sobre a maneira como vemos e entendemos a África e seus povos.

O que vem na sua mente quando se fala em África, africano, cultura africana, afro-brasileiros, enfim como você vê este espaço geohistórico e político-cultural?

Com certeza é uma visão eurocêntrica. Afirmativa contundente esta não acha?

Contudo, nos historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, enfim cientistas sociais, tendemos sempre a europeizar as coisas devido a formação teórico-metodológica que possuímos, herança do nosso tempo de graduação.

É certo que, o inverso é verdadeiro. Há, principalmente nos movimentos negros organizados, e diversos pensadores dentro e fora do continente africano leituras afrocêntricas desta História. Isto é, tanto o senso comum joga para um eurocentrismo, fora os teóricos desta linha de pensamento, quanto boa parte dos africanistas jogam para o afrocentrismo. Como resolver esta questão?

São olhares, formas de ver e sentir as coisas, os usos, os costumes e os hábitos de um dado povo ou lugar. É exatamente a forma como se constrói estes olhares que passamos a observar nas próximas linhas. Tanto o eurocentrismo

como o afrocentrismo são formas/olhares etnocêntricos sobre um dado objeto: a África. Inventaram, conforme veremos, Áfricas diferentes.

1. Eurocentrismo

O momento imediatamente posterior à Segunda Guerra Mundial foi significativo para os povos africanos. Houve o surgimento de diversos movimentos políticos e sociais que pleiteavam a independência das colônias africanas. Num contexto de luta contra o imperialismo, muitos historiadores se debruçaram sobre a História da África, mas a olharam com o olhar europeu e projetaram sobre o continente as suas instituições: Estados, Impérios, Reinos e Classes, acarretando numa produção historiográfica marcada por equívocos e distorções.

Desta forma, adotou-se uma perspectiva que tomou a História europeia como padrão definidor de um modelo a ser buscado para se compreender as histórias africanas.

A produção historiográfica do Brasil não escapou de tais armadilhas. A História da Europa foi e ainda é tida como a História Geral e outras territorialidades ficam relegadas ao segundo plano, como Ásia e África. Essa visão acaba por reforçar um olhar eurocêntrico bastante presente nos livros didáticos.

Como a História da África é abordada nos livros didáticos? A forma como a História africana é abordada nos livros didáticos chega a alterar a compreensão mais geral da História que é passada aos alunos? Ou ela vem como uma espécie de apêndice?

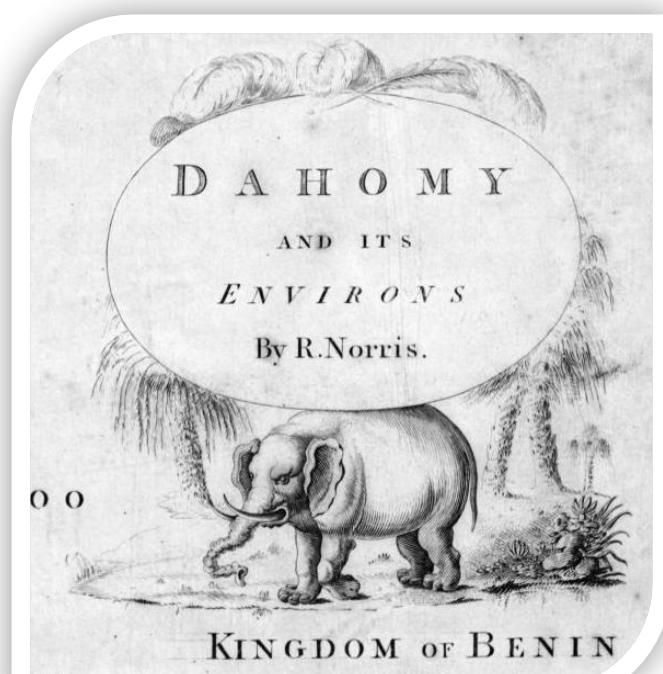
OLIVA (2003) faz uma excelente análise sobre o diálogo ou a falta dele entre os escritores de livros didáticos e a academia. O foco de sua pesquisa está na produção de livros didáticos a partir dos anos de 1980. Esta produção,

segundo OLIVA, traz uma série de equívocos e distorções acerca da História da África, ainda muito influenciada pelo olhar europeu.

E hoje, após a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura africana e afro-brasileira, os livros didáticos mudaram? Muito pouco, quase nada, em relação ao tipo de visão/olhar sobre a África e a expansão da cultura africana. Trazem alguma coisa interessante sobre a cultura africana, contudo ainda muito insipiente, um ótimo terreno para pesquisa e experimentação.

Afinal de contas como essa História é contada e quais são as suas consequências? Ao conceituar, analisar, refletir e problematizar as questões relativas à cultura, sociedade, política e filosofia africana a partir de um arcabouço teórico e metodológico 'europeu' a tendência é sempre tentar encaixar, modelar a partir do que entendemos ser o 'correto', um exemplo bastante contundente é o conceito de Estado. Este conceito é sobremaneira europeu, historicamente construído a partir das experiências dos povos europeus que irradiaram para seus domínios as diversas formas de centralização política, militar, administrativas, jurídicas etc a qual se denominou Estado.

A consequência é que, analisada a partir de um padrão europeu, as sociedades africanas aparecem nessas obras de modo frágil, como se constituíssem exemplos imperfeitos e atrasados de um desenvolvimento que continuava a ter na Europa o seu modelo. Outra saída foi equiparar as formações políticas ao Reino Natural. Nesta imagem ao lado, representação do Dahomé, importante reino da África Ocidental, o destaque foi dado ao elefante no lugar de um poderoso exercito. Vemos a participação deste



Representação europeia sobre o Reino do Dahomé. Fonte: <http://www.ieb.usp.br/online/telaSubCateg.asp?id=26>, acesso 14/03/2012.

Verbetes

Tribo – como autores europeus não conseguiam identificar formações sociais africanas nos padrões europeus – como Estados Nacionais – classificaram tais sociedades simplesmente como tribos. Este vocábulo assumira um sentido político para marcar o suposto atraso das sociedades africanas em relação às europeias. (SILVEIRA, 2000, p. 30)]

animal em guerras desde Alexandre o Grande. Fora a questão simbólica da força, o elefante é cultuado por diversos povos africanos e asiáticos.

Esses autores, mesmo numa tentativa de valorizar a História da África, usam um vocabulário que acaba por colocá-la na perspectiva do atraso. Como nomear organizações distintas das já conhecidas como Estado, Reino ou Império? E termos como povos, aldeias e tribos passam a pulular nestes textos. Conceitos que expressam, principalmente o último, a noção de primitivismo e atraso.

O conceito TRIBO, passa a ser visto como um dado quase natural de análise sobre o continente. Este é um vocabulário que coloca em evidência a perspectiva eurocêntrica e que ainda é um obstáculo para a compreensão das lógicas internas das sociedades africanas.

Há uma reprodução dos mesmos equívocos dos primeiros europeus que aportaram no continente africano, ou seja, procurando identificar os reis e suas cortes entre as

lideranças africanas.

O que veremos nas aulas seguintes serão os processos de formação dessas sociedades numa busca de um ponto de vista africano de análise que nos afaste das armadilhas do eurocentrismo.

Vimos até aqui que o eurocentrismo é uma armadilha analítica na qual muitas vezes caímos sem sentir. Ora reproduzimos em nossas aulas expositivas ora em nossos textos. Claro! Podemos justificar, colocando a questão sobre a falta de termos específicos para as formações sociais africanas e a difícil tarefa de se colocar no lugar do outro, no momento da análise?

Sim podemos e é neste momento que devemos ter todo o cuidado do mundo para não cair nesta armadilha conceitual, pois existe um limite entre

apreciar o que nos é familiar e caro e desvalorizar os outros projetos de vida e soluções diferentes para desafios que aparentemente são parecidos. O **etnocentrismo** turva o olhar do observador e nos acende um sinal de alerta, pois é uma característica condenável e inevitável.

1.1. Os perigos da vitimização

As armadilhas do eurocentrismo não se encontram somente na utilização de conceitos baseados na experiência histórica europeia. Outra forma de expressão dessa perspectiva ocorre nas análises que procuram explicar as relações entre as sociedades europeias e as africanas. Nestas análises, os africanos são vistos como vítimas passivas da ação dos europeus e tidos como meros objetos da exploração desses.

Esse tipo de visão está pautada na “Teoria da dependência” Segundo o historiador John Thornton, o “subdesenvolvimento” dos países africanos, para esta teoria, seria o resultado da exploração patrocinada pelos países “desenvolvidos”. O autor mostra que tais análises tomaram como base um momento da Revolução Industrial que teria dado superioridade econômica ao continente europeu. Procura relativizar tais estudos ao analisar as sociedades da África Centro-ocidental dos séculos XVII e XVIII e mostrar que a realidade do continente africano estava longe de confirmar teorias tão pessimistas. Thornton explica que em termos de avanços militar, tecnológico e comercial as sociedades africanas não estavam tão longe das europeias. Defende que a imagem de subordinação tem um sentido ideológico.

É no assunto mais popular que envolve a História da África, a escravidão, que a lógica da vitimização ocorre de forma contundente. Segundo Thornton, a escravidão é apresentada como consequência direta da exploração da África pelos europeus. Para o autor, tais análises não levam em conta a presença de longa data da escravidão no continente africano. Tais análises tendem a ver a escravidão como simples fruto da ganância mercantilista dos europeus desqualificando a participação de africanos no comércio de cativos e ignorando os conflitos internos e atribuindo ao continente a perspectiva vitimizada.

2. Afrocentrismo

Vimos até aqui que o eurocentrismo foi uma forma etnocêntrica de se constituir os povos orientais, incluindo os africanos. Outro obstáculo, que afirma novas mitologias sobre o continente e naturaliza outro tipo de ideia comum hoje, a existência de uma identidade que liga os diversos povos do continente africano, é o *afrocentrismo*.

Por que o afrocentrismo não significou um avanço significativo nas análises? Por que não se constituiu como o tão buscado ponto de vista africano de análise?

O afrocentrismo foi a forma como muitos autores passaram a enfrentar a tarefa de explicar a História do continente africano e confrontar a lógica eurocentrista. Foi uma maneira encontrada por intelectuais para fazer uma análise da História

Saiba mais....

O etnocentrismo pode ser entendido como uma característica comum entre as culturas e ao mesmo tempo algo que deve ser evitado, pois traz em seu bojo a noção de superioridade. Nada substitui a familiaridade que temos com nossos hábitos, mas devemos aprender a nos relacionar com o estranho a ponto de não o segregarmos. Tal exercício intelectual nem sempre foi a ordem. Hegel, no início do século XIX, escreveu que “A África não é um continente histórico, não demonstra nem mudança, nem desenvolvimento”. Essa sentença foi acatada em sua autoridade por muitos intelectuais daquele século.

Ao negar dimensão histórica aos povos africanos estes passaram a ser estudados por linguistas, antropólogos e etnólogos informados pelo olhar eurocêntrico. Estamos falando do auge do racismo científico, da vitória do pensamento conservador, que anunciava a inferioridade biológica dos negros. A popularização dessas idéias foi conveniente, pois encobria os atrasos de suas próprias sociedades (AMAURO PEREIRA, 2002, p. 10)

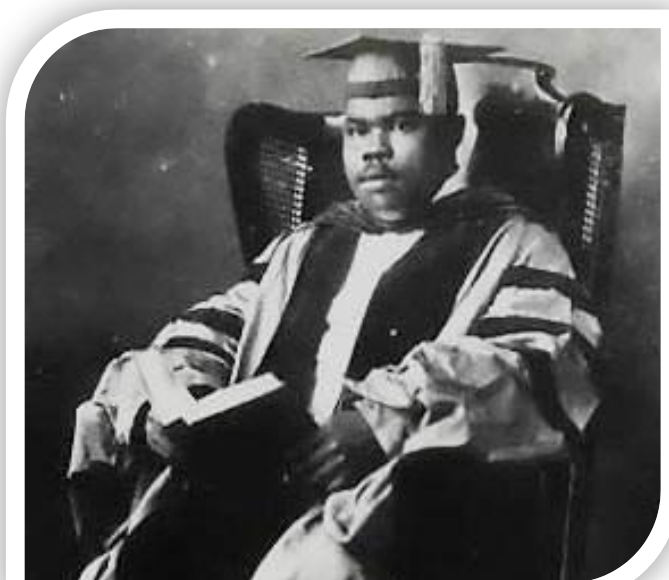
africana em que os africanos aparecessem como sujeitos e não como vítimas. Uma postura teórica assumida para fugir das amarras da cultura ocidental. Visava valorizar a herança africana, vista, pelo Ocidente, como sinônimo de atraso e barbárie.

Caracteriza-se, desta forma, como uma corrente historiográfica que se contrapõe às análises eurocentristas que por muito tempo hegemonizaram os estudos sobre a África.

Foi no contexto das independências africanas que surgiu o afrocentrismo. Proposta de um novo posicionamento, tanto para a História africana, que deveria ser pensada do ponto de vista africano como para a História mundial, que também deveria ser feita a partir do ponto de vista africano.

A intenção era afirmar a ideia de uma civilização negra, negada pelas análises eurocentristas. Um dos primeiros

militantes do movimento negro na América Central, o jamaicano Marcus Garvey partiu para a Inglaterra em 1912 e lá conheceu outros negros de diversas localidades que tinham as mesmas dificuldades que as suas. Essa experiência partilhada e marcada por problemas, impulsionou Garvey a defender a existência de uma identidade africana e de seus descendentes em todo o mundo.



Fonte: <http://www.black-king.net/library%20marcus%20garvey.htm>.

acesso 14/03/2012.

Levando-o a lutar pela tomada de consciência dos negros a respeito do valor de suas culturas. Afirmava que o tipo de ensino a que estavam submetidos garantia o sucesso dos brancos em detrimento dos negros. Para reverter este quadro, seria necessário um sistema de ensino que valorizasse e mostrasse a superioridade da cultura de africanos e seus descendentes.

Os afrocentristas responderam aos apelos de Garvey e o que observamos foi a transformação de uma perspectiva política, que afirma a necessidade de valorização da cultura africana transformada numa perspectiva acadêmica. A partir dessa perspectiva, afirma-se a legitimidade da herança africana.

O afrocentrismo surgiu como doutrina a partir da valorização da cultura africana e intelectuais negros tentaram se apropriar de uma história que os colocava num papel secundário, a história produzida a partir de uma visão eurocêntrica.

Começamos a perceber as armadilhas tanto do eurocentrismo como do afrocentrismo, concorda? Uma das críticas mais interessantes dessas duas doutrinas que se opõem pelo vértice foi feita por Kwame

Appiah. Filósofo filho de ganenses, Appiah mostra as proximidades entre as duas doutrinas.

Fosse para valorizar a identidade africana ou para colocá-la como sinônimo de atraso, ambas as doutrinas assumiram como dado histórico inquestionável a existência de uma identidade negra expressa na ligação com o continente africano.

Tal identidade foi construída ao longo do século XIX, como nos chama a atenção Appiah para a sua historicidade.

Foi no *oitocentos*, que descendentes de africanos tanto na América como na

Europa, que experimentavam cotidianamente a exclusão e o racismo, passaram a postular seus laços de criação com o continente africano.



Fonte: http://www.episcopalarchives.org/AfroAnglican_history/exhibit/leadership/crummell.php, acesso 13/03/2012.

Foi dentro da lógica europeia que tal identidade foi forjada. Informado por essas ideias, Alexandre Crummel, pastor afro-americano nascido nos EUA em 1818, defendeu em meados do século XIX, uma ação conjunta de africanos de todas as regiões. Segundo ele, a “raça africana” como um todo deveria se unir na luta contra a discriminação. Ele tornou-se um dos inventores do sentimento nativista africano.

Em 1853, Crummel muda-se para a Libéria, onde foi atuar como missionário. A defesa que fazia de uma identidade africana era baseada em concepções europeias e isso fica claro na sua atuação como missionário. Objetivava evangelizar e converter os nativos, afastando-os de suas religiões tradicionais. Defendeu a adoção da língua inglesa pelos africanos como uma forma de evolução. Postulava que as diversas línguas faladas por africanos eram atrasadas. Para ele, a colonização seria uma forma de desenvolver a África.

Appiah analisa a atuação de Crummel como exemplar desse momento (século XIX) de uma identidade africana. Não partia da lógica das culturas locais, que eram por eles menosprezadas. Era uma construção externa aos povos dos continentes. Em sua base estava um conceito desconhecido pelas sociedades ao sul do Saara, o conceito de raça. Como essa identidade não pôde ser construída com base na cultura, a saída foi estabelecê-la com base em um elemento natural, a cor da pele. Porém a cor da pele não conseguiu estabelecer um elo inquebrantável entre diferentes sujeitos e grupos.

Foi sobre o conceito de raça que intelectuais como Crummel forjaram o conceito de identidade africana. Não partiam de uma efetiva compreensão da lógica e das culturas dos povos do continente, capazes de mostrar uma diversidade muito diferente da ideia de unidade que queriam construir. Tal ideia estava pautada na oposição entre negros e brancos vivenciadas na América, sem levar em conta as diferentes vivências na diáspora.

No século XX, diversos movimentos culturais se apropriaram de tais ideias para mostrar a singularidade dos africanos frente aos europeus, como o pan-africanismo e a negritude. Foi com base em uma ideia essencialista a respeito da África e seus habitantes que tal identidade foi edificada.

3. Concluindo

Kwame Appia jogou uma luz sobre as discussões a respeito do eurocentrismo e afrocentrismo. Segundo o mesmo, os autores que utilizam a perspectiva afrocêntrica, ou seja, a suposição de que existe uma identidade inata entre os africanos, que se estenderia do Egito antigo aos negros escravizados na América, baseiam-se nos mesmos conceitos e ideias que autores eurocêntricos usam para desconsiderar a História da África.

A produção historiográfica resultante dessas análises não é tão diferente das decorrentes do olhar eurocêntrico. Ambas trabalham com a noção de uma identidade ontológica para os povos africanos. São os valores da sociedade ocidental que continuam sendo reforçados e estes são muito diferentes das diversas sociedades constituídas no continente africano. São dois modelos analíticos que não dão conta de compreender os modos de viver e pensar próprios dos muitos africanos ao longo de sua história.

Nosso primeiro momento foi um convite a uma reflexão sobre as imagens que foram construídas do continente e seus habitantes ao longo do tempo. Tomamos estes como os primeiros obstáculos a serem enfrentados na construção de uma história da África. Mitos e preconceitos obstaculizam uma compreensão mais profunda das diferentes sociedades, pois resultam de olhares distantes e ligeiros sobre as lógicas próprias do continente.

A historiografia europeia sobre o tema, por muito tempo foi marcada pelo etnocentrismo que tinha por base a ciência racista do século XIX. O eurocentrismo foi uma perspectiva que maculou as análises resultando numa produção que via a África como um continente a-histórico.

Desse período herdou-se o conceito de raça. Este informou outra visão de mundo – o afrocentrismo. A argumentação, baseada também no conceito de

raça, defendia uma identidade africana essencializada e que ligaria africanos aos seus descendentes pelo mundo. Vimos os perigos de tais análises.

Material de apoio

Leitura complementar

http://vsites.unb.br/ih/novo_portal_his/revista/arquivos/edicoes_anteriores/2005/nderson90_114.pdf

Este é um artigo muito instigante de Anderson Ribeiro Oliva sobre diversas imagens criadas sobre a África no continente.

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cvoooo53.pdf>

Caro leitor, apresento-lhe o texto *Discurso sobre a Origem da Desigualdade Entre os Homens*, de Jean Jacques Rousseau. Principalmente na primeira parte, você encontrará elementos para pensar a desigualdade e como ela é produzida.

LANGER, Johnni. *Civilizações perdidas no continente africano: o imaginário arqueológico sobre a África*. Revista de Humanidades, 2005.

<http://www.cerescaico.ufrn.br/mneme/pdf/mneme14/143.pdf>

Este é um belo texto que analisa o imaginário sobre a África a partir de fontes como a literatura e os relatos de viagem, tendo como eixo norteador da discussão a idéia de civilizações perdidas no continente negro.

Excelente opção para acompanharmos o trabalho com fontes.

Filmes

Filme: Os deuses devem estar loucos (EUA, 1980)

Direção: James Uys

Resumo: O filme conta as dificuldades de um bosquímano na sua odisséia para devolver uma garrafa de coca-cola aos deuses. É uma comédia muito divertida que permite recuperar uma gama de informações sobre a África. A garrafa, jogada de um avião, foi saudada pelos nativos como um presente dos deuses. A caracterização dos bosquímanos, a diversidade cultural e física do africano e do continente.

Filme: Nas montanhas dos gorilas (EUA, 1988)

Direção: Michael Apted

Resumo: O filme conta a história da obstinada inglesa Dian Fossey que se transfere para a África com o objetivo de pesquisar a vida dos gorilas. Torna-se uma incansável defensora da preservação dos gorilas. Vários conflitos surgem: com caçadores, com autoridades africanas. Este filme é exemplar para pensarmos em um novo “imperialismo” ecológico. O argumento é basicamente o mesmo usado pelos imperialistas: a África precisa ser tutelada nas suas principais questões. O continente é tido como incapaz e de incapazes, necessitando sempre de intervenções externas, sejam humanistas ou ecológicas, para não voltar à barbárie.

Título do filme: E a luz se fez (França, 1989)

Direção: Otar Iosseliani

Resumo: O filme possui como protagonista principal uma aldeia africana. O interessante é observar a trama que se desenvolve na aldeia e como os contatos com a cultura ocidental ocorre.

Bibliografia

[Rever bibliografia – muito extensa]

ARNAUT, Luiz & LOPES, Ana Mônica. *História da África: uma introdução*. Belo Horizonte: Crisália, 2005.

CURTIN, Philip. "Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história geral" In KI-ZERBO, J. (org.), *História Geral da África. Metodologia e Pré-História da África*. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982.

DEL PRIORE, Mary; RENÂNCIO, Renato Pinto. "Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica". Rio de Janeiro: Elsevier; 2004.

HEGEL, G. W. Friedrich. *Filosofia de La história universal*. Madri: Revista de Occidente, 1928.

KI-ZERBO, J. *História Geral da África I. Metodologia e Pré-história da África*. São Paulo: Ática; [Paris]: UNESCO, 1982.

OLIVA, Aderson Ribeiro. "Os africanos entre representações: viagens reveladoras, olhares imprecisos e a invenção da África no imaginário Ocidental", In *Em tempo de história*. Brasília: editora UnB, 2005.

_____. "O ensino da História africana: a presença da África nos manuais escolares brasileiros e portugueses (1990-2004)", In In PANTOJA, Selma (org). *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE, 2006.

_____. "A História da África nos bancos escolares: representações e imprecisões na literatura didática" In *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 25, nº3, Rio de Janeiro, 2003.

PANTOJA, Selma (org). *Identidades, memórias e histórias em terras africanas*. Brasília: LGE, 2006.

PEREIRA, Amauri Mendes. "Por que estudar a história da África?". Rio de Janeiro: CEAP, 2006.

SILVA, Alberto da Costa e. “A enxada e a lança: a África antes dos portugueses”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SILVEIRA, Renato da. “Os selvagens e a massa: papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental” In *Afro-Ásia*, UFBA, nº 23, 2000.

SOUZA, Marina de Melo e. *África e Brasil africano*. São Paulo: Ática, 2007.

THORTON, John. *A África e os africanos na formação do mundo atlântico – 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

WEDDERBURN, C. M. “Novas bases para o ensino de História da África no Brasil” In *Caderno de Resumo – Colóquio Internacional Ensinando Estudos Étnicos Afro-Americanos e Africanos na América Latina*. CEAO/UFBA, Salvador, dezembro de 2005.

AULA 03: Formações políticas e sociais da África Ocidental: Gana, Mali e Songai

Introdução

Prezado cursista, quero convidar você para uma reflexão sobre a chamada “África tradicional”. Vamos construir um quadro sociocultural das sociedades africanas localizadas ao sul do Saara e desenvolver um olhar crítico em relação às abordagens que apresentam tais sociedades como uma coisa só.

A ideia da existência de uma única África Negra, ou mesmo uma cultura ou arte negra ou africana, guarda no seu bojo uma concepção simplista das relações estabelecidas entre as muitas sociedades africanas.

Tais ideias pasteurizam o que o etnólogo *Pierre Verger* chamou de “diversas etnias estabelecidas na região africana ao sul do Saara”. Todavia, embora pareçam paradoxais, os trabalhos feitos por diferentes estudiosos das sociedades africanas (como os linguistas, antropólogos e arqueólogos) sugerem que muitas dessas sociedades compartilharam certa base sociocultural, a partir da qual desenvolveram suas próprias civilizações.

Tal proximidade se expressa em elementos como a semelhança de algumas línguas; as formas parecidas de acessar o divino; e a presença constante de *famílias extensas*, tanto em grupos que habitavam as margens do Rio Níger como nas sociedades zulus encontradas na parte sul do continente.

Saiba mais....

Família extensa

A família é uma das principais instituições das chamadas sociedades tradicionais. Era ela que primeiro definia o pertencimento dos indivíduos ao grupo. A noção de família na África Subsaariana é diferente do modelo europeu. As africanas eram extensas, formadas por mãe, pai, seus filhos (a família nuclear) e por avós, tios, sobrinhos, netos e primos que tinham um ancestral em comum. A família extensa, também chamada de linhagem, era a organização que assegurava a existência física e a perpetuação dos indivíduos; permitia a socialização no grupo e proporcionava o sentimento de pertencer a um coletivo – na medida em que possibilitava a conexão de cada membro à sua ancestralidade, ou seja, à sua história (M'BOKOLO, 2003, p. 43-55).

Em vista disso, o objetivo desta aula é analisar de forma mais pormenorizada o processo de constituição daquilo que se convencionou chamar de África Negra, que é a região do continente situada abaixo do deserto do Saara ou Subsaarina.

Estudos recentes mostram que grande parte das sociedades da África ao sul do Saara poderia ser classificada como sociedade de pequeno ou médio porte, composta por aldeias e/ou cidades-Estado dependentes do comércio e de atividades agropecuárias (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2004).

Essa composição dos grupos sociais não é resultado da lenta evolução dos africanos. Muito pelo contrário. O conhecimento milenar deles fez com que se tornasse recorrente a formação de pequenas sociedades. Dessa forma, conseguia-se equilibrar as construções socioculturais dos grupos em questão com a necessidade da sobrevivência em territórios muitas vezes inóspitos.

Algumas razões justificam tais formações, mas as lutas constantes contra as intempéries naturais, sobretudo as longas secas que atingem as regiões das savanas, consistem na principal delas. Frente à eminência dessas adversidades, as sociedades de pequeno porte tinham maior possibilidade de sobrevivência, pois era muito mais fácil para este tipo de sociedade mover-se de uma região de seca para outra com melhores condições de sobrevivência.

As chances de uma família sobreviver estavam relacionadas ao tamanho da linhagem, principalmente ao número de adultos. Não foi por acaso que a *poligamia* cumpriu importante papel nessas sociedades, permitindo o crescimento constante das linhagens e a manutenção da ampla rede de parentesco.

Ter muitas mulheres era sinal de prestígio. Quanto mais poderoso o chefe, mais mulheres ele tinha. Essa característica foi observada tanto nas áreas islamizadas quanto nas que mantinham as religiões tradicionais. Os haréns muçulmanos podem ter servido de modelo para os chefes africanos ou pelo menos de resgate de tradições ancestrais.

Por exemplo, no harém reuniam-se todas as mulheres do senhor ou chefe, sendo a maioria composta por escravizadas. Esse chefe poderia ser

político, religioso ou simplesmente o líder de uma família extensa. No Antigo Testamento da Bíblia cristã há dezenas de exemplos de poligamia, pois era um costume bastante disseminado no Oriente Próximo, principalmente entre os grupos mais abastados.

Fica claro que somente os homens com recursos ou riquezas poderiam possuir uma ou mais mulheres; a capacidade de formar e sustentar uma família se iniciava com o pagamento de um dote pela posse daquele indivíduo. Segundo SOUZA (2006, p. 32), essa prática não se restringia apenas a questões reprodutivas; de maneira semelhante, a força produtiva era obtida mediante pagamento ou compra.

Se a poligamia era algo comum no continente africano, para o europeu era um mal a ser combatido, pois era reveladora de uma forma 'atrasada' de organização da sociedade.

A Igreja Católica colocou-se como o principal agente 'moralizador', enviando centenas de padres, freis etc. ao continente africano em missão de libertação do paganismo, das religiões orientais, da poligamia e outros tantos costumes que iam de encontro à cultura europeia. Para a Igreja Católica eram esses os males que afligiam os povos da África e eles, portanto, deveriam ser libertos desse mal. Só não perguntaram aos africanos o que eles achavam disso.

Cabe frisar ainda que os casamentos tinham grande importância para esses grupos da África subsaariana. Eles selavam laços de solidariedade e fidelidade. Quanto maior o número de mulheres, maior o número de alianças e maior a descendência, o legado.

Em um ambiente em que faltavam braços, quanto maior o número de pessoas sob a proteção e dependência de um chefe maior seria sua posição, seu prestígio e seu poder.

Podemos destacar duas características importantes das sociedades da África Ocidental:

1. a formação de pequenos e médios grupos partilhando a mesma área cultural; e

2. a constituição de famílias extensas.

A terceira questão que podemos destacar são os contatos comerciais realizados pelas vias fluviais e terrestres, que serviam para escoar o excedente daquilo que era produzido nas comunidades tradicionais.

Esse excedente era comercializado em mercados próximos. Tais mercados não só viabilizavam a troca de produtos oriundos de diferentes localidades como também possibilitavam a circulação de informações e a formação de redes sociais entre duas ou mais sociedades, diminuindo o isolamento.

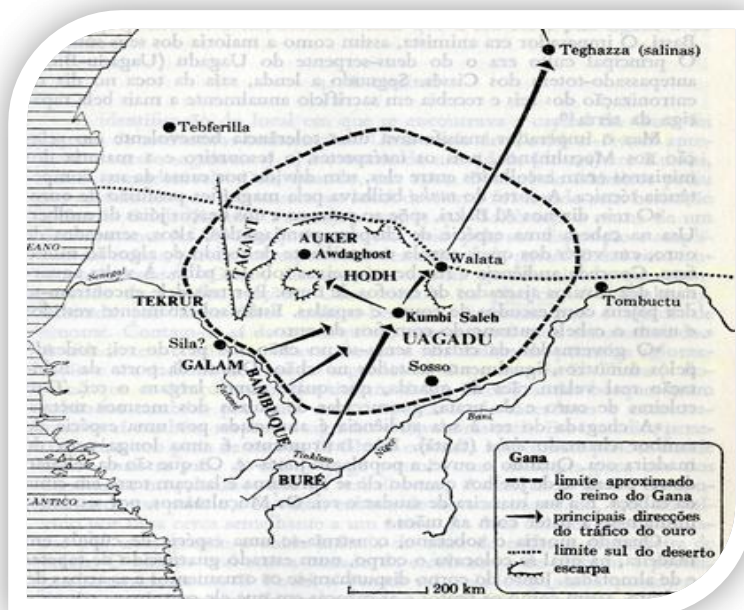
Tendo em mãos as características fundamentais destas sociedades, podemos nos debruçar mais detidamente sobre os 'impérios' de **Gana, Mali e Songai** e perceber as diferenças entre eles, mesmo tendo traços comuns.

1. Gana

O viajante Ibn Hawkal, em 970, escreveu que o Reino de Gana "é o mais rico do mundo por causa do seu ouro" (KI-ZERBO, s/d, p. 133). O Reino de Gana foi fundado no século IV pelo povo africano *soninquê*. Formou-se às margens do Rio Níger e era composto por várias cidades e comunidades de pequeno e médio porte, sobretudo aldeias agrícolas. Deviam obediência ao grande senhor da região, chamado *gana* ou *caiamanga*. A produção era utilizada tanto na subsistência como no pagamento dos tributos reais.

A diversificação social ou extrato social era pautado, a partir dos ofícios ou papel da cada pessoa na sociedade, assim sendo havia agricultores, artesãos, ferreiros, sacerdotes e soldados. Acima de todos encontrava-se a figura do *gana* que exercia o monopólio sobre as minas de ouro, controlando a produção da riqueza.

Mapa de Gana



Fonte: KI-ZERBO, s/d, p. 137.

O monopólio de tanto ouro permitiu construir e manter enormes cidades. Gana possuía um núcleo coeso de poder. Havia povos ligados diretamente ao *gana*, outros dominados pelas suas elites e ligados ao soberano por vínculos espirituais, pelo dever militar e pelo pagamento de impostos (SILVA, 2006, p. 277). Sua formação política era frágil e cheia de conflitos, o que levava sempre a reconfigurações da estrutura de poder. A organização social obedecia à seguinte ordem: nobres, homens livres, servos e escravos.

A lógica das relações sociais dava-se pela quantidade de braços sob o poder do *gana*. Para ele, o interessante não era anexar território, e sim ter sob seu comando um número crescente de soldados, cidades, aldeias e grupos humanos que pudessem ser tributários e oferecer soldados para a guerra, servidores para a corte e lavradores para os campos reais. As campanhas militares tinham como objetivo conquistar pessoas.

A capital de Gana é Koumbi Saleh. Consiste na junção de duas cidades em uma planície. Em uma há predomínio muçulmano; na outra, Al-Ghana, encontra-se uma mesquita para os visitantes (o *gana* e seus súditos eram fiéis às

crenças tradicionais); o palácio do gana era formado por um conjunto de casas de madeira e pedra. Era uma cidade dividida pela religião, mas unida por interesses econômicos. O gana mantinha geralmente boas relações com os muçulmanos e escolhia entre estes seu intérprete e o administrador de seu tesouro.

As casas podiam ter até dois andares; eram sólidas, com paredes grossas feitas de pedra e revestidas por reboco amarelo e polido. Eram cônicas, de acordo com descrições do árabe Al-Bakri.

O reino de Gana, além de arqueiros, possuía um exército que utilizava cavalos como arma. A mobilidade dada pelo cavalo permitia a submissão de vilarejos. Quando o gana dava audiência, sentava-se em um pavilhão decorado de ouro; protegendo-o ficavam dez cavalos cobertos de ouro. Ainda segundo Alberto da Costa e Silva, o gana só andava a cavalo e duas vezes por dia percorria a cidade acompanhado solenemente pelos grandes do reino. A comitiva era precedida por tambores que anunciavam o início das audiências reais.

Os especialistas religiosos, os feiticeiros, viviam ao redor da cidade, próximos à floresta. Nessa área também se construía as representações dos deuses e os túmulos dos reis, uma espécie de local guardado onde ninguém podia entrar, salvo com autorização. Lá também ficavam as prisões.

Em 1076, os almorávidas saquearam a capital de Gana, Koumbi Saleh. Esse foi o começo do declínio, pois depois do saque da capital Gana não conseguiu mais se erguer e recuperar o poderio. Temendo saques, as caravanas deixaram de passar por Gana. Os comerciantes passaram a optar por Tombuctu e Gaô. Depois do segundo saque na capital, em 1203, comerciantes muçulmanos deixaram a cidade e foram para Walata.

É interessante notar que os almorávidas não conseguiram controlar as rotas comerciais que ficavam perto das minas e passavam por Gana. Abriu-se um vazio no poder.

Os sossos, que deram o golpe final em Gana, também não conseguiram se estabelecer no poder. De um clã de ferreiros inimigos do Islã surgiu, em 1180,

um guerreiro chamado Diarra Kanté. Ele conseguiu tomar a cidade de Koumbi Saleh, mas não as minas, que foram ocupadas pelos malinqueses (malinqué significa homem do Mali). O guerreiro-ferreiro apoderou-se de várias cidades, como Dyara, Bumbu e Buré, mas posteriormente perdeu suas conquistas, pois os malinqueses (ou mandingas) se impuseram na região e deram início à história do Mali.

2. Mali

Você viu que parte significativa das sociedades africanas era composta por pequenos grupos que, durante muito tempo, foram chamados de tribos. Esse foi o padrão mais comum de organização social e possuía uma intrincada rede de sociabilidade e aspectos culturais que estão longe da ideia de primitivo. No entanto, essas pequenas comunidades organizadas por linhagens de parentesco não compuseram o único modelo de formação política na África Subsaariana. Assim como ocorreu em diferentes localidades da Europa, das Américas e da Ásia, os povos africanos também constituíram organizações políticas mais complexas, de estrutura tão elaborada quanto aquela dos reinos e impérios europeus. Tais estruturas políticas exerceram profunda influência nos grupos circunvizinhos, mas também estabeleceram diferentes relações com sociedades distantes.

Um dos maiores e mais conhecidos impérios africanos foi o Mali. Localizado no alto do Rio Níger, região que atualmente abriga parte do Senegal, Gâmbia, Guiné Bissau e Mali, esse império foi fundado pelo povo africano malinqué no século XIII e ficou mundialmente conhecido por suas minas e pelas proezas realizadas por seus imperadores.

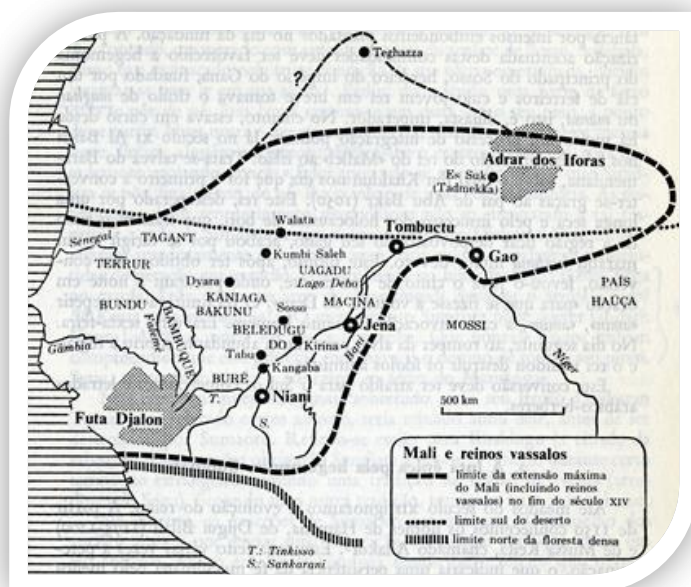
A fundação do império era cercada de magia. Segundo a tradição oral, o Mali foi fundado por Sundiata, o filho aleijado do mansa Naré Famá, que controlava os territórios ocupados pelo povo malinqué no século XIII.

Um ferreiro teria curado Sundiata, que se transformou em um grande caçador. A bravura de Sundiata incomodou seu irmão mais velho, Dancará-Tuma, que começou a persegui-lo, com medo de que ele roubasse o trono. Para fugir das ameaças de Dancará-Tuma, Sundiata fugiu para Mesma, um estado formado pelo povo soninquê, e lá teria se destacado como soldado.

A família de Sundiata foi assassinada por um povo vizinho enquanto vivia em Mena. Como único sobrevivente da linhagem, foi aclamado pelo povo e retornou para sua cidade natal a fim de expulsar os invasores. Ele conseguiu ser vitorioso em todas as batalhas, contando também com a ajuda dos soldados de Mena. Passou a comandar várias famílias do povo malinquê. Rapidamente Sundiata se tornou o grande chefe dessas famílias e iniciou a construção do Império do Mali, do qual se tornou o primeiro *mansa*.

Até o século XV, o Mali era um dos Estados mais conhecidos do continente africano.

Mapa do Mali



Fonte: KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra I*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d, p. 165.

Essa notoriedade do Império do Mali deveu-se a uma somatória de fatores. Em primeiro lugar, o território que compunha o Império do Mali tinha muitos rios (como o Níger, o Gâmbia e o Senegal) e terras apropriadas para cultivo. Por isso, a maior parte da população era composta por agricultores, pescadores e pastores. Esses homens e mulheres, que viviam do campo e moravam em vilarejos, cultivavam diferentes variedades de arroz; criavam bois, cabras e camelos e pescavam nos rios próximos ou no mar.

A abundância de alimentação permitia que as comunidades agrícolas se alimentassem, pagassem os tributos devidos ao *mansa* e comercializassem o excesso nas vilas e cidades próximas. Com a expansão territorial e consequente obtenção de escravos, o *mansa* pôde concentrar propriedades cultivadas por escravizados.

O Império do Mali possuía economia diversificada. Seu território englobava não só as minas auríferas do extinto Reino de Gana como também as redes de comércio que levavam esse ouro até o deserto do Saara, de onde ele seria levado para o norte da África e de lá para a Europa e para o Oriente Médio. As caravanas que levavam o ouro voltavam com sal, contas de vidros, tecidos e alimentos produzidos em outras regiões. Embora o comércio transaariano abrangesse um número variado de mercadorias, apenas a elite do império tinha contato com esses produtos. Para o restante da população, principalmente os camponeses, a única mercadoria acessível desse comércio era o sal.

O controle desse território foi feito de maneira eficaz. O mansa contava, para o controle de área tão extensa, com duas figuras: uma casta burocrática para o controle de questões administrativas, como pagamento de impostos pelas aldeias tributadas, e o poderoso exército do Mali, responsável pelas conquistas do império. Chegou a ser formado por 10 mil homens divididos entre a cavalaria e arqueiros. Esses homens usavam espadas, capacetes, cotas de malhas e cavalos, produtos importados do norte da África e da Europa disponíveis nos mercados do Mali.

As elites e o próprio *mansa*, junto com a burocracia administrativa e o poderoso exército, adotaram uma estratégia que diminuía a possibilidade de rebelião dos grupos subjugados. Ao invés de obrigar os povos dominados a viver de acordo com seus costumes, o *mansa* preferia respeitar as diferentes culturas que compunham seu império. Essas sociedades, porém, deveriam pagar impostos. O mais interessante é que quando ocorriam crimes ou problemas jurídicos, o *mansa* realizava o julgamento de acordo com a crença da pessoa em questão, respeitando os diferentes credos de seu império. Além de diminuir o índice de revoltas, essa estratégia de governo afiançava certa estabilidade para o império. Desse modo, a abundância de rios e terras férteis, o domínio de regiões auríferas e a estrutura eficiente de governo garantiram a manutenção e ampliação do império.

2.1.O Islã chegou ao Mali

Paradoxalmente, o evento que fez do Mali uma das regiões africanas mais conhecidas em todo o mundo foi também o episódio que marcou o início da decadência desse Estado. Cumprindo uma das cinco obrigações de todo muçulmano, no ano de 1325 o *mansa* Musa realizou sua peregrinação a Meca.



MANSA Musa. Fonte: DAVIDSON, 1992, p. 149.

A fim de comprovar a prosperidade de seu império, *mansa* Musa partiu do Mali acompanhado de mais de sessenta mil servos e quase duas toneladas de ouro, que distribuiu pelo Egito. Segundo a tradição oral, a

distribuição de ouro no norte da África foi tão grande que o preço do metal sofreu forte queda nos mercados da região.

No final, o ouro já havia escasseado para o mansa Musa e ele precisou fazer um empréstimo junto a um mercador de Alexandria para poder finalizar a sua viagem. Mas tal fato não tira sua grandiosidade. Este feito e a sua fé religiosa levaram o Mali a tornar-se um importante centro cultural e educacional muçulmano.

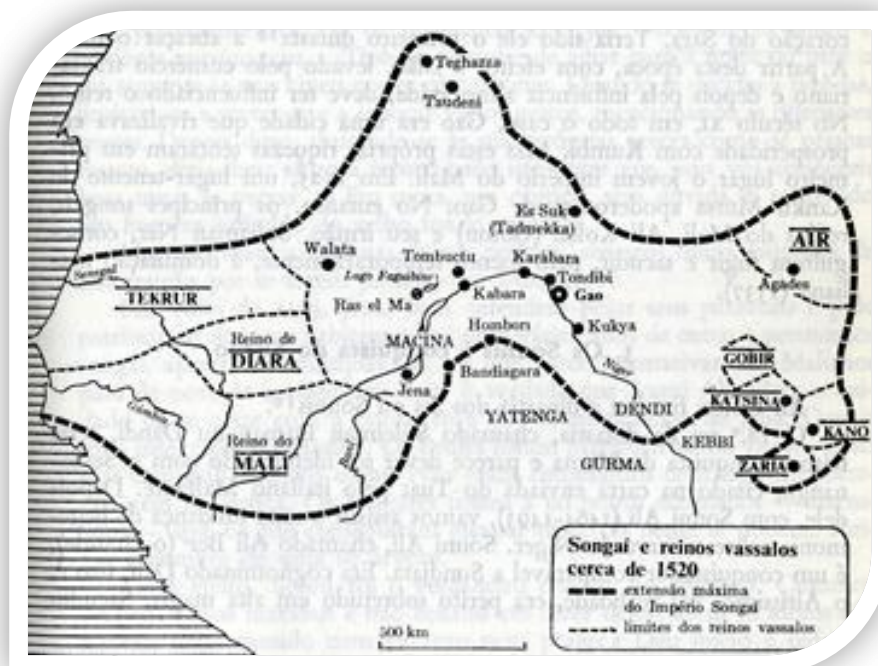
Na volta, o mansa trouxe consigo o poeta e arquiteto Abu Issak, que foi responsável pela construção de templos (as mesquitas) e escolas islâmicas (madrassas) nas cidades de Jenné e Tombuctu. Essas duas cidades transformaram-se em verdadeiros centros comerciais e culturais, onde os costumes pregados pelo Islã podiam ser observados nas técnicas utilizadas na construção das casas e prédios públicos (era a primeira vez que se usava tijolo no Mali), nas roupas e turbantes que os muçulmanos vestiam e na cultura e educação que eram ensinadas nas universidades árabes de Tombuctu.

Todavia, a expansão trouxe graves problemas para seus sucessores, pois o exército não era grande o suficiente para tomar conta de todas as fronteiras do império. Sendo assim, a partir da segunda metade do século XIV alguns povos, sobretudo tuaregues, começaram a obter êxito nas suas investidas contra o Mali. Cidades foram saqueadas e aldeias e comunidades foram escravizadas, o que permitiu, já no início do século XV, que o Império Songai anexasse o território Mali.

3. Songai

A história de Songai é antiga e começa cerca de mil anos antes da do Mali. Segundo a tradição oral desse povo, a população songai habitava as margens de um dos afluentes do Rio Níger e estava dividida em dois grandes grupos: os pescadores (sorkos) e os caçadores (gous).

Mapa de Songai



Fonte: KI-ZERBO, *op. cit.*, p. 181.

Em 1464, Soni Ali subiu ao poder. Sob seu reinado, Songai conheceu sua maior expansão territorial, graças à forte cavalaria que compunha o exército e ao controle de trechos estratégicos do Rio Níger. Conquistou regiões agrícolas e Tombuctu em 1468 (que na época estava sob domínio dos tuaregues) e, depois de inúmeras tentativas, apoderou-se da cidade de Jenné em 1473.

Em curto espaço de tempo o Império Songai abarcava as principais cidades e regiões agrícolas próximas ao Níger e havia subjugado os povos Dogon, Mossi e Bariba. O grande poderio de Soni Ali vinha de seu exército, formado por jovens cavaleiros e canoieiros hábeis que garantiam a segurança interna e promoviam guerras cujo objetivo principal era a expansão do território songai.

O Império Songai ficou famoso pela construção de universidades e mesquitas. Tombuctu foi um importante centro cultural e educacional. Liam-se especialmente os textos religiosos e as palavras do profeta. A cidade de

Tombuctu foi provavelmente fundada pelos tuaregues e antes tinha sido a capital do Reino do Mali. A cidade também foi local de peregrinação. A mesquita mais antiga da cidade tinha formato de pirâmide, de cujas paredes saíam pedaços de pau que faziam a vez de uma escada exterior para futuros reparos, pois, com o tempo e a ação do sol, as paredes rachavam e necessitavam ser rebocadas com argila.



O comércio e a vida na cidade eram as principais características do Império Songai.

Controlar portos caravaneiros e entrepostos comerciais era um bom negócio. A intermediação nas trocas comerciais transformou aldeias em centros comerciais.

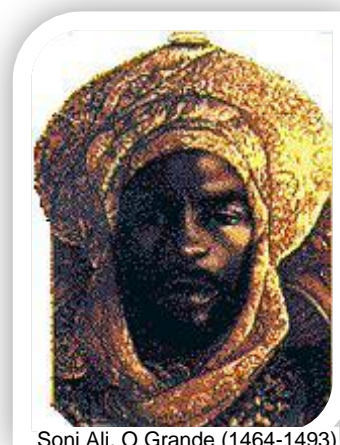
Segundo o africanista Alberto da Costa e Silva, nos portos caravaneiros do Sael eram cobrados tributos de passagem e direitos alfandegários, prestavam-se

Mesquita Songai, século XI.

Fonte: <http://br.taringa.net> – Acessado em: 15/03/2011.

serviços de descarga e recarga de animais, consertavam-se cabrestos, selas e odres, fabricavam-se artigos de couro e metal, armazenavam-se escravos e cereais para exportação e recebia-se o sal, que também servia como moeda de escambo com outros povos. Comprava-se e vendia-se. As manufaturas prosperavam, assim como todas as atividades ligadas à chegada, ao recebimento, à hospedagem e à partida das caravanas.

Diversas cidades sob o comando de Soni Ali próximas ao Rio Níger acabaram se tornando entrepostos comerciais das rotas muçulmanas que faziam a travessia do Saara. O constante contato com a cultura islâmica acabou desenvolvendo um grupo poderoso de sacerdotes muçulmanos (os ulemás) que defendiam que o Estado deveria ser um braço dos



Soni Ali, O Grande (1464-1493)

Fonte: HOURANI, 1994, p. 77

princípios do Islã, ou seja, que Soni Ali deveria obediência a eles.

Todavia, o imperador Soni Ali tinha uma postura no mínimo controversa no que tange aos assuntos religiosos. Ao que tudo indica, não abandonou as crenças tradicionais e recorria, sempre que necessário, aos cultos, cerimônias e deuses dos antigos antepassados songai. Há, inclusive, algumas interpretações de que ele teria sido um imperador feiticeiro. Uma das polêmicas do imperador ocorreu quando ele se recusou a obedecer aos ulemás, exilando-se até o ano de sua morte, em 1492.

Os grupos islâmicos que compunham a nobreza do Império Songai fizeram com que a dinastia de Soni Ali fosse substituída por uma genuinamente muçulmana. Após a morte de Soni Ali, subiu ao poder o primeiro representante da dinastia áskia: Muhamed Turê. As investidas bélicas foram mantidas por Turê, que conseguiu subjugar importantes grupos vizinhos, como os fulas, soninquês e, sobretudo, parte das grandes cidades-Estado dos haussas: Kano e Gobir. Embora fosse um dos maiores e mais respeitados impérios da África Ocidental, as disputas internas pelo poder fizeram com que Songai entrasse em decadência após a morte de Muhamed Turê e, em 1591, o território songai foi conquistado pelos marroquinos.

Vale ressaltar aqui que, ao contrário do que foi defendido durante muitos anos, as sociedades africanas não eram caracterizadas apenas por suas diferenças socioculturais, mas também por organizações políticas distintas.

Às margens do Rio Níger, Mali e Songai foram exemplos de sociedades complexas, estratificadas e organizadas de forma muito próxima aos reinos e impérios europeus do mesmo período. A figura real estava desvinculada do poder religioso e governava um amplo território; a nobreza (formada em grande parte pela família real) administrava a arrecadação de impostos das diferentes regiões que formavam tais sociedades; grupos inteiros foram subjugados, muitos deles escravizados; o comércio ligou tais grupos a sociedades islamizadas e não islamizadas; e pelas disputas internas de poder e pelos conflitos com povos vizinhos ambas as sociedades sucumbiram. Mali e

Songai são exemplos concretos de que, independentemente das suas particularidades, as histórias africanas não nos são tão distantes assim.

4. Concluindo

Você viu nesta aula, a partir de uma reflexão sobre a constituição de sociedades de pequeno e médio portes, que essa foi uma solução dada por esses povos para poder lidar com lugares inóspitos.

Outra característica comum era a formação de famílias extensas. As sociedades analisadas – Gana, Mali e Songai – lançaram mão dessa forma de organização como base para sua constituição.

A formação linhageira, como também é denominada, permitiu construir os mais diversos tipos de solidariedade, levando a compromissos militares, religiosos e nas atividades produtivas. A guerra e a expansão levavam em conta a necessidade de braços, mais do que terra, e eles eram absorvidos, com o passar dos anos, pela família de linhagem (veremos essa característica mais detidamente na aula 7 – Escravidões na África).

Referências bibliográficas

- DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato. *Ancestrais: uma introdução à história da África Atlântica*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- ILIFFE, John. *Africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.
- KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra I*. Lisboa: Europa-América, s/d.
- M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilização*. Lisboa: Vulgata, 2003.
- SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: EDUSP, 1992.

Material complementar

Site

www.casadasafricas.org.br

Procure neste *site* os seguintes textos:

IDRIS, H. D. A sociedade magrebe após o desaparecimento dos almorávidas. In: NIANE (org.). *História Geral da África, vol. IV – A África do século XII ao século XVI*. São Paulo: Unesco/ Ática, 1988.

LY-TALL, M. O declínio do Império Mali. In: NIANE (org.). *História Geral da África, vol. IV – A África do século XII Ao século XVI*. São Paulo: Unesco/ Ática, 1988, p. 191-205.

SISSOKO, S. M. Os songai do século XII ao XVI. In: NIANE (org.). *História Geral da África, vol. IV – A África do século XII Ao século XVI*. São Paulo: Unesco/ Ática, 1988, p. 207-228.

AULA 04: Formações políticas e sociais da África Ocidental: Iorubás e Haussas

INTRODUÇÃO

Na aula anterior, vimos que mesmo tendo traços bem diferentes, os africanos partilham características comuns. Nesta aula analisaremos a sociedade iorubana, valorizando, além dos aspectos comuns já mencionados na aula anterior, mais um – a religiosidade. Não perderemos de vista, claro, os aspectos que tornam essa formação social e política diferente.

A religiosidade, para as sociedades ao sul do Saara, era central. Toda ação humana era uma ação religiosa. Embora as comunidades acreditassem em um Deus ou em deuses próprios, as formas de acessar o divino eram muito parecidas.

O cultivo da terra, a guerra, audiência com os chefes eram antecedidas por cerimônias religiosas. A família extensa também era compreendida por meio da religião, pois seus membros consistiam nos vivos, nos ancestrais e naqueles que estavam por nascer.

Acreditavam na coexistência entre os vivos e os mortos. Os ancestrais eram entendidos como semideuses e intermediários nas relações com os deuses. Os cultos eram precedidos por música e dança que geralmente levavam ao transe de pessoas iniciadas para incorporar os deuses ancestrais.

A religião era praticada por toda comunidade e dava um forte sentido de coletividade aos diferentes povos. Outro elemento importante é o especialista religioso, como sacerdote ou feiticeiro. Os primeiros eram responsáveis por grande parte das atividades religiosas se influentes junto aos líderes. Os segundos, geralmente temidos, em muitas comunidades eram associados aos ferreiros, pois ambos tinham o poderoso conhecimento de como alterar a natureza.

Vejamos, a seguir, como a religião foi um componente importante na organização de iorubás e haussas.

Iorubá

Oxalá cria a Terra

No começo, o mundo era todo pantanoso e cheio de água,
Um lugar inóspito, sem nenhuma serventia.
Acima dele havia o Céu, onde viviam Olorum e todos os orixás,
que às vezes desciam para brincar nos pântanos insalubres.
Desciam por teias de aranha penduradas no vazio.
Ainda não havia terra firme, nem o homem existia.
Um dia Olorum chamou à sua presença Orinxalá, o Grande Orixá.
Disse-lhe que queria criar terra firme lá embaixo
E pediu-lhe que realizasse tal tarefa.
Para a missão, deu-lhe uma concha marinha com terra,
uma pomba e uma galinha com pés de cinco dedos.
Orinxalá desceu ao pântano e depositou a terra da concha.
Sobre a terra pôs a pomba e a galinha
e ambas começaram a ciscar.
Foram assim espalhando a terra que viera na concha
até que terra firme se formou por toda parte.
Orinxalá voltou a Olorum e relatou-lhe o sucedido.
Olorum enviou um camaleão para inspecionar a obra de Oxalá
e ele não pôde andar pelo solo que ainda não era firme.
O camaleão voltou dizendo que a terra era ampla,
mas ainda não suficientemente seca.
Numa segunda viagem o camaleão trouxe a notícia
de que a Terra era ampla e suficientemente sólida,
podendo-se agora viver em sua superfície.
O lugar mais tarde foi chamado Ifé, que quer dizer ampla morada.

Depois Olorum mandou Oxalá de volta à Terra
para plantar árvores e dar alimentos
e veio a chuva para regar as árvores.
Foi assim que tudo começou.
Foi ali, em Ifé, durante uma semana de quatro dias,
que Oxalá criou o mundo e tudo o que existe nele.

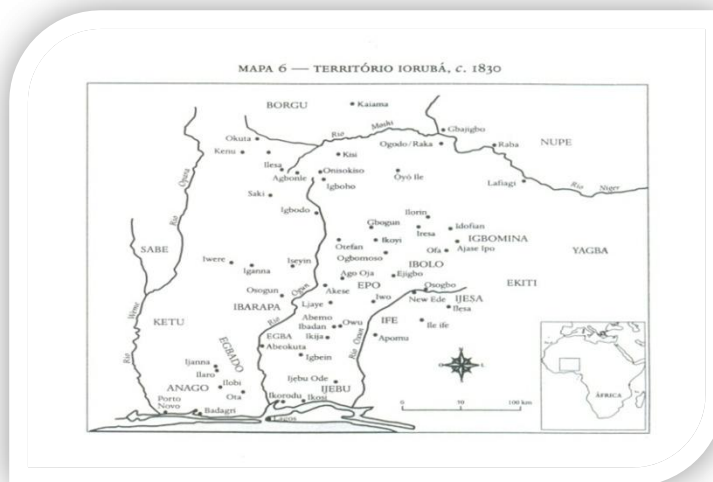
PRANDI, 2001, pp. 502-503.

Este belo relato mítico⁸ dos Iorubás sobre a criação do mundo está presente, também, na grande maioria das casas de candomblé Queto do Brasil. Há um sentimento de pertencimento, de forma simbólica, à Ifé, nessas casas religiosas. Os malês da Bahia também se sentiam descendente de Ifé (REIS, 2003, p. 212). Vestígios arqueológicos importantes contam parte da história dessa cidade mítica. Ela foi um ponto de ligação entre a floresta e a bacia do rio Níger e centro religioso dos Iorubás.

Segundo a Oralidade, um líder divinizado chamado Odudua foi o responsável pela prosperidade de Ilê Ifé. Acredita-se que Odudua tenha vivido entre os séculos VIII e XIII de nossa era (SOUZA, 2006, p. 36). Os Iorubás deixaram uma rica produção artística e vários mitos na oralidade. A partir da análise desses vestígios percebe-se uma forte relação entre política e religião.

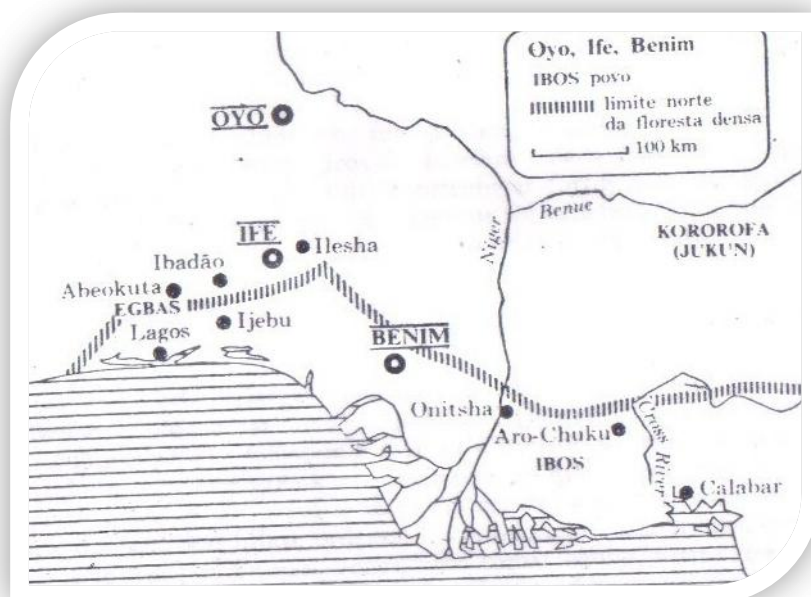
Território Iorubá, c. 1830.

⁸ Os mitos presentes nas tradições orais africanas são fontes legítimas para a reconstrução das histórias de um determinado povo. São relatos que se diferenciam do histórico por não estarem comprometidos com datas e coerência. Os mitos procuram justificar a existência de quem o cultiva. Seu tempo é o passado distante, tempo das origens e seu relato parcial. É passado pela oralidade de geração a geração e objetiva dar sentido à vida e fornecer subsídios para a construção e reconstrução da identidade grupal (PRANDI, 2005, pp. 31-32).



Fonte: REIS, 2003, p. 337.

Mapa Iorubá.



Fonte: KI-ZERBO, p. 203. Fonte: KI-ZERBO, p. 203.

Ilê ifé, segundo o método radiocarbono realizado em matérias de escavação, era habitada desde o século VI. Seus habitantes teriam surgido da

interação entre povos autóctones e imigrantes do norte. Estes teriam inaugurado uma nova forma de organizar o poder, um novo conceito de rei.

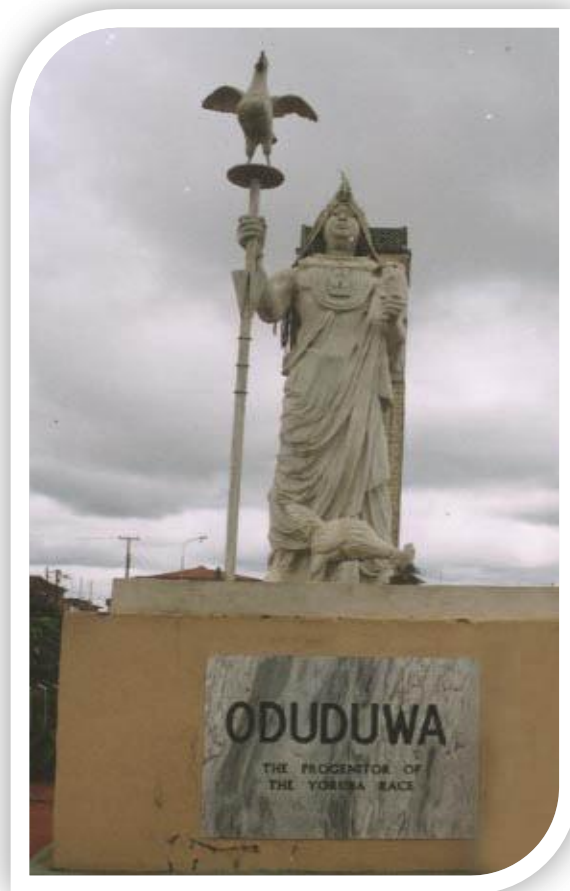
Segundo o africanista Alberto da Costa e Silva e J. Fage, neste caso, o acampamento militar precedeu o mercado no surgimento da cidade. O que ocorria comumente era a cidade se formar a partir do mercado.

O mito relatado acima representa a introdução da monarquia entre os Iorubás. Há diversas versões para ele. Ora Oxalá cria o mundo ora Odudua aparece como criador. Tentemos resolver esta equação.

Odudua, em uma das versões, seria filho de um rei de Meca chamado Lamurudu. Este não queria deixar de cultuar seus deuses e não aceitou o islamismo. Os muçulmanos se revoltaram e instaurou-se uma guerra civil. Lamurudu teria sido morto e seus filhos expulsos da cidade. Odudua, perseguido, teria viajado pelo Sael e chegado em Ifé, nas florestas Iorubás, e fundado um reino. Em outras versões, os Iorubás vieram de Medina, ou das cidades-Estado Haussas ou das terras dos Nupe. Ou mesmo de uma região incerta.

O mito narrado por Prandi traz a ideia de que o mundo, e não apenas a monarquia, foi criado em Ilê Ifé, a fonte de todas as coisas, o lugar de onde os homens se espalharam sobre a terra. Ifé, o que é vasto, o que se alarga. Pierre Verger (1981), explica que Olorum não mora no céu e sim no além, Orum. Odudua não teria vindo do céu, nem Oxalá, e sim do Orum, o outro lado, o infinito, o longínquo, o desconhecido.

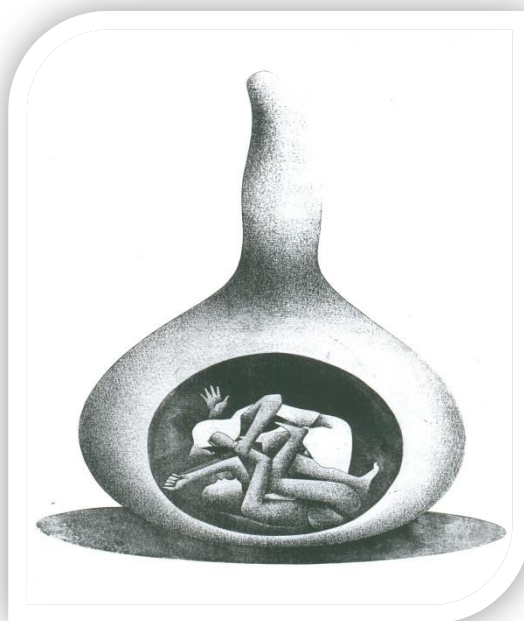
Uma leitura pode ser feita das diferentes versões e da substituição ora por Oxalá ora por Odudua na tarefa da criação.



Eles teriam sido chefes de distintas comunidades, culturalmente semelhantes, existentes na área de Ifé. Pode mostrar, também, a precedência de Oxalá, como dono da terra, sobre Odudua e sua gente, que chegaram depois, do outro lado, do Orum.

Ilê Ifé teria surgido antes da chegada de Odudua e se organizava como um reino. Odudua chegou fortemente armado e se apossou militarmente de Ifé, porém, como é tradição entre essas sociedades africanas ao sul do Saara, aquele que chega depois reconhece o precedente como o dono da terra. Odudua, então, reconheceu Oxalá e lhe deu, como a seus seguidores, papéis de relevo no governo. Essa história conta não a criação do mundo, mas como começou outra dinastia.

Oxalá e Odudua na cabaça.



Fonte: Prandi, 2001, p.423.

Ifé tornou-se um entreposto de produtos da savana, da floresta e do litoral. Dali, era fácil fazer viajar Níger acima, até Gaô, os artigos do sul: os inhames, o peixe seco, o dendê, as pimentas, a noz-de-cola, as gomas, as madeiras, o ouro, o marfim, as canoas e o sal, ou levá-los até atravessar o rio, às cidades haussas. Ao

norte tinham como parceiros comerciais os nupes. Ao sul, com Ijebu. O escravo foi o artigo mais valioso e servia como moeda de troca na compra do cobre, do latão, das armas, dos tecidos e todo tipo de bens demandados pelos habitantes de Ifé (SILVA, 2006, p. 480). Produziam, também, contas de vidro coloridas que chagavam em Koumbi Saleh.

Ifé transformou-se no centro espiritual dos Iorubás e para onde retornava os restos mortais e as insígnias de todos os reis (era comum guardar as unhas e cabelos para enviar à Ifé). Por Oni era chamado seu soberano que também era o grande pontífice. Segundo outros relatos, teria crescido de um santuário. Como centro espiritual dos Iorubás recebeu tributo e homenagem de várias cidades, cujas dinastias reclamavam a descendência de Odudua e mantinham certa forma de submissão ao Oni, soberano de Ifé. Porém, existiram cidades que contestaram o poder do Oni de ifé e desenvolveram outros mitos de criação, como Oió, Ilexá e Ijebu. Forjaram tradições que não os colocavam como descendentes de Odudua, mas de um escravo dele.

As casas de Ifé eram compostas de pequenos pátios internos e abertas ao sol. O chão era calçado com fragmentos de cerâmica e seixos brancos, dispostos de tal forma a guiar os olhos para o centro do terreno. Lá ficava um pote enterrado que servia para receber oferendas. Nos cantos erguiam-se pequenos altares, lugares próprios para se colocar as cabeças de barros ou terracota, comuns na produção artística do território Iorubá. Essas imagens de terracota ou estavam ligadas ao culto dos antepassados, ou deuses dos lares. Esse tipo de pátio, dedicado aos deuses, existe até hoje nos palácios e moradias particulares, nos chamados *compound*, conjunto murado de casas de gente da mesma família. As casas são compostas de quartos que se abrem para varandas. E nelas vive-se a vida familiar – local onde se cozinha o alimento, de costura, confecção de esteiras, de conversas e na estação seca dormia-se também.

A formação da cidade de Ifé é um excelente estudo de caso para compreendermos a história do Reino Iorubá. Caracteriza-se pela formação de

cidades-Estado quase como se fossem pequenos reinos que rivalizam entre si ou que mantinham alianças militares quando se acreditava ter ancestral comum – Odudua. A tradição oral nos conta que grande parte das cidades foi fundada por descendentes deste poderoso Orixá, que teria, em vida, iniciado outra dinastia na cidade sagrada.

Segundo Ki-Zerbo, os Iorubás teriam vindo do Nordeste, talvez do Alto Nilo, entre os séculos VI e XI. Teriam passado um longo período em Kanem. Os estudos dos linguistas mostram que ao Reino haviam chegado emigrantes por duas vias: uma na direção de Ekiti, Ifé e Ijebu, na floresta; a outra em direção à Oiô, na periferia da floresta. O Reino se caracterizaria por uma confederação de cidades, cada qual com centenas de milhares de habitantes.

A cidade de Irê foi dominada pelo primogênito de Odudua, Ogum. Este matou seu rei e submeteu seu povo. Colocou o seu filho, Ogundaunsi, no lugar do antigo rei. Existem duas versões para a morte de seu filho: uma nos fala que retornando de uma de suas campanhas militares, Ogum teria se aborrecido com seu filho e o matou, outra diz que o povo de Irê havia realizado um ritual que o obrigava ao silêncio de um dia. Ogum, quando chega à cidade, não consegue obter respostas às suas perguntas e se enfurece. Derrama sobre o povo toda a sua raiva e degola-os. Percebe que não estava sendo ignorado, mas que as pessoas cumpriam os votos pelo ritual realizado. Aponta sua espada para a terra e nela mergulha com grande estrondo. Irê ainda hoje é o lugar sagrado do Orixá Ogum, senhor do ferro e da guerra.

Depois de Odudua assumir a dinastia de Ifé, tornou-se tradição usar a coroa de contas com franja – adê – e todos se chamavam “coroados”, aludindo à descendência de Odudua. Ela foi dada aos seus filhos, que fundaram cidades, como forma de estreitar os laços e marcar a descendência de Ifé e subordinação. Ogum foi o único que não usou a coroa com franjas. Usava um pequeno diadema chamado acoró. Isso se deveu a conflitos entre ele e Odudua.

Uma das características do Reino Iorubá é ser composto por inúmeras aldeias independentes e de difícil acesso. Tais questões ecológicas os

protegeram das conquistas militares e reduziram o impacto das mudanças políticas e de dinastias observadas em Ifé.

Soberano Iorubá usando ade de contas.



Fonte: SOUZA, 2006, p. 36.

Concluindo

A área cultural Iorubá, como vimos, era constituída por cidades que se diferenciavam culturalmente e politicamente, mas possuíam características em comum, como a deificação de seus soberanos e a ancestralidade ligada a Odudua, mesmo que algumas cidades como Oio tenham tentado fugir a esta regra. Tentado, pois um dos mitos populares sobre Oxalá narra uma longa

viagem que fez para visitar seu filho Xangô, um alafim de Oiô (VERGER, 1981, p. 80).

Outra questão importante abordada foi a possibilidade de reconstruir a história de um povo a partir de seus mitos. Estes presentes, também, nas casas de candomblé do Brasil.

Referências bibliográficas

ARNAUT, Luiz & LOPES, Ana Mônica. *História da África: uma introdução*. Belo Horizonte: Crisália, 2005.

ILIFFE, John. *Africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra I*. Lisboa: Publicações Europa-América, s/d.

M'BOKOLO, Elikia. *África Negra: história e civilização*. Lisboa: Vulgata, 2003.

SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança. A África antes dos portugueses*. São Paulo: Nova Fronteira/EDUSP, 1992.

PRANDI, Reginaldo. *Mitologia dos Orixás*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

Material complementar

Filmes

Filme: Atlântico Negro – na rota dos Orixás (1998)

Direção: Renato Barbieri.

Resumo: Documentário que mostra o caminho que os Orixás percorreram até chegarem ao Brasil. Excelente oportunidade para saber sobre as práticas culturais e religiosas dos Iorubás tanto na África como no Brasil. É uma reflexão privilegiada sobre o que são os Orixás e como se tornam afrobrasileiros.

AULA 05: A África em movimento: A expansão Banto

Introdução

Nesta aula, estudaremos o processo da denominada Expansão Banto. Tal movimento nos permitirá compreender que muitas das características comuns partilhadas por diferentes povos da África Subsaariana são decorrentes dos

movimentos migratórios que caracterizam esta expansão.

Saiba mais!!!!

- **Banto** significa “povo” ou “os homens”, como afirma Alberto da Costa e Silva em obra clássica sobre a História da África. É o plural de *muntu*, “o homem”.

A palavra **banto** foi utilizada pela primeira vez em 1862, para designar as várias falas/línguas aparentadas que cobrem uma superfície de uns nove milhões de quilômetros quadrados, ao sul de uma linha quase horizontal, que corta o continente africano da baía de Biafra a Melinde.

Também se aplica aos povos, que somam mais de duzentos milhões de pessoas, que utilizam um destes idiomas comentados acima.

Como podemos ver não é simples determinar o que venha ser banto e que povos fazem parte desta denominação, visto que, além das línguas faladas, há a questão geográfica que se transformou muitas vezes ao longo da imensa História africana. Por outro lado toda generalização é passível de equívocos, pois ao tentar colocar em uma mesma forma povos, religiões, culturas e trajetórias históricas diferentes, perde-se a individualidade e a alteridade em nome da unidade e ou igualdade.

Pois bem vamos aos fatos, os bantos teriam partido do atual território de Camarões e se espalharam por toda a África central, oriental e do sul. Nesta região viviam outros povos, que foram empurrados pelos bantos, os **khoisan** (conhecidos como bosquímanos). Este povo sabia fazer instrumentos de ferro e

eram bons agricultores. Os khoisan influenciaram diretamente os bantos em seu desenvolvimento metalúrgico e agrícola.

O domínio da metalurgia concedeu aos bantos a primazia sobre os demais grupos da África central. A técnica utilizada necessitava de fornos de alta temperatura para a fundição do metal, logo muito combustível para alimentar a voracidade destes fornos que atendiam a expansão guerreira dos bantos.

A matéria prima utilizada era a madeira, nada ecológico, concorda? Contudo, esta ideia de preservação da natureza só se tornou presente no final do século XIX. Bom, esta madeira era extraída das florestas que cobriam a região central da África, próxima da zona do equador. Por outro lado ao alimentar tais fornos, abriram clareiras na floresta que foram utilizadas pela agricultura por tratar-se de solo bastante fértil.

Retomando a discussão sobre a formação de pequenos e médios grupos, a agricultura associada ao manuseio do ferro que, por sua vez, estava associado ao sistema religioso, por transformar a natureza, possibilitou a fixação de grupos de bantos ao longo do processo migratório.

Conforme o grupo crescia, surgia a necessidade de dividir-se. Esta divisão nem sempre era pacífica podendo ser resultado de conflitos entre jovens e velhos pelo poder. Normalmente o novo grupo formado saía em busca de novos territórios (SILVA, 2006, p. 215)

A expansão banto que veremos a seguir mudou bastante a feição da África subsaariana. *Ambundos, imbangalas, bacongós, cassanges e ovimbundos* foram povos que passaram a habitar as terras mistas de florestas e savanas, da África centro-ocidental e durante o Trato Atlântico, aportaram como cativos ou livres aqui no Brasil.

1. A África em movimento: a Expansão Banto

“Eis que chega um grupo banto. Algumas famílias. Ou toda uma linhagem. Limpa o terreno. Corta árvores para fazer casas”.

Desta forma, o africanista Alberto da Costa e Silva nos narra, e nos basearemos nele para contar essa história, como os bantos, ao chegarem a uma nova região, mudava a fisionomia e lhe imprimia sua marca. Empurram para o sul os nômades, como os pigmeus.⁹

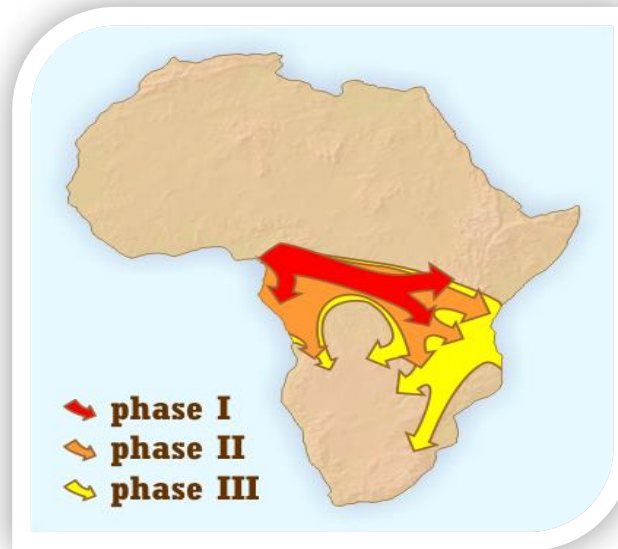
Transformavam o meio ambiente para criar um lugar seu. Cortavam as árvores para fazer as armações das casas. Preenchiam o trançado da madeira com barro socado, formando as paredes e o teto arrematavam com sapê.

Próximo, abriam, por derrubada ou queimada, as suas roças. Para os animais domésticos (ovelhas, cabras e alguma vaca) faziam um cercado. Utilizavam o rio ou lagoa para pescar. Como resultado da caça tinham animais grandes – antílopes, búfalos, porcos selvagens. Caças que arrebatavam com certa facilidade, pois suas lanças e flechas possuíam ponta de ferro. E desta forma, iam movimentando-se lentamente pelo continente africano.

Não há uma conclusão única sobre esse movimento. Diversos estudiosos, sobretudo os linuistas, acreditam que há aproximadamente 5 mil anos ocorreu uma grande migração de um povo de língua Níger-Congo (que faz parte do tronco linguístico banto) que habitava as proximidades do rio Níger (onde atualmente se localiza o país de Camarões).

⁹ Os pigmeus são um dos grupos mais antigos da África e não são bantos. Nômades, estabelecem até hoje relações de trocas com agricultores.

1. Fases da Expansão Banta



Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Expans%C3%A3o_bantu, acesso 22/11/07, às 22h.

Fases da Expansão Banta

- **Primeira fase:** no segundo milênio a.C. foram impelidos pela desertificação do Saara e pelos povos que habitavam aquela área para a floresta tropical da África Central
- **Segunda fase:** mil anos depois migraram para as savanas da África Austral e Oriental
- **Terceira fase:** durante o primeiro milênio d.C. alcançaram a África do Sul

Existem três perspectivas principais para explicar a expansão banto. A primeira do linguista Joseph Greenberg, que situa o início da migração na região do médio Bêniúe, próxima à fronteira da Nigéria e do Camarões. A segunda do linguista Malcom Guthrie, este sustenta que os idiomas bantos devem se constituir como uma família independente. Seu núcleo originário estaria ao sul da floresta equatorial, no norte do Chaba. A terceira e última, do

historiador Roland Oliver dá ênfase aos pontos de contato entre as duas teorias anteriores, conformando-as em uma única explicação. Para Oliver, as teorias se referiam a sucessivos estágios no tempo de uma mesma expansão.

Os estudos dos linguistas nos permitiram conhecer mais sobre os primeiros bantos ou protobantos. Eram produtores de alimentos, possuíam palavras para dendezeiro, legume, figueira, fava, azeite, cogumelo, galinha-d'angola, bode, cachorro etc. O vocabulário para caça era pobre, mas para a pesca era enorme: anzol, fisgar com anzol, canoa, remo etc. Tudo indica que habitavam uma zona de transição entre a savana e a floresta, com fartura de água e fáceis rios.

Este é um cenário que se repete ao norte e ao sul da grande selva congolosa. Nele encontramos tanto o núcleo proposto por Greenberg quanto o defendido por Guthrie.

Situaremos aqui, o núcleo dispersor no médio Benué, na fronteira da Nigéria com Camarões. Os bantos viveram ali a muitíssimo tempo. Conheciam a agricultura e criavam animais. Coletavam, pescavam e caçavam, necessitando, dessa forma, de vastos espaços. Tudo bem até o ressecamento do Saara, iniciando assim a migração dos bantos para as zonas mais próximas do Equador.

O tipo de agricultura praticada era demasiadamente danosa para o solo, queimada, derrubada da mata, pouca ou nenhuma adubação, entre outros problemas que deixavam o solo rapidamente com baixa fertilidade. O agricultor, assim que o solo esgotava, mudava, buscando terras mais férteis.

Terra não faltava e esta era buscada nas matas mais distantes. Os pastores deixavam-se conduzir por seu gado que adentrava o território desbravando-o em busca de pastos verdes e água fresca.

A coleta arrastava os coletores para lugares distantes em busca de árvores frutíferas, plantas tuberosas e as colmeias de abelhas que se disseminavam ao largo. A natureza da caça pede grandes áreas vazias de homens e tem de ser itinerante ou então os animais se esgotam.

Por estes motivos a migração foi relativamente rápida. Com a movimentação o protobanto foi-se segmentando. Grupos foram para leste e lá se originou o banto oriental que depois irá se misturar ao árabe, também. O ramo ocidental surgiu dos que foram para o oeste e o sul. Não há certeza do momento da introdução do ferro. Em algum momento aprenderam a fundir o metal e lhes concedeu superioridade bélica sobre vários povos que iam encontrando.

Segundo a análise de Silva, essa movimentação dos bantos possibilitou a expansão, em conjunto, do domínio da metalurgia. A arqueologia confirma as hipóteses do africanista. Em Kataruta, no noroeste da Tanzânia, foram escavados, restos de um conjunto de oficinas metalúrgicas, com fornos de tijolos, tubos de fole, escória de minério de ferro e carvão. Foram encontrados em baixo do túmulo de um rei hinda, tido como civilizador, Rugomora Mahe (SILVA, 2006, p. 217).

Afastaram-se dos rios para continuarem sua caminhada em busca de novas terras graças ao sorgo, ao milhete, às cabras, carneiros e bois. Ganharam as savanas com chuvas curtas e espalharam-se pelos planaltos da Zâmbia, de Zimbabuê, do Maláui, do Congo, de Moçambique, de Angola e do leste da África do Sul.

Assim sendo, os modos de vida foram mudando. A pesca passou para segundo plano. Já a caça (teve eficiência aumentada com a utilização de armas de ferro) e a criação de gado assumiram conjuntamente o primeiro lugar.

Os nômades vigiam essa movimentação de perto. Aproximam-se, colocam em terreno neutro presentes como mel, ovos e carnes de caça. Recebem presentes de volta. Começam os primeiros e desconfiados contatos. Há trocas entre os produtos das florestas e savanas, dos nômades (pigmeus, por exemplo), com dos bantos, produtos da forja, da roça e do curral.

As mais diferentes relações se estabelecem como de senhorio ou mesmo casamentos. Os produtores de alimentos crescem mais rapidamente que os coletores e caçadores. Os últimos precisam se manter pequenos, controlando a natalidade pelo aborto, pela contracepção e mesmo o infanticídio.

O grupo que mais cresce se impõe na região, mas se apropria de traços culturais dos autóctones, como costumes e palavras dos locais. Os grupos misturam-se e surgem os mestiços. Os da grande curva do rio Zaire são um ótimo exemplo, pois o predomínio da cor negra não esconde os traços pigmeus. Elementos das línguas coissãs são observados em diversos grupos – angúnis e sotos, por exemplo.

Diante de um solo que dá os primeiros sinais de fraqueza, o grupo segue. Neste movimento, se ocorrem conflitos ou o grupo cresce muito, seguem separados. É importante manter o grupo pequeno. Ao entrarem em contato com grupos diferentes as trocas continuam e enriquecem o vocabulário, mudam a alimentação, os hábitos e assimilam novos símbolos de fé e poder. E assim a África se movimenta, pelo menos a Subsaariana.

Concluindo

Nesta aula, refletimos sobre a migração mais importante do continente africano: a Expansão Banto. Entendê-la nos ajuda a compreender as modificações culturais das sociedades africanas ao sul do Saara. Os bantos, conforme se deslocavam entravam em contato direto ou não com povos nômades, como os pigmeus.

As trocas culturais ocorridas modificavam ambos os grupos. Quando voltavam a migrar, já era um grupo modificado que poderia, inclusive, vir a se separar – ou o grupo tornava-se grande demais, o que representava um problema, ou ocorriam cisões internas por lutas de poder ou outros motivos.

Os grupos bantos que migraram, além de povoarem e se miscigenarem com povos autóctones da África centro-ocidental, vieram aportar aqui, do outro lado do Atlântico. Vários elementos da nossa cultura nos remetem a eles, como o culto aos inquices (deuses bantos), palavras da língua banto como angu, fubá, samba entre outros

Material Complementar

Site

<http://www.nationalgeographic.com>

Este site é excelente pela qualidade do material produzido. Há diversas imagens da África para uma reflexão sobre as relações entre a paisagem e o homem.

Filmes

Título do Filme: Lugar nenhum na África

Direção: Caroline Link

Resumo: O filme possui belas tomadas da África. Narra a história de uma família judia de classe média, que com a emergência do regime nazista, foge para uma fazenda no Quênia. Vêm-se bruscamente inseridos em um ambiente desconhecido ao qual precisam se adaptar.

Referências bibliográficas

OLIVER, Roland. *A experiência africana: da pré-história aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

SILVA, Alberto da Costa e. "A enxada e a lança: a África antes dos portugueses". Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SOUZA, Marina de Mello e. *África e Brasil Africano*. São Paulo: Ática, 2006.

AULA 06: Formações políticas da África Central

Introdução

Vamos começar nossa reflexão sobre as sociedades centro africanas com uma história interessante.

Conta uma lenda banta que há muitos anos, entre os povos Bambala, um rei de nome Woto perguntou o que era uma pedra que encontrou no meio de seu caminho. Informaram que era o excremento de Deus. Ao ouvir tais palavras, Woto mandou que aquela pedra fosse levada até a aldeia e honrada. Na mesma noite, Woto recebeu em seu sonho a visita do deus Bumba que, muito contente com sua atitude – um homem capaz de honrar até mesmo o excremento divino – lhe daria como recompensa o ensinamento de saber manusear tal pedra. Foi assim que o deus Bumba ensinou Woto a extrair ferro do minério, fazendo do rei um homem ainda mais respeitado por seu povo.

Esse é um dos muitos mitos passados oralmente que descreve a profunda relação entre o poder político e o manuseio do ferro nas sociedades da África Centro-Occidental. Foi uma região povoada por diferentes sociedades. Em muitos casos chegaram a entrar em conflitos e guerras. Possuem diversas diferenças e em comum uma forte relação com a metalurgia. Onde quer que os falantes bantu tenham chegado, levaram consigo o manejo do ferro.

Como tal manejo era uma atividade muito complexa, pois exigia o conhecimento dos pontos de fusão do minério, técnicas de construção de fornos dentre outros assuntos, os homens que possuíam tal sabedoria acabavam desempenhando papéis políticos importantes nas sociedades em questão.

Uma das características que uniu grande parte dos povos da África Centro-Occidental foi o fato de legitimarem os detentores do conhecimento metalúrgico como pessoas destacadas dentro, ou líderes políticos ou religiosos (SILVA, 2006, pp. 520-522).

Outros aspectos que marcam a singularidade das sociedades centro-africanas são a divinização dos soberanos e sociedades fundadas e legitimadas no pertencimento às linhagens, ou seja, às famílias extensas que compunham tais grupos. Aqui havia um rodízio das famílias nobres no poder, diferente do que ocorria nos reinos europeus e em alguns da África Ocidental, como vimos para o caso do reino de Gana. Essa prática de rodízio no poder político garantiu o fortalecimento das redes familiares e sociais de uma pequena parcela da sociedade. Analisemos, então, alguns aspectos sócio-políticos desses grupos.

1 - Reino Luba

Era ao longo do rio Congo e de seus afluentes que grande parte das sociedades da África Centro-Ocidental estavam dispostas. Convido o leitor para percorrermos o alto do rio Lualaba, região de floresta e palco da sociedade Luba. As pesquisas arqueológicas feitas na região, privilegiando sobremaneira o cemitério Sanga, localizado no alto vale do Zaire, nos contam sobre a organização social hierarquizada dos lubas (MOKHTAR, 2010, p. 701). Foram encontradas cerâmicas de diversos estilos assim como múltiplas insígnias funerárias apontando as diferenças sociais desse grupo.

O reino de Luba foi formado durante o século XIII. A unidade social básica era a família extensa, ou seja, linhagens. Cada linhagem era especializada na produção de um determinado gênero. O líder de cada linhagem tinha amplos poderes sobre sua família, mas estava submetido ao rei, que, segundo a oralidade, era o descendente direto de Calala Ilunga e Congolo, os fundadores de Luba. Era divinizado e o responsável pela segurança e prosperidade do seu povo. Tal rei, como sugere o mito já citado, deveria ser um ferreiro.

As principais atividades econômicas do reino eram a agricultura e a atividade pesqueira. Todavia, como eram descendentes de grandes guerreiros, os lubas conseguiram ampliar seu território por meio de pequenas guerras.

Além disso, os lubas cultuavam os ancestrais utilizando máscaras e esculturas de madeira e rituais que envolviam música e dança.

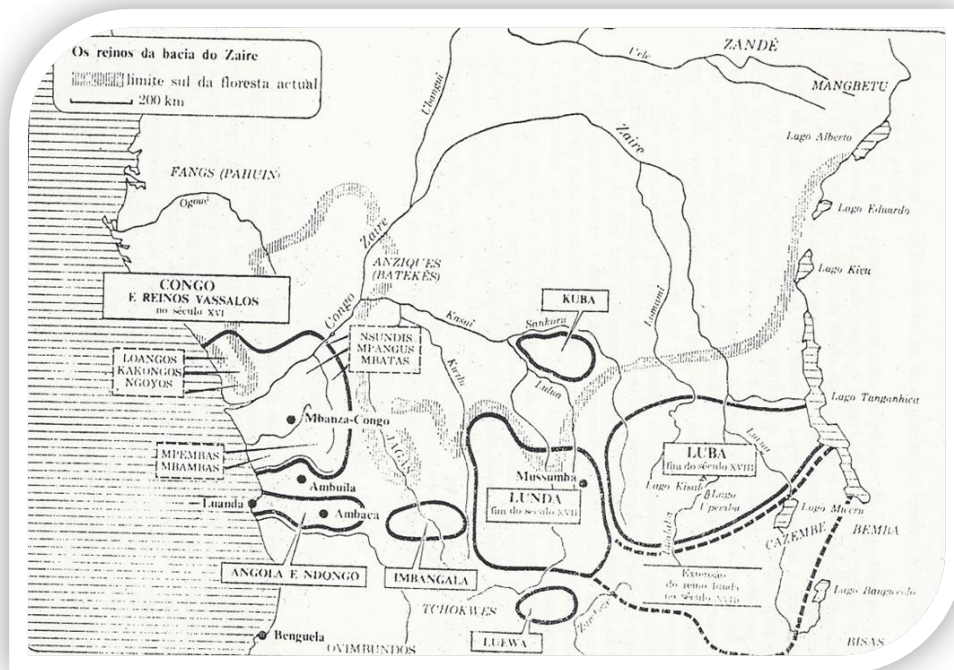
2 - O reino do Congo.

O reino do Congo foi o mais conhecido da África Centro-Occidental, fundado no final do século XIII, localizava-se no sudoeste do continente. Abrangia parte dos atuais países de Angola, Cabinda, República Democrática do Congo e Gabão. Mesmo antes do século XII, aquela já era uma região habitada por povos de origem banta que se organizavam em pequenas aldeias agrícolas. Tais sociedades eram governadas pelas candas, famílias de linhagem que primeiro haviam ocupado aquele lugar. Por volta do ano de 1200, o reino do Congo teria sido fundado a partir de uma aliança entre Nini Lukeni, fundador de Mbanza Congo, que seria a capital do reino, e o senhor de Mbata que se chamava Nsaku.

Em Mbanza Congo os muchicongos tornaram-se as lideranças política e guerreira e passaram a formar aquilo que os portugueses chamaram de Reino do Congo. Este ficava em uma província de savana, território dos dembos, subgrupo dos ambundos, que compreendia também os imbangalas, os ambakas, os bondos e os songos, todos falantes kimbundo.

A capital, Mbanza Congo, tinha uma floresta que ficava ao norte e era considerada sagrada. Nesta floresta, não cortavam árvores e era local onde os reis eram enterrados. Ao sul ficava uma grande praça chamada Mbazi. A Mbazi era o tribunal, onde o rei se sentava debaixo de um imenso embondeiro e aplicava sentenças aos infratores (SILVEIRA, 2006, p. 270).

Reino do Congo.



Fonte: KI-ZERBO, s/d, p. 421

O rei do Congo era conhecido como manicongo. Cabia a ele, em época de guerra, organizar o exército e a cobrança de impostos. Era escolhido por uma assembleia de chefes de clãs. Sentava-se em um trono feito de madeira e marfim empunhando uma chibata de cauda de zebra. Vivia em construções grandiosas, cercado de conselheiros, escravos e ritos. De Mbanza Congo, o Mani Congo, controlava o comércio e o trânsito de pessoas pelo reino, recebia os tributos, produtos agrícolas e tecidos de ráfia das lubatas (aldeias) e banzas (cidades) e exercia a justiça procurando garantir a harmonia no reino. Ele era, também, o responsável pelas boas relações com os espíritos e os ancestrais e só recebia em sua casa, que era feita por enormes construções, cercada de muros e contendo um labirinto de passagens, aqueles que eram nobres o suficiente para gozar desse privilégio (SILVEIRA, 2006, pp. 350-360).

O poder era fortalecido, também pelo fato de o manicongo possuir uma esposa em cada uma das doze candas tradicionais do reino. Isso permitia certo

rodízio de poder entre as principais linhagens do reino, evitando disputas dinásticas. No caso do reino do Congo, as candas eram as únicas famílias que conheciam o manuseio do ferro. Assim, não era apenas o poder político que ficava assegurado nas mãos dessa linhagem, mas também os segredos que envolviam o conhecimento metalúrgico.

Para dar conta de tantas atividades, o manicongo contava com a ajuda de uma verdadeira nobreza burocrática composta por conselheiros e pelos governadores das províncias de seu reino. Assim como o manicongo, os conselheiros habitavam as suntuosas casas da capital do reino.

Abaixo do soberano estavam os chefes de província que eram conhecidos como Ntinu ou Ntola. Eram escolhidos entre os membros das tradicionais candas (forma de manter a centralização do poder político entre as linhagens reais), tais conselheiros moravam nas cidades ou aldeias que governavam. Acreditavam que os chefes das candas junto com o manicongo possuíam um poder especial chamado cariapemba, uma grande força que os destacava entre os demais.

Em relação ao reino do Congo, podemos fazer um paralelo com as cidades iorubanas. Nestas, o ancestral comum era Odudua, para o caso do reino do Congo, a figura mais importante era o manicongo, ou o rei do Congo, dotado de poderes divinos.

O primeiro rei, segundo a tradição, teria sido um ferreiro. Outras figuras que possuíam poderes sobrenaturais eram os gangas. Os feiticeiros que eram conhecidos como gangas, normalmente eram ferreiros, moravam próximos aos rios e cachoeiras e também possuíam o poder cariapemba.

O Reino do Congo era habitado por agricultores, caçadores, ferreiros, ceramistas e tecelões. Nas aldeias habitavam principalmente agricultores e artesãos. Moravam em casas de barro com telhas de palha, plantavam o necessário para seu sustento, criavam pequenos animais e aproveitavam os rios da região para a atividade pesqueira. Em tempos de guerra eram esses homens que compunham a maior parte do exército do manicongo.

A constituição de corporações de caçadores, bem organizadas, com seus ritos e deuses próprios, foi característica de toda a região. Nkongobila era seu principal guerreiro e caçador. Além de cultos aos ancestrais ligados à linhagem familiar ou à aldeia havia, também, celebrações para uma grande divindade suprafamiliar.

O mundo para eles era dividido em dois: um habitado pelos vivos e outro pelos ancestrais e deuses. Eram nessas forças que as pessoas buscavam as soluções para seus problemas. Os dois mundos eram separados por uma grande quantidade de água ou mato fechado. Era através do mato ou da água que os sacerdotes estabeleciam as conexões entre os dois mundos.

Os cativos, feitos escravos no Novo Mundo, tinham que atravessar o Calunga, o mar. Este significava a linha divisória, ou a “superfície”, que separava o mundo dos vivos daquele dos mortos. Atravessar o Calunga significava “morrer”, se a pessoa vinha da vida, ou “renascer”, se vinha da morte (SLENES, 1992).

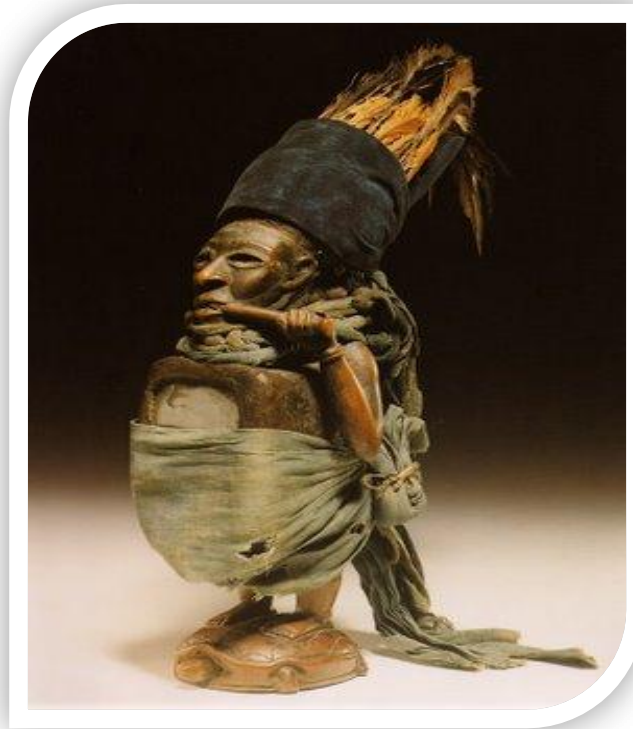
Havia os deuses de culto coletivo ou comunitário que se diferiam dos ancestrais, os Nvumbi. Acima de tudo está **Nzambi Mpungu** Deus criador de todas as coisas. O Culto a **Nzambi** não tem forma nem altar próprio. Só em situações extremas eles rezavam e invocavam Nzambi, geralmente fora das aldeias, em beira de rios, embaixo de árvores, ao redor de fogueiras. No final de todo ritual Nzambi é louvado, pois é o princípio e o fim de tudo.

Outra característica importante da religiosidade dos muchicongos é a utilização de esculturas feitas em madeira, os inquices, como mostra a imagem a seguir. A madeira, elemento da vida vegetal, tem ligação com a terra (representando os ancestrais) e com o ar (representando o mundo invisível). O ganga (sacerdote ou senhor) determinava os elementos que seriam colocados nas esculturas, como as folhas apropriadas, pedras, penas, colares etc. A cor branca, para os muxicongos, estava ligada aos espíritos.

Os gangas, com a ajuda dos inquices, conseguiam riqueza, saúde, mas também podiam causar dor e destruição. Devido a esse grande poder, os

gangas eram temidos e excluídos da sociedade, só sendo visitados em momento de crise.

Imagem de Inquice.



Fonte: <http://blogdotreineu.blogspot.com/> acesso 22/03/2011, às 16h.

Os congolenses eram famosos pela produção de tecidos de ráfia. Com teares estreitos, os artesãos trançavam a fibra da ráfia (uma palmeira da região) das mais diferentes formas, chegando inclusive a ser utilizado como moeda nos mercados do reino. A atividade mercantil tinha grande importância. Os diversos rios da região permitiam que produtos de outras partes do continente, como o sal e o cobre, chegassem até os principais mercados do Congo. Lá as mercadorias eram trocadas pelos tecidos de ráfia e também por pequenas conchas conhecidas como caurins (que também funcionavam como uma espécie de moeda do reino).

Tecido Ráfia.



Fonte: SILVEIRA, 2006, p: 186.

3 - O reino Ndongo e a Rainha Jinga.

Ao sul do reino do Congo encontrava-se o reino de Ndongo, lugar que viu nascer uma das mais famosas rainhas da África – a rainha Jinga. Segundo,

Van Noten (1982) o reino Ndongo teria sido criado pelo povo mbundo (de língua banta) durante o século XVI, período esse em que europeus e africanos já haviam estabelecido contato. De acordo com a tradição oral, o rei Ngola Nzinga teria migrado da região banhada pelo Níger alcançando a região de Angola. Naquela época, o Congo já era estado forte e exercia muito poder em todo o centro africano, de tal modo que os ndongos acabaram transformando-se em súditos do rei do Congo, tendo assim uma estrutura sócio-política muito semelhante ao que foi descrito acima.

O processo de independência do manicongo já havia sido iniciado pelos ndongos quando os portugueses chegaram à região. Os portugueses tentaram aproveitar a instabilidade política do período, mas foram derrotados. Os ambundos (ou mbundos), povo que compunha o reino, e os imbangalas (povo guerreiro originário do interior e do sul do continente) se aliaram contra os portugueses. Os portugueses, mesmo derrotados, fizeram as mais importantes descrições dessa sociedade. Enfatizaram as grandes construções em pedra, as vistosas embarcações no porto, a variedade de mercadorias e os elaborados rituais de poder que caracterizava o reino.

No século XVII, a presença portuguesa na região tomaria novos rumos (SILVA, 2006). A resistência do povo ndongo não conseguira vencer os intensos ataques de Portugal, sobretudo após a aliança com o reino do Congo. A rainha Jinga surge nesse cenário de resistência à pressão e às tentativas de subjugação, em meados do século XVIII.

Herdeira do trono do reino Ndongo, contemporânea de Zumbi dos Palmares, a rainha Jinga liderou um dos mais notórios movimentos de resistência à presença europeia no continente africano.

Concluindo

Nesta aula refletimos sobre as formações sociais da África centro-ocidental a partir de uma questão cara para estes povos – o conhecimento da metalurgia. o manuseio do ferro foi um atributo que garantiu poderes aos

homens que o exerciam em praticamente toda a África Subsaariana. Na África Ocidental, como entre os iorubás, o ferreiro era o responsável por guardar a história da sua sociedade, a memória viva. Acreditavam que tanto o ferro como a palavra eram dotados de elementos extremamente potentes, capazes de mudar a natureza das coisas e das situações. O ferreiro, por conta disso, foi envolto em uma áurea que transitava entre o mágico e o divino. Era uma figura respeitada e ao mesmo tempo execrada pelos chefes políticos.

Caro leitor, lembremos que o emprego de instrumentos de ferro resultou em mudanças qualitativas para os grupos humanos: tanto econômicas, como sociais e políticas. Arados, enxadadas e martelos ajudaram a revolver e fertilizar a terra, pequenas facas facilitaram o descasco dos alimentos, pontas de lança e flechas permitiram a confecção de instrumentos mais eficazes de caça, pesca e até mesmo para serem usados nas guerras.

O ferro foi tão importante que localizar uma mina de ferro ou cobre significava mudar completamente os padrões de ocupação de uma determinada região africana. Foi, também, um veículo de aproximação entre sociedades especializadas na fundição com outras que forjavam o minério. Ocorreu um grande incremento na comercialização de utensílios de ferro e nos confrontos bélicos. Os “homens do ferro”, como Roland Oliver (1994) chamava estes especialistas, estabeleceram uma ampla rede de conhecimento necessária para a fundição do minério, o que muitas vezes representou a destruição de muitas florestas. A tecnologia empregada variava de região para região. De forma geral, na África Centro-Ocidental, o ferro era obtido a partir da queima de imensos fornos. Calcula-se que para cada quilo de ferro fundido eram necessários dois quilos de carvão.

Vimos que os soberanos de boa parte das sociedades da África Central eram, assim, ferreiros. A manutenção das técnicas e mistérios que circulavam em torno da metalurgia muitas vezes foram os elementos que definiram a nobreza das famílias de sociedades da África Centro-Ocidental.

Material complementar

Site

WWW.casadasafricas.org.br

Neste site você encontrará os seguintes textos que falam dos bantos com perspectivas diferentes:

África: culturas e sociedades – Guia temático para professores

Revisitando as origens malgaxes

De sogra para nora para sogra: redes de comércio e de família em Moçambique

Bibliografia

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

SILVA, Juliana Ribeiro da. *Homens de ferro, os ferreiros na África Central no século XIX*. São Paulo: FFLCH – USP, 2008. Dissertação de Mestrado.

SILVA, Alberto da Costa e. “A enxada e a lança: a África antes dos portugueses”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

SILVEIRA, Renato da. *O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de Keto*. Salvador: Edições Maianga, 2006.

AULA 07: ESCRAVIDÕES NA ÁFRICA: DA ESCRAVIDÃO À COMERCIALIZAÇÃO DE ESCRAVOS

Introdução

A escravidão existiu em diferentes lugares e épocas. As guerras sempre foram as grandes fontes de obtenção de escravos – os prisioneiros ou eram postos a trabalhar ou eram vendidos pelos vencedores. Havia outros motivos que levavam os homens a perderem os direitos de membro da sociedade, como condenação por transgressões ou crimes, impossibilidade de pagar dívidas ou garantir a subsistência da família. Na África era comum entregar-se para a escravidão por falta de recursos materiais, em épocas de seca ou pragas como gafanhotos, que destruíam plantações.

O que entendemos por escravidão? Podemos considerar como uma situação em que a pessoa deixa de se movimentar livremente perde o direito de fazer escolhas, devendo obedecer ao seu senhor e podendo ser castigada fisicamente ou vendida. O escravo era visto como um ser inferior e sem direitos (SOUZA, 2006, p. 47).

Em muitas sociedades africanas, os estrangeiros capturados em guerras ou trocados por produtos como sal e cobre, estavam subordinados a um senhor e podiam ser chamados de escravos. As mulheres eram preferidas na instituição escravista africana. Elas cultivavam a terra, preparavam alimentos e geravam filhos. Geralmente os filhos de escravas com homens livres da família do senhor, eram livres. A princípio traziam a marca da escravidão e não se equiparavam aos filhos das mulheres livres, mas com o passar do tempo essa distinção tendeu a acabar.

1. Da escravidão à comercialização de escravos

Começo esta parte com uma questão: que mudanças a instituição escravista da África Subsaariana sofreu após a chegada dos muçulmanos e posteriormente dos europeus?

Percebe-se que ao longo da História diversas culturas tiveram na subsunção de um homem por outro homem uma importante ferramenta de crescimento econômico, os homens livres seguiam a vida guerreira, política e/ou religiosa, sobrando o trabalho agrícola, doméstico ou algumas atividades técnicas para os escravizados.

As guerras em vários momentos tiveram como subproduto o escravo. Portanto, a escravidão existiu em diferentes épocas e lugares, pois guerras sempre ocorreram por toda parte, principalmente quando aumentavam interesses econômicos e políticos. Não foi à toa que a palavra cativo, que quer dizer prisioneiro de guerra, foi usada como sinônimo de escravo.

Existiram diversos tipos de escravidão e podemos encontrar traços semelhantes em diferentes tempos e espaços. De uma forma geral, o escravo era considerado um ser estranho e inferior à nova sociedade. A pessoa, quando escravizada, passa por um processo de morte simbólica. Era um processo que consistia na perda de liberdade do cativo, o controle e os direitos sobre a sua vida e a vida de seus descendentes, para “renascer” na condição de escravo, condição esta que era transmitida para seus filhos.

1.1. O continente africano e a escravidão

A escravidão no continente africano não era uma novidade levada por estrangeiros. Antes dos contatos com os árabes islamizados (século VIII) e com os europeus (século XV).

Mas, como era praticada essa escravidão? Era diferente dos modelos que seria praticado no Novo Mundo?

A escravidão africana era intimamente ligada à concepção de família extensa, existente em boa parte da região ao sul do Saara e às dificuldades impostas pelo meio físico, que criavam a necessidade constante de mão de obra. Possuir terras férteis sem possuir braços para trabalhar, de nada adiantava. Lembremos que o poder de um soberano, ou da sociedade, estava intimamente relacionado e era medido pela força de trabalho sob seu controle. A escravidão foi uma das soluções encontradas para aumentar o número de indivíduos aptos ao trabalho dentre diferentes povos (LOVEJOY, 2002, p. 230-240).

Segundo Meillassoux (1986), as mulheres desempenharam papel importante na escravidão africana. Eram as preferidas. Em grande parte da África Subsaariana elas eram responsáveis pela sobrevivência material da comunidade, pois eram elas que produziam os gêneros agrícolas, e delas dependia a reprodução do grupo. Escravas não tinham o mesmo prestígio que mulheres livres, mas a prática da poligamia permitia que elas se tornassem concubinas ou esposas de seus senhores, ajudando assim a reproduzir o número de membros de uma determinada família. Quanto mais mulheres, mais chances a sociedade teria de se manter.

Os homens, mesmo escravizados em menor escala, eram empregados nas atividades que envolviam a produção de alimentos, como a agricultura e a criação de animais. Geralmente, trabalhava junto ao seu senhor, nas sociedades pequenas. Em sociedades maiores, como os impérios e cidades-Estado, já analisados, escravos eram empregados na administração pública – como o caso dos eunucos – no exército, nas minas de ouro, ferro e cobre e nas propriedades rurais dos reis, imperadores e chefes.

A guerra era o principal meio de obtenção de escravos. Existiam também as razias e os sequestros de mulheres de grupos sociais menores. Ou ainda, quando catástrofes naturais ocorriam, como seca prolongada, levava comunidades inteiras a se oferecer como escrava para sociedades menores a fim de garantir a sobrevivência do grupo.

As sociedades africanas não atribuíam valor mercantil aos seus escravos. O escravo tinha um uso coletivo, em prol da coletividade, mesmo sendo visto

como um ser inferior. Em muitos casos, o escravo e seus filhos poderiam ser absorvidos pelas linhagens. Por isso, muitos estudiosos denominaram a escravidão praticada em grande parte da África Subsaariana de “escravidão doméstica”.

A situação acima narrada muda, em parte, quando comerciantes árabes e europeus chegam ao continente. O escravo passa a ser visto como uma mercadoria, ou seja, algo que pode ser negociado. Foi justamente esse caráter mercantil que chamou a atenção das elites de algumas sociedades africanas. (LOVEJOY, 2002).

Como muitas sociedades possuíam mais escravos do que realmente precisavam, não viram problemas em trocar estes cativos por produtos oferecidos por árabes e europeus. As elites das sociedades escravistas ganhavam duas vezes, pois ficavam com as mulheres escravizadas e se livraram de parte dos homens que, conforme dito anteriormente, eram seus inimigos de guerra. Isso aumentava o poder econômico e político desses grupos.

1.2. O Islã e a escravidão

A chegada do islamismo trouxe muitas mudanças para a África. A penetração começou no século VIII e diversos reinos e cidades-Estado foram influenciados por essa religião em diferentes aspectos. Novas redes de comércio foram abertas e ligavam diferentes pontos do continente, costumes, práticas e a própria religião muçulmana passaram a fazer parte do cotidiano dessas sociedades que, em diversos casos, converteram-se ao Islã.

Para Lovejoy, a introdução do islamismo no continente africano, o caráter singular da sua expansão, fez com que milhares de pessoas fossem escravizadas. Cabe salientar que um dos princípios do islamismo é a difusão de sua religião por todo o mundo; e tal difusão deu-se por meio das jihads ou empenho/esforço, também lido como guerras santas, muito cuidado com este

conceito, pois há uma armadilha interpretativa muito difundida pelos meios de comunicação ao diminuir o significado epistêmico deste conceito historicamente constituído.

Devido á crença de que a escravidão era um período de aprendizagem para aqueles que não conheciam as palavras de Alá, um dos principais objetivos das jihads era produzir o maior número de escravos possível, principalmente mulheres e crianças, pois ambos seriam facilmente absorvidos pelas comunidades islâmicas como concubinas e eunucos, respectivamente.

Depois da captura, mulheres e homens passavam por um processo de conversão religiosa. Caso a conversão ocorresse, poderiam receber a liberdade e passar a exercer diferentes atividades sociais, transformando-se em mercadores, membros de caravanas, funcionários de governo e até mesmo soldados. Caso a conversão não acontecesse, a escravidão era mantida.

Todavia, os interesses na escravidão africana aumentaram por ter-se tornado muito lucrativa para os muçulmanos. Graças à grande procura por africanos escravizados no mercado intercontinental – sobretudo no norte da África, na Arábia Saudita e no sul da Europa – rapidamente o africano escravizado tornou-se uma das mercadorias mais importantes nas relações comerciais estabelecidas entre diferentes sociedades da África Subsaariana e os chefes das principais caravanas que faziam a travessia do Saara.

Para chegarem aos mercados europeus e asiáticos, homens e mulheres escravizados precisavam atravessar o Saara. Esse transporte de escravos ocorria junto com as caravanas de camelos que faziam o transporte das outras mercadorias. Tal travessia era extremamente difícil, pois o escravo a fazia a pé e muitas vezes carregando diversos produtos. Além disso, o forte calor, o clima muito seco, a pouca quantidade de água e comida, e o longo trajeto a ser percorrido dificultavam ainda mais a viagem. Quase um terço dos escravos não suportava a jornada e morria.

A conversão ao islamismo de muitas sociedades subsaarianas fomentou mais o comércio de africanos escravizados. Em muitas regiões, o Islã foi bem recebido por trazer o sal, via comércio e, também, produtos vindos da Europa e

do norte da África. Aderir ao islamismo significava professar uma religião cujo Deus poderia ser levado para qualquer lugar, ou seja, uma religião universal.

Dessa forma, sociedades africanas islamizadas passaram a realizar incursões militares nas regiões circunvizinhas, ampliando não só sua extensão territorial, mas também o número de cativos de guerra que começaram a ser empregados como trabalhadores agrícolas em grandes plantações localizadas no norte da África, ou então como mineradores nas regiões auríferas do Sudão Ocidental e da Etiópia.

As rotas comandadas pelos comerciantes islâmicos movimentaram cerca de onze milhões de cativos, entre os séculos VIII e XIX. Além do comércio transaariano, os muçulmanos também participaram da venda de africanos pelo Mar Vermelho e pelas rotas marítimas do Oceano Índico. A China e a Índia eram os destinos principais desses africanos escravizados, que eram trocados por produtos de luxo como prata, sedas e porcelanas.

Exportação de africanos nas rotas comerciais islâmicas entre os séculos XV e XVIII.

Região/ Período	Século XV	Século XVI	Século XVII	Total
Mar Vermelho	100.000	100.000	200.000	400.000
Saara	550.000	700.000	700.000	1.950.000
África Oriental	1000.000	100.000	400.000	600.000
Total	750.000	900.000	1.300.000	2.950.000

Fonte: LOVEJOY, 2002, p. 90.

2. A escravidão e os europeus

O estabelecimento dos europeus no continente americano redimensionou o tráfico de africanos pelo Atlântico, fazendo desse comércio um dos negócios mais lucrativos da época. Como vimos anteriormente, as tentativas de europeus de adentrarem e dominarem o interior do continente africano malograram. Portugueses e mais tarde holandeses, ingleses e franceses tiveram que se contentar com a construção de feitorias nas regiões litorâneas controladas por estados africanos que estavam dispostos a comercializar com eles.

Sendo assim, os contatos com os europeus não alteraram a lógica escravista existente em grande parte dos estados africanos que já conheciam e praticavam a escravidão. Tratou-se, num primeiro momento, de uma transação comercial que beneficiava tanto aqueles que queriam vender escravos como os que buscavam tal mercadoria.

Um exemplo interessante para atestarmos a soberania dos estados africanos é o comércio de escravos. Foram estabelecidas relações horizontais com as diferentes sociedades europeias, entre os séculos XV e XIX.

Se as sociedades venderam africanos em larga escala, é porque tal atividade apresentava vantagens tanto àqueles que os compravam, como para aqueles que os vendiam. A lógica primordial de mercado foi que ditou o ritmo de boa parte dessas transações. No entanto, a implementação do sistema colonial nas Américas demandou cada vez mais braços escravizados, intensificando a compra e a venda de africanos.

Tanto na América portuguesa como nas Antilhas, o sistema colonial estava pautado neste tipo de mão-de-obra. Dentro dessa dinâmica mercantil, num intervalo de trezentos e cinquenta anos, o tráfico transatlântico comercializou a mesma quantidade de africanos escravizados que o comércio transaariano levou praticamente mil anos para consumir.

As sociedades africanas viram vantagens nesse comércio e por isso o sustentaram. Mesmo que pareça redundante, é preciso salientar o aspecto

mercantil deste comércio, pois é justamente essa característica que aponta as pluralidades e diferenças existentes entre as sociedades africanas. Se, conforme visto há pouco, o escravo geralmente era um estrangeiro, é de se supor que os estados africanos envolvidos no tráfico dificilmente iriam vender membros de sua sociedade.

Ao contrário do que muitos pensam, os africanos não venderam membros de seus próprios povos, e sim aqueles escravizados de povos vizinhos.

Malinquês escravizaram soninquês e peules, fantis escravizaram axantes, iorubás escravizaram haussas, dahomeanos escravizaram iorubás. É um anacronismo, como vimos nas outras unidades, supor naquele momento a existência de uma identidade maior entre as sociedades africanas.

Concluindo

Vimos que a instituição escravista não era uma novidade na África subsaariana. Nas capitais dos reinos e grandes centros de comércio, onde havia grande circulação de riquezas e possibilidades de maior acumulação de bens diferenciando mais os grupos sociais, ela achava-se bastante presente.

Após a chegada do islamismo, o comércio no continente africano, principalmente nesta região da África, sofreu um profundo impacto. Ocorreram alterações culturais, sociais e políticas, assim como ampliou a dinâmica econômica de boa parte dos grupos. Uma das alterações mais significativas foi a transformação do africano escravizado em mercadoria.

Quando os primeiros europeus chegaram à África subsaariana, o comércio de cativos já era um velho conhecido desses povos. Esses novos contatos abriu outras frentes de comércio – o Atlântico – que significando uma grande potencialização da produção de escravos.

Referências bibliográficas

LOVEJOY, P. *A escravidão na África. Uma história de suas transformações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NIANE, D. T. “Relações e intercâmbios entre várias regiões”. In: NIANE (org). *História Geral da África. Vol. IV. A África do século XII ao século XVI*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1985.

MEILLASSOUX, Claude. *Antropologia da escravidão – o ventre de ferro e dinheiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

Material complementar

Artigo

REIS, J. J. “Notas sobre a escravidão na África pré-colonial”. In *Estudos Afro-Asiáticos (CEAA/RJ)*. Rio de Janeiro, v. 14, p. 5-21, 1987.

Texto de narrativa impecável sobre a escravidão africana antes da chegada dos europeus.

Site

No site <http://WWW.slavevoyages.org>, você encontrará uma grande base de dados sobre o tráfico transatlântico de escravos organizada por hisotiradores da Universidade de Emory, nos Estados Unidos, e de Hull, na Inglaterra, a partir das pesquisas de historiadores de diferentes países. É um banco de dados que reúne as informações de quase 35 mil viagens de navios negreiros realizadas entre 1501, quando há registro da primeira leva de escravos, e 1867, quando o tráfico foi abolido.

AULA 08: DESVENDANDO O OUTRO; AFRICANOS E EUROPEUS – O ENCONTRO

Introdução

“Apesar dos árduos esforços de tantos homens intrépidos, a África continua pouco conhecida dos Europeus. Um clima implacável, um oceano de areia, são obstáculos imensos; no entanto, o inimigo mais temível em toda parte é o homem. O viajante (...) raramente escapa à estúpida ferocidade do negro ou ao fanatismo intratável do muçulmano. Como é desejável ver formar-se uma sociedade cujo objetivo nobre e generoso seja não transportar para a África as conquistas superiores de uma civilização avançada, mas limiar a dureza dos costumes, ensinar aos habitantes o que são sentimentos humanitários e proporcionar-lhes a felicidade aumentando a da Europa.”

GAUTHIER, E. Prefácio do livro *Um Voyage em Afrique*, Paris, 1821.

Escritas no começo do século XIX no prefácio de um dos muitos livros de viajantes que visitaram o continente africano durante aquele período, essas palavras nos dão a ver algo muitas vezes obscurecido pelo senso comum sobre o continente: a ausência de qualquer tipo de controle dos europeus sobre as sociedades ali presentes, que evidencia a soberania que os diversos povos africanos exerceram sob seus territórios ao longo dos 350 anos em que estiveram em contato direto com estes.

A experiência recente nos induz a uma armadilha, a de pensar que, depois de estabelecido o primeiro contato dos europeus com o continente, as sociedades africanas teriam sido rapidamente subjugadas.

Alguns foram os principais elementos da entrada dos europeus na África: armas de fogo, cavalos e um “ímpeto” colonizador. Nosso passeio por diversas sociedades africanas nos mostraram que, antes da entrada europeia no continente, este já era marcado pela existência de inúmeras e complexas sociedades, que possuíam diferentes organizações políticas, distintas redes comerciais, além de uma multiplicidade notória de padrões culturais.

Fica clara a ingenuidade da noção de que tais grupos teriam se deixado dominar facilmente por outros povos que chegavam ao continente. Em vista disso, o objetivo desta parte da unidade 4, é analisar as relações estabelecidas entre europeus e africanos a partir do século XV, de modo a evidenciar como diferentes sujeitos históricos fizeram desse contato um meio de defender seus próprios interesses (THORNTON, 2004, pp. 55-80).

1. O encontro

Gostaria de propor uma reflexão sobre o pretenso “ímpeto colonial” das nações europeias, principalmente as localizadas ao sul do continente, que por isso mesmo, tinham maior contato com os árabes e as descrições que eles fizeram das sociedades africanas visitadas, inclusive os impérios de Gana e Mali e suas minas auríferas. Antes de uma lógica colonial ou de um objetivo civilizador, o que motivou os europeus a entrarem em contato com os grupos africanos foram os interesses econômicos (THORNTON, 2004).

Os primeiros contatos, então, não constituíram simples “descobertas”, tal contato se deveu a questões relacionadas a um momento específico do desenvolvimento dessas nações europeias e precisa ser mais bem compreendido.

No século XV, começaram os primeiros contatos com os povos da África Subsaariana. Portugal foi a nação europeia pioneira neste sentido. Tal contato foi o resultado do movimento português conhecido como grandes navegações. Os portugueses lançaram-se primeiro ao mar e tinham dois objetivos iniciais,

com as explorações marítimas: de um lado, as muitas descrições feitas por viajantes árabes acabaram, acalentando o desejo pelo acesso direto ao ouro africano, que chegava à Europa pelas mãos dos muçulmanos. Ao mesmo tempo, no entanto, o contato com esses povos árabes incentivou o interesse em participar do comércio feito no oceano Índico que, na época, era a rede comercial na qual circulavam mercadorias valiosas como a seda, a prata e as especiarias.

Dessa maneira, segundo Fage (1982), observa-se que a possibilidade do contato com as redes comerciais transaarianas e com as negociações feitas no oceano Índico foram a motivação principal dos portugueses (e mais tarde de outros europeus).

Buscando alcançar esse duplo objetivo, os portugueses foram então buscar os meios que viabilizaram o estabelecimento de um contato direto com tal mundo, que prescindiria da intermediação do comércio transaariano. Tendo em vista que o caminho mais rápido para que eles chegassem às Índias (via mar Mediterrâneo) estava sob o controle dos muçulmanos, após a expulsão dos árabes de seu território e a centralização do poder nas mãos da dinastia de Aviz, comerciantes, marinheiros, estudiosos das artes navais e a Coroa portuguesa juntaram esforços com o intuito de contornar o continente africano e chegar à Ásia.

“Cruzar mares nunca dantes navegados”, como relatou Camões, foi uma das inseguranças dos portugueses ao lançarem-se no Atlântico. Questões

tecnológicas, como grandes embarcações e técnicas de orientação estavam parcialmente resolvidas, mas e o medo em cruzar este mar? Como vencer o temor em chegar a um possível fim do mundo ou de encontrar enormes



O grande abismo. Fonte:

<http://historiaeoutrashistorias.blogspot.com/2011/02/expansao-maritima-e-o-oceano-atlantico.html>, acesso, 22/03/2011, às 16h30min.

monstros marinhos capazes de engolir tripulações inteiras? Vejamos algumas imagens que traduzem as formas de pensar o mundo naquele momento.



O mundo plano

Fonte: <http://historiaeoutrashistorias.blogspot.com/2011/02/expansao-maritima-e-o-oceano-atlantico.html>, acesso, 22/03/2011, às 16h30min.

Vencido os temores, Portugal passou a enviar frotas navais que deveriam contornar a África a fim de chegar à Ásia.

Ceuta foi a primeira conquista nessa empreitada. Ocorreu em 1415 e representou não só a possibilidade do contato com “as Índias”, mas também a aquisição de informações sobre os negros do alto Níger e do rio Senegal –

permitindo que eles descobrissem que era dessa região que vinha o ouro, produto que mais desejavam. No entanto, a proeminência islâmica no continente africano, sobretudo na África Ocidental, mostrou-se um empecilho para o comércio terrestre no continente.

Sem poder militar suficiente para enfrentar os estados muçulmanos do norte da África, os portugueses passaram a buscar uma rota alternativa para tentar estabelecer essas relações comerciais.

A ideia era furar a barreira muçulmana e chegar diretamente a esses povos africanos pelo mar. Desejavam chegar tanto à Ásia quanto aos reinos negros do sul.

O movimento inicial dos portugueses não se tratava de uma missão de conquista. Lançar-se ao mar fazia parte de um bom planejado empreendimento comercial, que visava superar os obstáculos ao comércio colocado pelos estados ao norte da África.

Importante destacar que o pioneirismo de Portugal neste processo não foi por acaso. Além das condições internas apontadas acima que viabilizaram a formação do primeiro estado nacional moderno, havia ainda a intenção do rei português em descobrir o alcance dos infiéis neste território – ou seja, a intenção de descobrir a extensão do Islã na África. Tratava-se de levar a Guerra Santa para território africano, cuja existência já era conhecida dos portugueses.

E os portugueses lançam-se ao mar...

Em 1419, chegam às ilhas da Madeira e em 1435 ao arquipélago dos Açores. O ano mais significativo foi o de 1420, quando os portugueses ultrapassaram o cabo do Bojador e chegaram à África Subsaariana. Na região que foi denominada Guiné, aportaram em 1434, era habitada por diferentes povos como os iorubás, edos e akans. Em 1482, os portugueses chegaram à região do Congo.

O que movia os portugueses além da curiosidade e da ambição da conquista, era a necessidade de superar obstáculos comerciais concretos, tanto que em 1484, já haviam estabelecido transações comerciais na Costa da Mina.

2. As Relações comerciais

A busca por ouro, sal e tecidos comercializados nas redes comerciais transaariana, foram fatores que levaram os portugueses ao continente africano. Algumas expedições portuguesas tentaram controlar este comércio através da

conquista e não obtiveram êxito.

Encontraram, no meio do caminho, sociedades africanas com estados fortes e coesos, grupos militares estrategicamente armados, além de doenças como a malária e a febre amarela que matou boa parte da tripulação. Os contatos iniciais dos portugueses com a África resultou em uma forma muito específica de

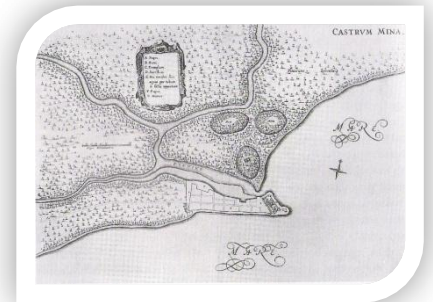


Fortaleza de São Jorge da Mina.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo_de_S%C3%A3o_Jorge_da_Mina,
 dia 22/03/2011, às 17h30min

Fontes:
 acesso

estabelecimento da presença portuguesa no continente: não uma efetiva colonização, mas o simples estabelecimento de postos comerciais e militares.

Construíram feitorias no litoral africano com esse objetivo. As construções eram fortificadas e lá se realizavam os mais diversos comércios. No começo eram escravos, mas o objetivo principal era interceptar a rota transaariana do ouro. Nas feitorias, como poderemos ver nas seguintes imagens, o que se configurava não era exatamente um empreendimento colonizador, mas um simples espaço para o estabelecimento de trocas comerciais com os povos locais. (THORNTON, 2004, pp. 134-170).

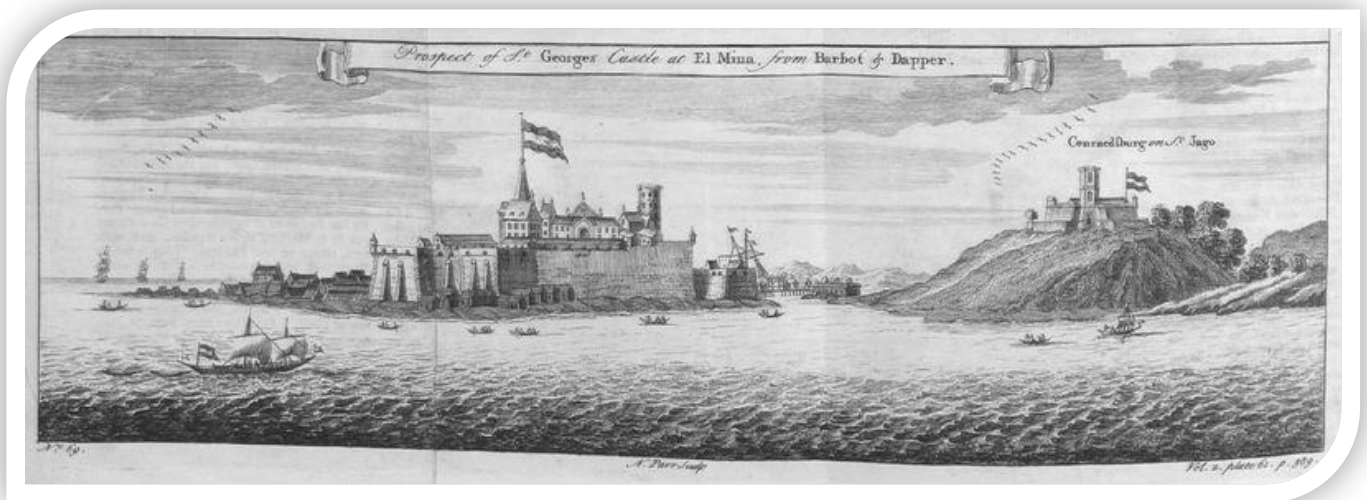


Localização da Fortaleza de São Jorge da Mina.

Fonte:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo_de_S%C3%A3o_Jorge_da_Mina acesso dia 22/03/2011, às 17h30min

Fortaleza de São Jorge da Mina e Castelo do monte de São Tiago



Fontes: http://pt.wikipedia.org/wiki/Castelo_de_S%C3%A3o_Jorge_da_Mina, acesso dia 22/03/2011, às 17h30min

A ilha de Arguim, em 1448, tornara-se uma praça de comércio regular, onde os europeus comercializavam armas, cavalos e tecidos por homens e mulheres escravizados. O comércio intensificou-se em menos de quarenta anos

e os portugueses conseguiram negociar a construção de uma feitoria em território acan, o Forte São Jorge da Mina. Deveriam pagar altos tributos para as lideranças locais. Este forte possibilitou o estoque de grande quantidade de mercadoria, como escravos, enquanto se aguardava o retorno das embarcações que haviam viajado para a Europa.

O produto que mais atraía a atenção dos portugueses era o ouro. Este, no comércio transaariano, era comercializado na forma de pó e era transportado por carregadores até o reino do Mali, quando negociado com os mercadores árabes, que o transportavam em camelos pelo Saara, até os estados islâmicos do norte da África, cujos portos eram frequentados por judeus, genoveses, venezianos.

Mais ou menos na metade do século XV, os portugueses já conseguiam desviar, por meio da feitoria fortificada de Arguim, parte desse comércio para seus barcos e postos comerciais da costa. O esforço era no sentido de garantir esse comércio tanto frente aos outros povos nele interessados quanto frente aos povos locais. A solução foi transformar os postos comerciais em verdadeiras fortalezas fortificadas, como o Castelo de São Jorge da Mina.

As fortalezas e feitorias demonstram os limites do contato entre europeus e africanos. Elas não chegavam a caracterizar um domínio efetivo do território e sim o estabelecimento de um ponto de comércio fortificado. Antes de qualquer ação dos portugueses, era preciso obter autorização das sociedades africanas para a construção desses edifícios. O caráter militar que tinham visava manter afastadas outras nações europeias e não atacar os povos e sociedades locais. Tanto que, no interior, os portugueses não conseguiram estabelecer nenhuma feitoria. Os chefes africanos só permitiam que elas fossem edificadas na costa, pois assim eles conseguiriam manter o interior sob seu domínio absoluto.

Concluindo

Podemos concluir que, via de regra, portugueses e africanos estabeleceram relações horizontais de poder, nas quais o comércio era a palavra de ordem.

Tomemos como exemplo o caso do Congo.

No reino do Congo, com o qual os portugueses estabeleceram contatos mais intensos, resultando na cristianização do chefe de estado local, os interesses comerciais foram as principais motivações dos contatos entre europeus e africanos. Como vimos anteriormente, o reino do Congo era marcado por um modelo complexo de estado e o manicongo, soberano divinizado, governava uma ampla rede de relações socioculturais (ILIFFE, 1999, p. 54). Os primeiros contatos com os portugueses ocorreram em 1482.

Desde os primeiros contatos com o reino do Congo, os portugueses perceberam que estavam lidando tanto com uma sociedade organizada, como com um estado cuja localização estratégica ficava no centro de várias rotas comerciais do continente africanos, permitindo a fácil comunicação com as regiões do interior do continente, às quais os portugueses estavam longe de ter acesso. Os europeus tentaram de várias formas criar relações diplomáticas que permitissem o seu acesso às redes de comércio internas. Foram tentativas frustradas e frente a tal insucesso, partiram para uma investida militar que se mostrou igualmente infrutífera.

Os ventos ficaram favoráveis para os portugueses quando construíram um posto em Luanda, em 1576, a fim de empreender uma lógica de conquista nos pequenos reinos vizinhos. Este momento marcou o início das relações assimétricas entre estes e as lideranças do Congo. Mesmo assim, a tentativa malogrou e após quase um século de combates, as forças portuguesas acabaram desistindo da empreitada.

Podemos concluir que a presença portuguesa, mesmo tendo acarretado uma intensificação nas trocas comerciais e nas dinâmicas culturais, esteve longe de ser definidora da realidade africana até o século XVIII.

Leitura complementar

SANTOS, Maria Emília Madeira. “Os africanos e o mar à chegada dos portugueses”. In *II RHIA*, 1996, pp. 83-87. Texto muito interessante que mostra as relações dos africanos com o mar e com os portugueses.

Texto disponível no site:

WWW.casadasafricas.com.br

Referências bibliográficas

FAGE, J. D. “A evolução da historiografia em África”. In *História Geral da África*. São Paulo: Ed. Ática / UNESCO, 1982.

ILIFFE, John. *Africanos: história dum continente*. Lisboa: Terramar, 1999.

THORNTON, John. *África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2004.

AULA 09: A FORMAÇÃO DO MUNDO ATLÂNTICO

Introdução

Nossa lembrança recente do período colonial e os horrores causados pelo tráfico transatlântico de africanos escravizados são, provavelmente, as razões mais fortes que nos levam a pensar que desde os primeiros contatos houve um amplo domínio dos europeus sobre os africanos. Os europeus, com exceção das guerras ocorridas no atual país de Angola durante o último quartel do século XVI, não dominaram nenhum território africano até meados do século XIX. As diversas formas de dominação promovidas pelas nações europeias passaram, necessariamente, pelas sociedades africanas, com as quais eles precisavam negociar para obter os mais diferentes tipos de mercadorias, inclusive escravos.

O que havia entre africanos e europeus, dos séculos XVI ao XIX, não era exatamente uma relação de conquista, e sim de comércio. A relação se estabelecia por meio das negociações dos mais diferentes produtos. As formas como os acordos foram estabelecidos evidenciam as diferenças culturais, sociais e, sobretudo, políticas existentes entre as sociedades africanas. Longe de formarem uma nação única, os povos africanos ocuparam lugares distintos nas muitas dinâmicas criadas com os grupos europeus. Estudar essas relações comerciais é uma excelente porta de entrada para compreendermos as lógicas internas das sociedades africanas.

1. O comércio e o islã

O comércio foi uma atividade econômica importante para muitas sociedades africanas. Podia ser local, escambo entre membros de um mesmo grupo. De média distância, entre sociedades distintas trocando alimentos, vestimentas e outros tipos de produtos. As vias fluviais foram os principais meios por onde transitaram comerciantes e mercadorias. As margens de

grandes rios foram motivos de grandes disputas por vários povos e cenário do desenvolvimento de diversos grupos africanos.

Os produtos eram os mais variados – milhete, sorgo, inhame, óleo de palma, peixe-seco, miçangas, contas de vidro, tecidos de ráfia, objetos de ferro e de cerâmica são exemplos de mercadorias comercializadas dentro e entre sociedades africanas antes mesmo do contato direto com grupos muçulmanos e europeus. Tanto as florestas como as savanas foram palcos para contatos entre os africanos via comércio.

Essas trocas possibilitaram relações entre grupos de diferentes localidades. Vários mercados existentes em diferentes sociedades eram verdadeiros entrepostos comerciais, onde era possível encontrar produtos oriundos das diferentes regiões da África. Além disso, esses locais também eram palco de intensas trocas culturais, bem como da ampliação de redes sociais que ligavam, via comércio, famílias de diferentes povos.

Artigo importante foi a noz-de-cola. Vale lembrar, também, que era o único estimulante permitido pelo Islã. Oriunda da região de floresta da costa Ocidental africana, da região dos haussas, a noz chegou até as sociedades ocidentais africanas que viviam nas savanas, quando esses grupos procuravam comprar ouro – abundante na região norte do continente. O caminho até o precioso minério era longo e a solução foi criar pontos de parada na savana arborizada, pontos que mais tarde se tornaram importantes entrepostos comerciais. A floresta ocidental, sob esse ponto de vista, esteve longe de ser um empecilho para o comércio. “A floresta atuou como filtro das correntes econômicas, ideias e técnicas” (NIANE, 1985, p. 641).

Após a chegada do islamismo, o comércio no continente africano, principalmente na África Subsaariana, sofreu um profundo impacto. Ocorreram alterações culturais, sociais e políticas, assim como ampliou a dinâmica econômica de boa parte dos grupos. O africano escravizado passou a ser encarado como mercadoria. Produtos vindos do Oriente começaram a circular nessas sociedades, entre eles, objetos de ferro e bronze, contas de vidro e marfim atravessaram o Saara e chegavam à Europa Mediterrânea, ao Oriente

Médio e, em alguns casos, à China Imperial. Desta forma, o islamismo viabilizou a inserção de muitos grupos nas redes de comércio transcontinentais.

As cidades africanas da costa do Oceano Índico são casos exemplares para esta questão. Com a chegada do islamismo durante o século XIII, cidades como Sofala, Quiloa, Mogadíscio e Socotorá se transformaram em verdadeiros empórios do comércio que eram feitos com outras localidades do Índico. Marfim, ouro e barras de ferro eram negociados por sedas, prata e até mesmo porcelana chinesa. Além da localização estratégica, a população local era muito cosmopolita e acolhia bem todos os estrangeiros que lá chegavam. As monções do Oceano Índico muitas vezes obrigavam comerciantes muçulmanos a passarem meses nessas cidades esperando o momento certo para retornar para a Ásia com seus navios repletos de mercadoria africana. Essas longas esperas acarretaram na miscigenação dos comerciantes islâmicos com a população local, formando, assim, mestiços e uma cultura de síntese.

2. O estabelecimento de redes comerciais

Segundo Thornton (2004), quando os europeus chegaram ao continente africano, esse já possuía uma ampla e diversificada rede de comércio. A partir dessas redes, diversos grupos entravam em contato com os mais variados produtos, fossem eles gêneros primários ou manufaturados. De fato, boa parte das sociedades africanas envolvidas em tais relações comerciais já produzia ou ao menos consumia itens industrializados. Em vista disso, o comércio, que passaram a estabelecer com os europeus após a sua chegada ao continente, esteve longe de poder ser caracterizado pela supremacia dos interesses destes em detrimento aos dos africanos. Antes mesmo da chegada os europeus, a antiga manufatura africana se encontrava em plenas condições de abastecer as necessidades internas dos povos do continente.

Durante muito tempo, com um olhar filtrado pelo eurocentrismo, as relações entre africanos e europeus foram vistas como assimétricas. Acreditava-se que os africanos não possuíam tecnologia suficiente para produzir itens

manufaturados de primeira necessidade. Um exame mais detalhado permite observar que tal premissa está equivocada. A indústria africana produzia os dois itens mais consumidos dentro do continente: tecido e aço. Em ambos os casos, a tecnologia de produção era igual ou superior àquela dos europeus naquele momento (THORNTON, 2004, pp. 89-97).

O africanista John Thornton nos ensina que em um momento muito anterior à chamada Revolução Industrial, a suposta superioridade europeia era puro mito, pois africanos tinham tecnologia mais adequada para a produção de aço.

Vejamos alguns números: somente 15% do aço consumido no continente africano após o século XV era de origem europeia. Quanto aos tecidos, apenas 2% vinha da Europa (THORNTON, 2004, p.123). A aquisição de produtos vindos da Europa estava longe de suprir as necessidades dos africanos. Ao que tudo indica, o consumo de produtos europeus era mais simbólico do que econômico propriamente dito. Foram usados pelas chefias e elites locais para demonstrar prestígio e distinção social do que de uma efetiva necessidade das sociedades locais.

Podemos concluir que o comércio entre africanos e europeus não pode ser visto como simples maneira daqueles estabelecerem simples troca de produtos essenciais para suprir a carência de sua economia deficitária. Se tal comércio foi importante, ele se fez em igualdade de condições – atendendo mais às necessidades de luxo e distinção por parcelas das elites africanas do que à necessidade de sobrevivência básica daquelas sociedades. Esse comércio não se constituiu em uma relação desvantajosa ou destrutiva para os povos do continente, pois ele não impediu o desenvolvimento de nenhuma linha própria de produção, como se acreditou por muitos anos a produção historiográfica baseada nas ideias eurocêntricas.

3. As redes comerciais Atlânticas

Vimos que aço e tecido eram as mercadorias mais procuradas pelos africanos. O escravo passou a ser a dos europeus. Este comércio ligou de forma rápida os dois lados do Atlântico. Com o desenvolvimento do sistema de *plantation* na América, o comércio transoceânico deixou de ser privilégio dos europeus. Ainda no século XVII, colonos nascidos no Brasil entraram nesse comércio tornando cada vez mais complexa as teias comerciais que ligavam Europa, África e as Américas.

A aparição de novas personagens nesse cenário indica a existência de comércios bilaterais e a demanda africana por produtos do Novo Mundo. O tabaco é um ótimo exemplo dessa nova conjuntura. Bahia e Pernambuco, desde o século XVI, produziam tabaco para Portugal. Este emitiu uma lei proibindo a entrada de tabaco de terceira, no reino, como aquele produzido pelo nordeste. Como solução para o excedente da produção, produtores nordestinos de tabaco, descobriram que ao ser misturado ao melado de cana-de-açúcar, dava um ótimo fumo para cachimbo (THORNTON, 2004, 88-97).

Durante a colonização americana, o cachimbo chegou às comunidades africanas que comercializavam com os portugueses. Ele foi incorporado pelos africanos que habitavam a Costa do Ouro, sobretudo no Reino do Daomé. As razões para tanto se deviam ao uso ritualístico que o cachimbo passou a desempenhar nas religiões iorubas.

A demanda por cachimbos nas sociedades africanas da Costa Ocidental aumentam e a exportação de tabaco misturado com melado, da América portuguesa, também. Quando essas demandas aumentaram, a intermediação do comércio na África Ocidental estava a cargo dos holandeses. Os portugueses dominavam o comércio na África Centro-Ocidental.

Segundo Niane (1985, 630-641), graças à necessidade de mão-de-obra escrava na região das Minas, as autoridades portuguesas permitiram que seus colonos negociassem o tabaco por escravos. No entanto, as mesmas autoridades cobravam um imposto pesadíssimo sob essa mercadoria. Observando a grande demanda do tabaco pelas sociedades africanas, os holandeses também

passaram a cobrar imposto pela entrada do produto na Costa Ocidental da África.

O tabaco transformou-se em um gênero atlântico por natureza: produzido e comercializado por americanos, passava (mesmo que indiretamente) pela intermediação de mercadores europeus e era consumido por sociedades africanas servindo como moeda de troca para a obtenção de escravos. Estes seriam negociados (novamente com a intermediação europeia) para as diferentes regiões da América portuguesa, sendo utilizados, inclusive, na produção do mesmo tabaco. O tabaco foi um dos gêneros que fez rodar as engrenagens das redes comerciais que criaram o Mundo Atlântico.

Regiões, portos e produtos africanos no comércio de escravos séculos XVI e XVII.

Região africana	Principais produtos pelos quais trocavam os escravos	Principais portos onde os africanos eram embarcados
Senegâmbia	Algodão, cavalo e sal	Arguim, Cabo Verde, São Tomé
Costa do Ouro	Objetos de ferro e tecidos comercializados no Índico	Anomabu
Costa dos Escravos	Armas e pólvora, tecidos e objetos europeus	Ajuda, Porto Novo, Lagos, Afra, Popo Grande, Jakin
Congo	Armas e pólvora, tecidos de algodão e seda, cachaça, porcelana	Pinda, Cabinda
Angola	Cachaça, contas de vidro, tecidos, facas, trigo	Luanda, Benguela

Moçambique	Armas e pólvora, algodão	Quilimane, Quiloa, Inhambane
------------	-----------------------------	---------------------------------

Fonte: THORNTON, 2004, pp. 87-121.

4. As sociedades africanas e o tráfico transatlântico

O tráfico transatlântico faz parte de nossa memória recente. As marcas deixadas por ele são constituintes da nossa identidade. Como ele foi vivenciado do outro lado do Atlântico?

Ele foi o responsável pelo maior deslocamento de pessoas do mundo. Cerca de 12,5 milhões de africanos embarcaram nas cidades litorâneas, mas apenas 10,7 chegaram a seu destino final. E os milhares que morreram dentro do continente africano? Nos caminhos que ligavam o sertão da África centro-ocidental às cidades costeiras. Quais foram as dinâmicas que marcaram esse tráfico? Foi complexo e envolveu um volume enorme de vidas e riquezas.

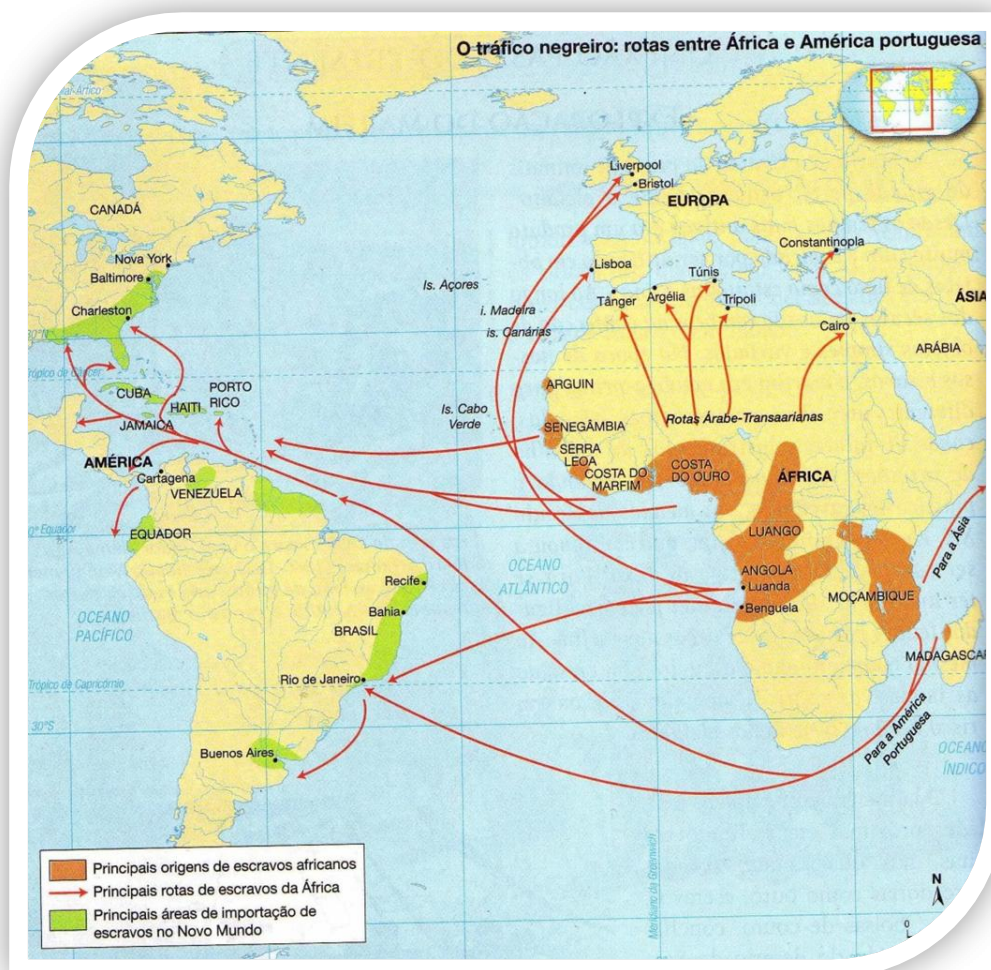
Vimos até aqui que os contatos entre europeus e africanos eram mediados por relações comerciais. No início, o intuito maior dos mercadores europeus era a busca de riquezas pré-existentes, como ouro, marfim e tecidos. Ao colonizarem as ilhas atlânticas de São Tomé e de Cabo Verde, os portugueses encontraram nos escravos africanos, abundantes nos mercados locais, a mão-de-obra que viabilizaria a otimização dos lucros de suas atividades econômicas nas novas possessões. Durante as primeiras décadas de tráfico de africanos, o monopólio foi lusitano, devido ao seu pioneirismo.

O estabelecimento, no Novo Mundo, de um modelo de economia pautado na monocultura intensiva baseada na mão-de-obra escrava (experiência já adquirida nas ilhas de Cabo Verde e São Tomé) fomentaram a compra e venda de escravos africanos. Os lucros portugueses obtidos com esse modelo de economia atraiu a atenção de outras nações europeias, como Inglaterra, França e Holanda que passaram a atuar, também, dos dois lados do Atlântico. O escravo africano tornou-se a principal mercadoria comercializada.

Durante muito tempo, as transações em torno dos escravos africanos deram coesão e unidade ao “Mundo Atlântico”. Veremos, na imagem a seguir, as rotas comerciais onde se estabeleceram estas relações.

O ápice desse comércio ocorreu no século XVIII e seu declínio começou no início do XIX, quando os ingleses iniciam seu movimento abolicionista. Em 1807, a Inglaterra extinguiu o tráfico feito acima da linha do Equador e empreende uma política de fiscalização das águas oceânicas.

Rotas do tráfico transatlântico



Fonte: *Atlas Histórico, EIA, 1991.*

A organização do tráfico não foi pautada numa simples lógica triangular que envolveu africanos, europeus e americanos. O comércio abarcou inúmeros portos, no lado africano, localizados nas áreas de influência de reinos e impérios tanto da África Ocidental, como da África Oriental. As primeiras grandes levas saíram da região onde hoje estão Angola e Congo. Tal fato se deveu às relações estabelecidas entre o rei do Congo assim como a sua conversão ao catolicismo.

Nos séculos XVI e XVII, a compra de escravos intensificou-se na Alta Guiné, conhecida como Costa do Ouro (atual Gana) e habitada pelas sociedades acans, fantis e mandingas. Foi a partir do século XVII que o tráfico intensificou-se, aumentando em quase seis vezes o volume anterior assim como sua extensão – África Ocidental e Central. O desmantelamento do Império Songai (na África Ocidental) e a consequente formação de pequenos estados africanos gerou um número significativo de cativos, quase todos eles consumidos pelo tráfico transatlântico. A interferência portuguesa no reino do Congo (na África Centro-Ocidental) também alterou o quadro político da região, ampliando conflitos e disputas dinásticas, resultando no aumento da oferta de cativos na região que foram praticamente todos vendidos para a América portuguesa. Esse período também aumenta a atuação de muitos colonos brasileiros no comércio, tornando ainda mais complexa as redes comerciais do tráfico.

O Setecentos foi marcado como o século de maior número de exportações de almas – cerca de seis milhões de africanos. Tal número representa pouco mais da metade dos escravos que chegaram às Américas. As grandes levas continuam sendo a África Ocidental e Central. Porém, uma região da África Ocidental ganha destaque: o Golfo do Benim, também conhecido como a Costa dos Escravos. Desta região saíram aproximadamente três milhões de africanos destinados às ilhas caribenhas, principalmente às possessões inglesas.

Foi na região do Congo que traficantes brasileiros ganharam destaque. O aumento nessa região foi significativo: de 940 mil, no Seiscentos, para dois milhões no século seguinte. O destino principal era a região sudeste da colônia

portuguesa. A rede do tráfico transatlântico chegou à Costa Oriental, neste século (atual Moçambique). Algumas das cidades-Estado do Oceano Índico, como Quiloa e Sofala, acabaram envolvendo-se no comércio atlântico de africanos e se tornaram importantes portos no final do século XVIII.

A ordem mundial se alterara nas últimas décadas do Setecentos. Revoluções na Europa colocam o Antigo Regime em xeque ao mesmo tempo em que o liberalismo se expandia. As ideias de Liberdade, Igualdade e Fraternidade, defendidas na Revolução Francesa, servem como veículo para se debater sobre a lógica perversa do sistema escravocrata.

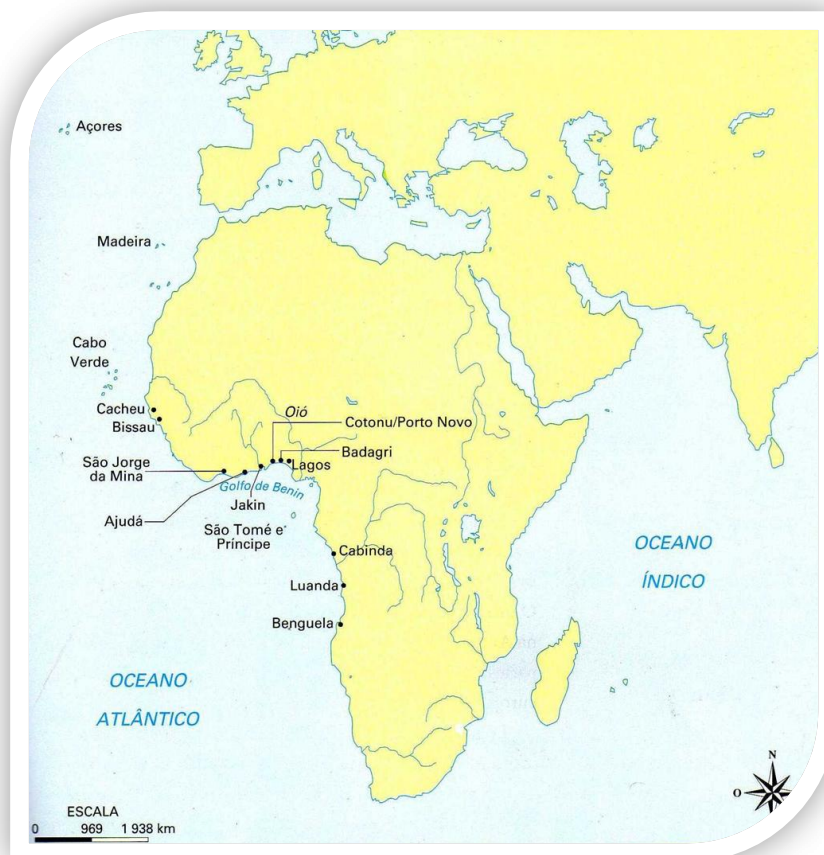
Contraditoriamente, o século em que mais se debatia sobre liberdade na Europa era o mesmo em que mais se utilizava a mão-de-obra escrava africana. Tal contradição se traduziu na maior rebelião de escravos da história humana – a Revolução do Haiti, que abalou o sistema escravista em escala mundial, chamando a atenção para a urgência de o tema do cativo ser efetivamente enfrentado. Aparentemente contraditórias, a liberdade ilustrada e a escravidão moderna foram assim rearticuladas em meio às transformações da Era das Revoluções.

Nas primeiras décadas do Oitocentos, a Inglaterra, que já despontara como grande potência, começou uma política ferrenha contra o tráfico. E pulularam movimentos por independência e abolição da escravidão em diferentes localidades americanas. Durante o século XIX, os números do tráfico começam a cair – ficam em torno dos três milhões, número modesto se comparado aos séculos anteriores.

A relação do continente africano foi singular. Estados militarmente fortificados foram, em sua maioria, escravizadores de outros povos – situação essa que já existia antes mesmo da chegada dos europeus no continente. Todavia, é importante ressaltar que em pouco menos de 350 anos, mais de doze milhões de pessoas foram arrancadas do continente, isso sem levar em conta os tantos que morreram nas batalhas, guerras e travessias até o destino final. Quando não roubava crianças e jovens – o que tinha implicações profundas para as sociedades baseadas nas linhagens –, essa migração causou o

desaparecimento de centenas de sociedades africanas, bem como a desintegração de três importantes estados da África Ocidental: o grande Jolofo (no Senegal); o reino do Congo e o reino de Oió. O mapa seguinte mostra várias regiões envolvidas no tráfico de escravos.

Regiões envolvidas com o tráfico



SOUZA, 2006, p. 57.

Tal desintegração deve-se ao fato de que o tráfico acabou gerando sociedades africanas que se especializaram na escravização. Se, no início do século XVI, o comércio com europeus era visto como mais uma das atividades de determinadas sociedades, a crescente demanda por africanos escravizados acabou gerando uma dinâmica que dificilmente seria quebrada.

Um dos principais produtos que os europeus comercializavam com as elites africanas eram as armas de fogo e os cavalos. A função dessas duas

mercadorias era só uma: otimizar o processo de escravização. Quanto mais armas e cavalos uma determinada sociedade tivesse, mais escravos ela poderia produzir, para poder comprar mais armas e cavalos. Era um ciclo vicioso.

Embora cada uma dessas regiões tenha tido histórias próprias é possível dizer que as dinâmicas do tráfico agiram de forma muito parecida em todas elas. De maneira geral existiam quatro etapas até que os africanos escravizados embarcassem para o Novo Mundo: captura de grupos ou indivíduos; venda para intermediários africanos e europeus que faziam o transporte desses cativos até as cidades litorâneas e os vendia para as elites africanas; compra desses escravos por traficantes europeus e americanos; transporte dos africanos escravizados para o continente americano.

*“Quando estávamos prontos para embarcar, fomos acorrentados
Uns aos outros e amarrados com cordas pelo pescoço, e assim
arrastados para a beira do mar.*

*O navio estava a alguma distância da praia. Nunca havia visto um
Navio antes e pensei que fosse algum objeto de adoração do
Homem branco.*

*Imaginei que seríamos todos massacrados e que estávamos
sendo conduzidos para lá com essa intenção. Temia por minha
segurança e o desalento se apossou quase inteiramente de mim.
uma espécie de festa foi realizada em terra firme naquele dia.*

Aqueles que remaram os barcos fartamente regalados em abundância.

Não estava ciente de que esta seria minha última festa na África.

Não sabia do meu destino. Feliz de mim que não sabia. Sabia

Apenas que era um escravo, acorrentado pelo pescoço, e devia

Submeter-me prontamente e de boa vontade, acontecesse o que

Acontecesse. Isso era tudo o quanto eu achava, que tinha

o direito de saber”.

(Mohammad Baquaqua, 1854)

A narrativa de Mohammad Baquaqua é um testemunho de parte do processo de escravização de africanos vendidos no comércio transatlântico. Até o momento vimos diferentes questões que envolvem o tráfico: as redes comerciais, sociedades que participaram, interesses em jogo. E o escravo africano? Muitos pesquisadores se debruçam sobre o tema da escravidão e procuram chegar o mais perto possível do africanos escravizados. Os relatos de viajantes são fontes privilegiadas para tal. Pode ser visto como um longo rito de passagem para o africano que seria levado para o Novo Mundo. Ritual marcado pela violência e pela mudança de estatuto do ser escravizado.

Os africanos eram capturados em sua terra natal, escravizados e vendidos a corretores africanos e levados para as principais cidades costeiras do continente acompanhados pelos pombeiros – nome dado aos mercadores que faziam o transporte de “carga” e o da venda do escravo. No começo do comércio atlântico a viagem era rápida, pois os escravos vinham de regiões próximas ao litoral. Mas, no final do século XVIII e início do XIX, muitos africanos eram escravizados no interior do continente e podiam levar semanas para chegar aos portos. Viajava a pé ou de canoa, mas sempre acorrentado. Muitos não resistiam a este primeiro momento.

Quando chegavam às cidades costeiras eram colocados em barracões próximos às feitorias e lá eram comprados por negociantes europeus e brasileiros. Essa compra dependia das negociações entre as elites africanas e os traficantes europeus e brasileiros. A travessia pelo atlântico não era barata e os europeus esperavam ter o número suficiente de escravos para lotar os navios e só então realizavam a viagem. No entanto, os comerciantes africanos vendiam em pequenos lotes para obterem o maior lucro possível.

Muitas sociedades africanas que iniciaram as negociações com os europeus como vendedoras de escravos, passaram a ser escravizadas por povos vizinhos pouco tempo depois. Não eram apenas pequenas comunidades e aldeias que eram arrancadas de suas terras. Cidades-estado importantes e até mesmo reinos inteiros foram escravizados.

Concluindo

As consequências do tráfico transatlântico no continente africanos são, até hoje, tema de intenso debate entre os historiadores. De um lado, estão historiadores como Fage e Thornton que advogam que a dinâmica do tráfico não pode ser utilizada para justificar os acontecimentos que marcaram a história da África a partir do século XIX, sobretudo no que diz respeito à colonização do continente. O argumento principal dessa linha historiográfica reside na defesa da agência africana nas diversas relações estabelecidas com os europeus, sendo o tráfico uma delas. Do outro lado, está a linha historiográfica que conta com nomes como Paul Lovejoy, e encara o tráfico como o evento mais importante para compreensão dos desenvolvimentos no continente, pois ele teria alterado padrões milenares de comportamento e de composição sócio-política, arrancando do continente o que era mais valioso: sua gente. E a África viu sair, em grandes levas a sua gente para construir o Novo Mundo

Referências bibliográficas

FAGE, J. D. "A evolução da historiografia em África". In *História Geral da África*. São Paulo: Ed. Ática / UNESCO, 1982.

_____. *História da África*. Lisboa: Edições 70, 1995.

NIANE, D. T. "Relações e intercâmbios entre várias regiões". In: NIANE (org). *História Geral da África. Vol. IV. A África do século XII ao século XVI*. São Paulo: Ática/UNESCO, 1985.

THORNTON, John. *África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2004.

Leitura complementar

OLIVEIRA, Rodrigo Lopes de Barros. *Derrida com Macumba: o dom, o tabaco e a magia negra*. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Literatura na Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

O caso do tabaco é um bom exemplo para compreendermos os laços comerciais entre europeus e africanos. O texto do Oliveira é uma boa dica para nossas reflexões.

Disponível no site:

http://www.tede.ufsc.br.br/tedesimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=472.

FERREIRA, Roquinaldo. “Biografia, mobilidade e cultura Atlântica: a micro-escala do tráfico de escravista em Benguela, séculos XVIII – XIX”. In *Tempo*, nº 20, pp. 25-49.

Disponível no site: WWW.casadasafricas.com.br.

AULA 10: A TRAVESSIA DA KALUNGA GRANDE: OS AFRICANOS NO BRASIL

Introdução

Quando estávamos prontos para embarcar, fomos acorrentados uns aos outros e amarrados com cordas pelo pescoço, e assim arrastados para a beirado mar.

O navio estava a alguma distância da praia. Nunca havia visto um navio antes e pensei que fosse algum objeto de adoração do homem branco.

Imaginei que seríamos todos massacrados e que estávamos sendo conduzidos para lá com essa intenção. Temia por minha segurança e o desalento se apossou quase inteiramente de mim.

Uma espécie de festa foi realizada em terra firme naquele dia.

Aqueles que remaram os barcos foram fartamente regalados com uísque e, aos escravos, serviam arroz e outras coisas gostosas em abundância.

Não estava ciente de que esta seria minha última festa na África.

Não sabia do meu destino. Feliz de mim que não sabia. Sabia apenas que era um escravo, acorrentado pelo pescoço, e devia submeter-me prontamente e de boa vontade, acontecesse o que acontecesse. Isso era tudo quanto eu achava que tinha o direito de saber."

Mahommah G. Baquaqua

Este foi o testemunho do africano escravizado Mahommah Baquaqua, que teve seu livro publicado em 1854. A partir desse depoimento, refletiremos sobre a experiência da escravização e como esta contribuiu para a reconstrução de identidades e a construção do Novo Mundo.

Podemos compreender o processo de escravização como um longo rito de passagem para o africano que seria levado para o Novo Mundo. Este marcado pela violência e mudança de estatuto do ser que foi escravizado.

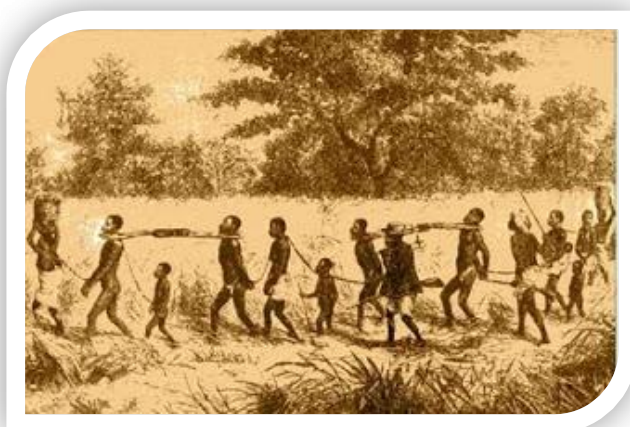
Assim sendo, quais foram as etapas desse processo?

Em sua terra natal, os africanos eram capturados, transformados em cativos e vendidos a corretores africanos, como vimos nas aulas anteriores. Depois, as “cargas” eram levadas para as principais cidades costeiras do continente acompanhadas pelos pombeiros – nome dados aos mercadores que efetuavam esse transporte.

A viagem variava de acordo com a distância entre o local da captura e o da venda. Conforme o produto foi escasseando nas regiões próximas ao litoral, a partir do século XVIII e início do século XIX, as capturas passaram a ocorrer no interior o que resultava em semanas de viagem até os portos do litoral, para o embarque. (LOVEJOY, 2002, pp. 125-130)

A mortalidade era alta, pois as distâncias entre o local da captura para os locais de venda eram feitas a pé, conforme veremos na gravura a seguir. Estavam sempre amarrados a outros companheiros de cativeiro pelo pescoço. Recebiam pouca comida e os ferimentos, que geralmente não eram tratados, encurtavam o tempo de vida.

Transporte de escravos com forquilha



<http://ricardostumpf.blogspot.com.br/2012/07/a-manilha-e-o-libambo-i-senegambia.html>, acesso em 10/10/2012.

Ao chegar às cidades costeiras, os escravos eram colocados em barracões próximos às feitorias europeias e lá eram comprados por negociantes europeus e brasileiros. Essa compra dependia das negociações entre as elites africanas e os traficantes europeus e brasileiros. Como a travessia do Atlântico não era barata, os traficantes esperavam ter o número suficiente de escravos para lotar os navios e só então realizar a viagem. Todavia, os comerciantes africanos vendiam apenas pequenos “lotes de escravos” para que pudessem garantir o maior lucro possível com a venda. Sendo assim, os africanos escravizados podiam esperar até três meses antes de embarcarem.

Durante o período de espera nas cidades costeiras, segundo Lovejoy, esses escravos viviam presos e eram constantemente vigiados. Chegada a hora da viagem, os africanos eram colocados nos porões das embarcações de médio porte que ficaram conhecidas como navios negreiros ou tumbeiros. Os destinos desses navios eram, principalmente, as diferentes colônias no Novo Mundo. (LOVEJOY, 2002, pp. 135-138)

1. A travessia da Kalunga Grande

Um dos momentos mais temidos pelos escravos era o do embarque. Em primeiro lugar, muitas sociedades africanas acreditavam que o mar separava o mundo dos vivos do mundo dos mortos; por isso, a viagem significava a perda da vida. Outros povos criam que os portugueses - e os europeus, em geral - eram canibais e que todos eles seriam devorados assim que entrassem no navio.

Quando a experiência do tráfico foi aumentando, os africanos escravizados sabiam que não morreriam (ao menos fisicamente) e que não seriam devorados; mas também sabiam que seu futuro seria duro e incerto, e que dificilmente retornariam à sua terra natal. Por isso, muitos africanos ainda realizavam uma última tentativa de fuga e alguns mais radicais chegavam a

cometer suicídio. Contudo, a maior parte dos escravizados era embarcada, levando consigo todos os seus medos. Eram obrigados, também, a dar voltas na chamada árvore do esquecimento, para esquecerem sua origem e, conseqüentemente, identidade.

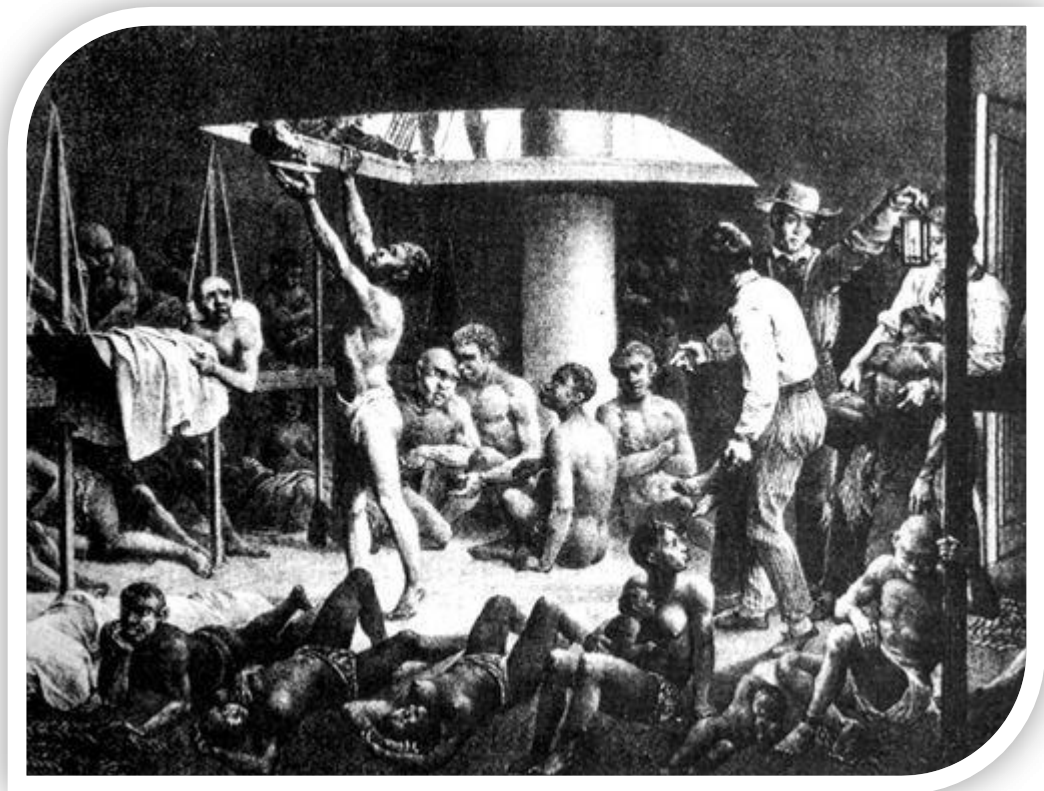
Os traficantes, na tentativa de obter cada vez mais lucro, empilhavam mais ou menos uns quinhentos corpos nos porões dos navios. Nesses porões, os escravizados passavam a maior parte da travessia amontoados uns nos outros, e presos pelos pés ou pelos braços. Como não havia espaço suficiente, os escravizados ficavam sentados durante boa parte da viagem ou revezavam as poucas esteiras que existiam no navio.

Tomavam sol em pequenos grupos, na proa. Essa era uma medida que diminuía o índice de doenças tanto físicas quanto mentais dos escravos – que saíam da total clausura – mas também era um dos momentos mais tensos da viagem, pois a tripulação deveria vigiar atentamente os africanos para que não ocorresse nenhum tipo de revolta. Em algumas viagens, os escravos aproveitaram o momento do banho de sol para fazer motins, chegando inclusive a ferir e até mesmo a matar alguns integrantes da tripulação.

O banho de sol não era a regra. A maior parte da viagem era realizada nos porões onde eram vigiados e espancados. A dieta era rigorosamente controlada. Esta era uma forma de controle, pois minava a capacidade de resistência, principalmente nos primeiros quinze dias da viagem.

Ali, normalmente consumiam água salobra e se alimentavam apenas de farinha de mandioca, peixe ou carne seca e feijão, pois eram os únicos alimentos que não estragavam durante a viagem. Alguns africanos já embarcavam doentes e como as condições de higiene eram precárias cerca de um terço deles morria durante a travessia. Para evitar que as doenças se alastrassem ainda mais, os traficantes jogavam os corpos dos mortos no mar.

O Navio Negreiro de Rugendas



<http://mpenhahist.blogspot.com.br/2011/12/navio-negreiro-trouxe-malaria-para.html>, acesso em 10/10/2012.

Estimativas apontam que mais de 20% dos escravos embarcados morriam durante a travessia. Por isso, entre fins do século XVII e início do XIX, os traficantes introduziram algumas melhorias nas embarcações a fim de não perderem tantos escravos durante a viagem. (LOVEJOY, 2002, pp. 1140-145) Cuidar da saúde e da qualidade da carga tornou-se assim obrigação do capitão, que por essa razão permitia, por vezes, a circulação de pequenos grupos de africanos pelo convés dos navios. Homens e mulheres eram separados; barbeiros-cirurgiães cuidavam dos enfermos; e havia mais água doce nas embarcações. Embora a circulação e o banho de sol fossem recomendações médicas (pois evitavam doenças como o escorbuto), não há como negar a tensão

que marcava esse momento da viagem, pois eram nessas situações que os motins podiam ocorrer.

A introdução desses cuidados médicos não alterou os horrores e os traumas que marcaram a experiência da, a travessia atlântica até a sua extinção. No entanto, é importante ressaltar que, apesar de todo o horror, muitos africanos conseguiram construir laços de solidariedade durante a viagem.

A amizade construída entre esses africanos chegava a ser tão forte que existia uma palavra para defini-la: *malungu*. (SLENES, 1992, 50-60). Essa palavra tinha origem em diferentes línguas africanas, mas a experiência da travessia do Atlântico fez com que ela ganhasse um significado especial: companheiro de travessia. A força dessa amizade era tanta que alguns africanos conseguiram mantê-la depois da chegada ao continente americano.

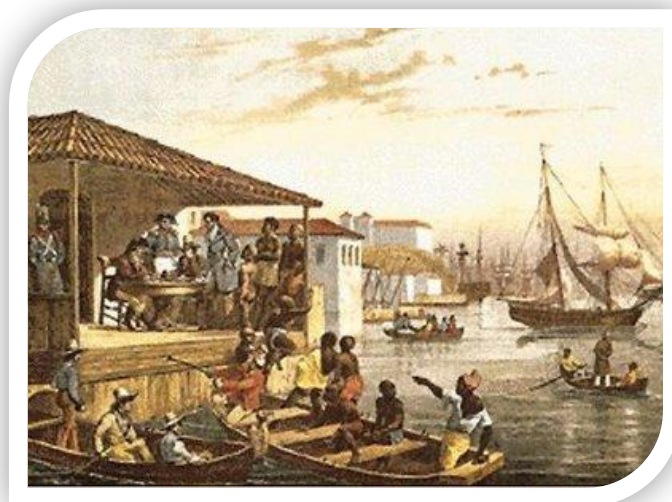
2. A chegada ao Novo Mundo

Tomemos como exemplo Valongo para compreendermos a chegada ao Novo Mundo de africanos cativos. O mercado de escravos que ficava situado na freguesia de Santa Ria, na cidade do Rio de Janeiro, foi o que recebeu o maior número de escravos em todo continente americano: entre 1769 e 1831, cerca de 1 milhão de africanos escravizados desembarcaram ali antes de rumar para outras localidades do Brasil.

Assim que aportavam, os navios negreiros ou tumbeiros passavam pela Alfândega, local onde os traficantes deveriam pagar os tributos sobre todos os africanos maiores de 3 anos. Em seguida, os africanos passavam por uma inspeção do médico da Saúde, e caso fosse diagnosticada alguma doença, o africano era enviado para um período de quarentena em uma das ilhas da baía de Guanabara, e só depois de recuperado seria enviado ao mercado do Valongo.

Aqueles que não tivessem contraído doenças graves, ou então já tivessem cumprido a quarentena, eram levados aos armazéns e galpões que compunham o mercado do Valongo, conforme gravura a seguir.

Desembarque no mercado do Valongo



<http://pfdrastramar.wordpress.com/2008/07/29/fazendas-parte-1/>,

acesso em 10/10/2012.

A travessia atlântica deixava a grande maioria dos africanos não só doente, mas também com uma péssima aparência, devido às más condições, como já vimos. Por isso, embora cada armazém chegasse a comportar 400 africanos que muitas vezes dormiam amontoados uns nos outros, os comerciantes preocupavam-se em tornar boa a aparência de sua “carga”.

Os africanos passavam por inspeções médicas, no mercado, normalmente realizadas por barbeiros-cirurgiões negros, que também cortavam seus cabelos e tentavam esconder possíveis deformidades. A vacina contra a varíola era dada em alguns, mas essa era uma decisão que cabia aos comerciantes, já que aumentava o preço do escravo. Também ofereciam os primeiros ensinamentos do catolicismo junto com algumas palavras em português (SOARES, 2007, pp. 132-140).

No Valongo os africanos recebiam uma muda de roupa feita de algodão grosseiro, e aqueles que se comportassem bem chegavam a ganhar tabaco e rapé. A dieta base dos africanos era pirão de farinha de mandioca e angu de

fubá, servida com pequenas porções de carne seca e feijão preto duas vezes ao dia. Aqueles que haviam contraído escorbuto recebiam frutas e legumes frescos. Quando finalmente estavam recuperados, os comerciantes faziam anúncios nos principais jornais da cidade.

Os compradores se dirigiam aos armazéns do Valongo e faziam suas próprias inspeções a fim de não serem enganados. Além de examinar os dentes e o fundo dos olhos, os futuros compradores também pediam aos africanos que pulassem e caminhassem para avaliar suas reais condições físicas.

A efetivação da venda representava, uma vez mais, o rompimento de laços identitários e familiares desses africanos escravizados. Em muitos casos, as famílias que haviam embarcado juntas ainda na costa africana eram desfeitas, bem como os companheiros de travessia.

Habitados às relações sociais desiguais que marcavam suas próprias sociedades na África, escravos chegados se viam assim na necessidade de continuar a lidar com tais redes de domínio, reconstruindo, a todo momento, seu mundo no Novo Mundo.

3. Africanidades: identidades reconfiguradas

Ao mesmo tempo em que tiveram de construir um Novo Mundo, precisaram se reconstruir. A identidade criada pelos africanos na América, a partir dos costumes que trouxeram da África, foi fruto da experiência que tiveram durante a escravidão. Na verdade, esse processo de (re)construção das inúmeras identidades africanas foi um dos elementos fundamentais não só para amenizar as dificuldades da vida em cativeiro, mas também na luta dos escravos contra a escravidão. Ela alimentou, por exemplo, a formação de famílias, a criação das redes de compadrio e até mesmo a articulação de revoltas. (MINTIZ, PRICE, 2003, 35-57)

No caso da História da escravidão no Sudeste do Brasil, por exemplo, havia a predominância de escravos bantos. Tal fato acabou por permitir uma progressiva aproximação entre homens e mulheres originalmente separados em povos distintos em seu continente de origem.

É o que mostra o padrão de moradia desses escravos. Muitas das senzalas da região eram, na realidade, pequenas cabanas feitas de pau-a-pique e cobertas com palha, nas quais viviam entre cinco e dez pessoas. Algumas delas mantinham padrões arquitetônicos encontrados na região centro-ocidental da África, como o teto baixo e a ausência de janelas, enquanto outras apresentavam técnicas de construção aprendidas com povos indígenas.

Compartilhando uma mesma concepção de moradia, diferente daquela dos povos locais e ainda dos escravos oriundos de outras regiões, esses escravos podiam, na América, perceber seus pontos de ligação. O mesmo se pode dizer sobre o modelo de família adotado por esses escravos.

Longe de simplesmente aceitar a lógica de formação de famílias segundo o modelo ocidental (a família nuclear composta pelo casal e seus filhos), os africanos e crioulos escravizados conseguiram desenvolver uma ideia de família muito próxima daquela encontrada em diferentes regiões africanas: a família extensa.

Já que os laços de parentesco originais haviam sido rompidos pelo processo de escravização, muitos cativos encontraram no apadrinhamento uma forma eficaz e legítima (aos olhos dos senhores, da Igreja Católica e do Estado) de reconstruírem suas redes de parentesco. Mais uma vez, era assim o fato de que compartilhassem certas noções sobre o modo de estruturação das relações de compadrio e parentesco, originárias de suas culturas de origem, que permitiu que africanos procedentes de diferentes povos fizessem desses costumes em comum um meio de articular suas identidades.

No Brasil, esse tipo de associação africana não era legalmente permitida, foram outras, no entanto, as formas de configuração dessas redes de identidade e diferença entre os escravos. Impedidos de expressar institucionalmente tais

identidades, os africanos buscaram na religião um meio de afirmar suas redes de solidariedade e diferenciação.

No candomblé, por exemplo, os membros de um mesmo terreiro ou casa são considerados irmãos, pois são todos filhos da mesma mãe ou pai-de-santo responsável por seu processo de iniciação. Desse modo, cada terreiro de candomblé acaba por se vincular não só ao culto de um orixá ou santo determinado, mas também a um grupo africano específico – ajudando, com isso, a dar forma às diferentes identidades africanas no Brasil.

O mesmo tipo de diferença se expressa comumente em outro tipo de manifestação religiosa dos africanos escravizados no Brasil: a participação nas Irmandades Negras.

A História das irmandades religiosas remonta à Idade Média, período no qual devotos de determinados santos criaram, com o aval da Igreja Católica, organizações cujo principal objetivo era fazer caridade e ampliar a fé cristã. Seguindo estes mesmos preceitos, foram criadas na América Portuguesa as chamadas irmandades negras.]

A grande diferença dessas irmandades estava na condição de seus membros (a maioria eram escravos e/ ou libertos) e o fato delas adorarem santos negros, como Nossa Senhora do Rosário, Santos Elesbão, Santa Ifigênia e São Benedito. Muitos senhores e a própria Igreja Católica viam com bons olhos a formação das irmandades negras, pois acreditavam que essa era mais uma forma de controlar a população escrava e liberta, já que esses homens negros passariam a compartilhar a mesma religião que seus proprietários ou ex-senhores, religião essa que defendia a escravização de negros crioulos ou escravos.

Contudo, embora tivessem a mesma fé religiosa que seus senhores, as irmandades negras foram importantes espaços de sociabilidade para negros cativos e alforriados.

Os membros de uma mesma irmandade, conforme o historiador João José Reis (1997) criavam laços de amizade, parentesco e, sobretudo,

solidariedade: muitas vezes, o padrinho de um recém-nascido era escolhido dentro da irmandade de que os pais da criança faziam parte.

Casamentos entre escravos ou de cativos com libertos também ocorriam dentro dessas organizações. As irmandades negras ainda garantiam um enterro e um cortejo fúnebre digno para todos os seus membros. Significativamente, em muitos casos tais irmandades negras eram formadas justamente por africanos escravizados da mesma origem.

Escravos e libertos angola ou congo se reuniam e formavam uma irmandade, reforçando assim identidades justificadas por proximidades culturais que tinham sua base no outro lado do Atlântico. Conseguiram, com isso, dar forma a identidades que tiveram papel importante na luta pela liberdade de muitos escravos – pois diversos escravos africanos e crioulos conseguiram obter sua liberdade graças à poupança feita por seus “irmãos” de credo.

Percebemos, assim, como substratos de uma pretensa identidade africana eram relidos na experiência do cativo. Ao mesmo tempo em que criava redes de solidariedade, no entanto, esse processo afirmava também diferenças.

Concluindo

Vimos nesta aula que a travessia da Kalunga Grande foi parte do processo que teria como consequência a reconfiguração de identidades africanas no Novo Mundo. As Irmandades de negros é um caso exemplar. Conflitos que haviam sido travados no outro lado do Atlântico eram carregados na travessia e se faziam presentes no cotidiano do sistema escravista, onde era possível encontrar irmandades formadas por angolas que não aceitavam negros mina em sua corporação, ou então não permitiam que os crioulos (negros nascidos nas Américas) pudessem ocupar cargos de destaque.

Observa-se então, por um lado, que as identidades africanas reconfiguradas nas Américas (de modo geral), e no Brasil (de modo mais específico), partem de traços culturais que, na África, eram comuns a todos os grupos, não servindo para diferenciá-los – fazendo deles a base novas identidades. Por outro, esse processo acabou por definir, entre os africanos, diferenças baseadas nos padrões e comportamentos próprios aos africanos oriundos de regiões específicas do continente, que muitas vezes entravam em choque com outros “padrões africanos”. Uma vez mais, estamos tratando de múltiplas Áfricas, não importando tanto de qual lado do Atlântico estamos falando.

Referências bibliográficas

LOVEJOY, P. “A organização do tráfico de escravos (1600-1800)”. In: LOVEJOY, Escravidão na África. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, 2, 3, 1997, 7-33.

SLENES, Robert W. “Malungo, Ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil”. *Revista USP*, 12, 1991/1992, 48-67.

SOARES, Mariza Carvalho, “Nações e grupos de procedência no Atlântico escravista”. In: *Da África ao Brasil, Vitória, Flor e Cultura*, 2007, pp. 131-157.

MINTZ, Sidney e PRICE, Richard, *O nascimento da cultura afro-americana*, Rio de Janeiro, Pallas, 2003.

PATTERSON, Orlando e Igor Kopptoff *Slavery and Social Death. A Comparative Study*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982.

Capítulo 4:

O nazismo na Europa das décadas e 1930 e 1940

Autores: Alcidésio de Oliveira Jr e Eduardo Ferraz Felipe

O nazismo na Europa nas décadas de 1930 e 1940

AULA 01. Para começo de conversa...

1. Um mundo que acorda de um pesadelo

A alteração de cenário experimentada pelo mundo europeu após a **Grande Guerra Mundial** (1914-1918) legou a sensação de incerteza àqueles que a presenciaram. Levados às ruas para vivenciar um mundo em transformação, puderam notar que a confiança sobre a qual se construiu o longo século XIX estavam ruindo. A Europa que acordou, após 1918, da destrutiva Grande Guerra tinha plena certeza de que nada mais seria como antes. O escritor **Paul Valéry** (1871-1945), em seu ensaio *A crise do espírito*, publicado em 1919, fez observação ilustre acerca da fragilidade das culturas em face da capacidade humana de autodestruição: “Nós, civilização, sabemos agora que somos mortais”. Nas imagens que foram registradas no período da guerra, destaca-se o clima de permanente tensão, de preparação para a destruição e de fervor nacionalista.



Figura 1: Soldado alemão prestes a ir para o campo de batalha, em 1916.

A chamada “paz armada” contribuiu para o aumento da tensão entre as grandes nações europeias. Além dela, o nacionalismo, que foi se desenvolvendo ao longo do século XIX e os conflitos de interesses em relação à partilha da África e da Ásia resultaram em confronto que seria até então difícil de ser imaginado, em extensão e duração.

A Guerra, iniciada formalmente após o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando (1863-1914), levou a Europa ao limite de sua capacidade de destruição, nunca antes visto no Velho Continente. Junto a ela, a Revolução Russa, de 1917, ajudou a abalar o orgulho burguês, liberal e capitalista, com sua pretensão de auge civilizacional, e construiu uma nuvem de instabilidade onde antes havia excessiva confiança nos valores da ciência do século XIX.



O assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando, em 1914.

Disponível em: <http://www.firstworldwar.com/features/mountainfury.htm>. Acesso: 28 jun 2012.

Após a Grande Guerra, o otimismo e a confiança do mundo europeu novecentista estavam radicalmente abalados pelo conflito brutal de quatro anos. Uma Guerra que mudou radicalmente a estrutura econômica e política internacional teve também impactos diretos sobre a sensibilidade europeia; basta lembrar que foi após ela que o escritor **Walter Benjamin** (1892-1940), em seu texto *Experiência e pobreza*, de 1933, afirmou que os soldados voltavam “emudecidos” do campo de batalha. A Europa parecia ter acordado de um pesadelo. A Grande Guerra colocou em julgamento três conceitos fundamentais que serviram de referência para o século XIX: o de **absoluto**, o de **civilização** e o genérico **sujeito liberal**.

No intervalo entre as duas Grandes Guerras, o mundo que havia sido construído pela cultura da *Belle Époque* (1890-1914) parecia ter se esfacelado. Os

historiadores criaram expressões contrastantes para caracterizar esse período: “paz ilusória”, “paz frustrada” (Jean-Baptiste Duroselle); “turbulência europeia” (René Girault); “arranjo de transição” (Adam Watson); “era de catástrofe” (Eric Hobsbawm), dentre outras.

Estava posta uma grande tarefa, que incluía duas ações simultâneas: alinhar arranjos de paz e propor um desmonte menos traumático do mundo liberal edificado no século XIX. Cenário propício à emergência de novos **nacionalismos** em várias regiões da Europa, além de críticas radicais ao **Estado liberal**.

O terreno movediço do período entre guerras foi marcado pela disputa entre as forças políticas vitoriosas, visando garantir a permanência do regime democrático, de um lado, e as alternativas totalitárias, como o fascismo, de outro. Tudo isto permeado por uma crise econômica sem precedentes.

No plano cultural, vivenciaram-se os **anos eufóricos**, período em que a experiência do tempo esteve radicalmente vinculada à valorização do presente fugaz e impreciso, com experimentações culturais, como o *jazz* e o cinema, por exemplo.

Essas mudanças tiveram consequências impactantes: o otimismo da *Belle Époque* deu origem à desconfiança; o cosmopolitismo foi sucedido pelo protecionismo econômico (principalmente após a crise de 1929); o liberalismo foi sucedido por movimentos totalitários; e o **Tratado de Versalhes** (1919), responsável por organizar a paz, foi a principal semente de conflito entre as potências.

Nesse contexto de crise política, marcado pela inflação e pelo desemprego, as democracias liberais – que, ao fim da Primeira Guerra, pareciam ter triunfado – ficaram fragilizadas.

Fique atento...

Em 1919, nos EUA, foi aprovada uma lei que proibia o consumo de bebidas alcoólicas. De modo inusitado, abriram-se muitas casas noturnas clandestinas em que essas bebidas eram vendidas, embaladas pela música do jazz. Isso ajudou a popularizar o ritmo nos EUA e, ao longo da década de vinte, na Europa, com a presença do grande número de turistas americanos em Paris. O jazz era a música rápida e improvisada que expressava os novos tempos.

Elas foram contestadas pela força crescente dos partidos comunistas em vários países bem como por movimentos de extrema direita, que rejeitavam tanto a democracia parlamentar quanto o comunismo.

Ao longo da década de 1920 e 1930, regimes autoritários de naturezas diversas consolidaram-se em países do mundo todo: Itália, Portugal, Hungria, Alemanha, Espanha, Japão, Grécia, Polônia, Romênia e, inclusive, o Brasil. Destes, o fascismo italiano, iniciado com a Marcha sobre Roma, em 1922, foi a primeira expressão de um sistema político ditatorial baseado na rejeição da democracia liberal e do socialismo.

Os regimes autoritários militarizaram-se; por meio de uma ampla aliança, Itália e Alemanha entraram em choque violento contra as democracias liberais europeias. Após a invasão da Polônia, ocorrida em 1939, desencadeou-se a **Segunda Guerra Mundial** (1939-1945), vencida pelas democracias liberais aliadas ao comunismo soviético.

Esse será o cenário sobre o qual se desenvolverá a nossa disciplina. As mudanças geradas pela Grande Guerra serão o ponto de partida para o entendimento desse **admirável mundo novo** que se descortina com o **breve século XX**. Nessa ampla gama de tensões e ambiguidades, nossa disciplina irá privilegiar o estudo do nazismo e das transformações culturais e políticas que propiciaram o seu surgimento na Alemanha.

O nazismo é o principal tema desta disciplina; por essa razão, estreitaremos os laços que unem esse passado e o nosso presente. Este tema não é algo morto. Pelo contrário! A ascensão dos regimes de extrema direita na Europa foi um problema do passado e ainda é uma grande questão para ser debatida no presente.

Nas últimas eleições francesas, por exemplo, a terceira candidata mais votada foi Marine Le Pen, pelo **Partido da Frente Nacional**, que prega a restrição à entrada de imigrantes e que tem forte fervor nacionalista.

Assim sendo, quais são os elementos que permitem fazer a ligação entre essas pregações políticas com aquelas do **Partido Nacional Socialista dos**

Trabalhadores Alemães? O que os separam? Procederiam historicamente os epítetos dados a ela, de “fascista” e mesmo de “neonazista”?

Esta disciplina abordará também um tema constante nas mídias atuais: a crise do sistema financeiro internacional. Com semelhanças e distanciamentos, muitas foram as comparações entre a crise de 2008 e a crise de 1929. Permitem aproximações tanto pela crise do liberalismo econômico, quanto pela crise do Estado liberal.

As diferenças se encontram no fato de que a crise recente foi totalmente ocorrida no mercado financeiro. Mas a última crise econômica teve sensíveis implicações políticas, principalmente por deflagrar as dificuldades ao projeto político da União Europeia. Quais as relações dessas crises? O que possibilitaram política e socialmente?

Serão esses os percursos de nossa disciplina. Tencionamos, por meio dela, entender melhor os problemas enfrentados pelo liberalismo e a situação de crise vivenciada pela cultura ocidental tanto no passado quanto no presente. Talvez assim possamos encontrar melhores e mais profundos argumentos para debater problemas antigos buscando novas alternativas culturais, políticas e econômicas.

Para saber mais:

1) Para aprofundar no assunto das similaridades e diferenças entre a crise de 1929 e a crise de 2008, deixamos o convite para que leia o artigo do Prof. Dr. Frederico Mazzucchelli, na *Revista Cebrap*, que pode ser encontrado no *link*:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000300003.

Fique atento....

O impacto da crise financeira de 2008 foi tão intenso que gerou questionamentos profundos acerca do futuro da União Europeia, principalmente sobre a permanência ou não da Grécia neste grande bloco político-econômico.

Escrito por um economista, o artigo parte da crise de 2008 e de seus reflexos, que podem ser sentidos até hoje, buscando sugerir o que pode ser encontrado de solução em comum com a crise de 1929.

Aproveite!!!

2) Para se aprofundar no assunto da ascensão da extrema direita na França e o quantitativo da votação para do partido nacional, leia:

<http://www.portugues.rfi.fr>

Aproveite!!!

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. *In: Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

HARTOG, François. *Régimes d'historicité: présentisme et expériences du temps*. Paris: Éditions du Seuil, 2003.

HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

RÉMOND, René. *O século XX: de 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1994.

TEIXEIRA, Francisco Carlos. Os fascismos. *In: REIS, Daniel Aarão (Org.). O século XX: tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

AULA 02: O século XIX europeu e as condições para a Primeira Guerra Mundial

Introdução

Como esta disciplina visa a oferecer uma narrativa coerente das causas, curso e consequências do nazismo, procuramos identificar seus antecedentes no século XIX e refletir acerca da história do impacto do nazismo e seu lugar na memória pública até o final do século XX. Os horrores sem precedentes do holocausto e as obsessões raciais nazistas sugeriram aos relatos iniciais sobre o Terceiro Reich que o nazismo seria carente de qualquer explicação racional. Mas cabe a nós, historiadores, explicar sua terrível lógica própria.

Escrever a história implica interpretação, seleção dos fatos e análise de documentos. E a política proporciona a chave para compreensão do nacional-socialismo. Claro que toda interpretação está fadada a gerar alguma controvérsia relacionada aos valores políticos utilizados e envolve o significado e a importância desses fatos selecionados.

Os motivos políticos por trás das interpretações do nazismo envolvem as controvérsias sobre a natureza do nacional-socialismo. São três: a primeira se refere à localização do nazismo no espectro político. Em nossa visão, o nazismo é um movimento de direita, a extremidade conservadora do espectro. Ele é uma variante radical do fascismo, que pode ser entendido como movimento pela regeneração nacional que surgiu em muitos países para compensar a ameaça percebida do **comunismo** e da **democracia liberal** nas décadas de 1920 e 1930.

A segunda controvérsia pode ser compreendida como a questão do *sonderweg* (excepcionalismo) alemão. De um lado há os que acreditam que a civilização alemã era por demais desenvolvida e o nazismo foi um evento isolado, pontual. De outro lado estão os que consideram o nazismo como uma consequência *natural* desse avanço da *civilização* alemã. Para nós, o curso da história alemã é essencial para compreender as origens do nazismo e sua ascensão ao poder.

Em terceiro lugar está a discussão, ainda presente atualmente, sobre se o nazismo deve ser compreendido como reação contra as forças da modernidade (industrialização, democratização, racionalização, urbanização, secularização) ou como manifestação e radicalização dessas mesmas forças. Estamos convencidos de que o nacional-socialismo é um movimento reacionário.

Tendo esclarecido esses três pressupostos de nossa análise sobre o nazismo, utilizaremos a metáfora da árvore para explicitar que ele tem duas *raízes*, uma profunda e outra não. A primeira data pelo menos da segunda metade do século XIX; a segunda raiz iniciou-se com o período imediatamente após a Primeira Guerra Mundial. Trataremos nesta aula e na próxima das raízes históricas profundas do nazismo, deixando para a quarta o contexto mais imediato de ascensão do nazismo.

1. Unificação da Alemanha

Até a segunda metade do século XIX, a Alemanha não era um país unificado: era um território fragmentado em inúmeros Estados. O comércio e o desenvolvimento econômico, na visão da **burguesia industrial**, estavam prejudicados devido a essa fragmentação política. A presença de diferentes moedas e leis e as barreiras alfandegárias, dentre outras causas, estariam impedindo a criação de um mercado nacional para seus produtos. Entende-se, dessa forma, o motivo de a Prússia – o Estado mais industrializado e com a burguesia industrial mais forte – ter sido o mais empenhado na unificação.

A Prússia liderou o processo de conquista da unidade territorial e política, usando para isso uma prática agressiva, que a levou à guerra contra Estados vizinhos. Otto Von Bismarck (1815-1898), primeiro-ministro, iniciou guerras contra a Dinamarca (1864), a Áustria (1866) e a França (1870). A vitória nessas guerras, dentro do processo de unificação, garantiu a anexação de territórios, entre eles a região da Alsácia-Lorena, rica em ferro e carvão, até então pertencente à França. Com isso, o rei da Prússia foi coroado imperador do **II Reich**, em 1871.

A construção do mundo liberal, em termos de suas relações internacionais, foi pautada nos valores da hegemonia e do equilíbrio das nações europeias. Há dois marcos fundamentais nesse processo no século XIX: o primeiro é o ano de 1815, quando as decisões do **Congresso de Viena** (que redefiniu o mapa europeu baseado na legitimidade e na estabilidade das possessões anteriores às invasões napoleônicas) configuraram uma nova ordem internacional, e seus signatários, tendo por base o **Concerto Europeu** (equilíbrio político e de poder entre as nações europeias da Áustria, Grã-Bretanha, Império Russo e Prússia), expandiram essa doutrina para todo o mundo. O segundo dos marcos foi o surgimento do Império alemão entre os anos de 1870 e 1880. Segundo o historiador de relações internacionais Amado Cervo, "a partir dele, houve retorno ao protecionismo e o aumento da concorrência internacional e nova corrida colonial" (2001, p. 60).

Saiba mais...

O **I Reich**, ou Primeiro Império Alemão, chamado também de Sacro Império Romano-Germânico, foi construído por Oton I e durou de 962 até 1806, com a morte de Francisco II. O **II Reich**, ou Segundo Império Alemão, durou de 1871 a 1918.

Ao fim do processo de unificação, o crescimento industrial do novo Estado alemão foi surpreendente, sobretudo nos setores siderúrgico, com destaque para a indústria Krupp (produtora de rodas de trens até à caminhões), e químico, em que se destacam as indústrias Hoechst e Bayer (produtoras de ácido sulfúrico, usado para explosivos, adubos e corantes). Em 1880, a indústria alemã já era uma das três maiores da Europa.

2. Nacionalismo

A ideia de nação surgiu com a formação dos **Estados Nacionais** na Idade Moderna. Neles, que em sua maioria eram absolutistas, a ideia de Estado era mais forte do que a de nação. No século XVIII, a Revolução Francesa derrubou o rei e proclamou que o povo era a nação. A partir daí surgiram diversos movimentos enquadrados como nacionalistas; neles, a palavra *nacionalismo* adquiriu sentidos diversos, como por exemplo, nas lutas: contra o absolutismo, como as revoluções de 1830 e 1848; pela independência política, como as

independências na América; pela modernização para garantir a soberania nacional, como a *Era Meiji* (1868-1912) no Japão; pela união e expansão territorial, como a *conquista do oeste* nos Estados Unidos da América; pela unificação nacional, como nos casos da Itália e da Alemanha. Mas o que havia em comum nesses movimentos nacionalistas, além do sentimento nacionalista e

Fique atento...

O **chauvinismo** tinha como base uma suposta superioridade moral, intelectual ou material de um povo. Outros povos eram tidos como sendo *bárbaros, inferiores, não civilizados, selvagens e atrasados*, sendo, assim, necessário submetê-los. Nesse período, manifestações de **xenofobia** passaram a ocorrer contra grupos étnicos minoritários (judeus, migrantes, ex-escravos).

patriótico de seus participantes, era a associação dos princípios liberais à concepção de nação. Nesses movimentos defendeu-se o **direito de autodeterminação** dos povos.

Naquele contexto do século XIX, um grupo humano se percebia como nação apesar da diversidade religiosa, linguística ou cultural, por seus membros se

identificarem como portadores de uma mesma

identidade nacional. Pode-se perceber que, quanto mais perto do final do século XIX, mais o nacionalismo se tornou agressivo. O crescimento econômico a qualquer preço, a formação de um exército bem armado e treinado, a exaltação dos heróis nacionais e a repressão aos opositores (considerados como *inimigos da pátria*) foram defendidos pelos governos, criando assim um patriotismo exaltado, exagerado e autoritário: o **chauvinismo**. O nacionalismo extremado acentuou as tensões políticas e a rivalidade econômica entre nações e grupos étnicos, conduzindo o mundo a um clima de guerra.

Documentos

“O objetivo da colonização é enriquecer sem escrúpulos e com decisão nosso próprio povo, à custa de outros povos mais fracos”.

(Carl Peters, alemão, conquistador de Tanganica, parte da atual Tanzânia)

3. Imperialismo e neocolonialismo

Visando construir grandes indústrias e modernizá-las regularmente, empresários buscaram arrecadar capital formando sociedades anônimas, com

ações vendidas e compradas em bolsas de valores, ou recorrendo a empréstimos bancários. Com isso, houve um período de grande expansão econômica entre 1848 e 1873. Esses grandes empresários industriais monopolizavam o mercado e impunham os preços; paralelamente a isso, poderosos banqueiros controlavam as finanças e as atividades produtivas investindo diretamente na indústria, na agricultura e no comércio.

O período subsequente, de 1873 até 1896, foi marcado por uma profunda depressão do capitalismo europeu, levando à emigração 70 milhões de alemães, irlandeses, italianos, espanhóis, poloneses, austríacos etc., sobretudo das regiões agrícolas desses países, sendo em geral pobres, analfabetos e sem qualificação profissional. Emigraram para América, a maior parte para os Estados Unidos.

Com a grande crise de superprodução desencadeada em 1873, os países europeus criaram barreiras alfandegárias. Grandes capitalistas europeus buscaram a criação de novos mercados consumidores de produtos industrializados e de novas fontes de abastecimento de matérias-primas. Além disso, buscavam locais para investir capital, realizando grandes investimentos, como construção de ferrovias, instalação de linhas de telégrafos e sistemas de irrigação. Ofereciam enormes empréstimos, muito acima da capacidade de pagamento dos países devedores. Endividados, os governos acabavam se sujeitando aos bancos e às empresas, ficando sob a dependência econômica e financeira das potências imperialistas.

A solução encontrada por essas potências foi a colonização da Ásia, da África e da América, levando-as a uma intensa disputa. Industriais e banqueiros, unidos e apoiados pelo governo de seus respectivos países, lançaram-se à corrida por colônias. Esse novo modelo de **colonialismo**, caracterizada por um **imperialismo** (política de dominação sob forma militar, política, econômica, cultural ou colonial de um Estado sobre um território) agressivo e competitivo, foi batizada de *neocolonialismo*. Frutos da Segunda

Documentos

“As raças superiores têm direito perante as raças inferiores. Há um direito porque há um dever para elas. As raças superiores têm o dever de civilizar as inferiores”.

(Jules Ferry, ministro francês, discurso de 1885)

Revolução Industrial, os Estados imperialistas usaram a força militar, arrasaram indústrias concorrentes e forçaram acordos comerciais em suas colônias.

Documentos

“Os recursos minerais e vegetais desses lugares maravilhosos são os mais importantes do mundo. Se pudermos dispor dos nativos para explorar essas riquezas, imensas fortunas recompensariam de imediato os esforços dos pioneiros. (...) Os esforços dos missionários contra o tráfico de negros terão mais êxito se forem acompanhados do desenvolvimento do comércio. Negociantes e missionários deveriam colaborar em vez de competir, como acontece frequentemente”.

(Cameron, V. L., *Através da África*, 1877)

Cientistas, intelectuais e governos da época defenderam a política imperialista como uma missão para *civilizar* as populações coloniais, consideradas *inferiores*. O imperialismo foi apontado como a melhor solução também para os problemas internos dos países, como o desemprego, a pobreza e a superpopulação.

A imprensa serviu para a divulgação dessas ideias, exaltando as conquistas coloniais, o que alimentava o orgulho nacionalista da população dos

países imperialistas.

As disputas coloniais levaram a tensões entre os países europeus imperialistas. Em 1884 e 1885 as nações europeias (Grã-Bretanha, França, Alemanha, Bélgica, Portugal, Espanha, Itália) mandaram representantes para se reunir em Berlim e decidir as

regras para partilha da África. Entre elas está o reconhecimento de posse apenas com a ocupação efetiva do território, provocando o acirramento da corrida colonial e intensificando a disputa pela maior quantidade possível de territórios.

Documentos

“Não se deve mais perder tempo, sob pena de ver as melhores posições, já raras, ocupadas por nações mais ousadas que nós”.

(Rei Leopoldo II, da Bélgica)

Documentos

“Raças superiores! Raças inferiores! (...) De minha parte, eu me oponho totalmente a essa afirmação desde que soube que os sábios alemães demonstraram cientificamente que os franceses são uma raça inferior aos alemães. Não, não há direito das nações chamadas superiores contra as nações chamadas inferiores. (...) A conquista que vocês defendem é o abuso puro e simples da força da civilização científica sobre as civilizações primitivas para apropriar-se do homem, torturá-lo e extrair toda a sua força em proveito do pretendido (suposto) civilizador”.

(George Clemenceau, discurso na Câmara de Deputados, 1885)

Entre 1884 e 1885, a Alemanha, por exemplo,

apoderou-se de territórios da África do Sudoeste, da Tanzânia e na costa oeste

da África, nos atuais Camarões e Togo. Em 1905, entrou em crise com a França pelo controle do Marrocos. Ela também conseguiu na China, em 1897, concessões políticas e comerciais (sobre seda, porcelana e chá). Na América, em 1902 interveio na Venezuela, produtora de petróleo, ferro, cacau, café e cobre.

4. Opressão e resistência

Na África, Ásia e América, as mudanças e modernizações da segunda metade do século XIX beneficiaram somente as elites e as classes médias urbanas. A maioria da população das cidades e da área rural, porém, vivia na miséria, sujeita à exploração e a condições de trabalho ruins, à falta de assistência, oprimidas e submetidas a abusos de autoridade da elite governante; estavam sujeitas às intempéries (como secas), à perda de terras e sendo injustiçadas. Esses povos resistiram como puderam ao domínio das elites e do estrangeiro.

Entre 1880 e 1914, a África, por exemplo, foi invadida, partilhada, dividida em cerca de quarenta unidades políticas, cujas fronteiras não levaram em conta a diversidade étnica ou a linguística. Devido a suas riquezas minerais, matérias-primas e produtos tropicais, as populações africanas sofreram com o trabalho forçado, impostos elevados, destruição dos costumes e das tradições, perda de terras, tratamento humilhante gerado pela discriminação racial e pela segregação imposta pelos colonizadores. Esquemáticamente, pode-se dizer que os africanos dedicaram-se a produzir o que não consumiam (cacau, borracha, tabaco, sisal, cobre, ouro e pedras preciosas) e a consumir o que não produziam.

Assim, pode-se entender o porquê dos levantes armados que ocorreram nesse período. Nesses levantes, os africanos foram massacrados pelas modernas armas europeias. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a situação se agravou: 2,5 milhões de africanos participaram do conflito como combatentes ou

Documentos

“Não vamos deixar a África para os pigmeus, quando uma raça superior se está multiplicando. (...) Esses indígenas estão destinados a ser dominados por nós. (...) O indígena deve ser tratado como uma criança, e o direito eleitoral lhe é proibido pelas mesmas razões do álcool”.

(Cecil Rhodes, inglês, fundador da Rodésia – atual

Zimbábue)

carregadores. O recrutamento forçado, a elevação dos impostos e a falta de alimentos provocaram numerosas rebeliões, fugas para o interior e automutilação.

Por outro lado, formaram-se outras resistências, como movimentos religiosos, com líderes messiânicos e profetas antieuropeus que pregavam a desobediência às autoridades brancas e alimentavam a esperança de uma sociedade livre da opressão estrangeira. A participação de africanos na Primeira Guerra Mundial teve efeitos: renovou a autoconfiança, permitiu conhecer as fraquezas dos europeus, rompeu regras e incentivou aspirações nacionalistas.

Conclusão

Podemos afirmar que as raízes profundas do nazismo encontram-se, pelo menos, no século XIX. A tardia unificação alemã, capitaneada pela burguesia, a íntima relação do imperialismo com o neocolonialismo e destes com a partilha da África e a consequente discussão sobre a *missão civilizadora* europeia e as questões envolvidas na discussão sobre *raça*, os impactos da modernização tecnológica e científica nas sociedades europeias e sua consequente Segunda Revolução Industrial, dando um *boom* na industrialização alemã, a depressão de 1873, diretamente ligada a essas inovações, e o desenvolvimento do nacionalismo são elementos que devem ser considerados para melhor compreensão do nazismo. Somam-se a esses fatores a **Paz Armada** e a *Belle Époque*, que serão discutidos na próxima aula.

Referências bibliográficas

CERVO, Amado Luiz. Hegemonia coletiva e equilíbrio: a construção do mundo liberal (1815-1871). In: SARAIVA, José Flávio Sombra (org.). *Relações internacionais: dois séculos de História. Entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947)* (vol. I). Brasília: Funag/Ibri, 2001. p. 59-105.

HOBSBBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

STACKELBERG, Roderick. *A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

Um olhar...

O historiador inglês Eric Hobsbawm chamou de “Era de Catástrofe” o período que se estendeu de 1914 até depois da Segunda Guerra Mundial (HOBSBAWM, 1995, p. 15). Em sua argumentação, ele salienta que a Primeira Guerra Mundial teria assinalado o colapso da civilização ocidental do século XIX. Assim ele justifica o nome dado ao período:

“Tratava-se de uma civilização capitalista na economia; liberal na estrutura legal e constitucional; burguesa na imagem de sua classe hegemônica característica; exultante com o avanço da ciência, do conhecimento e da educação e também com o progresso material e moral; e profundamente convencida da centralidade da Europa, berço das revoluções da ciência, das artes, da política e da indústria e cuja economia prevalecera na maior parte do mundo, que seus soldados haviam conquistado e subjugado; uma Europa cujas populações (incluindo-se o vasto e crescente fluxo de emigrantes europeus e seus descendentes) haviam crescido até somar um terço da raça humana; e cujos maiores Estados constituíam o sistema da política mundial.

Para essa sociedade, as décadas que vão da eclosão da Primeira Guerra Mundial aos resultados da Segunda foram uma Era de Catástrofe. Durante quarenta anos, ela foi de calamidade em calamidade. Houve ocasiões em que mesmo conservadores inteligentes não apostariam em sua sobrevivência. Ela foi abalada por duas guerras mundiais, seguidas por duas ondas de rebelião e revolução globais que levaram ao poder um sistema que se dizia a alternativa historicamente predestinada para a sociedade capitalista e burguesa e que foi adotado, primeiro, em um sexto da superfície da Terra e, após a Segunda Guerra Mundial, por um terço da população do globo. Os imensos impérios coloniais erguidos durante a Era do Império foram abalados e ruíram em pó. Toda a história do imperialismo moderno, tão firme e autoconfiante quando da morte da rainha Vitória, da Grã-Bretanha, não duraria mais que o tempo de uma vida humana – digamos, a de Winston Churchill (1874-1965).

Mais ainda: uma crise econômica mundial de profundidade sem precedentes pôs de joelhos até mesmo as economias capitalistas mais fortes e pareceu reverter a criação de uma economia mundial única, feito bastante notável do capitalismo liberal do século XIX. Mesmo os EUA, a salvo de guerra e revolução, parecem próximos do colapso. Enquanto a economia balançava, as instituições da democracia liberal praticamente desapareceram entre 1917 e 1942; restou apenas uma borda da Europa e partes da América do Norte e da Austrália. Enquanto isso, avançavam o fascismo e seu corolário de movimentos e regimes autoritários.

A democracia só se salvou porque, para enfrentá-lo, houve uma aliança temporária e bizarra entre capitalismo liberal e comunismo: basicamente, a vitória sobre a Alemanha de Hitler foi, como só poderia ter sido, uma vitória do Exército Vermelho. De muitas maneiras, esse período de aliança capitalista-comunista contra o fascismo – sobretudo as décadas de 1930 e 1940 – constitui o ponto crítico da história do século XX e seu momento decisivo. De muitas maneiras, esse é um momento de paradoxo histórico nas relações entre capitalismo e comunismo, que, na maior parte do século – com exceção do breve período de antifascismo –, ocuparam posições de antagonismo inconciliável. A vitória da União Soviética sobre Hitler foi uma realização do regime lá instalado pela Revolução de Outubro, como demonstra uma comparação do desempenho da economia russa czarista na Primeira Guerra Mundial com a economia soviética na Segunda Guerra. Sem isso, o mundo hoje (com exceção dos EUA) provavelmente seria um conjunto de variações sobre temas autoritários e fascistas, mais que de variações sobre temas parlamentares liberais. Uma das ironias deste estranho século é que o resultado mais duradouro da Revolução de Outubro, cujo objetivo era a derrubada global do capitalismo, foi salvar seu protagonista, tanto na guerra quanto na paz, fornecendo-lhe o incentivo – o medo – para reformar-se após a Segunda Guerra Mundial e, ao estabelecer a popularidade do planejamento econômico, oferecendo-lhe alguns procedimentos para sua reforma.”

(HOBSBAWM, 1995, p. 16-17)

AULA 03. A Belle Époque e Primeira Guerra Mundial

Introdução

Em 1914, a Europa mergulhou em um conflito de extensão inédita. O grande número de países envolvidos, a mobilização exigida das sociedades nacionais e a duração da guerra deram a ela um caráter trágico e transformador. As consequências foram desastrosas em diversos âmbitos: humanos, econômicos e diplomáticos.

O conflito alterou o mapa político da Europa e, em meio ao embate, ocorreu uma revolução socialista (a Russa) que questionou a primazia das democracias liberais. A guerra, que segundo a previsão de todos os Estados nacionais seria curta, aprofundou-se e atingiu todos os continentes com extrema violência. A guerra mobilizou cérebros, homens e economias, porém muitas de suas tensões foram gestadas em todo o século XIX, especialmente pela turbulenta relação entre imperialismo e nacionalismo, como você viu na aula 1.

Belle Époque e a “Paz Armada”

A expansão imperialista, a superioridade industrial e o poderio financeiro deram, ao fim do século XIX, a supremacia à Europa. Internamente, os países europeus gozavam de tranquilidade social e benefícios materiais propiciados pelo avanço tecnológico, o que levava essas sociedades a acreditar no progresso científico. Esse período, entre fins do século XIX e 1914, foi chamado de *Belle Époque*.

A exata determinação cronológica é difícil, pois a Belle Époque representa mais uma ambiência cultural do que um acontecimento político. Foi um período em que a França exportava valores e bens culturais associados ao florescimento do Impressionismo e da Art Nouveau. Além disso,



Figura 2 Cartaz de espetáculo no Moulin Rouge.

Fonte: Site oficial do cabaré: <http://www.moulinrouge.fr/>.

as marcas da modernização francesa tornavam-se mais intensas com a expansão dos cabarés – essa foi a época do famoso Moulin Rouge, construído em 1889 – e do aparecimento do cinema.

Esse clima era aparente, pois havia muitos pontos de conflito entre os países europeus. A perda da Alsácia-Lorena para a Alemanha, em 1871, não foi aceita pela França. Essa rivalidade foi agravada pelos confrontos militares entre franceses e alemães pela posse do Marrocos, em 1905, 1911 e 1912. A Alemanha havia superado a Inglaterra na produção de aço e ferro, na fabricação de máquinas, armamentos, navios e automóveis e na indústria química, tornando-se uma importante potência industrial.

O governo alemão planejou construir a ferrovia Berlim-Bagdá, dando acesso às populações orientais, interessado em conquistar o mercado consumidor do **Império Turco**. O imperador alemão tinha declarada pretensão expansionista na Europa, defendendo a união de todos os povos de língua alemã e proclamando suas ideias em favor da guerra. Essas ideias e o seu crescimento econômico ameaçavam os interesses da Inglaterra.

Por sua vez, o Império Turco enfrentava numerosos movimentos nacionalistas separatistas na região dos Bálcãs, o que o fez perder a Bósnia-Herzegovina para a Áustria-Hungria. O Reino da Sérvia planejou formar a “Grande Sérvia” ocupando territórios austríacos e turcos; o Império Russo se proclamou protetor das minorias eslavas (tchecos, croatas, búlgaros, macedônios e iugoslavos) e desejava os estreitos de Bósforo e Dardanelos.

Em suma, as razões que geraram os conflitos e as tensões entre os países europeus no início do século XX foram:

- o expansionismo territorial,

Fique atento...

O que chamamos de Império Turco-Otomano (1258-1922) era uma região que englobava o que se compreende hoje como o Oriente Médio e a Ásia Menor. Era caracterizado por um governo centralizado, regido pelas leis do Alcorão e formado por uma grande heterogeneidade de culturas e religiões. Após o fim da Primeira Guerra, esse império foi desfeito e surgiram vários países, como Iraque, Síria, a região da Palestina e a Turquia.

- a competição industrial,
- os movimentos nacionalistas separatistas e
- o revanchismo.

Uma consequência de gastos tão elevados [na produção de armamentos] foi a necessidade complementar de impostos mais altos ou de empréstimos inflacionários, ou de ambos. (...) O Estado se tornou essencial para certos setores da indústria, pois quem, senão o governo, constitui a clientela dos armamentos? Os bens que essa indústria produzia eram determinados não pelo mercado, mas pela interminável concorrência dos governos, que os faziam procurar garantir para si um fornecimento satisfatório das armas mais avançadas e, portanto, mais eficientes. (...) Contudo, a Guerra Mundial não pode ser explicada como uma conspiração de fabricantes de armas. (...) Não há dúvida de que a acumulação de armamentos, que atingiu proporções temíveis nos últimos cinco anos anteriores a 1914, tornou a situação mais explosiva. (...) Porém a Europa não foi à guerra devido à corrida armamentista como tal, mas devido à situação internacional que lançou as nações nessa competição.

HOBBSAWM, Eric J. *A era dos impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 427.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918)

A hostilidade entre os países levou à formação de dois blocos antagônicos: Alemanha, Áustria-Hungria e Itália, formando a Tríplice Aliança; opostos a Grã-Bretanha, França e Rússia, formando a Tríplice Entente. Como afirma José Sombra Saraiva, “a polarização das principais potências em dois blocos de poder antagônicos é a característica dominante das relações internacionais entre 1890 e 1914” (2001, p. 149). As potências visavam, com isso, se proteger, superar e intimidar seus rivais. Buscaram melhorar seu equipamento bélico: produção de fuzis, metralhadoras e canhões; aperfeiçoaram frotas de trens e navios; o serviço militar tornou-se obrigatório e fronteiras foram fortificadas.

O mapa da Europa, antes da Guerra, já mostrava sinais de que o ambiente era explosivo.



Mapa da Europa antes da Primeira Guerra Mundial

Fonte: <http://blog1guerra.blogspot.com.br>

Em 28 de junho de 1914, o assassinato de Francisco Ferdinando foi o estopim da anunciada guerra. Acusando a Sérvia de favorecer o atentado, um mês após a Áustria-Hungria declarou-lhe guerra, os pactos foram acionados e em uma semana seis países estavam em guerra; começava a Primeira Guerra Mundial.

Etapas da guerra

No primeiro ano de guerra houve modificações de posições, com os Estados nacionais conseguindo invadir trechos de outros países, mesmo que em dimensões pequenas. Entretanto, logo após o primeiro ano de conflito a Europa estava imersa em uma guerra de trincheiras: procurava-se vencer o inimigo lenta e progressivamente. A maioria dos combates ocorreu na Europa, mas a luta estendeu-se a outros continentes, havendo combates na Pérsia, na Arábia, nas colônias alemãs da África e nas ilhas do Pacífico.

Mulheres foram chamadas a trabalhar nas fábricas e em outras atividades nas cidades e nos campos para garantir o sustento das famílias. Mulheres também se alistaram como enfermeiras nos hospitais de campanha. Além delas, adolescentes, idosos, prisioneiros e habitantes das colônias participaram do esforço de guerra.

Conforme a guerra se prolongava, as dificuldades aumentavam: racionamento, falta de alimentos, aumento da jornada de trabalho nas fábricas, alta de preços, perdas materiais e humanas. Governos recorreram à propaganda em cartazes, revistas, jornais, livros etc., com imagens e frases encorajadoras, clamando pelo patriotismo dos cidadãos; apesar disso, foram se avolumando as deserções e motins contraoficiais.

Em 1917, a Rússia, retirou-se da guerra devido à Revolução Bolchevique. Antes da guerra, o Império Czarista Russo vivia um período de atraso tecnológico e industrial frente às outras nações europeias, como Inglaterra, França e Alemanha. A perda da guerra para o Japão, em 1904, foi um indício de que o Império precisava modernizar-se e acirrou os ânimos contra o imperador. Em 1905, houve uma revolução interna contra o imperador, com a morte de muitos operários clamando por mudanças sociais. A

Primeira Guerra Mundial deflagrou os problemas internos do Império, como a profunda desorganização militar, a fome e a atrasada estrutura político-organizacional do país. Os grupos de bolcheviques e mencheviques, já em fevereiro de 1917, conseguiram derrubar o czar. Em outubro, liderada por Lênin, a Revolução Bolchevique instalou um governo socialista.

Nesse mesmo ano, submarinos alemães atacaram navios mercantes norte-americanos que levavam suprimentos aos aliados, provocando a declaração de guerra dos Estados Unidos da América à Alemanha. Entraram na

Fique atento....

As revoluções russas, como afirma o historiador Daniel Aarão Reis, representaram um longo processo que transformou a Santa Rússia Imperial Czarista do período entre 1905 e 1922 em União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A Revolução Bolchevique, ocorrida em 1917, foi uma dessas revoluções.

Guerra ao lado dos Aliados o Japão, a Itália, a Romênia, a Grécia, Portugal e os Estados Unidos. Do lado das potências centrais entraram o Império Turco e a Bulgária. Com pesadas derrotas e revoltas da própria população, esgotada pela guerra, em 1918, o imperador alemão renunciou. A república alemã foi proclamada, e o novo governo declarou cessar-fogo, terminando a Primeira Guerra.

Consequências da Primeira Guerra Mundial

A guerra deixou profundas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais. Visando à garantia do fornecimento de armas, munição e suprimentos aos soldados e o abastecimento da população civil, os governos passaram a dirigir a economia, passando a aumentar também as importações de carvão, ferro, nitrato, alimentos e tecidos. Para custear as despesas da guerra, contraíram grandes dívidas, sobretudo com os Estados Unidos da América, o maior credor dos aliados. O mapa europeu apresentou mudanças.



Mapa europeu após a Primeira Guerra Mundial.

Fonte: <http://blog1guerra.blogspot.com.br>

Entre 9 e 10 milhões de mortos, cidades destruídas, regiões agrícolas devastadas, enormes dívidas de guerra: esse era um balanço geral da guerra. Para a Alemanha, em particular, 1919, foi imposto o Tratado de Versalhes, que firmou a paz, considerando a Alemanha culpada pela guerra e impondo a ela pesadas condições, como a perda de colônias na África, de parte de seu território, desmilitarização e pagamento de alta indenização aos aliados. As imposições do tratado agravaram a crise na Alemanha, favorecendo a ascensão do nazismo na década de 1930. Os grandes impérios da Alemanha, Áustria, Turquia e Rússia acabaram, formando novos países na Europa e Oriente Médio. Os Estados Unidos saíram da guerra como maior potência capitalista, fazendo com que os países europeus perdessem a supremacia mundial.

Os governos aliados e associados afirmam e a Alemanha aceita a sua responsabilidade e a dos que lutaram a seu lado por ter causado todas as perdas e prejuízos que os governos aliados e seus associados sofreram, assim como seus habitantes, em consequência da guerra, imposta a eles pela agressão da Alemanha e dos que lutaram a seu lado.

Tratado de Versalhes, 1919, art. 231.

O pós-guerra

O Tratado de Versalhes suprimiu as propostas contidas nos 14 pontos de Wilson, presidente norte-americano em 1918. Desses pontos, foram respeitados apenas: a restauração da Bélgica, a restituição da Alsácia-Lorena à França e a criação da Sociedade das Nações. Textos críticos de História das Relações Internacionais consideram que o Tratado de Versalhes foi escrito com excesso de revanchismo contra a Alemanha, o que criou todas as condições para uma nova guerra.

A Liga das Nações, instituição supranacional criada para a solução pacífica de controvérsias e cooperação internacional, fragilizou-se institucionalmente desde o início, por não ter a participação de EUA, URSS e a Alemanha. O mapa europeu, que foi totalmente redesenhado após a guerra, não foi capaz de manter a paz no continente. O surgimento de novos Estados,

como a Polônia, por exemplo, ampliou a tensão no continente, devido aos territórios que foram retirados, especialmente da Alemanha.

Os efeitos diretos da guerra tiveram impactos no cenário econômico e político. A emergência dos EUA como novo grande exportador mundial veio associado às críticas que o liberalismo econômico e político sofreriam em todo o mundo. Essas críticas se aguçaram especialmente no território alemão, e após a

OUTROS OLHARES DE HISTORIADORES

Leia a opinião Luís Felipe Neves, professor da Universidade Federal Fluminense; ele relativiza a importância da Conferência de Berlim e do assassinato de Francisco Ferdinando para o início da Primeira Guerra Mundial. Está disponível em:
<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/o-fim-da-belle-epoque>.

crise de 1929 elas chegaram ao limite. Estes serão os temas de nossas próximas aulas.

Referências bibliográficas

- REIS, Daniel Aarão Reis. As Revoluções Russas. In: REIS, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste. *O Século XX. Tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p. 35-61.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. A agonia europeia e a gestação da nova ordem internacional. In: *Relações internacionais. Dois séculos de História. Entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947)*. Vol. I. Brasília: IBRI, 2001. p. 140-175.
- WISER, William *Os anos Loucos. Paris na década de vinte*. Trad. Leonardo Fróes. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

Filmografia

- 1) *Reds* (1981) estrelou Warren Beatty interpretando o jornalista John Reed, autor do livro *Os dez dias que abalaram o mundo*; é uma versão cinematográfica desse livro em que se conta a História da Revolução Russa. Você pode baixar o

livro no seguinte link:
<http://www.ptvotorantim.org.br/Documentos/JohnReed>.

2) *Moulin Rouge* (2001), estrelado por Nicole Kidman e Ewan McGregor, retrata como romance musical alguns dos temas do fim do século XIX em Paris, especialmente a tensão entre a boêmia e a vivência de um amor.

AULA 04. O Período entre guerras e a crise do liberalismo

Introdução:

O período entre-guerras (1918-1939) é sintomático para a análise tanto dos principais acontecimentos históricos que conduziram a uma nova Grande Guerra quanto para o entendimento do cenário que gestou a Alemanha nazista. As marcas deixadas pela Primeira Guerra Mundial, ao invés de terem sido sanadas nos anos imediatamente posteriores, na verdade, aguçaram-se durante os agitados anos 1920. Tanto no plano econômico quanto no plano político, houve profunda desorganização de vários países, o que criou um cenário instável que atravessou toda década de 1920 e eclodiu, de forma trágica, com a crise de outubro de 1929.

As democracias liberais que saíram vitoriosas militarmente da guerra foram sendo corroídas por fragilidades inerentes ao próprio modelo liberal (como desemprego, inflação e protecionismo econômico). Isso deixou brechas para a emergência de vozes radicalmente contrastantes, que ecoaram em diversos países com alternativas contrárias ao liberalismo. Essas escolhas de novas possibilidades econômicas e políticas estavam assentadas sobre propostas de caráter **totalitário**, o que gerou a sua materialização nos **fascismos** que grassaram na Itália e Alemanha ao longo dos anos trinta.

A instabilidade econômica dos anos 1920

Apesar de pouco mencionado, 1920 e 1921 foram anos de recessão econômica, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Estes últimos, entretanto, conseguiram retomar o seu crescimento nos anos subsequentes, o que fez com que a década de 1920 fosse conhecida como anos de prosperidade norte-americanos. Nesse momento, o dólar valia mais que a libra esterlina



inglesa, e praticamente a metade das reservas de ouro estava em mãos norte-americanas. Milhares de modelos de automóveis Ford T eram vendidos pelas fábricas, agora, baseadas no sistema de linha de montagem, característico do *fordismo*, como mostra a imagem¹⁰. O aumento do consumo, principalmente interno, passou a simbolizar uma referência norte-americana para um modo de bem-viver: o *american way of life*.

Os principais emblemas do *americanismo* eram a facilidade de obtenção de crédito, os carros Ford e a expansão da indústria cinematográfica. O presidente norte-americano, Herbert Hoover (1928-1932), disse uma frase que ficou famosa: “Quanto mais vendemos filmes, mais vendemos chapéus, carros, fonógrafos...” (ENDERS *et al*, 2008, p. 305). O cinema era um veículo difusor da cultura norte-americana e captador de recursos, pelo imenso sucesso que fazia em todas as partes do mundo. O ator Rodolfo Valentino (veja a imagem), nesse período, era um dos principais galãs do cinema norte-americano.

Proveniente do filme *O Sheik*¹¹, produzido em 1921, a cena ao lado é um sintoma de um novo perfil do ator. Ele encarna a imagem do artista charmoso que levava multidões às salas de vídeo para assistir aos filmes em que seduzia belas garotas. Esse entrelaçamento entre cultura e consumo impulsionava cada vez mais a sociedade norte-americana, em um processo de ampliação econômica sem precedentes. Muitos, inclusive, aproveitaram a grande valorização do dólar americano frente ao franco francês, por exemplo, e inundaram as ruas parisienses para vivenciar os chamados *anos loucos*, em busca de turismo, da abertura para novas experiências literárias e da fuga da rígida moral norte-americana, baseada em valores protestantes (WISER, 1995).



¹⁰ Disponível em <http://www>.

¹¹ Cena de Rodolfo Valentino no filme *O Sheik* (1921). Disponível em <http://www.u-s-history.com>. Acesso em 25/06/2012.

O crack da bolsa de valores de Nova Iorque

Paralelamente a essa euforia, gestava-se uma crise. A crise de 1929 foi motivada pela intenção dos Estados Unidos de manter, mesmo após a guerra, o mesmo ritmo de produção industrial dos anos em que esteve envolto na Grande Guerra. Nesse período, abastecia os países que representavam regimes democráticos, principalmente

França e Inglaterra, fornecendo de armas a gêneros alimentícios. Após as resoluções de paz, principalmente aquelas derivadas do Tratado de Versalhes, em 1919, a retomada da produção industrial europeia diminuiu a importação de bens dos Estados Unidos. A queda das exportações levou, imediatamente, ao abarrotamento do mercado interno com produtos que não eram mais direcionados ao mercado externo (ARRUDA, 2008, p. 23-26).

As soluções para o mau andamento da economia norte-americana durante os anos 1920 foram sustentadas por meio da ação interventora do Estado, o *New Deal*. Para enfrentar a situação econômica, o governo adotou a

seguinte estratégia: os capitais excedentes no mercado americano foram emprestados a países carentes de reservas financeiras para que estes pudessem comprar dos Estados Unidos. Outra parte dos capitais excedentes foi investida nos Estados Unidos, sob a forma de **crédito ao consumo**.

Se estas eram razões conjunturais, as razões profundas da crise de 1929 podem ser percebidas em outra direção, mas penetravam na própria estrutura do capitalismo monopolista americano. O principal problema,

como argumenta José Jobson Andrade Arruda, estava na própria distribuição da riqueza pela sociedade norte-americana, pois os salários e preços tendiam a ser manter estáveis, o que simplesmente aumentava o lucro das empresas pelo crescimento da produtividade. Em 1929, 5% da população americana

Fique atento...

A quinta-feira negra foi o momento em que as ações despencaram e o Índice Dow Jones, que mede a principal variação das ações negociadas, caiu 12,82% em um dia.

Fique atento...

O crédito ao consumo é um tipo específico de crédito em que uma instituição financeira especializada disponibiliza a um particular os montantes necessários para a aquisição de bens de consumo.

dominavam 35% da riqueza gerada no país, um panorama que se acentuou lentamente ao longo da década de 1920. Basta ter em vista que, no período entre 1919 e 1929, a parcela mais rica da sociedade norte-americana (1%) aumentou sua participação na economia em 15%. No modelo de capitalismo monopolista norte-americano, havia o problema de que a concentração dos rendimentos conservou a potencialidade dos investimentos, desde que houvesse onde investir após certo período de tempo; por isso, demandou altíssimas oportunidades de investimento, visto que os preços tenderam a se manter estáveis, dado o controle do mercado. Na segunda metade de 1929, os capitais investidos por empresários norte-americanos em empresas no exterior foram bruscamente retirados – a consequência imediata foi a diminuição das exportações norte-americanas, pois esses capitais eram novamente investidos na economia dos EUA.

No plano interno, os estoques de cereais baixavam o preço de sua produção e a produção industrial excedeu consideravelmente o consumo, o que levou as indústrias a baixar o ritmo da produção industrial. A crise refletia-se na Bolsa de Nova Iorque. Até que o *crack* ocorreu, em uma **quinta-feira**. Ela serve de emblema até hoje para um modelo de crescimento econômico perigoso. O gráfico a seguir dá uma correta dimensão da evolução da crise e seu posterior aprofundamento.



Gráfico 1: A sustentação artificial do preço das ações durante os anos 1920 e, posteriormente, sua queda radical após a quinta-feira negra. Note que, até o ano 1933, a queda no preço das ações foi profundamente radical. Os valores na horizontal representam o ano; na vertical, os pontos (produção). Disponível em: <http://www.ushistory.org>. Acesso em 15/06/2012.

Esse gráfico explicita que 1929 foi o instante crucial de uma crise que se aprofundaria até 1933 e demandaria novas formas de pensar a economia internacional. Em 1932, o desemprego atingiu um quarto da população ativa norte-americana, o que evidenciava que os impactos sociais do agravamento da crise eram muito intensos. Dessa maneira, o horizonte para a resolução da crise parecia um tanto quanto incerto, o que propiciava o aparecimento de novas teorias econômicas que pregavam diferenciados caminhos para superá-la. Mais do que somente proposições econômicas, elas significavam a mudança radical na forma como o capitalismo liberal se efetivaria nos países do Ocidente.

Os incertos caminhos para sair da crise

A crise de 1929 distinguiu-se de todas as outras em vários pontos. Foi uma crise global, em razão do próprio caráter mundial do capitalismo. Além de seu caráter praticamente universal, contrariamente às anteriores, afetou todos os ramos da economia: bancário, comercial, industrial e agrícola. Por fim, atingiu todas as camadas sociais, com desemprego em massa e falência de muitos empresários. A questão posta passava a ser como reerguer a economia. Entretanto, o problema era muito mais profundo: a crise do capitalismo liberal no período entre-guerras foi, ao mesmo tempo, a crise do Estado liberal. Quais as soluções para a crise? Quais os novos caminhos adotados pelos Estados?

Essas questões fervilhavam nas mentes dos grandes economistas após a *terça-feira negra*. Houve um grande debate, nesse período, acerca de qual era o modelo de gestão econômica mais adequado para os Estados nacionais e para reger o sistema internacional. No âmbito da economia internacional, houve retração, e a opção pelo protecionismo, radicalmente diferente da abertura para o fluxo de produtos e divisas existente antes de 1914. A difusão da crise pelo mundo obrigou, por exemplo, que a Grã-Bretanha, tradicional defensora do livre comércio, adotasse, em 1932, tarifas protecionistas e o princípio da

preferência imperial, que privilegiava a troca entre as metrópoles e suas colônias.



A questão era como regular o mercado interno dos mais diferentes Estados nacionais, tendo em vista que a crise econômica e social aprofundou as críticas existentes contra o regime liberal, o que fez com que fossem buscadas novas soluções para a crise. Em termos da discussão econômica, o debate ficou polarizado entre as opções do liberalismo, que pregava ampla liberdade comercial e menor intervenção do Estado na economia, e as teorias do economista britânico John Maynard Keynes, com aquilo que ficou conhecido como o **keynesianismo**, que era contrário à ortodoxia liberal e defendia o aumento das despesas públicas para alavancar a economia.

A principal materialização das propostas de Keynes dentro de regimes democráticos ocorreu com o chamado *New Deal* (Novo Acordo). Herbert Hoover, presidente norte-americano durante a crise de 1929, não conseguiu se reeleger e perdeu a votação para o democrata Franklin Delano Roosevelt (veja imagem¹²). Com a intenção de superar a crise econômica, o candidato democrata vencedor das eleições de 1932 propôs um plano econômico que recomendava grande intervenção estatal na economia. O governo desvalorizou o dólar em 40% para favorecer as exportações, saneou o setor bancário, adotou importantes leis sociais referentes à aposentadoria e aos sindicatos e, além disso, financiou grandes obras, como as realizadas no Vale do Tennessee. Como o Gráfico 1 permite entender, somente após 1936 iniciou-se um lento processo de recuperação da economia norte-americana, com idas e vindas nesse processo.

¹² Disponível em <<http://www.history.com>>. Acesso: 16/07/2012.

A sombria década de trinta

O término da década de 1920 foi traumático para toda a cultura ocidental. Pautada no modelo do capitalismo liberal, essa década presenciou, em poucos dias, a quebra da bolsa de valores norte-americana, que fez ruir o edifício sustentado sobre uma paz instável e precária. A crise da democracia parlamentar clássica somou-se à crise econômica, cujas repercussões sobre o âmbito social implicaram a ascensão e solidificação dos regimes totalitários e repercutiram no âmbito da cultura, com sensações cada vez mais limítrofes e polarizadas (RÉMOND, 1994). A frivolidade dos anos 1920 foi sendo lentamente substituída pelo obscurecimento das ações e das opiniões; representações de um palco francês marcado pela incerteza que, agora, não gerava mais usufruto, mas o anúncio de um sombrio porvir. Por isso, William Wiser (2010) chama os anos 1930 de “anos sombrios”.

Fique atento....

A filósofa Hannah Arendt escreveu a trilogia *As origens do totalitarismo*, formada pelos volumes *Totalitarismo: o paroxismo do poder*, *Imperialismo e Antissemitismo*. Esta é uma obra imprescindível para o aprofundamento da temática tratada aqui. Nela, a autora desenvolveu a teoria do **totalitarismo**, generalizando o tratamento dispensado à experiência nazista e à stalinista. Ao lê-la, devemos ter sempre em mente que a *ameaça comunista* foi tida como principal motivo que levou ao apoio dado por diversas classes ao nazifascismo. Apesar disso, o livro é rico em reflexões e em avaliações filosóficas sobre o caráter trágico do nazismo.

Conclusão

A crise do capitalismo liberal no período entre-guerras foi, ao mesmo tempo, a crise do Estado liberal. A Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929 aguçaram as contradições dessa forma de capitalismo e propiciaram a emergência de novos regimes que se propunham como alternativa ao liberalismo e à democracia parlamentar que grassavam no sistema internacional. Foi o caso do fascismo italiano, da Alemanha nazista e da URSS de Stálin.

Todos esses três regimes não eram democráticos; o Estado controlava os aspectos da vida nacional; tinham em comum características como o culto ao Estado e ao chefe, o antiliberalismo e a oposição à democracia, o controle da sociedade pelo Estado. Todos os poderes do Estado se concentram em uma só

pessoa, que personifica o próprio Estado e a nação. As crianças eram educadas na crença de que viviam sob a zelosa proteção do governante, a quem deveriam obedecer e respeitar. A democracia era considerada um regime que dividiria a sociedade e estimularia as diferenças. Proibia-se tudo que era considerado divisor e diferenciador entre as pessoas, como partidos políticos, sindicatos e liberdade de expressão e pensamento.

Nesses regimes, havia rigorosa vigilância policial, que censurava as informações, controlava a circulação de ideias e estimulava a deleção. O pensamento crítico e o racionalismo eram condenados, substituindo a reflexão e o debate pelas atividades físicas (treinamento militar, trabalho disciplinado, ginástica). No lugar da razão, apelava-se à emoção, usando para isso *slogans*, saudações rituais e solenidades grandiosas.

Havia diferenças entre esses regimes. O nazismo foi marcado pelo ódio racista e antissemita; o stalinismo, pelo comunismo e a defesa da luta de classes. Tanto o nazismo como o fascismo mascaravam as diferenças sociais e exaltavam o nacionalismo. O stalinismo criticava o fascismo e o nazismo e ambos criticavam o stalinismo. Nas próximas aulas daremos maior atenção para a Alemanha nazista e sua particularidade no sistema internacional.

Para saber mais

Uma maneira bem-humorada de reinventar a discussão entre keynesianos e liberais pode ser encontrada no vídeo *Fear the boom and the burst*, disponível em:

<http://www.youtube.com/watch?v=2iIOZUWbdP8&feature=related>.

É uma paródia acerca das diversas visões de Keynes (teórico do keynesianismo) e Hayek (adepto do liberalismo).

Referências bibliográficas

- ARENDT, Hannah. *Totalitarismo: o paroxismo do poder*. Rio de Janeiro: Documentário, 1979.
- ARRUDA, José Jobson Andrade. Crise do Capitalismo Liberal. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O século XX. O tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ENDERS, Armelle et al. *História em Curso: da Antiguidade à Globalização*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- RÉMOND, René. *O século XX. De 1914 aos nossos dias*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- WISER, William. *Os anos loucos. Paris na década de 1920*. Trad. Leonardo Fróes. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.
- WISER, William. *Os anos sombrios. Paris na década de 1930*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

Sites de pesquisa

<http://www.ushistory.org>

<http://www.u-s-history.com>

AULA 05. A Alemanha nos anos vinte e trinta

Introdução

Na cidade de Weimar, em junho de 1919, se reuniu a Assembleia Constituinte da Alemanha. Essa reunião, que proclamou a República de Weimar, foi a eclosão de um processo que se iniciou logo após o fim da Primeira Guerra Mundial e representou grande embate entre grupos políticos opostos que se enfrentavam na Alemanha.

Os principais grupos em confronto mantiveram em permanente tensão a Alemanha do período entre guerras. O grupo de maior representatividade era o dos membros do Partido Social Democrata (PSD), que desde 1918 enfrentavam os outros grupos apoiados por restos do Exército Imperial alemão e por milícias, chamadas *Freikorps*. O segundo grupo era liderado por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht; esse grupo formava o Partido Comunista Alemão (KDP) e seus membros eram chamados de espartaquistas. Por que tinham esse nome? O terceiro grupo, que possuía feição muito mais radical, era dos partidos de extrema direita, que negavam de modo veemente a derrota na Primeira Guerra Mundial e o Tratado de Versalhes. Eles propagavam o mito da “punhalada pelas costas” – a falsa ideia de que o governo alemão foi traído, e não vencido, no fim da Primeira Guerra Mundial, pela classe política que estava no poder em 1918.

Os confrontos entre esses três grupos marcou o período de aguda turbulência política que caracterizou os primeiros anos da República de Weimar. O primeiro grande confronto ocorreu em 1919, quando os espartaquistas foram brutalmente reprimidos pelos líderes do PSD – inclusive com a morte de Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Isso afastaria os espartaquistas permanentemente do governo alemão no período do entre-guerras.

Toda essa convulsão política indica que a República de Weimar e seu modelo republicano, similar ao existente em outras nações do Ocidente, surgiram muito mais da falência do modelo imperial do que de uma sólida proposta de regime republicano. Simultaneamente, a aristocracia, que era parte do PSD (grandes proprietários, o clero, a aristocracia alemã), desconfiava da forma republicana, porém a entendia como a única forma possível para acalmar as massas, em permanente tensão social. Peter Gay, ao analisar o período, fez esta importante consideração: “A República de Weimar foi uma ideia buscando tornar-se realidade” (GAY, 1978, p. 15).

Fique atento....

A cidade de Weimar era vinculada a uma tradição que lembrava grandes escritores, como Goethe e Schiller, associados ao humanismo e cosmopolitismo. Diferia, portanto, de Berlim, excessivamente ligada ao passado alemão e ao nacionalismo do Reich.

Todo esse clima efervescente expressa o traumático nascimento da República de Weimar e, simultaneamente, permite entender a ruptura radical que pôs fim a ela, em 1933, com a ascensão do partido nazista. O ambiente em permanente convulsão política nas ruas da Alemanha e o modelo conservador de governo deu origem a uma série de pequenas revoluções nas artes, nas ciências e no direito. Elas permitiram a ascensão de um grande grupo de intelectuais que redefiniu suas áreas de conhecimento.

Conflitos e tensões durante a década de 1920

Juventude

O movimento estudantil na Alemanha, que na Primeira Guerra levantou a bandeira do pacifismo, na década de 1920 se agrupou em sua Associação Geral e circunscreveu-se ao pangermanismo bismarckiano e ao antissemitismo. Os estudantes democratas e socialistas, que fundaram em 1928 sua própria organização, eram minoria.

Duas correntes pedagógicas eram hegemônicas no período: a originária do pedagogo Jahn e a dos reformistas. Jahn vira na Educação Física um meio de preparação militar para enfrentamento com a França. Ele recomendara a seleção de uma raça vigorosa e pura, o banimento do uso de línguas estrangeiras e a inspiração no ideal grego de cultura e civilização. A segunda, que inspirou a criação dos grupos denominados “Pássaros Migrantes”, pretendia desligar-se da autoridade da escola e dos adultos. Para isso, pregava a comunhão com a natureza e acabou, na prática, por cultivá-la romanticamente, criando a mitificação de uma sociedade viril e com espírito de camaradagem, submetendo-se a uma disciplina rígida, sob o comando inquestionável de um chefe.

A juventude foi o primeiro grupo social a sofrer o efeito do desemprego, e por isso jovens se alistaram em massa nos *Freikorps* do *Reichswehr* Negro (“Corpos de Voluntários” do “Exército Alemão”) ou outras organizações paramilitares, como *Jungdo* ou os “Cascos de Aço”. A resistência estudantil ao nazismo existiu, derivada do antigo Movimento de Juventude, de orientação esquerdista, como o grupo Rosa Branca, que pichava muros e panfletou contra o nazismo, mas era minoria e quase exclusivamente em Munique.

Participação popular

A face popular do nazismo é comumente esquecida pela literatura marxista, que busca preservar os trabalhadores de qualquer vínculo com a experiência nazista. Essa literatura tentou circunscrever o movimento nazista no tempo próprio do capitalismo monopolista: o nazismo constituiria um novo tipo de contrarrevolução, e os nazistas não passariam de meros agentes do capital. Pouco valor se dava a um núcleo ideológico como o do racismo ou à incrível empatia que se estabelecia entre Hitler e as massas. Nessas análises, os

Fique atento...

Wilhelm Reich (1897-1957) declarou terem as massas desejado o fascismo; por isso foi expulso do Partido Comunista. Aproximando o marxismo da Psicanálise, insistiu na crítica ao “marxismo vulgar”, sempre pronto a definir pela infraestrutura econômica a análise de qualquer tipo de fenômeno. Não era pela teoria econômica, dizia ele, que o misticismo do nazismo poderia ser entendido. Para ele, a família pequeno-burguesa seria o núcleo da questão.

trabalhadores não haviam conseguido fazer sua revolução, abrindo caminho para a contrarrevolução nazista. Na prática, com a crise e o desemprego, sua organização sindical também perdia muita força, tornando mais difícil conter a arrancada nazista.

Uma divisão com narrativa política

Em 1918, logo depois de proclamada a República, foi constituído um governo com a intenção de organizar eleições para a preparação de uma nova Constituição. Ocorrida dois meses depois, já no ano de 1919, a eleição deu a vitória ao PSD. Reuniram-se seus líderes, para tanto, na pequena cidade de Weimar. Em substituição ao Kaiser Guilherme II, sobe ao poder Friedrich Ebert, que assina a constituição em agosto de 1919. Seu maior desafio era impedir que a Alemanha se fragmentasse devido ao amplo número de revoltas locais.

A República de Weimar nasceu sustentada em alicerces precários. O primeiro deles foi a assinatura do Tratado de Versalhes, como você viu na aula 3. A concordância da República de Weimar com os termos punitivos do tratado

alimentou, durante anos, todo um discurso antiliberal e antidemocrático que serviria para a sustentação dos partidos de extrema direita.

Além dos ataques da extrema direita, a esquerda havia proclamado em Munique, em abril de 1919, uma República inspirada nas referências da incipiente Revolução Russa. Esse movimento foi duramente reprimido, o que levou o governo a sofrer ataques simultâneos de grupos da esquerda e da direita.



Anos de crise (1919-1923)

Essa instabilidade levou a República de Weimar a viver em crise aguda entre 1919 e 1923. A instabilidade política manifestava-se em levantes populares e golpes militares. Porém toda essa instabilidade, que se expressou no plano político-militar e econômico, esteve intimamente associada às exigências do

Tratado de Versalhes. A partir de 1920, as cláusulas impostas pelo tratado começaram a ser impostas ao Estado alemão.

A primeira referia-se à diminuição do quantitativo do exército regular, o *Reichswehr*. Nos termos do tratado, a Alemanha deveria ter um exército de 100.000 homens, quando, em 1920, possuía algo próximo a 350.000 homens. Os comandantes do Exército foram radicalmente contrários a essa redução. O efeito imediato foi uma luta interna que levou grupos militares a ocupar Berlim ainda em março de 1920. Após a fuga do governo nacional para Stuttgart, foi conclamada uma greve geral seguida pelos trabalhadores que significou o apoio geral ao chanceler derrubado. O país paralisado significou que o golpe havia fracassado.

A segunda crise foi mais aguda e duradoura que a primeira. A partir de 1921, aumentou a pressão dos países vencedores da Primeira Guerra Mundial – especialmente por parte da Inglaterra – para o pagamento das reparações de guerra.

A solução do governo foi imprimir mais moeda. Como o valor da moeda alemã estava ancorado em reservas de ouro, isto gerou a imediata e aguda desvalorização cambial. O efeito imediato foi a hiperinflação que assolou o país e chegou ao número de 685% ao mês, somente em dezembro de 1922.

As imagens do período são chocantes, como da imagem, em que a mulher utiliza o marco alemão como combustível, ou a das crianças brincando com uma pilha de dinheiro¹³. Tudo isso representou a decadência econômica da República de Weimar. A inflação atingiu seu pico em novembro de 1923, porém foi combatida com a chegada de uma nova moeda: o *Rentenmark*.

¹³ Todas as imagens foram retiradas do site: <http://www.bbc.co.uk/schools>.

NSDAP

Segundo Alcir Lenharo, “o momento da formação do obscuro partido nazista, em 1919, é de crise nacional intensa e de grande movimentação contrarrevolucionária. A derrota na Primeira Guerra, as imposições do Tratado de Versalhes e a queda do imperador vieram junto com sucessivas arremetidas dos comunistas alemães, que a qualquer custo tentavam a tomada do poder, nos moldes soviéticos” (LENHARO, 1991, p. 18).

Nesse mesmo período, os *Freikorps* (Corpos de Voluntários) – tropas reconstituídas do antigo Exército Imperial, usadas pela administração socialdemocrata – massacraram o movimento espartaquista em 1919. Na “semana sangrenta”, em Berlim, assassinaram Rosa Luxemburgo e Liebknecht, aniquilando a República Vermelha dos Conselhos de Munique.

Em setembro, Hitler ingressa no então “Partido dos Trabalhadores Alemães” (*Deutsche Arbeiterpartei*), fundado pelo ferreiro Anton Drexler e pelo jornalista Karl Harrer. O partido era ainda um agrupamento político sem expressão, de estilo “cervejaria”. Em pouco tempo, Hitler assumiu a direção do partido, chamado, a partir de abril de 1920, NSDAP (LENHARO, 1991, p. 18).

No partido havia alguns aristocratas, lojistas arruinados pela crise, ex-soldados. Estes últimos formaram grupos paramilitares chamados, em 1921, de SA, responsáveis inicialmente por defender os comícios nazistas. O nazismo introduziu na luta política uma arma poderosa: a propaganda. Além do fim da crise e do desemprego, a propaganda nazista, tecnicamente bem aparelhada e financiada com o dinheiro da burguesia, oferecia aos trabalhadores uma mudança profunda no próprio sistema capitalista.

O NSDAP agrupou muitas das propostas que nacionalistas, conservadores e até mesmo esquerdistas vinham levantando há tempos na Alemanha. Como resultado dessa junção, surgiu um projeto contrarrevolucionário.

Fique atento...

Adolf Hitler nasceu em Braunau, interior da Áustria, em 1889, filho de um funcionário aduaneiro. Fizera seus estudos secundários em Linz para seguir a profissão do pai, mas dizia que queria ser pintor. Em 1907, frequentador das óperas de Wagner, tentou entrar na Academia de Belas-Artes de Viena, mas foi reprovado. A cidade, nesse período, foi marcada por ser um centro cultural e científico, com forte antissemitismo e antissocialismo. Afirmou em seu livro ter lido o suficiente, nesse período, para aprender a odiar tanto os comunistas quanto os socialdemocratas e os judeus. Ferido na Primeira Guerra Mundial numa perna, ganhou a cruz de ferro de primeira classe.

Reaproveitaram, em parte, a forma e o conteúdo das palavras de ordem e das diretrizes dos esquerdistas. Em *Mein Kampf*, Hitler afirmou que havia aprendido muito com os métodos dos comunistas, e não com sua doutrina.

Os 25 pontos do programa do partido nazista de 1920 eram consagrados a fins nacionalistas e racistas. O terceiro ponto já se referia à necessidade do “espaço vital”, e o quinto exigia a exclusão dos judeus da comunidade alemã. O décimo segundo ponto falava no confisco dos lucros de guerra; o décimo terceiro, na nacionalização das industriais monopolistas; o décimo quarto, na participação dos trabalhadores nos lucros das grandes empresas; o décimo sétimo, na reforma agrária e o décimo oitavo na punição dos usurários, açambarcadores e especuladores.

Em 1920, a direita tentou reverter o processo político por meio de um golpe monarquista, o *Putsch*, que fracassou. Nas eleições de 1920, forças de centro-direita receberam votação mais expressiva. Junto a isso, o clima nacionalista se alastrou com a ocupação franco-belga do vale do Ruhr, em 1923, sob a alegação de indenização pelas despesas de guerra. Houve campanha de resistência com greves, sabotagens, guerrilhas, com detenções e deportações decretadas pelos invasores.

A crise econômica e a inflação alastravam: “se no fim da guerra a relação marco-dólar era de 4 por 1, no início de 1923 ela desce a 7.000 por 1 e descamba, no fim desse ano, a 130 bilhões de marcos por um dólar” (LENHARO, 1991, p. 21). Salários eram reajustados diariamente, mas prejudicando os trabalhadores aposentados e as camadas médias proletarizadas do país que chegaram à miséria. Empresas e homens de negócios especulavam com o dinheiro barato e acumulavam enormes fortunas. O governo tentava estabilizar a moeda e negociar a saída dos invasores. Na Saxônia, em Berlim e na Baviera, um forte clima de rebelião estava à tona.

Durante esse cenário de profunda turbulência econômica, mais um golpe político ocorreu. Na região da Baviera, que apresentava discordâncias significativas frente ao governo republicano, grupos heterogêneos reuniram-se para deflagrar um movimento contrário a Berlim. Em 8 de novembro de 1923,

um grupo de integrantes do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores alemães aprisionaram membros do governo bávaro e realizaram uma marcha sobre Berlim. A polícia e as forças armadas opuseram-se aos grupos. O conflito gerou alguns mortos e a prisão daquele que viria a ser o fñhrer, Adolf Hitler.

Anos de estabilidade (1923-1929)

O período de estabilização econômica da Alemanha durou apenas seis anos. O ministro de Relações Exteriores, Gustav Streseman, foi figura emblemática desse período em que a Alemanha conseguiu certa estabilidade interna e nova inserção no sistema internacional. Alguns historiadores, como Peter Gay, por exemplo, chamam esse período de “Os dourados anos vinte” (GAY, 1978 p. 174); outros, como Leandro Konder, entendem que a inserção alemã no plano cultural a tornou uma das principais nações representantes de toda a efervescência dos anos vinte (KONDER, 2008). A Alemanha entrou para a Liga das Nações – organização supranacional responsável por pensar questões de segurança na Europa e no mundo. Assinou o Plano Dawes – um acordo entre bancos alemães e norte-americanos para que houvesse investimento destes últimos naqueles, em prol do pagamento das reparações da Primeira Guerra Mundial, prevista no Tratado de Versalhes.

As reformas internas propostas por Streseman propiciaram certa estabilidade para a sociedade alemã. Os novos acordos políticos externos conseguiram proporcionar ao mundo, que naquele momento vivia certa prosperidade econômica, uma imagem de abertura ao diálogo e democracia que servia aos interesses dos grupos que estavam no poder. Entretanto, essa superfície seria rapidamente destruída pela aguda crise de 1929 e suas desastrosas consequências para todas as nações dependentes da economia norte-americana. A morte de Streseman, no mesmo ano, gerou o retorno traumático à crise.

Fique atento....

Foi durante a prisão que Hitler escreveu o livro Mein Kampf (Minha Luta). A valorização do trabalho e da educação são pilares do argumento do livro, que se dirigia apenas aos companheiros de partido.

Um jogo de luz e sombras: cultura e produção artística na Alemanha da década de vinte

Pode-se dizer que a década de 1920 representou um momento de renascimento da vida cultural alemã. Pode-se dizer que toda a turbulência vivenciada no plano político e econômico foi experienciada de forma muito criativa no plano da cultura. O desdobramento no terreno das artes ocorreu de modo fértil: foi o momento de inovações na arquitetura, de novas propostas de pintura, escolhas particulares no cinema e, em meio a tudo isso, o teatro de Brecht.

Apesar das inúmeras possibilidades de abordagem, a análise recairá sobre dois movimentos: a proposta arquitetônica inovadora da Bauhaus e o Expressionismo alemão. O termo Expressionismo alemão é um tanto quanto suspeito, por ser multifacetado e vasto; entretanto, ele tem sido usado genericamente, a partir de um de seus primeiros nascimentos semânticos, que é aquele que o considera uma contraposição ao conceito de impressionismo (ELGER, 2008, p. 5-15).

Há sincronia temporal entre estas duas manifestações culturais, a Bauhaus e o Expressionismo alemão. Além disso, essas duas manifestações artísticas podem ser unidas por meio da tese de Peter Gay, que afirma que, apesar do ambiente de turbulência política e abertura da década de vinte, o “estilo de Weimar nasceu antes da criação de Weimar” (GAY, 1978). Seu argumento difere do de outros historiadores por entender que a República criou o ambiente de liberação cultural para as ideias que estavam sendo gestadas desde o Império alemão. Assim, ele discorda que os movimentos artísticos seriam apenas manifestações contrárias ao regime.

O Expressionismo alemão cinematográfico

Aquilo que se chama genericamente de Expressionismo alemão foi um movimento que emergiu de forma simultânea por toda a Alemanha e representava a dispersa sensação de ansiedade do pós-guerra e, especialmente,

a busca por uma nova noção de homem. Os elementos dessa linguagem acentuavam a dimensão subjetiva dos filmes e criavam um clima capaz de envolver os espectadores nos medos e angústias dos personagens. Não foi um movimento organizado, como a Bauhaus, mas expressou-se de forma distinta, de acordo com o tipo de matéria utilizada e intuição do artista. Aqui a ênfase recairá principalmente sobre o cinema.

Em fins da década de 1920, um filme tornou-se o exemplar por excelência do período: *O gabinete do Dr. Caligari*. Ele foi considerado por muitos a expressão da Alemanha gótica, sinistra e cruel. O filme era a própria encarnação do espírito de Weimar, como pondera Peter Gay (1978).

O enredo é construído a partir do Dr. Caligari, que exhibe Cesare, um sonâmbulo, nas feiras. Onde quer que vá, a morte segue a ambos. Em cenários particularmente pintados (como a imagem ao lado), os personagens movimentavam-se de forma semelhante

a Cesare, o sonâmbulo, em estado de transe. Os cenários eram sombrios e obscuros, com personagens que representavam a angústia do cotidiano alemão.

Tudo isso estava expresso inclusive na maquiagem dos personagens, que valorizava o excesso e o escuro, como no rosto de Cesare, mostrado na figura a seguir.

Essa era uma forma de exprimir as incertezas e a rebelião contra as formas estáveis da produção artística produzidas durante o período anterior à Grande Guerra. Assim, manifestavam permanente

O personagem Cesare

desejo de renovação

e descontentamento com a realidade durante os anos vinte da Alemanha.



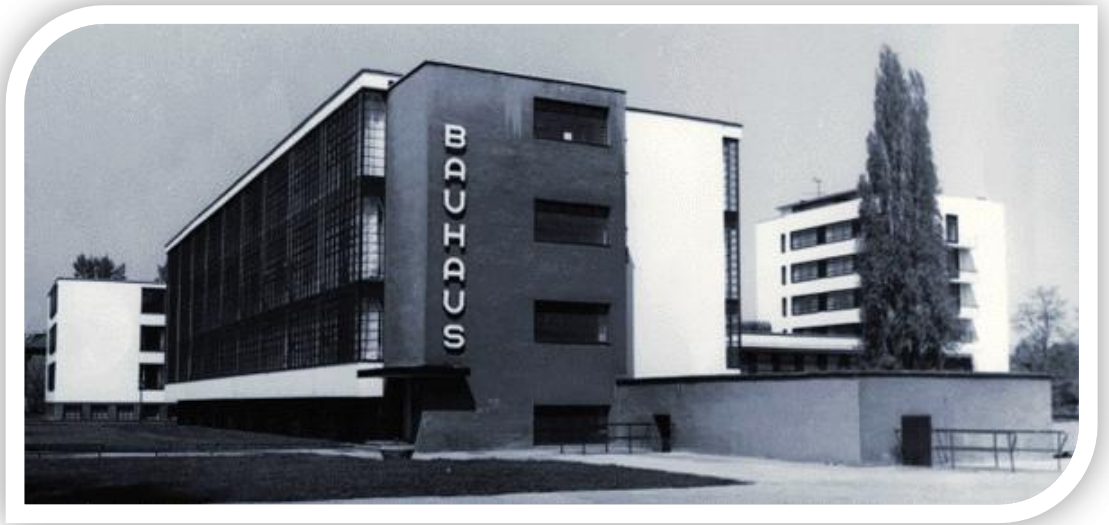
Nosferatu e *Metropolis* são outros exemplos de filmes com a estética do Expressionismo. Todos exprimiam uma nova forma de sensibilizar as massas por meio do cinema e representavam a ^{O cenário com referências ao cubismo} vivência angustiada dos anos vinte alemães.

A Bauhaus (1919-1933)

A Bauhaus foi um movimento artístico fundado em 1919, inicialmente na cidade de Weimar. Tinha a proposta da unificação de arte e *design* em construções e objetos adequados à funcionalidade do mundo contemporâneo. Para isso, os artistas ligados a ele optavam por criar objetos funcionais e belos, adequados à cultura de massas industrial. A intenção era romper com velhos princípios artísticos, como o estilo gótico, acompanhado das fachadas neoclássicas e os ornamentos excessivos (GAY, 2009, p. 275).

Especialmente a partir de 1928, o Funcionalismo passou a ser adotado como doutrina mestre dessa escola de arquitetura e arte. Os principais integrantes eram Walter Gropius, Mies van der Rodhe, Paul Klee, Wassily Kandinsky. Gropius, o mentor do movimento, foi profundamente impactado pela Primeira Guerra Mundial e visava criar uma escola de arquitetura na qual os métodos industriais não fossem criados para a destruição, e sim para a melhoria das condições sociais.

Mies van der Rodhe criou uma famosa máxima: “Menos é mais”. Significava que não só a arquitetura deveria eliminar o detalhe rebuscado e o excesso decorativo como também deveria utilizar dispositivos mecânicos para poupar mão de obra (GAY, 2009, p. 291).



Prédio criado em Dessau para abrigar a nova sede da Escola Bauhaus.

Disponível em <http://designhistory.org>. Acesso em 22/07/2012.

Análise da fonte primária

Essa imagem mostra o prédio mais conhecido pelo estilo da Bauhaus. O prédio foi construído entre 1925 e 1926. Note que há valorização da linearidade e da funcionalidade. Walter Gropius discordava da simetria e dos excessos das fachadas com muitos ornamentos. Note que o nome Bauhaus está escrito de forma linear; o prédio apresenta equilíbrio dinâmico, assimétrico, com mobilidade rítmica. A planta do prédio pode ser analisada em diversos ângulos no seguinte site. <http://www.tipografos.net/bauhaus/bauhaus-dessau.html>.

O movimento permaneceu com força até 1933, quando a ascensão do partido nazista gerou a perseguição de muitos de seus membros. Muitos se exilaram nos Estados Unidos da América, onde continuaram com suas atividades artísticas.

O sombrio ano de 1933

A crise de 1929 teve consequências catastróficas sobre a economia alemã. Estima-se que metade da população ativa tenha ficado desempregada. O desespero rondava grande parte das camadas médias da República de Weimar,

especialmente os comerciantes. Muitos trabalhadores viviam em estado de completa miséria.

O pagamento das reparações de guerra, a ocupação parcial do vale do Ruhr e o corredor polonês alimentavam a efervescência nacionalista. Entre 1927 e 1928, o Partido Nazista adquiriu estrutura política. Havia uma ala do partido dirigida por Gregor Strasser encarregada de lutar contra o regime. De outra ala, subdividida em seções (economia, agricultura, raça e cultura, questões legais, assistência aos trabalhadores), saíam os futuros quadros do Estado nazista. O partido estava também dividido em organizações diferenciadas por sexo, faixa etária e categorias socioprofissionais: a *Hitlerjugend* (Juventude Hitlerista), para jovens de quinze a dezoito anos, que chegou a contar com sete milhões de membros; a *Deutsches Jungvolk* (para meninos de até doze anos); o *Bund Deutsches Mädel* (para meninas); as *N. S. Frauenschaften* (para mulheres); o *Kultubund* (para artistas e intelectuais), além de organizações para estudantes, para médicos, advogados e outras categorias profissionais.

O desempenho **eleitoral** ainda foi modesto em 1928, quando o NSDAP descera para o nono lugar em votos recebidos, mas o número de militantes começou a aumentar sem cessar: de 27.000 em 1925, eles são 108.000 em 1928, 176.000 em 1929, 389.000 em 1930, 806.000 em 1931, 1.414.000 em 1932. Para se ter uma ideia de comparação, os comunistas chegaram ao limite de 200.000 militantes em 1931 (LENHARO, 1991, p.23).

A quebra da Bolsa de Nova York, em 1929, alterou profundamente a situação alemã: baixa produção, desemprego, pressão dos burgueses para reduzir as pensões dos desempregados, diminuir os salários e alongar a jornada de trabalho. Caiu o gabinete socialdemocrata da “Grande Coalizão”, que tinha apoio de partidos de centro, liderado pelo primeiro-ministro Müller. O novo ministro, Brüning, apoiado no Art. 48 da Constituição de Weimar, passou a governar por decretos, sem anuência do parlamento.

A conjuntura de crise volta a favorecer a atuação dos nazistas. A ala da esquerda do partido, liderada por Gregor Strasser e Otto Strasser, insistiu na nacionalização dos monopólios, na reforma agrária, na criação de um Estado corporativo. Tais exigências políticas afastavam a “tática legalista” de Hitler

para chegar ao poder e privilegiava os operários e os sindicatos na construção de uma sociedade nazista e revolucionária. Hitler forçava alianças à direita, estreitando seus vínculos com setores da burguesia, recebendo apoio da imprensa do DNVP, o que levou à inadiável disputa interna no partido. Recebia contribuições monetárias de industriais, daí a urgência na expulsão de Otto Strasser.

Nas eleições de 1930, os nazistas subiram de 12 para 107 cadeiras; os comunistas, de 54 para 77 cadeiras, tirando votos dos socialdemocratas e da direita nacionalista. “O programa eleitoral nazista insistia no nacionalismo revanchista, mas não se descuidava de oferecer trabalho aos desempregados, financiamento aos agricultores, isenções fiscais aos industriais. As intenções moralistas de proteção à família, respeito à religião e defesa da propriedade privada também se achavam presentes” (LENHARO, 1991, p. 25).

A crise econômica agravou-se, dobrando o número de desempregados; o rendimento da agricultura caiu, levando ao êxodo rural. Cerca de 70% das SA eram formadas de pequenos comerciantes e artesãos arruinados. A recuperação alemã do pós-guerra estivera montada sobre os maciços investimentos norte-americanos e ingleses e sobre uma economia de exportação; com a crise, os capitais externos refluíram, as exportações cederam e as importações industriais tornaram-se proibitivas. Em 1932, o número de desempregados dobrou de novo; com isso, os sindicatos perderam quase todo o seu papel político na cena política, e a dificuldade só aumentou para as esquerdas no que diz respeito ao enfrentamento com as forças nazistas em ascensão.

A esquerda já era dividida. O Partido Comunista Alemão (KPD) acatava a orientação soviética de que os partidos burgueses e socialdemocratas inevitavelmente se fascistizariam. Preferiam o nazismo, que supostamente seria incapaz de sustentar suas propostas diante dos trabalhadores, desabando e facilitando a implantação do socialismo. Os socialdemocratas tratavam os nazistas e comunistas como adversários de mesmo porte, pois ameaçavam a ordem constitucional republicana. A ascensão nazista não residiu somente na fraqueza das esquerdas, mas na organização e na propaganda nazista,

traduzida em sua força, conjugando nacionalismo com populismo. “Ao mesmo tempo que estreitavam seus vínculos com setores da burguesia, os nazistas prometiam melhores salários para os trabalhadores, participação nos lucros das empresas, nacionalização dos trustes, reforma agrária, anulação das dívidas dos camponeses, melhores preços para seus produtos agrícolas, defesa dos artesãos e comerciantes” (LENHARO, 1991, p. 27).

O crescimento eleitoral dos nazistas converte-os num polo de convergência das forças nacionalistas e conservadoras; acordo político com eles só se daria se eles ditassem as condições. Diante do agitado cotidiano político, dos graves problemas econômicos e da ameaça permanente dos comunistas, o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), liderado por Hitler, conseguia cada vez mais apoio dos industriais e conservadores. O medo do comunismo era cada vez mais um fator de identificação com a extrema direita; bastava lembrar que a URSS havia sido proclamada em 1922.

Em 1933, o presidente da República, o conservador Paul Hindenburg convidou Hitler para fazer parte do governo. Após incêndio provocado no Parlamento alemão, que foi atribuído aos comunistas, os poderes foram todos cedidos a Hitler por quatro anos. Desse momento em diante, Hitler conseguiu convencer o Parlamento a votar que o NSDAP passasse a ser o único partido autorizado da Alemanha. Esse era o começo da intransigência política praticada pelo Partido Nazista, que depois seria expandida a todos os outros âmbitos da sociedade.

Considerações finais

Os anos vinte alemães foram turbulentos. O grande conjunto de tensões políticas iniciadas após o fim da Primeira Guerra Mundial culminou na ascensão do partido nazista, em 1933. Entretanto, é importante que alguns aspectos fiquem claros: a ascensão do Partido Nazista não foi devida exclusivamente à crise de 1929. Apesar dos impactos importantíssimos, a crise econômica foi aguçada pelos problemas existentes no Tratado de Versalhes e por toda a desconfiança política diante das propostas socialistas.

Importante considerar que a escalada política nazista ocorreu de forma institucional, após o convite de Paul Hindenburg a Hitler. Isso indicou que a repulsa dos burgueses e comerciantes pelas opções políticas socialistas incitaram o apreço político pelos nazistas.

Após a crise de 1929, a situação paupérrima da Alemanha serviu de importante combustível para a ampliação das tensões políticas. O Partido Nazista soube se apropriar disso muito bem. O discurso inflamado de Hitler gerou grande simpatia em grande parte da população.

Esses anos, entretanto, foram muito férteis em termos artísticos. Aqui optamos por apresentar duas perspectivas artísticas que foram reinventadas durante os anos vinte alemães: o Expressionismo alemão, em sua vertente cinematográfica, e a arquitetura funcionalista da Bauhaus.

Em nossa próxima aula, você verá as principais propostas do Partido Nazista, sua estética e as referências retóricas da propaganda nazista. Além disso, debateremos o conceito de totalitarismo e as diversas modificações no panorama mundial após a ascensão do Partido Nazista ao poder.

Para saber mais:

Fique mais bem informado com esta linha do tempo sobre a República de Weimar

<http://weimar.facinghistory.org/content/weimar-republic-timeline>.

[NAZÁRIO, Luiz. O expressionismo e o cinema. In: GUINSBURG, J. \(org.\) O Expressionismo. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 505-543.](#)

Filmografia

Recomendamos que você assista aos filmes produzidos durante os anos vinte na Alemanha:

Nosferatu (1922) <http://www.youtube.com/watch?v=wujuFwxSlrM>

The cabinet of Dr. Caligari (1920):
<http://www.youtube.com/watch?v=xrg73BUxJLI>

Referências bibliográficas

- ELGER, Dietmar. *Expressionismo. Uma revolução alemã na arte*. Taschen, 2008.
- GAY, Peter. *A cultura de Weimar* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Modernismo. O fascínio da heresia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- KONDER, Leandro. Cultura e política nos anos críticos. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). *O século XX. O tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BRACHER, K. Dietrich. *La dictadura alemana*. Madri: Alianza Universidad, 1973.
- STACKELBERG, Roderick. *A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo: o triunfo da vontade*. São Paulo: Ática, 1991.

Sites consultados:

- <http://www.theartstory.org/movement-expressionism.htm>
- <http://www.bbc.co.uk/schools>
- <http://www.metmuseum.org>
- <http://designhistory.org>

AULA 06: Totalitarismo, fascismo e o partido nazista

Introdução

Esta aula apresenta um caráter particular frente às anteriores. Nas primeiras aulas, privilegiamos alguns acontecimentos históricos, como a Primeira Guerra Mundial e a crise de 1929. Em outros momentos, optou-se por analisar de forma detida as condições da Alemanha, durante a década de vinte. Nesta aula, por seu turno, articularemos narrativa histórica e discussão conceitual.

O ponto de partida de nossa discussão será o caráter legal da ascensão do partido nazista (NSDAP) ao poder e os diferentes grupos que o apoiavam. Esse tema está intimamente vinculado às múltiplas propostas feitas pelo NSDAP para reerguimento econômico da Alemanha, após os impactos da crise de 1929. De forma distinta das aulas anteriores, esta aula 6 enfatizará um debate conceitual ligado ao tema do nazismo: a abrangência e multiplicidade interpretativa dos conceitos de totalitarismo e fascismo.

Conceito:

NSDAP (*Nationalsozialistische Deutsche Arbeiter Partei*) “Partido Nacional Socialista Alemão dos Trabalhadores”: denominação do partido nazista, firmada em 1920, e já sob a influência de Hitler, em substituição ao original “Partido do Trabalhadores Alemães”, fundado pouco antes em Munique.

A nazificação da Alemanha

O Partido nazista alcançou sua escalada para o poder de maneira legal. O primeiro indício de sua expressividade eleitoral foi a vitória para o Parlamento alemão, em 1932. Este foi o mesmo ano em que o Marechal Hindenburg venceu as eleições para presidente, ao disputar com Adolf Hitler. Isto significa que o partido nazista teve uma ascensão lenta na qual a utilização de meios democráticos e técnicas de convencimento das massas, como a propaganda, foram fundamentais. Além disso, indica que a aliança entre os setores conservadores e o NSDAP ocorreu após um longo período, baseado em diversos motivos.

O que se chama de setores conservadores eram os proprietários rurais, os militares e os grupos religiosos. As crises políticas vividas pela Alemanha (conforme analisamos na aula 5) e a grave crise econômica vivenciada pelo Ocidente (conforme analisamos na aula 6) criou a desconfiança destes setores conservadores acerca do liberalismo político e econômico.

A opção imediata, escolhida não somente pela Alemanha, mas também por muitos outros países da Europa, principalmente do leste europeu, foi optar por medidas autoritárias para alcançar as massas. A mentalidade capitalista moderna ainda não grassava nos grupos conservadores alemães. Estes estavam profundamente atrelados às suas propriedades rurais que sofriam com o espectro da mudança de condições sobre suas terras, principalmente da reforma agrária, que poderia ocorrer caso o modelo revolucionário russo se espalhasse pela Europa.

A opção pelo regime nazista foi o modo de evitar que as medidas mais modernizantes ameaçassem os grupos conservadores. O medo conservador foi o combustível utilizado para a aproximação dos conservadores aos nazistas. A conversão destes grupos conservadores ao partido nazista foi o passo inicial da nazificação da Alemanha.

Conforme a crise dos anos vinte e trinta se aprofundou, o partido nazista, inicialmente inexpressivo, passou a angariar uma maior quantidade de adeptos. Seus dois inimigos principais eram a democracia e os comunistas. Portanto, para os conservadores, os nazistas eram a possibilidade real de conter os avanços da esquerda e o clima de anarquia política vivenciada pela Alemanha, durante a República de Weimar.

Fritz von Thissen, poderoso e influente empresário alemão, esclareceu por quais motivos havia apoiado o partido nazista:

Para combater o revolucionarismo e as tendências anárquicas dos primeiros anos da República de Weimar, financeiei várias formações patrióticas de caráter militar, entre as quais o Partido Nacional Socialista. Como muitos outros homens da direita, era da opinião de que Hitler teria sido um importante fator na reconstrução da Alemanha; e esta foi a razão pela qual lhe dei apoio cada vez maior... Acreditava firmemente que depois seria restaurada a Monarquia, forma de governo mais de acordo com o tradicional respeito alemão pela autoridade. Com isso, seria afastada a crise revolucionária. (Depoimento de Fritz von Thissen apud ARNAUT et MOTTA, 1994).

Análise da fonte primária

O texto acima foi extraído do diário de um poderoso e rico alemão. Note que o autor não expressa simpatia por Hitler devido suas propostas políticas. Hitler, para ele, é uma espécie de “mal necessário”. Aquele que iria apaziguar a Alemanha. Lembre-se que havia o temor do socialismo, da expropriação da propriedade privada e de uma radical reforma agrária. Além disso, observe que o autor ansiava pelo retorno da Monarquia. O retorno ao passado alemão antes da Primeira Guerra Mundial.

Quando Hitler recebeu os plenos poderes, em 1933, já havia um cenário político favorável à disseminação de suas propostas políticas. No mesmo dia foi saudado durante toda a noite pela população de Berlim, com procissão de tochas acesas, cantos, luzes e cruzeiros gamadas.

Propaganda e persuasão receberam ajuda eficiente da intimidação, das ameaças, dos sequestros. Em fevereiro, a “Assembleia Nacional” (*Reichstag*) foi incendiada e a culpa lançada sobre os comunistas. Um decreto de emergência suspendeu todas as garantias de liberdade. Hitler aumentou o controle sobre os meios de comunicação e polícia. A votação pró-nazista subiu para 43, 9%, começou então uma limpeza de área: sindicatos e partidos são dissolvidos, suas sedes invadidas, expropriados seus fundos e empastelados seus jornais.

Em abril a lei de depuração dá início ao expurgo nas administrações e repartições públicas, eliminando esquerdistas, judeus e democratas. Os *lager* (campos de concentração), em 1933 eram 45. É criada a “Polícia Secreta do Estado” (*Gestapo*), com funções repressivas e preventivas. Em julho começou a vigorar a lei sobre esterilização de doentes hereditários. Em setembro foi criada

a “Câmara Cultural do Reich”, intelectuais e artistas perderam sua liberdade de expressão e de organização: começou o êxodo para o exterior. Foi criado um “Conselho Geral de Economia”: “Não acontecem as prometidas nacionalizações dos trustes, nem a reforma agrária, nem as melhorias salariais. Ao contrário, os salários são congelados. Em maio de 33, uma nova legislação suspende a contratação direta entre operários e patrões, em favor da fixação de contratos coletivos, estipulados diretamente pelo governo” (LENHARO, 1991, p.27).

Para regularizar as relações com a Igreja Católica, em julho Hitler concluiu a concordata com a Igreja. Neste mesmo período, todos os postos de comando do exército passaram às mãos de pessoas de confiança de Hitler. A questão que surgiu foi o que fazer com o poder das SA e com seu comandante Röhm, que se mantinha politicamente irredutível em seu objetivo de construir um *Soldatenstaat* (Estado de soldados), insistindo na primazia dos soldados sobre os políticos e contava com um contingente de três milhões de homens.

Hitler planejou o massacre das lideranças da SA, e em julho de 1934, ocorreu a “Noite dos Punhais” (abordado por Brecht na peça *Arturo Ui*, e por Luchino Visconti, no filme “Os deuses malditos”). “Hitler aproveitou a oportunidade para ampliar o banho de sangue e destruir diversos inimigos. Primeiramente, espalhou-se, como de costume, o boato de que as SA e aliados preparavam um golpe de Estado. A seguir, veio o massacre. Gregor Strasser, remanescente da ala esquerdista do partido, foi também eliminado. Com Von Schleicher, que ainda tinha influência sobre o exército, aconteceu o mesmo. Von Bose e Jung, secretários de Von Papen, e Klausener, chefe da “Ação Católica”, são outras vítimas entre as centenas de pessoas eliminadas” (LENHARO, 1991, p.30).

Lenharo vê que na eliminação de Röhm e na desmobilização das SA, além da destruição de “uma força cega dentro do nazismo”, foi uma espécie de um “ritual moralizador de exorcismo e repulsa com relação a um comportamento e um modo de vida (marcados por licenciosidade, homossexualidade e corrupção entre a oficialidade” (LENHARO, 1991, p.30). Parte da SA foi incorporada ao exército, outra a filantropia nazista e outra a eliminação física de inimigos. Suas

tropas foram desativadas e os desempregados aproveitados na reativação da indústria.

Hindenburg morreu e Hitler assumiu a presidência, neste regime de violência totalitária, deu-se ao luxo de expor-se a um plebiscito, onde deu o resultado imprevisto de 30% de não a sua continuidade.

A partir de 1933, a nova “civilização” alemã é moldada e é preparada a política expansionista. Neste mesmo ano começam as queimas públicas de livros e a saída da Alemanha da “Liga das Nações”. Em 1934 o assassinato do primeiro-ministro austríaco foi patrocinado pelos nazistas e no ano seguinte tem início o rearmamento do país. Neste ano de 1935 são aprovadas as leis racistas contra os judeus, as “leis de Nuremberg”, por elas os judeus não mais poderiam se casar ou manter relações sexuais com indivíduos de sangue alemão ou assimilado.

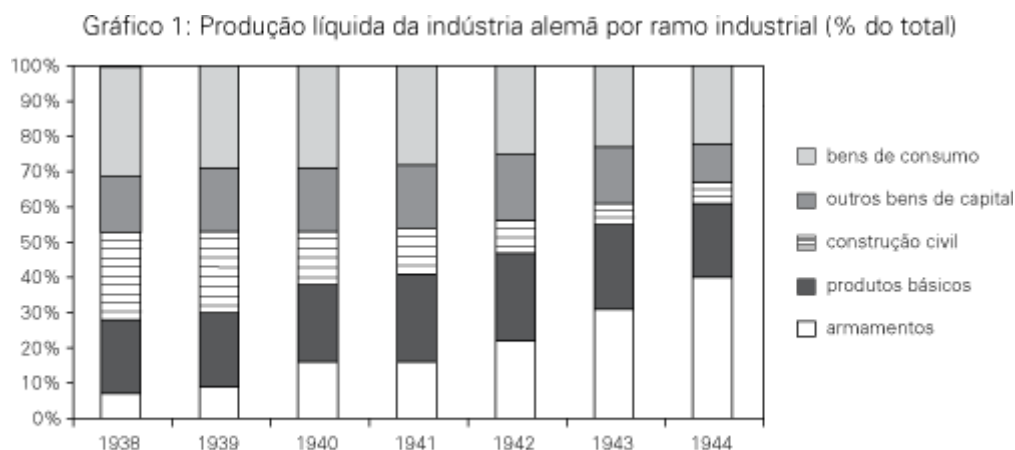
As ações do partido nazista

Após o falecimento de Heindenburg, em 1934, Hitler, ao invés de convocar novas eleições, optou por assumir o posto de presidente ao unir as funções de chefe de Estado e chefe de governo. A partir deste ano, sua função passou a ser combater os graves problemas sociais pelos quais passavam a Alemanha.

A crise econômica foi combatida por uma equipe econômica que propôs uma estratégia precisa. Com a intenção de suprir a falta de reservas monetárias, houve um grande controle de câmbio e acordos comerciais em que os produtos importados pelos alemães seriam pagos com mercadorias alemães em trocas com diversos países do mundo, como o Brasil, por exemplo. Além disso, houve o esforço por investir em grandes obras, como autoestradas e moradias, e a ênfase no rearmamento alemão. Pode-se dizer que os anos entre 1933 e 1944 foram os anos do Primeiro Milagre Econômico alemão. Estes foram anos baseados em uma proposta keynesiana cuja orientação “... se deve a uma engenhosa engenharia financeira que assegurou recursos para a expansão do

crédito e investimento estratégico em setores voltados ao consumo popular, em especial ao setor de construção civil” (FEIJÓ, 2009).

Esta análise econômica retira a ênfase, normalmente aceita pela historiografia, de que a causa de reerguimento econômico foi devido à produção de armamentos. O gráfico abaixo permite novas análises



Fonte: Fonte: Petzina (1968). Apud: Abelshauser (2000), p. 153.

Análise da fonte primária

A produção industrial alemã foi muito diversificada antes e depois da guerra. Apesar do aumento da produção bélica, durante a Segunda Guerra Mundial, não houve a diminuição considerável da produção de bens de consumo. A produção de armamentos não alcançou 40% (apud FEIJÓ, 2009).

A sociedade foi organizada em corporações controladas por um Estado repressivo que tinha dois grandes apoios: a SS e a Gestapo. A totalidade das associações estava vinculada ao NSDAP, o partido único totalmente submetido aos desígnios do Estado nazista.

Jovens alemães eram alistados nas brigadas da juventude hitlerista e o controle das mentes era garantido por uma propaganda maciça. Ela ocorria por meio do uso do rádio, por uma arquitetura monumental e em paradas grandiosas. Fundamentava-se em um ideal de belo que negava muitas das propostas artísticas modernistas como o cubismo, por exemplo.

As ambições imediatas de Hitler voltaram-se para a política externa e apresentavam um triplo intento: abolir o tratado de Versalhes, reunir sob o *Reich* todos os povos de língua alemã, naquilo que ficou conhecido como

pangermanismo, e conquistar um “espaço vital”, estendendo as fronteiras do *Reich*.

Fascismos

Ao longo de todo este curso, estamos utilizando o conceito de nazismo para diferenciar a vertente alemã dos fascismos. Entretanto, genericamente pode-se considerar o período entre guerras como marcado pelos fascismos. Este conceito é utilizado para denominar o conjunto de movimentos e regimes de extrema direita que dominou um grande número de países europeus entre o princípio dos anos vinte até 1945. A denominação genérica do conceito de fascismo, aqui utilizado, decorre da primazia cronológica do fascismo italiano, constituído como movimento político de identidade própria, anterior aos outros regimes.

Fascismo deriva de *fascio*, antiga expressão latina, que denominava o feixe de varas carregada pelos litores e por meio do qual era aplicada a justiça. Em termos da necessidade de um modelo de análise, seguiremos as reflexões de Francisco Carlos Teixeira da Silva. O autor considera que todos os fascismos foram marcados por um significativo *historicismo* que o vincula à instrumental busca por raízes nacionais que reforçam a ideia de uma comunidade nacional original representada por um espírito próprio que se opõe a outros. Em termos políticos, o fascismo pode ser caracterizado pelo antiliberalismo, o antiparlamentarismo, Estado orgânico, liderança carismática, corporativismo e a negação do outro. (SILVA, 2008)

O NSDAP propunha um programa de 25 pontos em que estavam contidas as principais diretrizes do terceiro Reich. Alguns dos principais pontos seriam os seguintes:

1º) Pedimos a constituição de uma Grande Alemanha, reunindo todos os povos alemães sobre o fundamento do direito dos povos a dispor de si mesmos.

4º) Apenas cidadão se beneficia dos direitos cívicos. Para ser cidadão, é preciso ter sangue alemão, a crença não é importante. Nenhum judeu pode, portanto, ser cidadão.

8º) É preciso impedir qualquer nova imigração de não-alemães. Pedimos que todos não-alemães instalados na Alemanha desde 1914 sejam imediatamente obrigados a deixar o Reich.

18º) Pedimos uma luta sem piedade contra aqueles que, por suas atividades, sejam nocivos ao interesse público. Criminosos, agiotas, traficantes e etc. deverão ser punidos com a morte, sem consideração de credo ou raça.

25º) Para que tudo isto se efetive, pedimos a criação de um poder central poderoso, a autoridade absoluta do Comitê político sobre a totalidade do Reich e de suas organizações...

Análise da fonte primária

Os pontos escolhidos do Programa da NSDAP refletem algumas das principais vertentes do partido nazista. A opção pelo pangermanismo de uma Grande Alemanha composta por povos que falassem o alemão. A valorização do “sangue” alemão e a repulsa explícita pelo judeu, considerado decadente e apegado aos valores corruptos do liberalismo. A opção por um governo central que fosse contrário ao pluripartidarismo, às crises e ao comportamento individualista liberal.

Totalitarismo

O uso do conceito de totalitarismo é controvertido. Atualmente, há muitos debates acerca da aplicabilidade do conceito de totalitarismo e sua suposta rejeição. Para os fins da análise desta aula, optou-se por seguir um percurso historiográfico, que proponha entender as definições mais conhecidas do conceito e suas críticas, em relação às circunstâncias históricas em que foram produzidas estas interpretações.

O conceito de Estado totalitário foi utilizado pela primeira vez pelos grupos ligados à gerência do Estado no fascismo italiano. O próprio Mussolini fez uso do conceito. Em seu afã de elevar o Estado à posição de última instância da nação insistia que “... espiritual ou materialmente não existiria qualquer atividade humana fora do Estado, neste sentido, o fascismo é totalitário” (Mussolini apud SILVA, 2008 p.119).

De um modo geral, o conceito tornou-se referência após a obra de Hannah Arendt *As origens do totalitarismo*. Livro escrito logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, procurava entender o fenômeno totalitário como uma lógica inscrita dentro dos sistemas políticos, o que a fez tecer observações argutas acerca do antissemitismo como fenômeno político e do imperialismo como expressão do Estado-nação. Toda a sua análise busca na ruptura com os fios da tradição, tema explorado em outro livro seu *Entre o passado e o futuro*, as raízes de uma proposta política que enfatizava a violência como possibilidade da ação humana em prol de alcançar seus objetivos políticos. Para a autora, o totalitarismo possui um ineditismo que o distancia da ditadura, da tirania e do autoritarismo. Em seu texto, optou por aproximar o fascismo italiano, o

nazismo e a experiência socialista soviética por terem destruído o terreno da política pela ênfase do terror em uma sociedade de massas.

Foi justamente a aproximação entre estes três regimes políticos que suscitou as principais das críticas sofridas por Hannah Arendt. As interpretações de viés marxista atacaram a aproximação entre socialismo e o nazi-fascismo, já muitos partidos de direita se utilizaram da aproximação para criticar o regime soviético.

A novidade neste debate pode ser encontrada na obra de Robert Kurz. E em seu trabalho opta por fazer uma análise do fundamento do pensamento econômico o que não estava presente em toda a História do conceito de totalitarismo. Robert Kurz desenvolve argumento indicando que a tradição ocidental apenas enfatizou a dimensão “político-estatal” do totalitarismo, como, por exemplo, com Hannah Arendt, e esqueceu sua dimensão econômica. Ao analisar a relação entre o totalitarismo e a lei de movimento considera que pode existir o vínculo entre esta relação e a economia capitalista, justamente pelo caráter totalitário e excludente que o liberalismo impôs a economia de mercado. “A essência do totalitarismo nada mais é do que a própria essência do liberalismo. ... a nata da economia política burguesa e da filosofia iluminista ... fez sua a pretensão de executar nos homens "as leis da natureza e da história" (KURZ, 1999). Para o autor, há uma relação estreita entre economia de mercado, democracia e totalitarismo por meio da noção de mobilização total.

Considerações finais

A função desta aula foi enfatizar os debates conceituais existentes acerca dos conceitos de totalitarismo e fascismo. Simultaneamente, optou-se por enfatizar as principais opções econômicas e políticas do NSDAP para reerguimento da economia alemã. Esta proposta encontrou eco em diversos setores da sociedade e, aos poucos, conseguiu fazer com que toda a Alemanha aceitasse as propostas nazistas e encontrasse nas propostas de Hitler a principal voz para o reerguimento alemão.

Referências bibliográficas

- ARENDT, Hannah *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 3º ed. Tradução: Roberto Raposo
- ARNAUT, Luís; MOTTA, Rodrigo P. Sá *A Segunda Guerra Mundial*. Do nazi-fascismo à guerra fria. São Paulo: Atual, 1994.
- ENDERS, Armelle; FRANCO, Renato; FERREIRA, Marieta de Moraes. *História em Curso: da Antiguidade à Globalização*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- FEIJÓ, Ricardo Luis Chaves "Uma interpretação do Primeiro Milagre Econômico Alemão (1933-1944)" In: Rev. Econ. Polit. vol.29 no.2 São Paulo Apr./June 2009.
- KURZ, Robert "Quem é que é totalitário" In: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz35.htm> Acessado 28/07/2012. 1999.
- SILVA, Francisco Carlos Teixeira da "Os Fascismos" In: FILHO, Daniel Aarão Reis *O século XX. O tempo das crises. Revoluções, fascismos e guerras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileiras, 2008 pp. 109 - 165.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo: "o triunfo da vontade"*. SP: Ática, 1991.

AULA 07. Eugenia e cientificismo

Introdução

Ao consultar a bibliografia histórica sobre a origem do nazismo, o principal argumento é que Adolf Hitler buscava o sucesso de seus três erres: *reich* (império), *raum* (espaço) e *rasse* (raça). O primeiro se referia ao resgate do nacionalismo alemão, abalado desde o final da Primeira Guerra Mundial. O segundo era a conquista de territórios tomados da própria Alemanha em virtude da perda da Guerra. E o terceiro era a busca de uma raça pura, denominada por ele como *ariana*, tendo implícito com isso que, mesmo entre os alemães, somente os mais fortes deveriam sobreviver. Todo esse estratagema, atribuído a Hitler, é muito anterior ao *führer*; esta é uma das justificativas dadas por ele próprio para sua utilização na Alemanha nazista: a defesa da **eugenia** pela ciência. Cabe então entender esse conceito, mas antes disso precisamos reconstruir o contexto intelectual que permitiu essa formalização.

Cientificismo

Segundo o professor Arno Wehling, o cientificismo foi a transformação da ciência, passando de método de abordagem em visão de mundo. Esse **conjunto cultural** assumiu como principal tarefa do conhecimento a descoberta das regularidades e o estabelecimento de leis que interpretassem tais regularidades. Ele teria se fundamentado em cinco ideias: a primeira foi a **concepção mecanicista do real**, afirmando a existência de regularidades na própria “natureza humana”. Nessa concepção, a unidade do real estaria submetida a um plano físico natural ou genético. Existiria um mesmo plano físico, biológico, social e antropológico (étnico ou, na linguagem da época, racial), que abrangeria todas as relações sociais possíveis.

A segunda seria a **indução**, isto é, a possibilidade de, por meio da observação e da experiência, poder retirar alguns indícios da natureza. O

objetivo seria encontrar as leis que regem a formação da sociedade, um absolutismo epistemológico, “as mesmas leis, ou suas variantes, explicam de igual modo ou analogamente os diversos conteúdos das diferentes ciências” (WEHLING, 1976, p. 51). O que quer dizer a afirmação de leis deterministas de acordo com a Física newtoniana. Decorre disso o reducionismo metodológico, ou seja, a possibilidade de transpor determinadas leis e conjuntos conceituais de uma ciência para outra.

A terceira ideia seria de que os indícios da natureza, reunidos a outros, numa crescente escala de generalização, nos conduziriam a **leis**. Assim, quando o cientista chegasse à lei, teria a sintonia cabal entre a sua percepção, o seu método científico, a sua construção intelectual e o real, que busca reconstruir.

A quarta seria a crença na existência de **conceitos abrangentes**, transcienceíficos, aplicáveis de maneira semelhante (não idêntica) às ciências físicas, biológicas e sociais. Isso, no nível da explicação científica. Tal identidade corresponderia à grande unidade do real, cujas múltiplas facetas somente seriam compreensíveis à luz de diferentes abordagens, mas todas possuindo uma base epistemológica comum.

Por fim, a quinta ideia seria a da **diretividade do processo**. “O processo (...) assim descoberto, encontrado através de leis, que por sua vez reproduziriam aquela unidade do real, era uma teleologia, (...) uma macroteleologia” (WEHLING, 1991, p. 269). Na Europa e Estados Unidos, outras “roupagens” foram assumidas pelo cientificismo, sobretudo na segunda metade do século XIX e início do XX. Como consequência desse clima cientificista europeu, ciências foram criadas e

desenvolvidas, incluindo aí a eugenia.

Eugenia

Eugenia foi uma palavra inventada pelo cientista britânico Francis Galton, em 1883, para representar as possíveis aplicações sociais do conhecimento da hereditariedade para obter-se uma desejada “melhor reprodução” humana. Foi

Fique atento....

No Brasil, essas ideias científicas teriam entrado não sob a forma difusa de cientificismo, mas sob a fórmula doutrinária, frequentemente sectária, do positivismo e do evolucionismo (WEHLING, 1991, p. 268).

um movimento social e uma ciência, esta última aqui entendida como produto da cultura e da vida social (ALMEIDA, 2002, p. 15). Em termos práticos, a eugenia encorajou a administração científica e “racional” da composição hereditária da espécie humana. Com ideias sociais e políticas explosivas, como a seleção social deliberada contra os indivíduos supostamente “inadequados”, incluindo-se aí cirurgias esterilizadoras involuntárias e racismo genético (STEPAN, 2005, p. 9).

Segundo Hobsbawm (1988, p. 353), o que teria tornado a eugenia “científica” foi justamente o surgimento, após 1900, da genética, que parecia sugerir a exclusão total das influências ambientais na hereditariedade e a determinação, por um único gene, da maioria ou de todas as características, ou seja, que era possível o cruzamento seletivo dos seres humanos segundo o processo mendeliano.

Sabe-se que a questão da eugenia esteve embutida nos debates específicos de cada país; a eugenia não foi unitária e não pode ser indiscriminadamente apreendida, variando conforme as forças contraditórias que atuavam dentro do movimento e as formas diversas como puderam ser absorvidas. Alguns traços distinguem, científica e ideologicamente, a eugenia que pode ser chamada de *latina* (que abrangeria a França, Bélgica, Itália, e a América Latina) e outras, chamadas de eugenia *nazista* e *anglo-saxônica* (GONZÁLEZ, 1999, p. 90). Mostrando a variedade de “eugenias” dentro desses grandes grupos, pode-se ver o exemplo da América Latina:

Nas décadas de 1920 e 1930, por exemplo, o México pós-revolução combinou uma adoção semioficial, na visão de Vasconcellos, de uma raça mestiça superior ou “cósmica”, originada pela fusão de povos caucasianos, indígenas e africanos, com uma marginalização real, não oficializada, dos índios e mestiços não aculturados. Na Argentina, país onde houve imigração europeia em grande escala no início do século XX e onde a população nativa foi praticamente exterminada, o debate, nas décadas de 1920 e 1930, girou em torno de qual fração da “raça” europeia melhor representaria a nacionalidade Argentina. Em Cuba, a eugenia parece ter sido um tanto atípica para a região, devido à sua ligação estreita com a eugenia norte-americana e suas ideologias e políticas públicas mais “duras” (STEPAN, 2004, p. 391).

A importância da eugenia, sobretudo no período entre guerras, pode ser vista por ela ter sido foco em uma grande quantidade de congressos e conferências e também estar associada à legislação social sobre bem-estar infantil, além das discussões sobre raça, classe, identidade nacional, nacionalismo, saúde materna, direito de família, controle de doenças infecciosas e imigração. Serviu também como estímulo para a criação dos primeiros cursos de Genética em muitos países. O tema do “aprimoramento eugênico” esteve presente nos debates dos campos médicos e jurídicos e nas atividades legislativas relacionadas ao papel apropriado do Estado na regulação do matrimônio e procriação.

Racismo antes de Hitler

O Conde Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) foi o artífice do racismo biológico; ele considerava a **raça** ariana superior às demais e assim justificava o **colonialismo**. Benedict Augustin Morel (1809-1873), em obra de 1857, escreveu sobre o que seriam as degenerações físicas, intelectuais e morais da espécie humana. Supunha a existência de um homem perfeito ou “tipo primitivo” (Adão), que, depois da corrupção externa e infernal (a “queda”), tornou-se suscetível a diversas influências negativas. A debilidade geral resultante teria produzido várias raças humanas menos perfeitas, mas relativamente saudáveis, e algumas mesmo de linhas genéticas “degenerativas” que cresceriam mais débeis após cada geração e, finalmente, se exterminariam: “as degenerações são os desvios do tipo humano normal, que são transmissíveis por herança e que se deterioram progressivamente até a extinção”. Em seu *Tratado das degenerescências físicas, intelectuais e morais da espécie humana*, considerou a enfermidade mental, principalmente, como resultado da debilidade hereditária. Ou seja, degeneração seria um fenômeno hereditário. Morel desenvolveu um método detalhado para descobrir a grande variedade de “estigmas de degeneração” encontrados entre os enfermos mentais. Seriam eles sinais físicos (diversas malformações), mas também distintos desvios intelectuais e morais do **normal**.

Para Morel, havia um tipo primitivo ideal, contendor de todos os elementos necessários para conservar a espécie, e do qual toda retirada constituiria uma “degeneração”, cujo ponto de partida seria o “conjunto de novas condições criadas pelo grande acontecimento da queda original”. Os povoadores das prisões seriam, assim, “as personificações de diversas degenerações da espécie, e o mal que as engendra constitui para as sociedades modernas um perigo maior que a invasão dos bárbaros para os antigos”.

A psiquiatria inglesa, com Pritchard e Maudsley, elaborou o conceito de “louco moral”, uma espécie de degeneração que não afetaria a inteligência, mas sim a firmeza moral, o plano afetivo. A partir de Darwin, o racismo biologicista incorporou a teoria da **seleção natural**, que teria vindo a explicar a superioridade ariana por meio de mecanismos sociais de seleção equivalentes aos naturais, que, ao perder-se na organização social, permitiria a sobrevivência de débeis e inaptos, provocando a degradação da raça ariana. Essa teoria foi exposta por Houton Stewart Chamberlain (1855-1927) em *Os fundamentos do século XIX*. De igual modo, o francês Georges Vacker de Lapouge (1854-1936) considerou cientificamente a superioridade da raça ariana.

Sobre isso assinala o professor Eugenio Zaffaroni: “Os delírios biologicistas pré-darwinianos de Gobineau e Morel e os pós-darwinianos e spencirianos de Vacher de Lapouge e Chamberlain cristalizaram em uma ciência inventada pelos ingleses que se conhece como eugenia; essa ciência se dedicou a estudar a herança biológica dos seres superiores, dos “gênios”, para programar uma sociedade em que se criassem as condições de produção dos “gênios””.

Francis Galton (1822-1911) propôs o termo “eugenia” para designar uma ciência cujo objetivo fosse “o melhoramento da raça”. Publicou *Gênios hereditários*, em 1869; nessa obra, considerava que havia limites para a educação, que estariam condicionados pela herança biológica, tendo em conta que a superioridade de uma raça estaria também determinada por sua capacidade para produzir “gênios”. Pearson continuou a obra de Galton fundando a Cátedra Galton de Eugenia na Universidade de Londres e o Laboratório Francis

Galton de Eugenia Nacional, onde difundiu as teses de grandeza e degeneração da nação como resultado dos fatores biológicos. Surgiu assim a tese de que a debilidade mental era a principal fonte de crime, prostituição e alcoolismo. Lothrop Stoddard (1883-1950) publicou, em 1922, *La revolt against civilization*, em que propôs a construção de uma raça superior mediante a multiplicação dos superiores e da eliminação dos inferiores, a “limpeza da raça”.

Também em 1922, dois alemães, Karl Binding, especialista em Direito Penal, e Alberto Hoche, médico psiquiatra, publicaram *A autorização para suprimir a vida indigna de ser vivida*. Ali propunham o conceito de “vida indigna de ser vivida” como justificativa da eutanásia. Essa vida indigna de ser vivida teria como correlato implícito a vida digna de ser vivida. O conceito de vida sem valor se aplicaria a todos os indivíduos que, por consequência de enfermidades ou feridas, deveriam ser considerados perdidos, sem possibilidade de cura, e que, em plena consciência de suas condições, desejariam absolutamente a “liberação” e teriam manifestado de uma forma ou de outra esse desejo; seriam os idiotas incuráveis por nascimento ou por estar em última fase de sua vida, como os enfermos de paralisia progressiva. A decisão última deveria ser de competência de uma comissão estatal composta por um médico, um psiquiatra e um jurista.

O nazismo se assentou sobre esses conceitos científicos para construir os alinhamentos jurídicos de sua **biopolítica**. A eugenia deu o grande salto para isso: partiu da medicina e se converteu em política de Estado. Os médicos alemães a serviço do nazismo ditaram os alinhamentos e dirigiram o processo classificatório-eliminatório.

A biopolítica nazista

Em 30 de janeiro de 1933, Hitler ascendeu ao governo com uma doutrina racista e antissemita explícita e contando com o apoio das massas. *Algumas reflexões sobre a filosofia do hitlerismo* foi um texto publicado na *Revista Católica Progressista de Vanguarda* poucos dias após a ascensão de Hitler ao poder. Nesse texto está dito que “a filosofia de Hitler é primária. Mas as potências primitivas que se consomem nela fazem com que a fraseologia miserável se manifeste sob a pressão de uma força elemental. Desperta a nostalgia secreta da alma alemã. Mais que um contágio ou uma loucura, o hitlerismo é um despertar de sentimentos elementares que põem em questão os princípios mesmos de toda uma civilização”.

O antissemitismo e o racismo se converteram na política oficial do governo nacional-socialista. Seu primeiro ataque foi aos judeus intelectuais. Em 1º de abril de 1933 foi proclamado um boicote geral contra judeus alemães, ação encabeçada por Julius Streicher, diretor da publicação antissemita *Der Stürmer*. O boicote foi precedido por uma campanha de doutrinação e propaganda em todo o território alemão. Piquetes ficaram em frente aos comércios e empresas de propriedade de judeus. Tudo estava preparado e dirigido por agentes das Seções de Proteção SS e das Seções de Assalto SA.

O nazismo estabeleceu um novo marco jurídico para implementar sua política racista e de extermínio. A partir dele, tornou-se legal a discriminação dos enfermos e incapacitados. Converteu em legal também a perseguição a ciganos, judeus, testemunhas de Jeová, dissidentes políticos, homossexuais etc. Privou os judeus de seus direitos legais e civis para despojá-los de seus bens econômicos e separá-los do resto da população alemã.

Fique atento....

Este termo, biopolítica, designa uma estrutura que não é apenas material, mas comportamental e simbólica. Ela faz com que “a vida e seus mecanismos entrem no domínio de cálculos explícitos, e faz do saber-poder um agente de transformação da vida humana” (FOUCAULT, 1988, p.55). Foi pela saúde da população, pela vitalidade da espécie, pelo controle das doenças e pela antecipação dos perigos que esta biopolítica pôde aumentar e potencializar os espaços e as pretensões biomédicas de intervenção social.

Hitler, ao assumir o poder, promulgou as leis que dariam respaldo jurídico à sua ação. As primeiras leis eugênicas do *Reich* foram de 1933 e estabeleceram a esterilização voluntária ou involuntária para prevenir a propagação da vida indigna. O tratamento dos incapazes era muito diferente na Alemanha pré-Hitler; este era feito na família e na comunidade. Em 14 de julho de 1933, com pouco tempo de ascensão de Hitler ao poder, foi promulgada a lei para a prevenção da prole do enfermo genético, que determinou a esterilização obrigatória das pessoas com problemas mentais: “o que estava afetado por uma enfermidade hereditária pode ser esterilizado mediante uma operação cirúrgica, quando houver alta probabilidade, segundo a experiência da ciência médica, de que seus descendentes sofram transtornos hereditários do corpo ou da mente”. Fixou assim a norma legal:

São consideradas como atacadas de uma enfermidade hereditária, no sentido desta lei, todas as pessoas afetadas de uma das seguintes enfermidades: imbecilidade congênita, esquizofrenia, loucura circular (mania depressiva), epilepsia hereditária, mal de São Vitor hereditário (Corea de Huntington), cegueira hereditária, surdez hereditária, graves deformidades físicas hereditárias. Podem ser igualmente esterilizadas todas as pessoas sujeitas a crises graves de alcoolismo.

Determina assim também a lei:

Pode fazer a petição de esterilização o que haja de ser objeto da mesma, seu representante legal (...), o médico oficial (e) para os indivíduos internados em um hospital, sanatório ou asilo ou em uma casa de correção, o diretor do estabelecimento respectivo (...). A solicitação deve ser feita ante um tribunal eugênico, quer seja por escrito ou verbalmente. O tribunal eugênico estará adstrito a um julgamento de primeira instância.

Essas leis inauguram a política racial do nazismo, cujos critérios serão discutidos na imprensa, nas escolas e universidades da Alemanha, apoiados por uma intensa campanha publicitária do regime, cuidando-se de falar de matar enfermos mentais, mas reafirmando o “dano” que estes provocam ao conjunto do povo e à necessidade de propiciar o melhoramento da raça por meio de ativas políticas raciais e da higiene médico-racial. As campanhas do Estado incluíam filmes educativos, como *Vítimas do passado* ou *O pecado contra o sangue e a raça*.

Em 18 de outubro de 1935, foi sancionada a lei para a defesa da saúde hereditária do povo alemão, que proibia o casamento quando um dos noivos apresentasse enfermidade hereditária ou contagiosa. Eram consideradas como tais, entre outras: a surdez, a delinquência, ser antissocial e a inconformidade social.

Em 1935 foram promulgadas as “Leis de Nuremberg”. Como efeito delas, os judeus foram despedidos dos empregos públicos, postos judiciais e dos consultórios médicos. Posteriormente, foram proibidos de servir ao exército alemão. A legislação constava de duas leis fundamentais: a primeira, chamada “Lei de Cidadania do Reich”, estabelecia que só a pessoa por cujas “veias corre sangue alemão” é “cidadão” do *Reich* e que quem carece de “sangue puro” pertence à categoria de “súditos”; automaticamente, os judeus passam a ser cidadãos de segunda categoria. A segunda foi a “Lei de proteção do sangue e honra alemã”, que proibiu os casamentos e as relações sexuais entre judeus e gente de sangue alemão, segundo os termos do período.

Foram fechadas as escolas especiais e criadas instituições fechadas para onde eram enviadas as crianças com alguma enfermidade ou deformidade; os pais eram enganados, dizendo-lhes que ali receberiam terapia mais avançada e adequada. Eram instituições populosas que alimentavam mal as crianças e as maltratavam. Por estarem longe de seu local de origem, as visitas por parte dos pais eram infrequentes e desestimuladas pelas autoridades.

Foi criada a Comissão do *Reich* para o registro das enfermidades graves de origem hereditária e constitucional. Além disso, em 18 de agosto de 1939, foi ditado um decreto secreto que dispunha que as parteiras e clínicas registrariam e declarariam o nascimento de crianças disformes. Comunicava-se aos pais que, com o tratamento de algumas enfermidades, poderia haver possibilidade de conseguir certo êxito terapêutico, inclusive nos casos que até aquele momento eram considerados incuráveis. Através desses enganos, se obtinha a autorização dos pais para internar as crianças que padeciam de enfermidades neuropsiquiátricas, debilidade mental ou malformação congênitas.

As matanças de crianças, ordenadas pela Comissão do Reich, eram mais aceitas e consideradas mais científicas que a eutanásia de adultos, já que encontravam menos resistência nos médicos o matar crianças idiotas com malformações graves do que matar enfermos mentais adultos que haviam sido sãos. Sobre o tipo de morte que se dava às crianças, referiu-se o Dr. Pfannmüller, ex-diretor do Instituto Eglfing e perito do programa de eutanásia, em seu testemunho no julgamento do tribunal de Nuremberg:

O tipo de morte piedosa ficava a critério do médico mesmo, porque o médico que vinha de Berlim seguramente tinha diretivas e realizava o tratamento no sentido de narcotização. Em meu hospital se utilizava luminal, que não chegava à dose máxima. Uma criança com hidrocefalia grave e escassa visibilidade poderá dormir já com uma dose de luminal; em uma criança com melhor atividade cardíaca era necessário mais luminal, e se era administrada continuamente, alcançava com a dose máxima fazer com que a criança não voltasse a despertar. Em uns dias a criança dormia em absoluta calma e não morria por intoxicação. Morria unicamente porque era produzida uma congestão nos pulmões, o que quer dizer por transtornos da circulação e pulmões.

Quando era iniciado o tratamento, informava-se aos pais não sobre o tratamento, mas sim que deveriam visitar a criança porque estava enferma, e os familiares iam. No começo as crianças despertavam, mas logo, por efeito acumulativo de luminal, já não podiam despertar.

As primeiras unidades de extermínio de crianças funcionaram em Steinhof (Viena) e em Brandenburg-Goerden (Alemanha), a cargo dos doutores Ernest Illing e Heintze. Mais tarde se somaram Eglfing, a cargo do Dr. Pfannmüller, Kalmenhof e Eichberg, a cargo do Dr. Mennecke. Nesta última unidade, foram mortas aproximadamente 80 crianças. Após assassiná-las, realizavam dissecações de seus cérebros, que eram enviados ao professor Carl Scheneider, na Clínica Universitária de Heidelberg, que também estudava os muitos pacientes internados em sua clínica e logo os enviava, para serem assassinados, na unidade da comissão que funcionava em Eichberg, que devolvia os cérebros das crianças.

O professor Carl Scheneider, fiel associador da psiquiatria biológica ao nazismo, escreveu: “O imperioso desejo da psiquiatria com respeito a uma higiene da raça se há cumprido na legislação do Terceiro Reich sobre a herança

em uma forma que permite a todo momento, em virtude dos êxitos logrados, dar os próximos passos para chegar ao completo saneamento genético de nosso povo". Para isso seriam decisivas as pautas dadas pelo *führer* Adolf Hitler em *Minha luta*.

Em Eglfing, foram assassinadas entre duzentas e trezentas crianças. Em Kalmenhof, desde agosto de 1942 a maio de 1945, houve 359 mortes, sem que se conhecessem os motivos de tais mortes, devido à destruição da documentação médica com a chegada das tropas americanas, mas se suspeita que muitas foram provocadas.



O Programa T4

Hitler, em 1939, ditou um decreto que outorgava autoridade aos médicos para dar uma morte misericordiosa aos enfermos classificados como incuráveis: "Berlim, 1º de setembro de 1939. O dirigente do *Reich* Bouhler e o doutor em medicina Brandt estão encarregados de ampliar a competência de médicos e designar de tal modo que se possa conceder uma morte piedosa aos enfermos

manifestadamente incuráveis havendo avaliado estritamente seu estado de saúde. Firmado Adolf Hitler”

O *führer* contava com poder político para emitir essa norma em forma de lei, mas optou por um decreto que havia de manter-se como secreto, com o objetivo de evitar reações negativas no povo. Tal norma coincidiu com o início da Segunda Guerra Mundial.

Foram designados como diretores médicos do programa o professor Werner Heyde, titular de psiquiatria da Universidade de Würzburg, e o Professor Paul Nitsche, diretor do Instituto Sennentein, que por sua vez criaram três sociedades: Fundação Geral de Institutos Psiquiátricos, da qual dependia o pessoal dos estabelecimentos de extermínio; a Comunidade de Trabalho do Reich de Hospitais Neuropsiquiátricos, encarregada da distribuição dos formulários de registro e de ordenar os peritos, e a Sociedade de Utilidade Pública de Transporte de Enfermos, destinada a transladar os pacientes aos centros de extermínio em ônibus cinza e com as janelas cobertas por cortinas.

Foi designado pessoal médico para realizar a perícia que determinaria que pacientes seriam destinados ao programa de eutanásia, um total entre 20 a 30

médicos, que enviaram aos institutos alemães e austríacos os primeiros formulários de registro de pacientes. As enfermidades alvo eram: esquizofrenia, epilepsia, enfermidades senis, paralisia refratária a terapia ou outra afecção sifilítica, debilidade mental, encefalite, enfermidade de Huntington ou pacientes com outras enfermidades neurológicas graves, que levassem mais de cinco anos internados de forma permanente ou cujo motivo de internação fosse enfermidade mental com

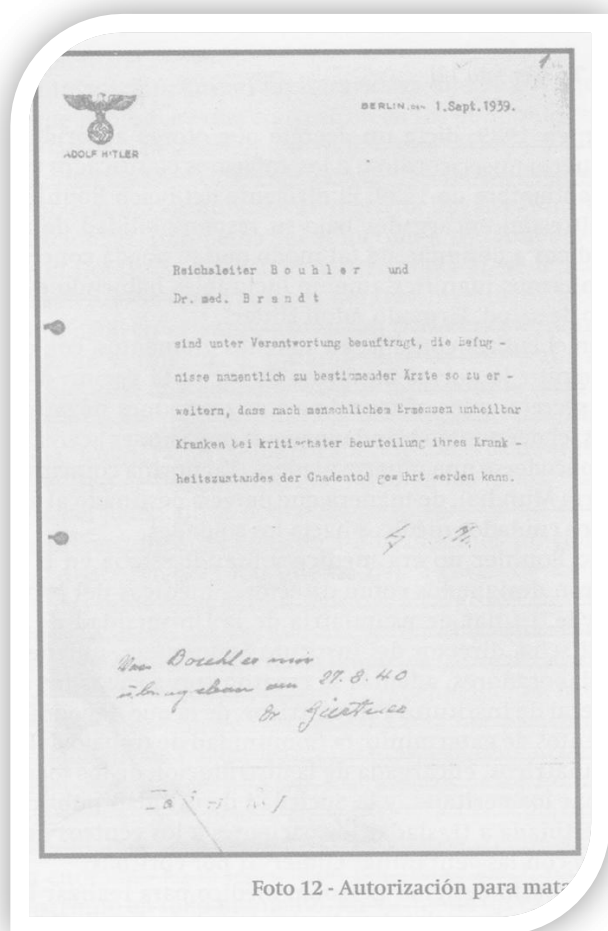


Foto 12 - Autorización para matar

transgressão da lei, seja de sangue alemão ou sangue afim ou fossem estrangeiros.

Esse programa secreto foi denominado T4, já que foi planejado em Tiergartenstrasse 4, em Berlim. Em princípio foi pensado para os adultos, mas as crianças foram incluídas também.

O programa de esterilização acontecia aberta e legalmente, mas o programa da eutanásia era totalmente secreto. Os passos que conduziam um paciente a uma câmara de gás se iniciavam quando o médico do instituto onde estava alojado completava o formulário de registro e era enviado à oficina de eutanásia T4 de Berlim. Realizavam três cópias do dito informe médico e eram remetidos a três peritos médicos que trabalhavam separadamente, que decidiam acerca da possibilidade de incorporar o paciente ao programa de eutanásia e enviavam o informe a um perito superior, que emitia um quarto formulário expedindo-se acerca do paciente; então, era transladado aos centros de extermínio ou permaneciam no instituto.

Quando um paciente era selecionado para ser transladado, chegava semanas antes uma comunicação ao instituto que o alojava anunciando tal fato, registrando que se produzia por motivos econômicos e sem mencionar o lugar para onde seria transladado. Ali permaneceria uns dias e voltaria a ser transportado, desta vez ao centro de extermínio; assim, quando os familiares se apresentavam ao instituto de trânsito, o paciente já não se encontrava naquele lugar.

No transporte da Sociedade de Utilidade Pública de Transporte de Enfermos, diariamente partiam de um a três ônibus de Weilmunster a Hadmar entregando os internos à instituição aniquiladora. Ao chegar, as pessoas eram desnudadas e vestidas com camisas de papel e levadas imediatamente a um compartimento onde eram assassinadas com gás cianídrico e um anestésico agregado. Os corpos eram removidos a uma câmara de combustão por meio de uma gaveta transportadora, seis corpos em um forno. As cinzas que resultavam se distribuíam em seis urnas que eram enviadas as famílias.

As matanças foram realizadas primeiro com monóxido de carbono, e depois com cyclon B, que foi considerado mais eficaz. A ideia de camuflar os compartimentos de gás como banheiros com ducha foi desenvolvida por Brack, que atestou ante o juiz Sebring que os pacientes caminhavam para dentro tranquilamente, depositavam suas toalhas e estavam parados com seus pequenos pedaços de sabão sob a ducha, esperando a saída de água. Na realidade, todo aquele considerado incapaz de trabalhar e não reabilitável era assassinado.

Segundo Hannah Arendt, “As primeiras câmaras de gás foram construídas em 1939, para cumprir o decreto de Hitler ditado em 1º de setembro do mesmo ano. A ideia, contudo, era mais antiga, pois ainda em 1935 Hitler havia dito ao diretor geral de medicina do *Reich*, Gerhard Wagner, que, “se instalada a guerra, voltaria a pôr sob o tapete a questão da eutanásia e a impioria, já que em tempos de guerra é mais fácil fazê-lo do que em tempos de paz”. ‘O decreto foi imediatamente posto em execução, enquanto fazia referência aos enfermos mentais. Entre o mês de dezembro de 1939 e o de agosto de 1941, por volta de cinquenta mil alemães foram mortos com gás de monóxido de carbono, nas câmaras de morte, que tinham a mesma aparência enganosa que as de Auschwitz, quer dizer, pareciam duchas e banheiros’”.

Seis hospitais – em Bernburg, Brandenburg, Grafeneck, Hadamar, Hartheim e Sonnenstein – foram equipados com compartimentos de gás para provar o método de matança. Em 1941, Hitler ditou o decreto para evitar que os pais iniciassem demandas contra as instituições onde as crianças haviam morrido. Alguns médicos se opuseram e trataram de salvar algumas delas.

O programa T4 era divulgado e alguns alemães começaram a protestar, o que determinou que o programa se detivesse. Os fornos crematórios foram desmontados e se instalaram nos campos de concentração dos países ocupados. O programa que havia sido aprovado para a aniquilação de enfermos seria utilizado para levar adiante a solução final, o aniquilamento de judeus, ciganos e outros seres humanos classificados como indesejáveis pelos nazistas. Estima-se que foram assassinados de 250.000 a 300.000 pessoas classificadas como

mental ou fisicamente insanas. Mais de 5.000 crianças morreram em salas pediátricas de hospitais como Spiegelgrund.

As famílias das vítimas não eram informadas da morte de seu familiar ou mentia-se acerca das causas de seu falecimento. Era enviada a elas a seguinte comunicação: “Lamentamos informar-lhes que seu... foi transladado a nossa instituição por ordem ministerial e inesperadamente morreu em... de... Todos os esforços médicos para salvá-lo hão sido inúteis. Dada a grave e incurável enfermidade de que padecia, sua morte evitou-lhe uma permanente estada em nossa instituição e significou uma liberação. Para evitar epidemias contagiosas, vimo-nos obrigados a incinerar o cadáver imediatamente”. Poderia também ter o seguinte texto, como variante: “Com o fim de evitar a propagação de uma enfermidade infecciosa, a polícia local, de acordo com a ordenança nº 22, ordenou a incineração imediata do corpo, assim como a desinfecção dos pertences pessoais da vítima”.

Em geral só exterminaram os pacientes previamente hospitalizados por razões de enfermidade. Uma exceção foi um programa realizado em um distrito do noroeste da Polônia, o Warthegau, em que uma pesquisa sobre a saúde da população inteira foi feita por um Batalhão de Radiografia SS, dirigido pelo professor Hohlfelder, radiologista da Universidade de Frankfurt-am-Main. As pessoas infectadas com tuberculose foram encaminhadas aos centros de extermínio.

É significativo que os líderes nazistas considerassem que o povo alemão aceitaria melhor o extermínio dos enfermos que o extermínio por razões políticas; era utilizada, então, a enfermidade como desculpa para exterminar aos adversários políticos.

Em 1941, Hitler decidiu pôr fim ao programa de eutanásia, frente aos crescentes protestos de bispos e familiares. O programa foi breve e serviu como treinamento para o posterior extermínio dos judeus. Para dar o passo seguinte de seu programa de extermínio, transladaram-se as câmaras de gás para a Polônia. Mas o extermínio de crianças deficientes nunca foi interrompido, como ficou demonstrado nos processos de Nuremberg. Nunca se chegou a

contabilizar a quantidade de crianças assassinadas, mas são contadas em milhares.

Nem nas instituições psiquiátricas para adultos o programa de eutanásia foi suspenso; transformou-se de uma eutanásia ativa a uma passiva: as rações alimentícias dos pacientes se reduziram ao mínimo e não era ligada a calefação no inverno. Em alguns centros, era provocada uma pneumonia ao administrar, de forma prolongada, doses baixas de barbitúricos. A submedicação era o habitual. No começo da guerra, havia na Alemanha 280.000 leitos psiquiátricos, entre públicos e privados; ao final, praticamente não existiam mais. Praticamente a totalidade dos pacientes psiquiátricos internados na Polônia e na URSS ocupada pela Alemanha morreu. Na França ocupada, 40.000 enfermos mentais morreram de fome. Segundo Haerbele,

em resumo, o que uma vez havia começado como uma teoria psiquiátrica francesa se converteu em uma prática política alemã. Os “estigmas de degeneração” se converteram das suspeitas malformações físicas congênitas em marcas exteriores, concretas, de identificação burocrática. O pior de tudo, a diferença da “degeneração” imaginária de Morel, este processo burocrático assinalou de fato as suas vítimas e literalmente as conduziu “progressivamente até a extinção”. Segundo o critério nazista, os judeus “degenerados” com sua herança genética inferior infectariam inclusive as raças nórdicas saudáveis se lhes fosse permitido fazê-lo (ZAFFARONI, 1989)

As pessoas que haviam trabalhado no programa de eutanásia na Alemanha foram enviadas para oeste, para construir novas instalações para continuar o extermínio; procediam da chancelaria de Hitler ou do Departamento de Saúde Pública, onde trabalhavam sob a direção de Himmler.

O programa 14 F 13

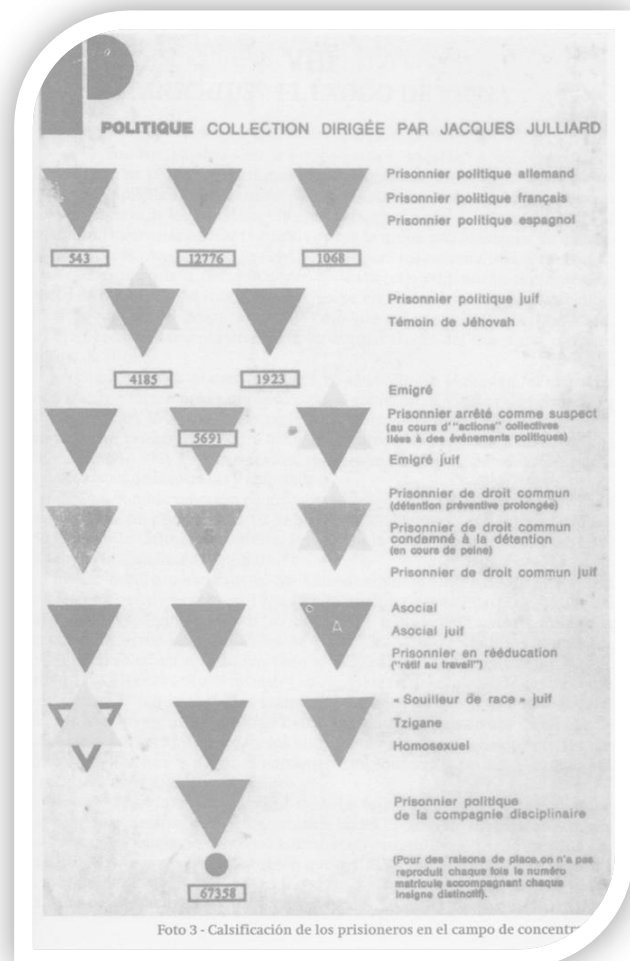
Com esse nome se designou a morte de prisioneiros nas câmaras de gás dos campos de concentração. A seleção dos prisioneiros era realizada por médicos dos campos. Himmler encomendou a Bouhler a formação de uma comissão de médicos para avaliar o estado físico e mental dos prisioneiros dos campos; essa comissão deu suporte aos provenientes da oficina T4 para que esses médicos psiquiatras levassem adiante a tarefa.

Chegou aos campos de concentração a circular do chefe da SS que fez a referência a este programa como assunto secreto do *Reich*. Em 12 de novembro de 1941, o chefe do campo de concentração de Gross-Rosen recebeu a seguinte comunicação secreta: “Como fora comunicado anteriormente aos comandantes dos campos de concentração de Dachau, Sachsenhausen, Buchenwald, Mauthausen e Auschwitz, a comissão de médicos visitará proximamente os campos mencionados para descartar prisioneiros. Para os campos de Flossenburg, Gross-Rosen, Neuengamme e

Niederhagen, está previsto esse controle para a primeira quinzena de janeiro de 1942. Dado que os médicos à disposição estão sumamente ocupados, as tarefas de controle nos campos de concentração deverão abreviar-se todo o possível. Uma vez concluídos os controles, será enviado um informe a respeito dos campos, declarando o número de prisioneiros enviados ao tratamento especial 14 F 13”.

Conclusão

O Dr. Hoven, médico de Buchenwald, declarou que “em 1941 me inteirei de que se estava levando a cabo o programa de eutanásia para exterminar os



débeis mentais e inválidos da Alemanha. Koch, o comandante do campo, reuniu nesse momento a todos os chefes SS que eram chefes no campo e lhes fez saber que havia recebido uma ordem secreta de Himmler de matar todos os prisioneiros débeis mentais e aleijados. O comandante explicou que havia autoridades superiores de Berlin que haviam ordenado incluir nesse programa de extermínio todos os prisioneiros judeus do campo de concentração de Buchenwald. Seguindo estas ordens, enviaram de trezentos a quatrocentos presos judeus de distintas nacionalidades à unidade de eutanásia de Bernburg para seu extermínio. Dois dias mais tarde, recebi do comandante uma lista de nomes de judeus exterminados em Bernburg, com o encargo de confeccionar atestados de óbito falsos. Cumpri essa ordem. Essa operação especial se executou sob o nome falso de 14 F 13”.

A declaração do Dr. Muthing também descreve a atividade da Comissão em Dachau: “No outono de 1941, em uma visita oficial do Dr. Lolling, médico chefe do escritório central dos campos de concentração das SS, à minha enfermaria, ele me comunicou que uma comissão constituída por quatro médicos e dirigida pelo professor Heyde visitaria o campo de concentração de Dachau, e que a tarefa da comissão era registrar os prisioneiros não aptos para o trabalho a fim de fazer a eutanásia e trasladá-los às câmaras de gás do campo de concentração de Mauthausen. Pouco depois dessa reunião, apareceu a comissão, formada por quatro psiquiatras e coordenada pelo professor Heyde. Eu não tive nada que ver com a comissão e seu trabalho, igual ao dos demais médicos do campo. Mas vi esses quatro médicos em quatro mesas separadas, entre duas barracas; muitas centenas de prisioneiros se apresentaram ante eles. Ali os controlavam, com base em sua capacidade para o trabalho e seus arquivos políticos, e se fazia a correspondente seleção. O exame consistia unicamente em revisar seus arquivos na presença dos prisioneiros. Umas semanas depois que a comissão se foi do campo, em dezembro de 1941, partiu o transporte de várias centenas de prisioneiros selecionados pela comissão de psiquiatras às câmaras de gás do campo de concentração de Mauthausen em janeiro de 1942. Não posso jurar que tenham sido realizados mais transportes

porque me mudaram do campo de Dachau pouco depois do segundo transporte”.

Começou assim o extermínio sistemático de judeus, como extensão do programa de eliminação de enfermos mentais e incapacitados, com a mesma metodologia (a câmara de gás e a cremação dos corpos), os mesmos médicos responsáveis por selecionar quem seria assassinado utilizando critérios classificatórios científicos. O que se iniciou como uma teoria médica (a eugenia) se transformou, com os nazistas, em uma prática de extermínio. Voltaremos a esse tema na aula 10.

MORTES CAUSADAS PELO HOLOCAUSTO

Judeus	6 milhões
Prisioneiros de guerra soviéticos	Cerca de 3 milhões
Civis soviéticos	2 milhões
Civis polacos	Cerca de 1 milhão
Civis jugoslavos	Cerca de 1 milhão
Homens, mulheres e crianças com deficiência mental ou física	70,000
Ciganos	Cerca de 200,000
Prisioneiros políticos	Desconhecido
Membros da Resistência	Desconhecido
Deportados	Desconhecido
Homossexuais	Desconhecido

Disponível na Internet em <http://www.bxscience.edu.orgs/holocaust/edguide/deaths.html>

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Maria Eugenia de. *Eugenia: gênese e legitimação, 1870-1900*. Dissertação de Mestrado UERJ/IMS, orientadora Madel T. Luz, 2002.
- FOUCAULT, Michel. Nascimento da biopolítica. *Curso dado no College de France (1978-1979)*. Martins Fontes: São Paulo

GONZÁLEZ, Armando García. “El desarrollo de La eugenesia em Cuba”. In: *Asclepio*. vol LI, nº 2, 1999. pp. 85-99.

HITLER, Adolf. *Minha Luta* (Mein kampf). SP: Centauro, 2001.

HOBBSAWN, Eric J. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LENHARO, Alcir. *Nazismo: “o triunfo da vontade”*. São Paulo: Ática, 1991.

LÉVINAS, Emmanuel. *Algumas reflexiones sobre La filosofia Del hitlerismo*. Fondo de Cultura Económica. Buenos Aires, 2001.

NAVARRO, Daniel. *Psiquiatria y nazismo: historia de un encuentro*. Buenos Aires: Ed. Madres de Plaza de Mayo, 2010.

SHIRER, William L. *Ascensão e queda do III Reich*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

STACKELBERG, Roderick. *A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

STEPAN, Nancy Leys. “Eugenia no Brasil: 1917-1940”. In.: Hochman, Gilberto; Armus, Diego. (Orgs.) *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre a saúde e doença na América Latina e Caribe*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. (coleção história e saúde). pp. 331-391.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. RJ: Ed. Fiocruz, 2005.

WEHLING, Arno. “Capistrano de Abreu e Sílvio Romero: um paralelo cientificista”. In: *Revista IHGB*, RJ, 152 (370): 265-274, jan./ mar.1991.

WEHLING, Arno. “Capistrano de Abreu: a fase cientificista”. In: *Revista IHGB*, RJ, 311: 43-91, abr./ jun.1976.

ZAFFARONI, Raúl Eugenio. “La ideologia racista em América Latina”. In: *Educación y Derecho Humanos*, Instituto Interamericano de Derechos Humanos, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1989.

O material fotográfico pertence ao Dokumentationsarchiv des
6Osterreichischen Winderstands (Arquivo documental da resistência
austriaca): [WWW.doew.at](http://www.doew.at)
[HTTP://www.gedenkstaettesteinhof.at?index.shtml?lang=en](http://www.gedenkstaettesteinhof.at?index.shtml?lang=en)

AULA 08. A estética do nazismo

Introdução:

Walter Benjamin, em seu ensaio “A obra de arte no tempo de suas técnicas de reprodução”, afirmou que o fascismo tendeu a uma “estetização da vida política”. Como podemos entender esta afirmativa? Em *Mein Kampf*, Hitler afirmou ser a arte produto da grandeza política nacional. Arte e política eram vistas como uma única e mesma coisa, sendo termos quase intercambiáveis. Em sua fala no congresso do partido, em 1936, arte e Estado seriam produtores de uma força criadora, chamada de “vontade autoritária” ou “poder político de criar formas”. Povo e nação seriam atributos para que essa vontade criasse as formas do Estado e as formas artísticas. Hitler se sentia lisonjeado ao ser considerado chefe artístico e chefe político, como diziam: o “artista político” do *Reich*.

Assim, formariam um trinômio inseparável: **povo, arte e Estado**. Segundo a imprensa nazista, existiria uma ligação interna e necessária entre os trabalhos artísticos do *Führer*, seus quadros de pintura, e sua grande obra política. A oferta estetizante do nazismo veio de encontro a uma visão enraizada na cultura alemã desde o século XIX. Esta visão trazia a imagem de uma política incapaz em si mesma de capturar e dirigir os destinos do país, necessitando do domínio de um homem forte que a conduzisse pela arte e pelo belo. Daí a qualificação de providencial à pessoa de Hitler. Alcir Lenharo assim expressou constatação semelhante: “Pode-se compreender o esforço de Hitler e dos nazistas em familiarizar os assuntos políticos, teatralizá-los, musicá-los, filá-los, atraindo-os para o domínio do delírio e da embriaguez idólatra” (LENHARO, 1991, p.38).

Eventos coletivos e propaganda

Criou-se um calendário de cerimônias, uma espécie de propaganda e encontro da comunidade nazista, onde seus ideais eram retroalimentados: 3 de janeiro, comemorava-se a tomada do poder; 24 de fevereiro a fundação do partido nazista; em março era comemorado o culto dos heróis; em abril o aniversário de Hitler; em maio o dia do trabalho e a festa das mães; junho o solstício do verão; setembro a grande festa nazista, com oito dias de encontros e celebrações no Congresso do Partido, em Nuremberg; em outubro a festa da colheita; novembro o Putsch de Munique; em dezembro o Natal, mantendo o caráter cristão, apesar da intensa oposição de Himmler e Rosenberg, chegou-se a um meio termo em relação a esta comemoração, colocando-se em dúvida a real origem judaica de Cristo e sua possível posição política, contrária aos interesses do judaísmo.

Procurou-se não perder nada. Qualquer ocasião podia ser utilizada como recurso de mobilização popular nas ruas e de envolvimento político das massas. Por exemplo, o chefe da SA em Berlim, Wessel, foi assassinado por um militante comunista, em uma disputa por uma prostituta. Goebbels extraiu ao máximo este fato para converter Wessel em mártir do movimento nazista: toda sua agonia foi narrada pela imprensa nazista, de janeiro a fevereiro de 1930. Foi composto *Horst Wessel Lied*, um hino em sua homenagem, cantado posteriormente ao do partido em suas reuniões.

A organização dos espetáculos convertia a multidão em peça essencial dessa mesma organização. Buscava-se envolver esta multidão na “produção de uma energia que carregavam consigo após os espetáculos, redistribuindo-a no dia-a-dia, para escapar à monotonia de sua existência e prolongar a dramatização da vida cotidiana” (LENHARO, 1991, p.40).

Os eventos reforçavam o ânimo do militante nazista, davam a sensação de pertencimento a uma comunidade maior, transmitindo gratificantes sensações de encorajamento e reconforto. Os uniformes dos militantes nazistas serviam à dissimulação das diferenças sociais e projetavam a imagem de uma comunidade coesa e solidária. O impacto na rua, em forma de espetáculo visava

diminuir os que estavam fora do espetáculo, segregando-se, fazendo-os sentir fora da comunidade.

Todos os acontecimentos eram programados minuciosamente, tudo era previsto: a entrada, a marcha, os lugares, a decoração, ganhando um sentido de ritual religioso. Nestes eventos marcas de identificações eram usadas, unindo o grupo. Exemplos dessa marca de identificação dos nazistas foram os emblemas da águia e da cruz gamada, que eram dispostos nas braçadeiras, nas bandeiras e nos estandartes. Mas o principal elemento foi a suástica, ela sugeria a energia, a luz, o caminho da perfeição, como a trajetória do Sol em sua rota. Seu conteúdo afetivo, de conhecida ancestralidade, foi identificado como sendo capaz de suscitar profundas emoções.

Os espetáculos geralmente eram a noite. Neles Speer dispunha os projetores de defesa antiaérea, de modo a obter efeitos expressionistas, aumentando a dimensão física dos monumentos e dando aos símbolos uma força mais natural. Segundo sua descrição, dispunha 130 projetores ao redor da esplanada, a doze metros um do outro, a iluminar verticalmente o céu com seus raios de luz que alcançavam de seis a oito quilômetros de altura. Dando a impressão de que gigantescas muralhas infinitas se encontravam sustentadas por poderosos pilares luminosos. O templo do nazismo para expor sua política em forma de espetáculo, foi o *Zeppelinfeld*, em Nuremberg, que abrigava até cem mil pessoas, com uma imensa tribuna, com colunatas, contornado de degraus guarnecido de pedestais portadores de mastros e uma avenida diretriz. Tudo simétrico, dando destaque ao pódio, onde as bandeiras nazista davam vida à pedra.

As músicas ampliavam o entusiasmo, cantadas pela multidão, tomada pelo sentimento e formar um todo único, coeso e inquebrantável, sobretudo cantando *Deutschland über alles* e *Horst Wessel Lied*, como dito, hinos oficiais do nazismo. Com seu ápice no momento em que Hitler tomava a palavra. Aí também o espetáculo continuava. O caráter emotivo de sua fala encadeava momentos alternados de tensão, mas tendia a assumir um clima de histeria,

preponderantemente arquitetado pela violência verbal, alimentado pelo uso constante de palavras como “esmagar”, “força”, “ódio”, “cruel”.

Outro ponto dos espetáculos coletivos foram os “autos de fé”. Os “autos de fé” eram cerimônias públicas de queima de livros, simbolizando a purificação do espírito nacional. Goebbels e os estudantes pediam, aos brados, que as chamas devorassem os escritores Marx e Trotsky, em favor da “comunidade do povo”, pela “filosofia idealista” e contra “a luta de classes e o materialismo”. Que devorassem Freud, em favor da “nobreza da alma humana” e contra o “exagero destrutivo da via instintiva”. Que devorasse Thucholsky e Ossietzky, em favor do “respeito e da veneração do imortal espírito popular alemão”, e contra a “insolência e a pretensão” (RICHARD, 1978, p.212).

As cerimônias fúnebres noturnas faziam também parte da política estetizada do nazismo. As cerimônias de celebração dos mortos, sobretudo do *Putsch* de Munique de 1923, era a efetivação da sublimação estética da morte. Archotes, fogueira, círculos de chamas, desfiles, sequencias sombrias de músicas de Wagner serviam para exaltação dos feitos grandiosos do teatro do regime, canalizador dos imperativos da política. O recurso teatral exorcizava os acontecimentos de forma a corrigi-los historicamente, impregnando de significado puro e original aquilo que se dera fora dos desejos nazistas, expurgando simbolicamente o passado.

Na reatualização da memória heroica dos mártires, o discurso hitlerista encadeava a ansiedade dos vivos, para formar a comunidade mística do Reich. Hitler se apresentava como o grande guia condutor da fé, o grande arquiteto da comunhão nacional. O significado mais amplo da teatrologia política apontava a demonstração do *Führer* como forjador da vontade coletiva, apropriador de vontades, a quem se obedeceria cegamente.

“Nós nos encontramos todos aqui e o milagre desse encontro enche nossa alma. Cada um de vocês pode me ver e eu não posso ver a cada um de vocês, mas eu os sinto e vocês me sentem. É a fé em nosso povo que, de pequenos, nos tornou grandes, de pobres, nos fez ricos, de homens angustiados, desencorajados e hesitantes que éramos, fez de nós homens corajosos e valentes, aos homens errantes que éramos, nos deu a visão e nos reuniu a todos” (HITLER, Discurso de 1936).

Assumiu traços de pura idolatria o culto da personalidade de Hitler. A teatralização agressiva dos grandes encontros apanhava-o como o ponto central do cenário feito de luz, de multidão e de ordem. Segundo Guyot, Hitler tinha o costume de chegar aos locais das festividades de avião, sobrevoando lentamente sobre a esplanada para aparecer aos olhos de seus fieis “como um Deus descendo sobre a terra”. Goebbels se dirigiu ao *Führer* assim: “Em nossa profunda desesperação temos encontrado em vós o que mostra o caminho da verdadeira fé... Tendes sido para nós a realização de um misterioso desejo. Tendes curado nossa angústia com palavras de liberação. Tendes forjado nossa confiança no milagre que virá” (GUÉRIN, 1977, p.103).

A preocupação estética do nazismo não se restringiu aos espetáculos públicos de massa. Em *Mein Kampf* o tema da propaganda de massas é constante. Ele se preocupava com o que veicular, tendo em conta o que ele pensava sobre as condições médias do receptor a ser atingido. Outra preocupação era com a técnica; buscava-se aproveitar ao máximo tanto a etapa de preparação para o poder, quanto a sua conquista. Considerava que a propaganda deveria ser popular, dirigida às massas, desenvolvida de modo a levar em conta um nível de compreensão dos mais baixos, restringidos a pouquíssimos pontos, repetidos incessantemente. Deveria atingir o coração das grandes massas, compreender seu mundo maniqueísta, representar seus sentimentos.

Arquitetura e cinema

Arquitetura e cinema eram dois campos de realizações cultivados pelos nazistas para propaganda política. Hitler via a arquitetura como catalisadora das artes em geral, suas formas determinariam as da pintura e da escultura. Ela deveria expressar a grandeza de um regime, de uma época, de um povo, de uma raça. Ela expressaria e criaria a unidade e o poder alcançados pela nação. Despertaria a consciência nacional, reforçaria a unidade política e incrementaria o orgulho de se sentir alemão (LENHARO, 1991, p.49). Projetaria as ideias de seus realizadores no pensamento de outras nações. Em seu desejo de

eternidade, fascinado pelas ruínas Greco-Romanas, Hitler pensou sua arquitetura em termos de futuras ruínas. Daí sua ligação com Speer, arquiteto oficial do Reich, e autor da teoria do “valor das ruínas de um edifício”.

Com pedra e tijolo, materiais capazes de resistir ao desgaste causado pelo tempo, criaram uma arquitetura que fosse capaz de inspirar os sentimentos de orgulho e de heroísmo nas gerações futuras. Em sua visão, mesmo que o nazismo fosse reduzido ao silêncio, suas construções haveriam de falar por si e continuar a espantar os homens por muitos milênios. O antecessor de Speer, Paul Troost, oficializara com Hitler o “neoclássico monumental” como estilo identificado com o regime. Os artistas e intelectuais valorizados pelo nazismo se julgavam os continuadores da tradição clássica da arte grega, indo além da pureza física ou da beleza cultural até a arte dórica. “A arte grega, para os artistas nazistas, era “inseparável de uma certa glorificação da crueldade – da escravatura, do militarismo e da afirmação da supremacia da raça ariana sobre os bárbaros” (GUYOT, 1983, p.46).

Em sua visão sobre a arte grega, nelas as funções vitais do ser humano teriam uma integridade: a mulher seria a mãe e o homem seria viril, guerreiro. Além disso, a arte grega teria se mantido imune à ação corruptora do comércio judeu e não teria sofrido contato com as artes consideradas inferiores: a africana e a dos movimentos de vanguarda tais como expressionismo, o cubismo e o dadaísmo.

Outros estilos tinham seus lugares. Buscou-se demonstrar a aparente pluralidade e clima de liberdade, sobretudo nas referências arquitetônicas ao passado ancestral da Alemanha. Esses povoaram os centros comunitários, oficinas do partido e escolas de treinamento militar. Elas não tinham familiaridade com o neoclássico, apelavam para o sentimento nacionalista, com arquitetura militar da fortaleza medieval, com a intenção de fazer reviver uma era de cruzadas e de colonização militar. Os albergues de juventude, hotéis nas beiras das autopistas, sedes dos correios e construções da “Frente do Trabalho” tinham o estilo folclórico, concebido na crença do lema “sangue e terra”, que pregava a regeneração do homem urbano pelo reencontro com suas raízes

rurais. Visando assim criar a impressão de vida rural exatamente onde ela não existia.

Chegou-se a criar um programa de construção das casas populares, visando reintegrar os habitantes das cidades ao campo. Demonstrando uma aversão pela vida nas metrópoles, que segundo eles seriam responsáveis pela “morte da nação”, pela qual famílias perdiam o desejo de ter filhos. A volta ao campo significava o fortalecimento da raça. “Em qualquer dos estilos adotados, a arquitetura nazista nunca perdia de vista sua dimensão simbólica. Assim como qualquer outra manifestação cultural, ela era expressão de poder, instrumento de propaganda e de incitamento ideológico” (LENHARO, 1991, p.52).

O cinema fez parte da propaganda nazista desde a campanha eleitoral de 1930, antes da tomada do poder já eram feitos curtas metragens. Desses, foram proibidos pela República de Weimar “O congresso nacional do NSDAP”, “Os soldados marrons de Hitler chegam”, “A batalha de Berlim”. Mas foram autorizados “A juventude Hitlerista nas montanhas”, “A viagem triunfal de Hitler através da Alemanha”. Assim como, filmes documentários, que tinham finalidades mais claramente eleitorais “Hitler voa sobre a Alemanha”, “Nosso Führer” e “Alemanha desperta”.

Foram produzidos 1.350 longas metragens nos doze anos de domínio nazista: comédias românticas, comédias musicais, operetas, filmes de costumes, de guerra, de exaltação dos valores do regime (racismo e xenofobia). Até mesmo os filmes comerciais, a sua maneira, exprimiam também os valores do regime em sua sutileza: heroísmo, “espírito alemão” e patriotismo.

Ingleses, russos, judeus, comunistas, franceses e americanos receberam tratamento especial nos filmes políticos: ingleses e russos eram escolhidos como os inimigos capitais do povo e através deles é que se deveriam concluir tudo o que os alemães não eram; os ingleses eram apresentados como ridículos, covardes e velhacos; os russos receberam adjetivações de brutos e alcoólatras, violadores de mulheres, assassinos de civis, seriam renegados judeus que traiçoeiram o próprio país; os comunistas são descritos como mongóis de crânio

raspado, gângsteres, sádicos, ávidos de crimes; os franceses são minorados como desorganizados e inferiores como soldados; os americanos seriam uma mistura de judeus com capitalistas.

Digno de atenção é que nos filmes eram projetados, nos inimigos externos, práticas obscuras que estavam sendo alimentadas na própria Alemanha: campos de concentração, perseguição, tortura, genocídio de civis, eutanásia de “doentes incuráveis” etc., em uma espécie de esforço de exorcizar o presente vivido.

Nos filmes de propaganda antijudaica a ideia de que o judeu seria desumano e intolerável na convivência com outros povos é sempre perseguida. O judeu é abordado como um animal perigoso (mãos aduncas, rosto encarniado, olhar sádico e cúvido, vive sempre à custa dos outros). Pretendendo avaliar o mal que supostamente há séculos os judeus infligiam ao povo alemão, daí a necessidade de sua eliminação. Himmler exigia que os soldados das SS e os policiais vissem esses filmes. “Os Rothschilds”, “O judeu Suss” e o “Eterno judeu”, todos de 1940, foram produzidos no momento exato em que estava sendo planejada a “solução final” para os judeus europeus. Em “O eterno judeu”, uma propaganda superdoutrinária, os judeus constituem uma raça de parasitas e se espalham pela face da terra. Fazendo o paralelo que, assim como o judeu, o rato marrom também se espalhou pela Europa. A matança dos ratos seria então o resultado lógico.

Os jogos olímpicos de 1936 foram o tema de “Olympia”, um filme documentário de exaltação a Alemanha nazista. Em que são glorificadas a força física, a saúde e a pureza racial, mostrando que o sacrifício individual de cada atleta, com sua força e energia, forjavam a nação.

O filme “**O triunfo da vontade**” documentou o Congresso Nacional do NSDAP e ficou pronto em 1936. Havia 135 pessoas na equipe técnica, e foram utilizadas trinta câmaras de filmagem. Toda a magia e a comunhão mística entre o *Führer* e as massas e a solidariedade entre soldados e trabalhadores são passadas neste filme. Dupla grandeza de espetáculo, do evento em si e do próprio filme, que refaz e amplia a dimensão daquele. Nas palavras de Gregor e

Patalas: “A câmara apanha, em angulações estáticas e simétricas as insígnias das tropas formadas em gigantescos blocos. Em tomadas de baixo, ascendendo pelos mastros das bandeiras, sublinha as dimensões colossais do congresso. *Travellings* ao longo das formações militares acentuam a rigorosa ordem. Só, Hitler percorre o longo espaço vazio entre as formações do exército. Levado acima deles à altura de uma casa, domina o ambiente desde o palanque. Não é mais possível distinguir se a câmara apanhou uma parada militar real ou se tudo foi apenas encenado para ela. O verdadeiro congresso do partido realizou-se somente no cinema: o filme criou o congresso” (Apud Nazário, 1983, p.51). Os filmes de propaganda nazista sempre tomavam o *Führer* como referência aberta ou não. Mesmo quando não é citado, somente através de sua pessoa é que a exposição se explicita. “Nenhum ator era julgado digno de personalizá-lo. Nenhum outro filme sobre ele era mais necessário. Nenhum outro projeto foi elaborado”, diz Leiser, sobre o filme “O triunfo da vontade” (apud NAZÁRIO, Luís, 1983, p.55).

Moral

Pelo “princípio da dupla moral”, na construção do ideário nazista, a sociedade sempre aparecia como purificada moralmente, e cada um dos cidadãos deveria cuidar da defesa da raça como da força do império nazista. A moral nazista herdou as contradições da moral burguesa. A insistência com que a propaganda acentuava tal padrão moral é que é digno de nota; amplo investimento ideológico repousava sobre essa ordem comportamental, sustentáculo básico do regime. Tornara-se imperativo controlar a vida e o cotidiano de cada um, como também deveria ser controlada toda a energia nacional, dirigida para obtenção dos fins do regime. Para uma nova sociedade e um novo homem, novos hábitos, novas ideias, novos costumes.

“Hitler sempre foi apresentado como o modelo a ser seguido; primava em portar-se como o continuador da moral prussiana. Mostrava-se comedido com o dinheiro, não ostentava luxo pessoal, não bebia, não fumava, fazia questão de tornar conhecidos seus hábitos vegetarianos. Suas relações com as mulheres sempre foram camufladas. Mas sua imagem pública excessivamente puritana e sua falta de atração pelas mulheres, acompanhada de uma incômoda abstinência sexual

levaram a imprensa do partido nazista a divulgar a face erótica do *Führer*, seus sucessivos casos de amor com artistas e senhoras da sociedade, de modo a fazer com que se desprendessem dele atributos eróticos que fortalecessem sua ligação com as massas. Hitler teria dito que não se casara para melhor poder se dedicar à Alemanha..." (LENHARO, 1991, p.63).

Os pressupostos ideológicos dos nazistas e a prática arbitrária do poder levaram-nos inevitavelmente a desenvolver uma moralidade que contradizia a que apregoavam. Na realidade, tudo o que os nazistas atribuem à condição humana deixa claro que a moralidade exigida era vista apenas e exclusivamente como um mecanismo de poder. Eles não precisariam respeitar aquilo que as massas alemãs respeitavam; melhor dizendo, a moral exaltada existia somente para ser praticada pelas massas como instrumento de sua própria dominação.

A dupla moralidade entre os nazistas era vista no comportamento do alto escalão que rodeava o ditador. Nas memórias deles (Speer, Göring, Borman, Goebbels, Heydrich, Wessel, Röhm), sobre eles, se adjetivavam com os seguintes termos: drogado, sádico, ladrão, alcoólatra, brutal, calculista, sedutor de mulheres, estuprador, proxeneta, homossexual, contestador; em suma, comportamentos nada condizentes com a moral apregoadada (LENHARO, 1991, p.63).

As imagens da propaganda, artísticas ou não, encontram-se divididas de forma simples e linear. Seu conteúdo é sempre o mesmo, pouco modificado em cada "modelo" a ser trabalhado exaustivamente. Por exemplo, a propaganda da SA apela à camaradagem, tenacidade e força, buscando formar os soldados SA em um quadro de fé e obediência. O esquema da propaganda do partido é conjugado à imagem do uniforme marrom dos soldados SA. No início dos anos 30, a imagem, nos filmes e pinturas, coletiva que buscou-se divulgar era de uma rebelião de jovens insatisfeitos, dosada com a imagem particular do herói SA, loiro e atlético, um camarada, pronto para o sacrifício iminente. Os soldados SA são anônimos, só valem enquanto massa. Entre eles a diferença pessoal não tem valor. Sempre uniformizados, abraçados entre si e carregando a mesma bandeira, eles deixam nos quadros a impressão exata de pertencerem a única ordem, e de obedecerem a um único comando.

Já a imagem do soldado SS ganharam especificidade de um soldado ligado a uma mística especial. A SS saiu da SA quando de sua desagregação, visavam por isso superar as qualidades de seu modelo. As SS cultivam a mística de uma liga secreta, de uma organização muito mais hierarquizada e disciplinada. O soldado SS passava inicialmente por testes físicos para ser aprovado e recebia treinamento militar à parte, assim como formação ideológica. Seus contingentes eram formados de diplomados sem emprego, tinham um nível intelectual mais alto, consciência de elite, cultivavam a coesão de um grupo de fiéis dependentes da autoridade superior mais próxima. Eram guardiães da fé nazista. Das tropas de choques iniciais, as SS se desdobravam na “Unidade de “Caveiras” (para guardar os campos de concentração), no “Serviço de Segurança” (para a espionagem ideológica do partido) e no “Centro para Questões de Raça e Povoamento”. Suas reservas humanas vinham da *Hitlerjugend*. O jovem nazista passou a ser mergulhado no espírito do nacional-socialismo. Ele era educado para fazer o elogio da força, da disciplina, da militarização. Desde 1936 a adesão a Juventude foi obrigatória. Com uma tradição forte esportiva e naturista, foi construída toda uma imagem positiva de felicidade, associada a trabalho, esporte e disciplina.

A literatura nazista teve como principal tema a volta a terra e a glorificação do modo de vida do camponês. Adotou-se um tom romântico anticapitalista que se mostrou avesso à industrialização e à vida nas cidades, com o fim de exaltar a “pureza” dos costumes rurais. Os costumes são glorificados como a reserva moral da Alemanha, seu elemento sadio e regenerador. Eles são os responsáveis pela manutenção da tradição, da “pureza” da raça e dos costumes, graças ao contato permanente com a terra e ao fato de terem vivido alheios às influências estrangeiras. Os pintores tratavam realisticamente os temas, em detrimento das escolas modernistas dos anos 20, pintavam aldeias, trigais, montanhas, lagos, o campo alemão: famílias camponesas, camponeses na colheita, velhas camponesas sentadas.

A visão mítica da vida no campo complementa-se necessariamente com a glorificação do trabalho manual de camponeses e artesãos, de sua atividade

apoiada na terra e na natureza brotaria a simplicidade dos costumes. Nas cidades preferiu-se o artesão ao operário para serem retratados: o ferreiro, o serralheiro, o lenhador. Os nazistas não optaram pelas mitologias em torno dos operários, personagens já ligados à tradição revolucionária dos socialistas e comunistas. Os operários quando representados são despojados de sua condição de trabalhadores, seus músculos são ressaltados, nada da fadiga, do sofrimento, das cadências, do ritmo intermitente da produção *taylorizada*.

A mulher alemã, em seu mundo rural, juntaria os atributos de feminilidade e era tida como a base para a armação ideológica da “nova ordem” nazista. A mulher camponesa estaria próxima da terra e dos ancestrais, conjugaria assim perfeitamente a visão essencial do “sangue e solo”. A Vênus camponesa teria olhos azuis, quadris largos, seios e ventre salientes, feita para parir. Não seria indicativa de sensualidade, tão somente a fecundidade e a pureza da raça alemã seriam acentuadas. A fecundidade da terra determinaria os atributos da maternidade e da feminilidade, num envolvimento quase sempre eivado de paganismo. Como guardiã da raça ariana, sofria restrição absoluta de seu espaço público de atuação. Sua condição essencial era de reprodutora, confinada ao lar, submetida ao homem como sua fiel companheira.

Como mulher seria naturalmente pura (ingênua), simplesmente não poderia ou deveria participar da política. Visava-se prepará-la para a maternidade, daí o lema dos três k: *Kinder* (criança), *Kirche* (igreja), *Küche* (cozinha). Esperava-se da mulher que ela ensinasse os valores fundamentais da nação, reservar-se apenas aos trabalhos domésticos. No congresso do partido em 1934, Hitler falou das funções que a natureza teria destinado: o homem foi criado para o trabalho, para a guerra, para a decisão; a mulher somente se dignificaria pela procriação. Ela era a vestal, a sacerdotisa do lar, a guardiã das tradições. Em 1941, na escalada da economia de guerra, essa visão foi reformulada, pois a necessidade mobilizou milhões de mulheres para o trabalho necessário nas indústrias.

Em 1935, houve acentuação da política demográfica, com a criação das *Lebensborn*, uma espécie de estágio intermediário entre maternidades e haras humanos com objetivo de incrementar a expansão da raça ariana através do controle biológico da concepção e da procriação, além da subsequente educação das chamadas “crianças SS”. No início funcionavam como creches e maternidades para os filhos e esposas dos soldados SS. Mães solteiras poderiam nela dar à luz em segredo e oferecer seu filho à instituição, que seriam aceitas caso passassem pelas exigências raciais.

Existem indícios que se transformaram em haras humanos em que as moças se deixavam engravidar pelos SS e se profissionalizavam como prostitutas-reprodutoras. Himmler, incentivando esta política demográfica, estimulou a pesquisa dos biólogos e cientistas no sentido de obter meios de previsão do sexo das crianças, a fim de se estimular a geração de meninos, futuros soldados. Como seu plano não alcançou a abrangência esperada recorreu, durante a guerra, ao sequestro de crianças estrangeiras que apresentassem traços arianos bem evidentes.

Com a ordem demográfica projetada, o regime rejeitou tudo o que pudesse trava-la. O homossexual era culpabilizado porque desperdiçava sua energia sexual em relações consideradas absolutamente improdutivas. Se a mulher homossexual poderia gerar um filho, o homossexual masculino, esse, sim, vítima da repressão, era considerado um degenerado, porque incapaz de procriar, de criar descendência, ou de se tornar herói devido a suas características femininas. Era inimigo público, somente o trabalho poderia regenerá-lo. À medida que a “civilização” nazista se implantava, os portadores da “culpa infame” passaram a receber o rigor da lei em nome da “purificação moral e da saúde biológica”. O estigma moral da homossexualidade era visto como um eficiente recurso de aniquilamento do adversário.

As prostitutas foram tratadas pelo pragmatismo da dupla moral nazista, como imorais e improdutivas, mas que realizavam um trabalho reconhecido como de utilidade pública. O Estado preferiu então intervir no mercado da prostituição e organizar o atendimento. As casas de tolerância foram

higienizadas, com salas de banho e atendimento médico. Mas as prostitutas foram recenseadas, e as que insistissem em trabalhar por conta própria eram castigadas e enviadas aos campos de concentração.

Em *Mein Kampf* Hitler apregoa uma educação severa, receitando o casamento precoce e a família numerosa como recursos de regeneração da sociedade. Mas, no dia a dia a vida sexual não sofria proibições fundamentais no que se refere às relações heterossexuais. O adultério não era condenado, as relações pré-conjugais também eram livres, as mães solteiras eram consideradas honradas, e a virgindade das moças deixava de ser valorizada. As mulheres da seção feminina da *Hitlerjugend*, por exemplo, recebiam cursos de história e biologia, faziam ginástica, jogavam tênis, praticavam a dança e o bronzamento do corpo. Educadas para procriar, aprendiam também a se conduzir em sociedade e a seduzir, segundo Palmier (1977, p.15).

Espaço geográfico

Em *Mein Kampf*, Hitler afirma que o espaço geográfico é limitado e a guerra se tornava assim inevitável. Em sua filosofia da História, o motor da história e das sociedades seria a desigualdade das raças e a disputa pelo espaço vital. Mesmo entre a considerada raça superior haveria uma classe de “senhores” que se destacaria do conjunto dos alemães (os dirigentes, os heróis e os soldados SS), uma classe média (militantes do partido), a massa de anônimos, os “servos”, e por último os novos “escravos modernos”, os estrangeiros conquistados e os judeus. Isso já predefinido antes da “solução final”, ou seja, do extermínio em massa de judeus, poloneses, russos, ciganos, homossexuais, doentes mentais e doentes incuráveis, bandidos comuns e prisioneiros políticos.

Toda concepção de Hitler de política se apoiava sobre a necessidade histórica de assegurar ao povo alemão seu espaço vital. Assim, as guerras desencadeadas pelos nazistas podem ser vistas como um desdobramento necessário da matriz ideológica básica do nacional-socialismo. A propaganda ideológica que embasava as primeiras guerras de conquista era pautada na revanche pela afronta sofrida com o Tratado de Versalhes, quando da anexação

da Áustria, Sudetos e Dantzig. Mas não poderia ser a mesma na guerra a leste, sobretudo na invasão a Rússia.

Outro recurso foi utilizado. Russos e ingleses foram amalgamados numa só e terrificante figura do mal: banqueiros judeus e judeus comunistas conspiravam para eliminar os povos arianos. A glorificação da guerra e do heroísmo já era tema constante na literatura nacionalista antiexpressionista. Os escritores nazistas só vieram repetir os clichês já surrados da exaltação dos valores militares, do sacrifício, da força da guerra como fator de soerguimento do orgulho nacional, como “Tempestade de aço”, de Jünger. As obras de escultura, como os nus de Brecker, por exemplo, apelavam para a paixão guerreira, e chamavam a atenção para a iminência do combate e a inevitabilidade da guerra. O cinema acompanhou as outras artes na contribuição para o enaltecimento do espírito guerreiro e patriótico alemão e propagação dos pontos fracos do inimigo. A guerra era geralmente retratada de modo ideal e exaltador, como no filme “Stukas”, de 1941.

Mas havia um cálculo nesta propaganda. A violência da guerra era propositalmente afastada para não impressionar os espectadores, obter deles uma predisposição favorável à política das autoridades e manter o moral elevado.

Conclusão

Nesta aula vimos que o programa de ação nazista seguia uma racionalidade, que buscava a estética do belo e da harmonia dentro dos padrões estéticos nazistas, além do ideal racista e antissemita. Havia ainda uma dupla moral nazista que pautou o discurso e ação de propaganda do regime. A próxima aula será destinada aos estudos dos impactos destes conceitos no desenvolvimento da segunda Guerra Mundial.

Referências bibliográficas

GUYOT, Adelin. *L'Art nazi*. Bruxelas, Ed. Complexe, 1983.

LENHARO, Alcir. *Nazismo: "o triunfo da vontade"*. SP: Ática, 1991.

STACKELBERG, Roderick. *A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados*. RJ: Imago Ed., 2002.

FREITAS, Gustavo. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, 1980?.

NAZÁRIO, Luís. *De Caligari a Lili Marlene*. SP: Graal, 1983.

AULA 09. A Segunda Guerra Mundial

Introdução

Nas aulas anteriores, o objetivo foi estudar as condições históricas para o surgimento do nazismo, como a crise de 1929 e a Primeira Guerra Mundial. Enfatizou-se a condição econômica, política e cultural da Alemanha na década de 1920. Após isso, analisamos os principais elementos que singularizavam a estética nazista em relação aos outros regimes totalitários.

Nesta aula, o objetivo será estudar a Segunda Guerra Mundial como acontecimento histórico que mudou o âmbito das relações internacionais após o seu término e entender as principais batalhas e estratégias que propiciaram a vitória dos chamados Aliados. Optou-se, nesta aula, por enfatizar as opções de batalha seguidas pelos países do Eixo e pelos Aliados para vencer a guerra.

A caminhada para a guerra

Os cidadãos europeus da segunda metade da década de trinta do século XX vivenciaram uma série de conflitos nacionais que anunciavam o destrutivo cenário da Segunda Guerra Mundial. Os principais conflitos internacionais do período foram a Guerra Sino-Japonesa, a invasão da Etiópia pela Itália e a Guerra Civil Espanhola.

A Guerra Sino-Japonesa (chamada por muitos de Segunda Guerra Sino-Japonesa) teve início em 1937, após a invasão japonesa da região da Manchúria, pertencente à China. Com a ascensão da extrema direita japonesa, em 1931, o imperialismo e a expansão territorial eram vistos como os únicos caminhos para a resolução da grave crise econômica que o país atravessava. No âmbito das relações internacionais, o Japão optou por elaborar acordos com a Alemanha nazista e a Itália fascista. O mais conhecido foi o acordo de 1936, o pacto **Anti-Comintern**, o pacto contra o movimento comunista internacional.

De todas as guerras anteriores à Segunda Guerra Mundial, a Guerra Civil Espanhola foi aquela em que as forças que iriam se opor durante a guerra

estiveram em explícito combate. O conflito estourou em 1936. Nessa época, a Espanha era controlada por uma coalizão de esquerda, antifascista, que venceu as eleições legislativas em 1931. Os grupos conservadores espanhóis (fascistas, monarquistas e a Igreja) opuseram-se a muitas das medidas propostas pelos esquerdistas. Iniciou-se uma guerra civil após o assassinato forjado de um monarquista do exército.

As forças em combate eram a representação da polarização política do mundo no período. Os grupos conservadores nacionalistas tiveram o apoio do envio de milhares de soldados da Itália fascista e do apoio aéreo alemão. Os grupos de esquerda, republicanos, foram apoiados apenas pela URSS. As democracias liberais optaram por não se envolver no conflito, por medo de gerar uma nova guerra mundial. Apesar disso, muitos voluntários, algo em torno de 35 mil, foram armados pela Internacional Comunista e lutaram na Guerra. Os republicanos foram derrotados pelos conservadores em 1939. O seu líder, o general Francisco Franco, instaurou uma ditadura que duraria até meados da década de setenta.

A invasão da Etiópia pela Itália ocorreu devido ao intento de Mussolini de criar um grande Império italiano. Ocorrida em 1935, a invasão, que partiu da Eritreia, tinha a intenção de ser uma demonstração de força italiana. Apesar de possuir armamento moderno e de alto poder de destruição, os italianos não conseguiram uma vitória rápida. Os grupos etíopes resistiram durante algum tempo, porém no ano de 1936 a vitória poderia ser considerada consumada.

O tabuleiro de xadrez internacional entre 1935 e 1939

Durante a segunda metade da década de trinta, o conjunto de diferentes interesses entre as nações havia chegado a uma situação altamente complexa. A invasão da Etiópia pela Itália expressou a imensa fragilidade da **Sociedade da Liga das Nações**, fundada em 1919 com o intuito de garantir a segurança coletiva, como vimos na Aula 3. Havia uma cláusula, acordada por todos os presentes, de que as potências belicistas e expansionistas não poderiam atacar nem invadir nenhum outro país. A ação italiana na Etiópia significou o fim da

Sociedade da Liga das Nações, devido à sua impotência para gerenciar conflitos internacionais e garantir a segurança coletiva.

Os principais países envolvidos nas tensões europeias possuíam interesses diversificados. Os regimes autoritários europeus, especialmente a Alemanha e a Itália, moviam-se nas seguintes direções:

- a) a Alemanha tencionava vincular alemães ao *Reich*, principalmente aqueles que viviam na Áustria, e expandir-se para a Europa do Leste, ampliando seu **espaço vital**;
- b) a Itália, ao invadir a Etiópia, rompia com a Sociedade da Liga das Nações e, especialmente, com as nações democráticas europeias;
- c) a expansão nipônica pelo extremo oriente estava vinculada ao conjunto de interesses das nações autoritárias europeias.

O contrabalanço ao projeto expansionista dos regimes autoritários deveria ser feito pelas nações democráticas europeias – a Inglaterra e a França – e pelas duas novas potências ascendentes – os EUA e a URSS. Cada um desses países, entretanto, possuía objetivos particulares. A princípio, como afirma Amado Luiz Cervo, “as nações mundiais não viram a ascensão de Hitler ao poder como um *turning point* das relações internacionais” (CERVO, 2001, p. 211). Isso propiciou um cenário de pouco constrangimento imediato para a Alemanha nazista, o que facilitou a movimentação política dos estrategistas alemães em alianças que facilitassem a expansão do *Reich*.

Tanto a França quanto a Inglaterra ainda acreditavam na Sociedade das Nações e em seus planos de segurança coletiva, porém buscando alternativas próprias para novas inserções no cenário internacional. A França buscava alianças ao leste, com a Polônia e a Tchecoslováquia, e tencionava criar um ambiente de diálogo diplomático com as nações fascistas, especialmente com a Itália. A Grã-Bretanha, por seu turno, buscava resolver problemas particulares: evitar o confronto interno entre ricos e pobres, reforçar a coesão da *Commonwealth* e evitar o engajamento militar na Europa.

Stalin, a partir dos planos quinquenais, fez com que a URSS, durante a década de trinta, estivesse voltada para sua segunda revolução industrial, a fim de torná-la econômica e militarmente viável. Elaborava acordos bilaterais de exportação com praticamente todos os países europeus, de modo que conseguisse máquinas para o desenvolvimento do próprio país. Seu isolamento político internacional fundava-se no receio da expansão fascista para o Leste Europeu e na busca por tornar-se o fiel da balança em relação às decisões tomadas pelo Ocidente em termos de política internacional.

Os EUA, por seu turno, optaram por um caminho similar de isolamento. Em nome dos interesses nacionais, Franklin Roosevelt bloqueou as estratégias de concerto internacional para sair da crise econômica aguda e fugia das decisões europeias de decisões acerca da guerra. Sua ênfase recaía, ainda, na América como um espaço singular controlado pelos norte-americanos.

O voraz expansionismo alemão (1936-1939)

O equilíbrio de forças europeu e o distanciamento dos EUA e da URSS deixaram brechas para que as estratégias expansionistas alemãs se efetivassem. A tática parecia ser clara: desde que se retirou da Sociedade das Nações, em 1933, “Hitler optou por negociar bilateralmente o desarmamento e contemporizar a leste, acalmando o temor e a hostilidade soviéticos e isolando a França da região” (CERVO, 2001 p. 211).

Em 1936, a Renânia é ocupada militarmente e é formado o Eixo com a Itália fascista de Mussolini, e Franco recebe apoio militar na Guerra Civil Espanhola. Nas Olimpíadas, Hitler moderou seu discurso, mas o país se preparava física e psicologicamente para a guerra. Em 1938 e 1939, cerca de 58% do orçamento destinavam-se a fins militares. Em 1936, Hitler expôs o Plano Quadrienal de preparação para a guerra. De um lado, os grupos da indústria pesada de exportação, como Schacht e Thyssen estavam opostos à perspectiva de guerra, recuperando as colônias de forma pacífica e atuando em colaboração com o capital financeiro britânico e norte-americano. De outro, o grupo das indústrias químicas e elétricas (como IG-Farben, Siemens, AEG e o Deutsche

Bank) acreditava que a guerra de conquista suplementaria a expansão econômica alemã. Diante da oposição interna ao regime quanto à opção pela guerra, Hitler, entre 1937 e 1938, afastou diversos militares de seus postos e assumiu o comando das Forças Armadas.

Diante da economia de guerra, os trabalhadores deveriam dar sua contribuição, e não fazê-lo era tido como uma atitude “antipatriótica”. Mais que a disciplina do trabalho, seria dever do trabalhador participar e se sentir gratificado como “soldado do trabalho”. Com toda atitude de resistência por parte dos trabalhadores, o regime agiu com mão de ferro. Em 1933, os partidos, sindicatos e jornais dos trabalhadores foram interditados. O nazismo conseguia mais facilmente a adesão de trabalhadores aposentados e desempregados, mas enfrentava grande dificuldade entre os organizados.

“A Frente do Trabalho Alemão, criada em maio de 1934 para dominar os trabalhadores, tratou de desestruturar definitivamente a antiga organização sindical e implantar mecanismos de vigilância e punição que impedissem, pelo menos, as manifestações mais visíveis de resistência. A Frente centralizou todas as categorias de patrões e empregados, assim como todos os ramos da produção associados diretamente ao regime e seu aparato policial; ela cuidava também do lazer, da educação, da propaganda e da moralização do trabalho” (LENHARO, 1991, p. 33).

Em 1934 foi baixada a Lei de Ordenação do Trabalho Nacional, regularizando a fixação de salários, conflitos de trabalho e a disciplina interna dos locais de trabalho. Em seu primeiro artigo já estabelecia: “Em cada empresa, o empregador como chefe (*Fürer*) da empresa e os funcionários e trabalhadores como colaboradores (*Gefolgschaft*) trabalham em comum para a promoção dos objetivos da empresa e do bem comum do povo e do Estado” (MARSON, 1984, p. 141).

Dentro da Frente do Trabalho são criadas as organizações Força para a Alegria, que patrocinavam turismo para os trabalhadores e levavam arte (orquestras sinfônicas, óperas, espetáculos de dança) para os locais de trabalho, e a Beleza do Trabalho, responsável por aprimorar fisicamente o trabalhador

por meio do culto da musculatura e da eliminação da gordura supérflua. As fábricas foram ajardinadas e receberam cuidados higiênicos e instalações para a prática de esportes e de educação física. Os nazistas esperavam com isso que os trabalhadores se submetessem docilmente às suas estratégias de envolvimento e participação. Com salários achatados, os trabalhadores responderam com desinteresse no trabalho, absenteísmo, baixa produtividade – uma forma de resistência passiva.

No âmbito internacional, os fatos mais decisivos foram a anexação da Áustria, em 1938, e a invasão de regiões da Tchecoslováquia que possuía populações alemãs. Esse expansionismo alemão foi encarado de forma cautelosa pela Inglaterra e a França. Suas populações, ainda traumatizadas pela experiência da Primeira Guerra, optaram pelo pacifismo, que gerou cegueira diante dos reais objetivos de Itália e Alemanha. O silêncio diante da invasão alemã da Tchecoslováquia reforçou a sensação de instabilidade do cenário político internacional.

Os acordos de Munique, firmados em setembro de 1938, foram a principal manifestação disso. Neville Chamberlain, primeiro-ministro britânico, optou por uma política de apaziguamento que o fez ceder aos desejos alemães:

Nós, o Führer e o primeiro-ministro britânico, tivemos hoje mais um encontro e concordamos em reconhecer que a questão das relações anglo-germânicas é de primordial importância para os dois países e para a Europa. Consideramos que o acordo assinado na noite passada e o Acordo Naval Germânico simbolizam o desejo de ambos os povos de nunca mais guerrear entre si. Estamos convictos de que o método de consulta será o método adotado para lidar com quaisquer questões concernentes a nossos dois países, e estamos determinados a continuar com nossos esforços para remover possíveis fontes de divergência e, assim, contribuir para assegurar a paz na Europa (Neville Chamberlain, 1938, apud ENDERS, 2008 p. 313).

O cenário que Chamberlain previa não se concretizou. Hitler permaneceu guiando a Alemanha numa estratégia de rearmamento. Esses eram os principais indícios de que uma guerra estava próxima. As ações posteriores indicaram que as atitudes de busca pela paz de Chamberlain não se concretizariam.

O período de véspera da Segunda Guerra Mundial também ficou marcado pela movimentação diplomática entre os diversos países. O mais famoso acordo foi o tratado Hitler-Stálin, assinado em 1939. Conforme afirma John Lukacs, a discussão acerca do nome do pacto (Ribbentropp-Molotov ou Hitler-Stalin) indica a primazia dos atores históricos na discussão. A opção pela utilização do nome por Hitler-Stálin indica que esses líderes foram responsáveis diretos e pessoais pelo acordo feito entre a Alemanha e a URSS às vésperas da

Segunda Guerra Mundial (LUKACS, 2007, p. 22-25).

Esse acordo diplomático, secreto na época, possibilitou a tranquilidade de que os nazistas necessitavam em sua frente a Leste. A partir daí, um avanço para a invasão da Polônia parecia ser uma questão de tempo.

A Segunda Guerra Mundial: o avanço das potências do Eixo (1939-1941)

O pacto de não agressão firmado com a URSS possibilitou à Alemanha preocupar-se somente com a frente Oeste. Hitler não queria cair no mesmo erro ocorrido em 1914, quando o combate em duas frentes de batalha enfraqueceu o *Reich*. A Polônia foi derrubada em menos de três semanas pela estratégia da *Blitzkrieg*.

O total investimento em direção ao Oeste, após a vitória sobre a Polônia, possibilitou a Hitler apoderar-se da Dinamarca e da Noruega. Em maio de 1940, já havia invadido a Bélgica e os Países Baixos. A estratégia de Hitler parecia estar conseguindo alcançar todos os seus objetivos mais imediatos.

O próximo alvo era aquele pelo qual Hitler havia nutrido seu maior desejo: a França. Apesar de possuidora de um grande exército, foi dominada

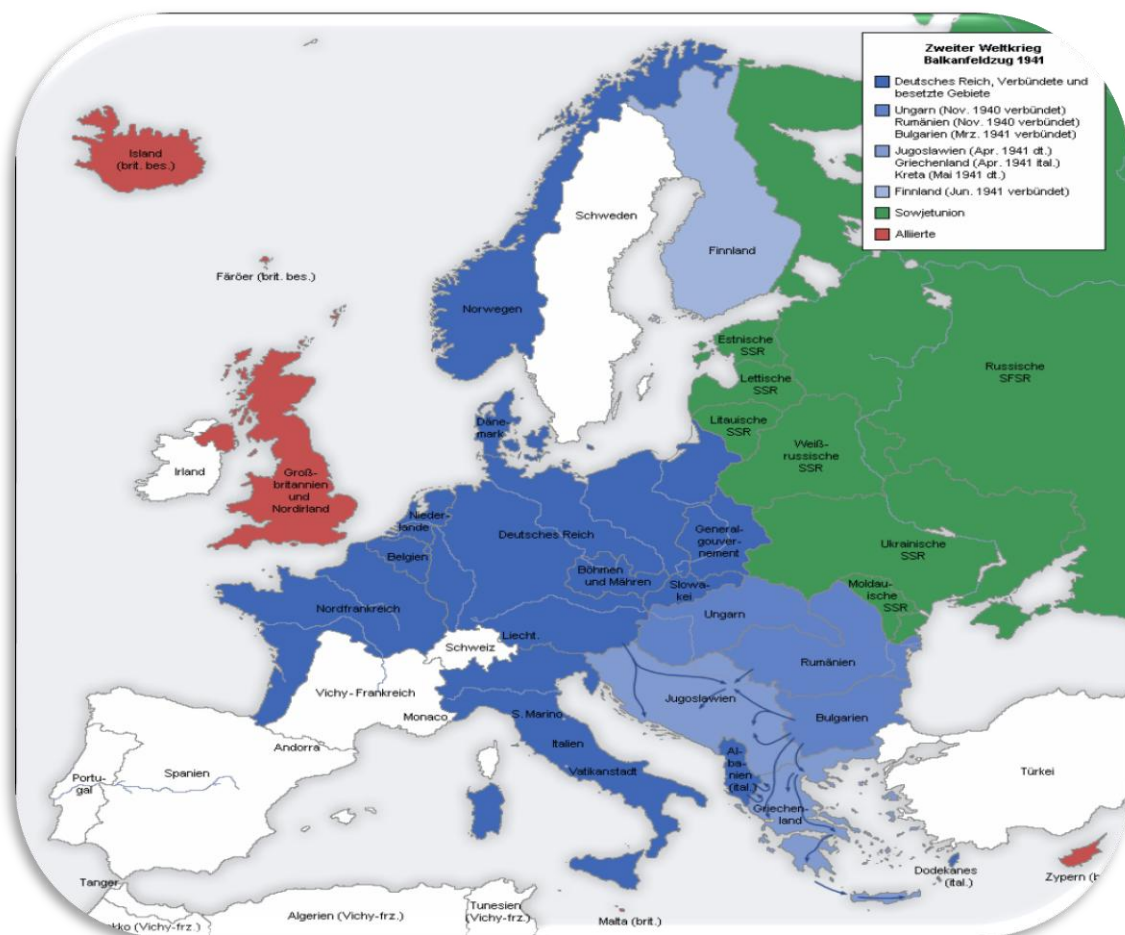
Fique atento....

A palavra *Blitzkrieg* significa “guerra-relâmpago”. Ela se apoiava na utilização maciça da aviação e de blindados em um ataque fulminante. Essa opção de guerra foi bem-sucedida pelo menos até 1942, quando os soviéticos conseguiram contê-la.



em pouco mais de seis semanas. Para Hitler, conseguir marchar sobre Paris era a concretização de uma de suas aspirações. Em 23 de junho de 1940, Hitler, junto ao arquiteto Albert Speer e o ator Arno Breker, visitou Paris, momento em que produziram a foto¹⁴.

A França possuía estratégias de defesa, como a linha Maginot, por exemplo, porém elas se mostraram extremamente ineficazes ante o poder de devastação alemão. Nem mesmo o grande contingente de soldados foi suficiente para deter os alemães. Aproximadamente um milhão de franceses foram feitos prisioneiros.



O mapa indica que, em princípios de 1941, a Alemanha já havia conseguido tomar praticamente toda a Europa continental, seja por meio de

¹⁴ Foto retirada do site <http://www.historytoday.com>.

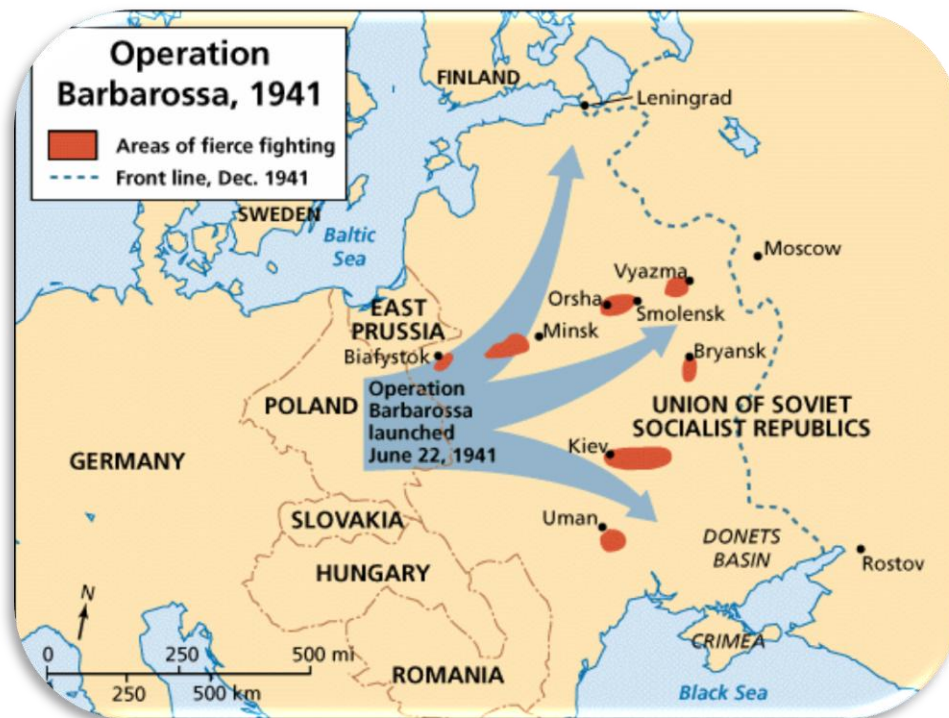
guerra ou por alianças políticas. A França havia sido dividida em duas partes: uma submetida ao governo alemão e a outra, colaboracionista, conhecida como **República de Vichy**.

O horizonte que se descortinava era uma invasão direta à União Soviética. Esse parecia ser o mais novo passo a ser dado por Hitler, porém ainda não havia certeza. O ano de 1941 acabou com todas as dúvidas do líder do *Reich*.

O ano de 1941

Este texto apoia-se na pesquisa de John Lukacs, que considera a invasão da União Soviética pela Alemanha como o principal instante de real transformação no panorama da Segunda Guerra Mundial. Ele teria sido, como afirma o autor, muito mais importante do que Pearl Harbor, pela guerra que já ocorria no Atlântico entre Alemanha e Estados Unidos, mesmo que não declarada e pelo fato de que nenhuma das nações democráticas ocidentais podia distanciar-se da importância da URSS (LUKACS, 2007).

Foi nesse ano que Hitler começou a **operação Barbarossa**, como foi denominada pelos alemães a invasão da URSS. Após a dominação da Bélgica, Holanda e França, a derrota da Inglaterra parecia uma questão de tempo, o que o fez voltar suas atenções para o grande país do Leste Europeu. Interessante observar que a Segunda Guerra Mundial foi especialmente uma guerra de grandes líderes: Hitler, Stálin, Churchill, Roosevelt, Mussolini. O que há de destacável nesse período da guerra é que a invasão da URSS pareceu estar ligada a decisões particulares de Hitler. Ele não apresentou exigências a Moscou. Como afirma Lukacs, havia a possibilidade de que Stálin as aceitasse, o que poderia parar o avanço do exército alemão (LUKACS, 2007).



Mapa disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Operation_Barbarossa.jpg. Acesso em 09/08/2012.

O novo posicionamento internacional dos Estados Unidos

Desde o início da guerra, os Estados Unidos optaram por uma postura isolacionista. Essa foi a estratégia dos responsáveis pela política externa norte-americana desde o fim da Primeira Guerra Mundial, o que os fez não participar da Sociedade das Nações, por exemplo. Além disso, essa era a opção da opinião pública; contudo o presidente Franklin Roosevelt era contrário aos regimes autoritários de todo o globo. Isso o fez assinar a lei *Lend Lease* (empréstimo), o que garantiu ao Reino Unido, e depois à URSS, o fornecimento de material bélico norte-americano em condições vantajosas. Em agosto de 1941, foi assinada a **Carta do Atlântico**, que estabelecia princípios basilares a partir dos quais as relações internacionais deveriam se dar, após o fim da guerra.

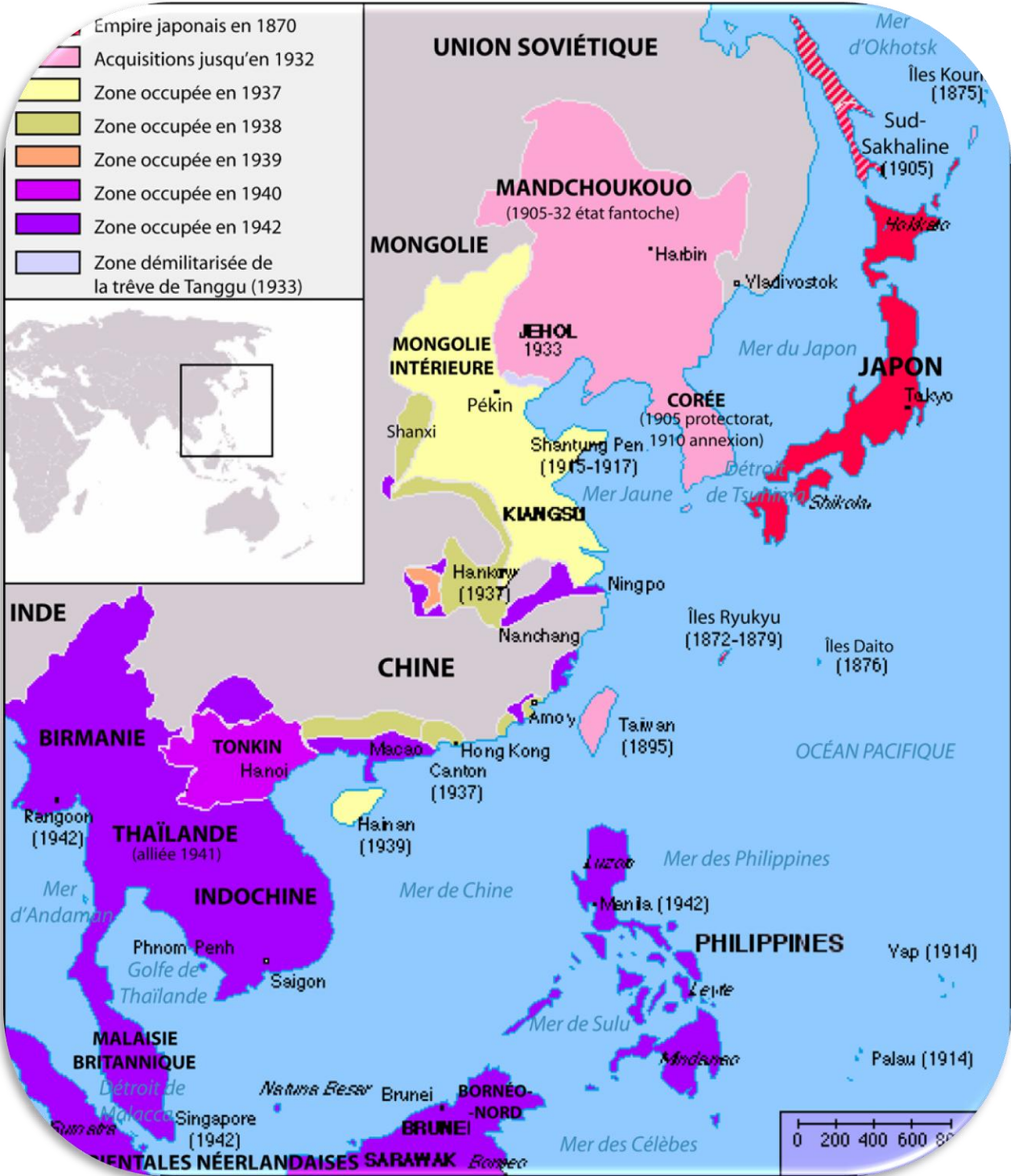
Conquanto houvesse a aproximação norte-americana das nações ocidentais, foram as potências do Eixo que efetivaram a aliança norte-americana com os Aliados. Após o ataque japonês a Pearl Harbor, em dezembro de 1941, os EUA declararam que havia um papel a cumprir, defendendo o Ocidente. O envio de tropas militares americanas para a Europa selou o início da vitória dos

Aliados. Ao mesmo tempo, a principal frente em que os norte-americanos estiveram presentes foi no enfrentamento com o Japão.

A Guerra do Pacífico

A chamada Guerra do Pacífico foi o conflito ocorrido no Oceano Pacífico entre Japão, Estados Unidos, China, Grã-Bretanha e as ilhas do Sudeste Asiático. Pode-se remeter esse conflito ao início da invasão do Japão ao território chinês, em 1937, na já mencionada **Segunda Guerra Sino-Japonesa**.

O mapa a seguir mostra as diversas etapas das diferentes guerras sino-japonesas. É importante observar que houve uma escalada rápida da ocupação japonesa logo após o ano de 1932, quando foi ocupada a Manchúria.



Fonte: <http://hsgm.free.fr/>. Acesso em 13/08/2012.

Essa ocupação também ocorreu nos mares. O Extremo Oriente ficou todo controlado pela frota marítima japonesa. A entrada dos Estados Unidos, entretanto, bloqueou a contínua expansão nipônica e iniciou uma

contraofensiva no Pacífico, que significou, aos poucos, a perda da guerra pelo Japão.

O embate de forças, entretanto, foi intenso. Somente na batalha de Okinawa o número de americanos mortos foi altíssimo. Apesar de os japoneses já terem em vista a real possibilidade de perda da guerra, optaram por seguir lutando para negociar melhor os termos da capitulação.

A assinatura da capitulação japonesa somente ocorreria em 2 de setembro de 1945, após o lançamento de duas bombas atômicas, uma sobre Hiroshima e outra sobre Nagasaki. Os temores japoneses eram quanto à amplitude do poder de destruição norte-americano e, ao mesmo tempo, quanto à invasão por terra, que havia sido coordenada com a União Soviética, visto que tropas soviéticas haviam invadido a Manchúria pouco antes do ataque das bombas em Nagasaki.

Rumo à vitória aliada

A mobilização de recursos dos Aliados nunca tinha sido vista até então. O Programa da Vitória, lançado em 1942 pelos Estados Unidos, conseguiu utilizar a padronização da produção para fabricar aviões, veículos e armas. Todos os outros países do grupo dos Aliados sentiam-se cada vez mais fortes com os recursos norte-americanos.

O cenário militar começou lentamente a modificar-se. Em junho de 1942, a expansão militar japonesa pelo Pacífico começou a ser bloqueada na batalha de Midway. Em novembro de 1942, os Aliados derrotaram italianos e alemães na batalha de *El Alamein*, o que ocasionou o fechamento da rota do Egito.

Norte-americanos, **franceses livres** e ingleses conseguiram expulsar da África, em maio de 1943, as nações do Eixo. Essa ação representou uma das principais vitórias da frente ocidental durante a guerra, pois indicou novas possibilidades estratégicas para o ataque às nações do Eixo.

Fique atento...

Franceses livres eram aqueles que recusaram o pedido de armistício feito pelo seu governo ao alemão. Eram liderados pelo general Charles de Gaulle, que instalou em Londres o Comitê da França Livre e organizou a resistência francesa.

Para as nações lideradas pela Alemanha, entretanto, o problema passou a estar direcionado a outro local. O *Reich* de Hitler acreditou que poderia vencer rapidamente a União Soviética, por meio da guerra relâmpago. Apesar de terem chegado muito próximo de tomar Stalingrado, os alemães foram vencidos pelas estratégias de Stálin. A mais conhecida delas foi a estratégia militar da **terra arrasada**, cuja ação sugerida pelo Estado soviético pautava-se na destruição dos campos e terras para que os soldados alemães não tivessem como se alimentar. Em fevereiro de 1943 ocorreu a derrota da Alemanha às portas de Stalingrado, o que marcou a real reviravolta da Segunda Guerra Mundial.

Na frente ocidental, os Aliados, após ocuparem o norte de África, ocuparam a Sicília, em julho de 1943. Ainda nesse mesmo mês Mussolini foi obrigado a renunciar pelos grupos políticos no poder. Os alemães assumiram o controle da Itália, com o objetivo de organizar a resistência aos ataques aliados. A composição do exército aliado continha franceses da resistência e brasileiros. A libertação de Roma ocorreu em junho de 1944.

Talvez a batalha mais famosa da Segunda Guerra Mundial tenha sido o desembarque na Normandia, ocorrido em 6 de junho de 1944. Conhecido como Dia D, ele foi tramado pelos Aliados da Grã-Bretanha, Estados Unidos e franceses da resistência por quase dois anos. Apesar das perdas, considera-se que houve êxito na invasão, que abriu as portas para a retomada da França e a vitória aliada.

A capitulação incondicional alemã ocorreu em 8 de maio de 1945, após o cerco a Berlim pelos soviéticos e as notícias de que Hitler havia se suicidado, em 30 de abril, e de que Mussolini havia sido assassinato pela resistência italiana em 25 de abril do mesmo ano. O fim da guerra na Europa não significou o fim da Segunda Guerra, o que somente ocorreu após a rendição do Japão.

A nova ordem internacional

O fim da Segunda Guerra Mundial provocou uma alteração significativa no equilíbrio de poder internacional. A preponderância política europeia foi

substituída pela ascensão de duas novas grandes potências mundiais: Estados Unidos e União Soviética. O mundo passou a possuir uma ordem internacional bipolarizada, marcada pelo contraste entre dois regimes políticos divergentes: o socialismo soviético e o capitalismo ocidental, do qual os Estados Unidos era o principal representante.

Além disso, ficou claro que era necessário gerir a assimetria de poder entre as nações para que os impasses não fossem mais resolvidos pelo uso da força. A Organização das Nações Unidas nasceu com o intuito de que esses impasses fossem resolvidos por meio do diálogo diplomático. Essa organização e seus comitês específicos são a manifestação do desejo de resolver a assimetria de poder pela submissão a leis pautadas na igualdade jurídica entre as diferentes nações.

Conclusão

O cenário internacional vivenciou profundas alterações entre 1939 e 1945. Apesar de terem se passado apenas seis anos, na verdade a escala de destruição e a alteração no cenário internacional tornaram esses anos extremamente singulares. O mundo que emergiu após o fim da guerra possuía uma instituição supranacional (ONU) responsável por gerenciar assuntos de paz e segurança.

As duas novas nações que emergiram como as mais poderosas preparavam-se para enterrar a hegemonia coletiva da sociedade internacional europeia; elas estavam pautadas pela lógica da Guerra Fria, em que duas nações de sistemas político-econômicos distintos digladiavam-se em uma corrida armamentista de vastas proporções.

Os dois problemas imediatos foram o gerenciamento da paz e o reordenamento dos processos econômicos. Embora imbricadas, as duas dimensões tiveram desdobramentos próprios entre os anos de 1945 e 1947. O surgimento da ONU e o acordo de Bretton Woods representaram as principais respostas a esse cenário de incertezas e a busca pela construção de uma nova ordem internacional.

- Referências bibliográficas** ENDERS, Armelle; FRANCO, Renato; FERREIRA, Marieta de Moraes. *História em curso: da Antiguidade à globalização*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.
- CERVO, Amado Luiz. A instabilidade internacional (1919-1939). In: SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações internacionais*. Dois séculos de História. Entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947) (vol. I). Brasília: IBRI, 2001. p. 173-219.
- LUKACS, John. *Junho de 1941*. Hitler e Stálin. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. A agonia europeia e a gestação da nova ordem internacional (1939-1947). In: SARAIVA, José Flávio Sombra. *Relações internacionais*. Dois séculos de História. Entre a preponderância europeia e a emergência americano-soviética (1815-1947) (vol. I). Brasília: IBRI, 2001. p. 221-257.

AULA 10. A *solução final* e os diversos holocaustos

Introdução

Nico Rost, um sobrevivente do campo de concentração de Dachau, fez o seguinte relato sobre o cotidiano do campo:

Um dia 'normal' começava às 5 horas da manhã e acabava às 7 da tarde. Se nada tivesse passado de particular, se os prisioneiros não tivessem sido obrigados por qualquer falta cometida, por insignificante que fosse, a estacionar durante horas na parada de chamada, se não tivesse havido sessão de despiolhamento ou outra invenção das SS pela noite adentro, então pode-se dizer que o dia tinha sido ordinário, banal. Eis como se desenrolava: às 5 da manhã o chefe do bloco fazia a sua aparição e expulsava sem piedade da cama os prisioneiros e, muitas vezes, nessa ocasião, as pauladas e os pontapés choviam. O primeiro toque da sirene significava que todos deviam ir lavar-se. E cada um corria tão depressa como podia, pois os grupos de 250 a 300 pessoas só dispunham de duas duchas circulares de 8 lugares cada uma. Em cada dormitório um homem era designado para ir à cozinha dos prisioneiros buscar aquilo que chamavam de café da manhã; era um desses momentos que os SS escolhiam para lhe bater e espezinhar; o homem caía, entornando assim uma parte do café, ou queimava os braços e as pernas. Às 6 horas, todas as camas deviam estar feitas segundo as regras estabelecidas; a sirene soava de novo: reunião na parada de chamada. Ficávamos aí de pé até às 7 horas menos um quarto. Nos últimos anos, uma média de 12 a 14 mil homens estava presente; uma parte encontrava-se já a trabalhar, os restantes 8 a 10 mil prisioneiros estavam na 'enfermaria'. Depois vinha a forma: 'Formar os comandos de trabalho' e, perante inevitável confusão, os SS batiam de novo, sem piedade. Pouco depois, longas colunas passavam pelas portas do campo, sobre as quais se liam as palavras covardes e mentirosas: 'O trabalho liberta'. Pelas 6 horas da tarde, depois de um rude trabalho, durante a chamada, nós fazíamos sempre a mesma pergunta angustiada. 'Quanto tempo isto vai durar hoje? Duas horas? Três horas? Talvez mais ainda?', pois era uma parte de nosso tempo livre que nos era roubada. Quando podíamos enfim voltar para as nossas barracas, a nossa 'refeição da noite' estava já completamente fria. (...) E de novo as sirenes soavam, às 10 horas no verão e às 9 no inverno: 'Todos para a cama'. O prisioneiro que, depois desse sinal, se demorasse fora das barracas, era imediatamente abatido pelos guardas dos miradouros. 20 minutos mais tarde, outro toque significava 'Apaguem as luzes', e aquele que não estivesse então deitado em sua enxerga de palha expunha-se a graves riscos. Assim se passava um dia perfeitamente ordinário. Mas a maior parte deles era muito mais terrível. (ROST, Nico. Campo de concentração: Dachau. *Apud* FREITAS, Gustavo. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, 1980?. p.289-290).

Do estigma à perseguição

Como já vimos até aqui, para alcançar a dimensão social da experiência nazista na Alemanha é necessário ir a suas origens, tanto as imediatas – como a crise por que passava o mundo capitalista nas décadas de 1920 e 1930 – quanto as mais remotas – como a tradição autoritária prussiana, o nacionalismo exacerbado e o racismo. Não considerar esse processo histórico levou muitos a acreditar que o nazismo foi um “evento” inexplicável (ou ininteligível) e, por isso, accidental (e desculpável), pois foi ímpar e não há possibilidade de tornar a ocorrer de novo. Houve também quem negasse a existência de seus “excessos” ou, pelo menos, da brutalidade desses “excessos”. É desses “excessos” que trataremos.

Antes do nazismo, a manipulação política do antissemitismo era exercida por grupos conservadores. Mas inicialmente esses grupos preferiram eleger como inimigo número um o socialismo, e não o semitismo. Mas o antissemitismo já era popular na Alemanha muito antes dos nazistas. Havia, mas não era o foco. O “inimigo” era externo ao país; o medo era de que ele (o comunismo) se infiltrasse. A inovação nazista se deu pela ênfase na propaganda antissemita e seu ódio racista. Os nazistas trouxeram o inimigo de fora das fronteiras para dentro, “alertando” a população de que o “pior” dos inimigos já estava corrompendo a sociedade internamente e sem que a sociedade se desse conta disso; esse inimigo seria os judeus (STACKELBERG, 2002, p. 71).

Hannah Arendt afirma que os nazistas repetiram *slogans* conhecidos sobre judeus em suas campanhas: a propalada trama de seu poder mundial, a alegada interdependência do povo judaico espalhado pelo mundo, ou mesmo a imagem destrutiva do judeu, comerciante que explorava trabalhadores ou ainda o operário judeu que incitava os companheiros a entrar em greve (ARENDR, 1989, p. 107). No que corrobora, Alcir Lenharo, “A novidade da propaganda nazista foi deslocar o antissemitismo do lugar de uma simples opinião acerca de ‘um povo diferente da maioria’ para se tornar uma ‘preocupação íntima de todo indivíduo em sua existência pessoal’” (LENHARO, 1991, p. 83).

Cada alemão passou então a ter preocupação com sua árvore genealógica. Para alguém militar no partido ou nas organizações nazistas, todo o seu passado individual era vasculhado. O livro apócrifo *Protocolos dos Sábios de Sion* foi utilizado pela propaganda antissemita, por fazer a apologia da trama mundial que levaria “uma” nação à conquista do mundo. Apesar da inferioridade em número, território e poder estatal, os *Protocolos* afirmam que tal povo poderia conquistar o mundo pela força de sua organização. Graças à imagem de uma poderosa conspiração global atribuída aos judeus é que os nazistas os converteram (e as forças coligadas) nos inimigos objetivos que precisavam ser destruídos a qualquer custo.

A eficiência da propaganda nazista provinha de conseguir convencer as pessoas de que os judeus eram de fato os responsáveis pelo estado caótico do país e da população nas décadas de 1920 e de 1930. Cabe lembrar que, com justificativas que pouco variavam, o mesmo tipo de tratamento dado aos judeus teve como alvo ciganos, homossexuais, eslavos e maçons. Segundo Lenharo, a violência funcionava politicamente como catarse, recebia o encorajamento das autoridades (o que esvaziava a possibilidade de sentimento de culpa) e promovia solidariedade grupal e identidade política entre os agentes (1991, p. 84).

Os campos de concentração nazistas

Esquemáticamente, pode-se dizer que os inimigos do regime eram destinados a dois tipos de prisões: os campos de trabalhos forçados e os campos de concentração. Há quem pense que os campos de concentração nazistas, os campos de morte, eram tratados com véu de sigilo atirado pelos nazistas. Pelo contrário! Em Dachau, há documentação, formada por artigos e fotos de jornais, que demonstram que tanto a população alemã quanto a opinião pública internacional sabiam o que se passava nos campos, até mesmo com detalhes. Por exemplo: em 1941, a imprensa norte-americana noticiou que mil judeus em Varsóvia haviam sido mortos por inalação de gases venenosos. Se voltarmos ao ano de 1934, vemos que os jornais austríacos já denunciavam os métodos

usados em Dachau (com fotos de fuzilamentos, trabalhos forçados, torturas, suicídios, experiências científicas) (LENHARO, 1991, p. 7).

Pesquisas de opinião pública feitas pelas SS entre 1939 e 1944 mostram que a população alemã estava informada sobre o que se passava com os judeus e a política de guerra e dava aval às iniciativas do regime. Wajda, no filme *Um amor na Alemanha*, mostra como a população se envolvia ativamente no jogo de vigilância e punição aos transgressores da ordem nazista. Segundo Lenharo, “sabia-se da experiência de horror e desumanidade, mas ela não era noticiada o bastante e (...) os assassinos e a população civil estabeleciam um sinistro pacto de cumplicidade” (1991, p. 10).

Hannah Arendt afirma que os campos de concentração nazistas tinham como objetivo mais amplo o mesmo do nacional-socialismo: a coisificação da personalidade humana, o controle científico da espontaneidade como expressão da conduta do homem. Os campos serviam como laboratório, como espaço social de experimentação de um modelo perfeito para um regime de domínio total a ser aplicado em larga escala. Em seu interior, as pessoas eram despojadas de todas as formas usuais de convívio, perdiam todo o contato com o mundo exterior, eram violentadas e, por fim, eliminadas moral e fisicamente. A estratégia utilizada nos campos, segundo Arendt, era tornar os homens supérfluos, destituídos de individualidade e, portanto, da capacidade de criar algo de novo por meio de seus próprios recursos e iniciativas (ARENDT, 1989, p. 121).

Os campos de trabalho forçado e extermínio incrementaram sua máquina de morte num momento de terror total em que o regime já não tinha mais nada a temer da oposição interna. Nas mãos dos soldados SA, os primeiros **campos nazistas** foram administrados de modo irracional e sádico. Eles voltavam sua ira principalmente contra os presos políticos, entre os quais foi alto o índice de mortalidade. Mas tratava-se de uma “bestialidade individualizada”, fruto de ódio e ressentimento. Nas mãos dos soldados SS, os campos passaram a receber uma orientação racional de exploração e destruição física e moral de seres humanos. O exercício da violência visava a dobrar o dominado, a ponto de ele

desejar sua própria submissão e abandonar sua própria identidade (LENHARO, 1991, p. 79).

Desde 1934, as SS assumiram funções de polícia política, contando com os préstimos da Gestapo, também submetida às mãos centralizadoras de Himmler. Todo o trabalho sujo de terror e extermínio era de caráter secreto, e estava fora do controle do exército. Ao contrário, as SS encarnavam as verdadeiras tropas armadas do nazismo, e seu alcance político incidia até mesmo sobre o exército, do qual se diferenciava e passava a alvo de sua vigilância. No plano administrativo mais geral, as SS açambarcaram fatias importantes do poder, atuando no confisco de terras, na política de colonização e no extermínio de pessoas nos territórios conquistados, em setores da economia e administração do país. Aos poucos, as SS se erigiram num Estado dentro do próprio Estado, com inteira anuência do próprio Hitler (LENHARO, 1991, p. 79). Segundo ele,

as SS levavam até as últimas consequências a política racista e expansionista do nazismo. A princípio, os presos políticos eram os mais visados para serem enviados aos campos. Esse tratamento era também dispensado aos grevistas, sabotadores e adeptos da resistência, mesmo nos territórios estrangeiros. O leque de perseguidos abriu-se na direção de judeus, ciganos, presos comuns, doentes mentais, padres e clérigos, homossexuais. Estes últimos eram marcados com um triângulo rosa aplicado sobre a manga ou sobre o peito; os presos políticos recebiam triângulo vermelho; os ladrões, verde; os testemunhas de Jeová, violeta; os ciganos, marrom; os judeus, amarelo, e os criminosos, negro (LENHARO, 1991, p. 80).

Dentro dos campos de concentração nazistas, os inimigos eram agrupados e estigmatizados; o objetivo era desmoralizar os diferentes grupos, escalonando-os a níveis mais baixo entre eles mesmos, evitando também a solidariedade entre eles. Os homossexuais, que eram castrados, converteram-se em bode expiatório dos demais detentos, sendo maltratados e violentados.

Campo de Auschwitz

Cerca de dezoito milhões de pessoas passaram pelos **campos** (Chelmno Lublin, Sobibor, Treblinka, Auschwitz-Birkenau); onze milhões foram imoladas; de judeus foram seis milhões. Na invasão da Rússia, os nazistas mataram judeus por afogamento e por queimaduras, tratamento dado também aos camponeses que desapareciam destruídos com suas aldeias. Mas nos campos os

fuzilamentos eram comuns e, aos poucos, o uso do gás foi sendo introduzido e “apreciado” como o meio mais eficaz de extermínio.

No campo de Auschwitz, segundo Höss, comandante do campo, dois milhões de judeus foram aniquilados: fuzilados, mutilados por experiências médicas, fulminados por injeções de fenol. Schirer afirma que as câmaras de gás e os crematórios eram rodeados por canteiros bem cuidados. À entrada, lia-se: “Banho”. A maioria das vítimas perecia sem saber para onde tinha sido conduzida. As pessoas eram conduzidas à morte com acompanhamento de música suave e envolvente (STACKELBERG, 2002, p. 316).

Em Auschwitz foi criado um complexo industrial, tendo em anexo trinta e nove outros campos plurifuncionais de trabalho. Em 1942, a mortalidade média nos campos de trabalho era de 60% e nos campos de extermínio era de 100%. O trabalho forçado como instrumento de produção e de extermínio tem levado muitos autores a tomar os campos como enormes reservas de mão de obra para a economia de guerra. Disso Arendt discorda, com base nos depoimentos de sobreviventes sobre a “inutilidade” e a “ineficiência” dos trabalhos nos campos (ARENDR, 1989). Corrobora com isto a incompreensão que autoridades militares mostravam diante de ordens secretas de eliminação de operários judeus necessários à manutenção da produção da indústria de guerra, que seriam substituídos por operários “arianos” sem a mesma qualificação profissional (LENHARO, 1991, p. 82). Segundo Arendt, o irracionalismo racista antecederia e orientaria a política de trabalho para os prisioneiros do regime.

Mas a morte em massa não foi uma novidade nazista do final da guerra nem mesmo o povo judeu foi seu único alvo, como já indicado. No mesmo dia em que a guerra foi declarada, foi emitido o decreto que determinava o assassinato dos doentes considerados incuráveis: a *Gnadentod* (morte por misericórdia) era a eliminação dos doentes incuráveis; por esse decreto, aproximadamente setenta mil doentes mentais foram eliminados entre 1939 e 1941. Além disso, só os não doentes podiam gerar filhos, uma medida de caráter moral, voltada para o combate à degeneração do povo do ponto de vista biológico, segundo os teóricos nazistas.

A solução final

Com o desenrolar das batalhas, o nazismo aperfeiçoou a máquina de morte e destruição nos campos de concentração, indo na direção da “solução final”. A “solução final” contra os judeus foi desencadeada na voragem da guerra. O problema (para os nazistas) da existência dos judeus teve, a partir de 1942, como “solução final” o extermínio. Em campos de concentração como os de Auschwitz, Sobibor, Treblinka e Belzec morreram aproximadamente 6 milhões de judeus, vítimas das câmaras de gás, da fome, do frio, das “experiências científicas” e dos trabalhos forçados. Como relatou Himmler, direcionando sua fala aos altos escalões das SS, em outubro de 1943:

Nós, os alemães, os únicos no mundo que temos uma atitude decente frente aos animais, adotaremos ante os animais humanos a devida atitude. Mas é um crime contra nosso sangue preocuparmo-nos com sua sorte e inculcar-lhes ideais, para que nossos filhos e netos tenham maiores dificuldades com eles. Se alguém chega a mim e me diz: “Com crianças e mulheres não posso construir a trincheira antitanques; é inumano, porque morrerão”, eu lhe responderei: “és um assassino do teu próprio sangue, porque se não se constrói a trincheira, soldados alemães morrerão, filhos de mães alemãs. São nosso sangue” (*apud* BRACHER, 1973, p. 182).

Como era o encaminhamento para esses campos? Em boa parte dos casos relatados, os judeus foram embarcados em trens, recebendo como justificativa que estariam indo para colonizar “terras no leste”. Decoradas parecendo bucólicas colônias, as estações dos campos recebiam famílias inteiras (homens, mulheres, crianças, idosos) que eram impelidos a “tomar banho” imediatamente à sua chegada. Despídos, iam aos “banheiros coletivos” que eram grandes galpões com “chuveiros” que soltavam gás.

A ‘solução final’ da questão judaica significava o extermínio completo de todos os judeus da Europa. Ordenaram-me em junho de 1941 que criasse, em Auschwitz, facilidade para o extermínio. Já havia no governo geral da Polônia, nesse tempo, três outros campos de extermínio: Belzec, Treblinka e Wolzek (...). Visitei Treblinka para ver como executavam o extermínio. O comandante do campo contou-me que havia liquidado 80.000 pessoas no decurso de meio ano. Estava muito interessado em liquidar todos os judeus do Gueto de Varsóvia. Usava ‘gás de monóxido’. Eu não achava que seu método fosse muito eficiente. Assim, quando instalei o edifício destinado ao extermínio, em Auschwitz, empreguei o Zyklon B, ácido prússico, que

lançávamos na câmara de morte por uma pequena abertura. Matava as pessoas, na câmara de gás, entre 3 e 15 minutos, dependendo das condições climáticas. Sabíamos que as pessoas estavam mortas quando seus gritos cessavam. Esperávamos, geralmente, cerca de meia hora para abrir as portas e remover os corpos. Removidos estes, nossos comandos especiais tiravam-lhes os anéis e extraíam-lhes o ouro dos dentes. Outra vantagem que tivemos sobre Treblinka foi construirmos nossas câmaras de gás para acomodar 2.000 pessoas de uma só vez, ao passo que lá as dez câmaras só acomodavam 200 pessoas cada uma. (...) Tínhamos dois médicos SS em função em Auschwitz, para examinar os prisioneiros que para ali eram transportados. Desfilavam eles diante de um dos médicos que, ali mesmo, dava sua decisão. Os capacitados para o trabalho eram enviados para o acampamento; os demais seguiam imediatamente para o local de extermínio. As crianças eram invariavelmente exterminadas, por não poderem trabalhar devido à pouca idade. (...) Outro ponto em que levávamos vantagem sobre Treblinka é que lá as vítimas sabiam que iam ser exterminadas, ao passo que em Auschwitz nos esforçávamos por ludibriá-las, fazendo-as pensar que iam passar por um processo de limpeza. É claro que, frequentemente, elas percebiam nossas verdadeiras intenções e, muitas vezes, ocorriam desordens e dificuldades. Quase sempre as mulheres ocultavam os filhos sob as vestes; quando descobríamos isso, mandávamos naturalmente exterminá-los (HESS, Rudolf. Depoimento em Nuremberg. *Apud*. SHIRER, William L. *Ascensão e queda do III Reich*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 54-55).

Após a morte, os objetos de valor eram retirados, incluindo dentes de ouro, e seus corpos jogados em valas comuns; mais tarde, passaram a ser queimados, e suas cinzas misturadas na areia e na terra. A vida nos campos de concentração era uma experiência de negação da sua condição humana. Os próprios prisioneiros executavam os trabalhos nos campos de extermínio. Eram tratados como coisa, obrigados a retirar os corpos das câmaras de morte, carregá-los, vistoriar e relacionar os mortos. Primo Levi, químico de Turim, registrou sua passagem por Auschwitz, em 1944:

Então, pela primeira vez sentimos que faltam palavras em nosso idioma para exprimir este ultraje: a destruição de um homem. Instantaneamente, por uma intuição quase profética, a realidade emerge: tocamos no fundo do abismo. Não podemos cair mais baixo; não existe condição humana mais miserável do que a nossa; não seria cabível. Já nada nos pertence. Tiraram toda a nossa roupa, os nossos sapatos, o nosso cabelo. Se falamos não nos ouvem e se nos ouvem não nos respondem. Tiraram nossos nomes e, se queremos conservá-los, precisamos lutar corajosamente para que, por trás desses nomes, subsista a realidade daquilo que éramos (LEVI, Primo. *Se questo é un uomo?* *Apud* *Grandes crônicas da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Seleções do Reader's Digest, 1969. p. 189).

Segundo a análise de Erich Fromm, Hitler sofria de “complexo necrófilo” que associava à pessoa do judeu: temia a sífilis, a tuberculose, o veneno, a sujeira, o perigo de ser contaminado. Os judeus envenenariam o sangue e a alma dos alemães. Eles vinham de fora, e o que é forasteiro seria venenoso, penetraria sub-repticiamente, não haveria outra medida senão extirpá-los (FROMM, 1983, p. 220). “Vamos expulsá-los de todas as profissões, fechá-los no gueto; vamos prendê-los de modo que morram como merecem, enquanto o povo alemão deve ficar olhando precisamente como se olham os animais selvagens” (HITLER, Adolf. Discurso. *Apud SHIRER, William L. Ascensão e queda do III Reich*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 54-55).

Para satisfação de caprichos pessoais, demonstrando o desvalor da vida dos prisioneiros, até peles de prisioneiros foram usadas como objeto de decoração:

Ordenou-se a todos os prisioneiros com tatuagens que comparecessem ao dispensário (...). Depois de examinados, eram mortos por meio de injeções os que tivessem melhores e mais artísticos desenhos. Os cadáveres eram depois enviados ao departamento patológico, onde eram tiradas as áreas desejadas da pele tatuada, que recebia certo tratamento. Os produtos eram, depois de prontos, enviados à esposa de Koch, que com eles mandava fazer abajures e outros ornamentos para casa (PFAFFENBERG, Andreas. Depoimento em Nuremberg. *Apud SHIRER, William L. Ascensão e queda do III Reich*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. p. 76).

Consequências da Segunda Guerra Mundial

Para o nazismo, a guerra era o cume de uma decisão de cuja verdade não se poderia escapar. Já no avançado da guerra, em setembro de 1944, Hitler lançou mão do decreto de “terra arrasada”. Tudo deveria ser destruído antes do avanço do inimigo: cartórios, contabilidade bancária, silos de alimentos, fábricas, fazendas, monumentos, castelos, igrejas, teatros, cidades. Ao saber da derrota, Hitler concluiu que o povo alemão não estivera à altura de sua

Fique atento....

Somente 22 chefes foram julgados, sendo doze condenados à morte. Muitos oficiais nazistas suicidaram-se ou fugiram para outros países, mudando de identidade. Alguns foram reconhecidos e levados a julgamento anos depois.

missão, cabendo a vitória ao povo mais forte e decidido: o russo. Segundo Hitler, se derrotado, o povo alemão deveria desaparecer.

Morreram, na Segunda Guerra Mundial, 40 milhões de pessoas, sendo 20 milhões de soviéticos; foram destruídos 7,5 milhões de residências. Houve um custo total, entre gastos de guerra, perdas na produção, em bens imóveis e em cargas embarcadas, de 413,25 bilhões de libras (MOTTA, 1994, p. 69). Os chefes nazistas foram levados a julgamento no Tribunal de Nuremberg, acusados de crimes contra a humanidade. As retaliações contra os nazistas, por outro lado, desviaram a atenção mundial das atrocidades cometidas pelos Aliados no final da guerra, como a explosão das bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki pelos norte-americanos. Esses crimes ficaram impunes.

Referências bibliográficas

- ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- ARNAUT, Luís; MOTTA, Rodrigo P. Sá. *A Segunda Guerra Mundial. Do nazifascismo à Guerra Fria*. São Paulo: Atual, 1994.
- BRACHER, K. Dietrich. *La dictadura alemana*. Madri: Alianza Universidad, 1973.
- FREITAS, Gustavo. *900 textos e documentos de História*. Lisboa: Plátano, 1980?.
- FROMM, Erich. *O medo à liberdade*. 13ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- GRANDES *crônicas da Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Seleções do Reader's Digest, 1969.
- HOBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LENHARO, Alcir. *Nazismo: "o triunfo da vontade"*. São Paulo: Ática, 1991.
- SHIRER, William L. *Ascensão e queda do III Reich*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- STACKELBERG, Roderick. *A Alemanha de Hitler: origens, interpretações, legados*. Rio de Janeiro: Imago, 2002.